Movimentação

V. 8 Nº14

Programa de pós-graduação em sociologia
Universidade Federal da Grande Dourados





UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

COED
Coordenador Editorial: Giovani Ferreira Bezera
Técnico de Apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho
FCH
Diretora da Faculdade de Ciências Humanas: Marisa de Fátima Lomba de Farias
Conselho Editorial
Claudio Reis (UFGD)
Rodolfo Arruda Leite de Barros (UFGD)

Este número é constituído por uma coletânia de artigos com temáticas variadas.

Conselho Consultivo Alzira Salete Menegat (UFGD) André Dioney Fonseca (UFOPA) André Luiz da Silva Lima (FIOCRUZ) André Luiz Faisting (UFGD) Bernardo Mattes Caprara (UFFS) Bruno Bolognesi (UNILA) Carlos Daniel Paz (UNICEN) César Alessandro Sagrillo Figueiredo (UFT) Claudio Reis (UFGD) Daniel Auad (UFJF) Daniel Estevão Ramos de Miranda (UFMS) David Junior de Souza Silva (UNIFAP) Eduardo de Melo Salgueiro (UNIFESSPA) Eduardo Guerini (UNIVALI) Estela Márcia Rondina Scandola (ESP) Fabricio Antonio Deffacci (UEMS) Fabrício de Sousa (IFMA) Felipe Addor (SOLTEC/UFRJ) Gianne Cristina dos Reis (FIOCRUZ) George Freitas Rosa de Araujo (UFF) Glaucia Lelis Alves (UFRJ) Guillermo Alfredo Johnson (UFMA) Gustavo de Souza Preussler (UFGD) Gustavo Villela Lima da Costa (UFMS) Ilsyane do Rocio Kmitta (UEMS) Ivan Fortunato (IFSP) (PPGEd-UFSCar) Ivo dos Santos Farias (UNESP) Jorgiene dos Santos Oliveira (UFSCAR) José Barreto Santos (UEMS) Josimar Priori (UFSCAR) Karina Augusta Limonta Vieira (UEMG) Lílian do Valle (UERJ) Luis Enrique Casais Padilla (UFES) Luiz Henrique Eloy Amado (UCDB) Maria Gilvania Valdivino Silva (USP) Maria Orlanda Pinassi (UNESP) Marcos Antonio da Silva (UFGD) Marisa de Fátima Lomba de Farias (UFGD) Michel Goulart da Silva (IFC) Natália Araújo de Oliveira (UFRGS) Patrícia Alves Ramiro (UFPB) Paulo Roberto Cimó Queiroz (UFGD) Rodrigo Dolandeli Santos (UNICAMP) Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani (UFGD) Sabrina Miranda Areco (UEMS) Sebastian Gomez (UBA) Silvia Helena Andrade Brito (UFMS) Silvino Areco (UFMS) Sirley Lizott Tedeschi (UEMS) Tamara de Souza Campos (UNESA) Theófilo Machado Rodrigues (UFRJ) Vanessa Clementino Furtado (UFMT) Vinicius Parolin Wohnrath (UNICAMP) Zeca José Barreto Santos (UEMS)

Movimentação [recurso eletrônico] / Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun., 2014)-. – Dados eletrônicos. – Dourados, MS : Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2014-

Semestral.
Modo de acesso: World Wide Web:
<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao>.
ISSN 2358-9205 (online).

1. Sociologia. 2. Educação. 3. Universidade Federal da Grande Douradas – Periódicos. I. Universidade Federal da Grande Dourados. Faculdade de Ciências Humanas.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFGD.
Alison Antonio de Souza - CRB1 2722.

V.8 nº.14, jan./jun. 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL
DA GRANDE DOURADOS
Coordenadoria Editorial

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
Movimentação, Dourados, MS, V.8, nº.14, jan./jun. 2021



MOVIMENTAÇÃO
v. 8, n.14, jan./jun., 2021

EDITOR
Claudio Reis
Coordenador do Curso de Ciências Sociais - FCH - UFGD
Editor(a) Gerente:
Vitor Hugo Rinaldini Guidotti - UFSCar
Editor(a) de Seção:
Maysa Lima de Souza - UFMS
Editor(a) de Layout:
Marise Massen Frainer - UFGD

REVISÃO
A revisão gramatical é de responsabilidade dos(as) autores(as).

CAPA:
Imagem fornecida pelos organizadores(as)

DIAGRAMAÇÃO:
Marise Massen Frainer

Os textos publicados são de responsabilidade dos/as autores/as, e não expressam necessariamente a opinião do Conselho Editorial. É autorizada a reprodução dos artigos publicados, desde que não se alterem seus conteúdos e seja citada a fonte.

Sumário

Artigos

1. Uberização, ode à crise e precarização: desempenho, cansaço e colonização do tempo 11
Agnes Cruz de Souza

2. O perfil do motorista de aplicativo no Brasil 24
Ana Cláudia Bessa

3. Gameover: a gestão gamificada do trabalho 44
Viviane Vidigal

4. Emotional labor dynamics as precursors to mundane violence in a Philippine city jail 65
Hannah Glimpse Nario-Lopez

5.Implicações ontológicas das redes sociais: aspectos da alienação contemporânea 94
José Wilson Assis Neves Júnior

6. A terceirização na UFGD em tempos de pandemia do SARS-COV-2 110
João Gustavo Jara Russo
Vinicius Farias de Souza

7. E essa tal liberdade? paradoxos de imigração e trabalho 124
Julia Ferreira Scavitti

8. O trabalho em tempos de crise: breve revisão teórica do debate entre os contemporâneos 142
Cesar Sanson

9. The *great reset* e as *startups*: novas relações de trabalho no capitalismo contemporâneo 157
João Fernando de Lima Parra

10. Asfixia mecânica versus centralidade do trabalho: a pandemia que desmascara a retórica capitalista 176
Marlene Souza dos Santos
Igor Souza de Abreu

11. Narrativas em rede: o breque dos apps e as novas formas de manifestação de trabalhadores em plataformas digitais 189
Nina Desgranges
Wikson Ribeiro

12. Respostas de movimentos sociais feministas à pandemia de COVID-19: notas prévias de pesquisa em psicologia social 209
Mariana Luciano Afonso
13. Desafio as fronteiras entre sindicatos e movimentos em meio à pandemia: campanhas de coalizão em defesa do SUS na cidade de São Paulo em 2020 216
Alexandre Epreafico Guelerman Ramos
14. As ilusões da participação popular no século XXI de São Paulo a Buenos Aires: uma homenagem ao professor Flávio Villaça 234
Guilherme Giuliano Nicolau
Ivan Augusto Alves Pereira
Claudia Fabiana Guebel
Tradução
15. Trabalho global: um não tão *gran finale* e talvez um novo começo 250
Marcel Van der Lide

Apresentação

Dossiê As fronteiras do trabalho em tempos de crise

Katiuscia Moreno Galhera[1]
Ricardo Framil Filho[2]
Leonardo Antonio Silvano Ferreira[3]

Com grande satisfação, apresentamos o dossiê *Fronteiras do Trabalho em Tempos de Crise*, fruto de intenso trabalho que mobilizou dezenas de pesquisadores interessados pelo tema nos últimos meses. Desde a elaboração da chamada até a finalização deste número, foram diversos e frutíferos os debates conceituais, metodológicos e práticos, o que envolveu, entre o corpo editorial da revista MovimentAção, a equipe do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGS-UFGD), editores convidados, pareceristas, autores e parceiros, um número expressivo de especialistas de diferentes áreas, países e universidades. O número de submissões superou as nossas expectativas mais otimistas, o que exigiu um grande esforço para que o dossiê esteja à altura da proposta da revista, combinando a excelência acadêmica com uma postura aberta e convidativa.

Todos os artigos recebidos, desde que tenham cumprido os critérios mínimos exigidos pela chamada, foram encaminhados à avaliação por pares anônima, no que evitamos ao máximo a imposição de filtros editoriais prévios. Essa forma de trabalhar não está isenta de desafios e exigiu a mobilização de mais de 40 pareceristas, mas nos pareceu ser a melhor maneira de tratar as muitas submissões recebidas. O resultado é um dossiê abrangente e que apresenta contribuiçõesde autores(as) em diferentes etapas da carreira, de recém-graduados(as) a doutores estabelecidos em importantes universidades e instituições de pesquisa.

Agradecemos enormemente a todas as pessoas envolvidas nessa construção coletiva. Diante da drástica redução do investimento em ciência e nas universidades públicas, além da degradação das proteções sociais e das condições de vida em geral, a abnegação dos que se dispuseram a colaborar com a produção deste dossiê é inspiradora e demonstra a vitalidade dos estudos do trabalho hoje. Por outro lado, não poderíamos ignorar que, com poucas exceções, esses esforços foram voluntários e, quando obtiveram algum apoio externo, como no caso das poucas bolsas que ainda existem

1 Professora visitante no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFGD). Doutora em Ciência Política (UNICAMP) com *visiting scholar period* em direitos globais de trabalhadores(as) na Penn StateUniversity (PSU) e estágio pós-doutoral em Sociologia (UEL). E-mail: katiuscia.mg1@gmail.com

2 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. E-mail: framilfilho@gmail.com

3 Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (2014). Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Marília. Docente do sistema de Ensino à Distância-EAD na Universidade Pitágoras Unopar, e Universidade Uniderp – Anhanguera. Professor de Sociologia da educação básica na Secretaria da Educação e do Esporte do Estado do Paraná. E-mail: leonardo-silvanoferreira@gmail.com

no país, mal remunerados. O trabalho em pesquisa e a carreira no magistério requerem horas de trabalho não pago que poderiam ser destinadas ao lazer, cuidado com quem se ama, organização de base e educação popular. Seria ingenuidade, além disso, acreditar que o número de submissões reflete apenas o interesse despertado pelo tema. Há também a pressão pelo produtivismo acadêmico e a corrida por publicações, frequentemente incentivadas por programas de pós-graduação, agências de fomento e o próprio Ministério da Educação. Esperamos, pelo menos, que os debates aqui suscitados contribuam com a elucidação da perversidade desse tipo de lógica.

Da perspectiva proposta pelo dossiê, é relevante que as últimas décadas tenha feito com que seja menos controverso, em comparação ao período anterior, a associação entre as ideias de *capitalismo* e *crise social*. Não obstante, o reaparecimento da preocupação com o capitalismo não foi imediatamente acompanhado por um resgate da centralidade da categoria trabalho na teoria social. Pelo contrário, em abordagens influentes e variadas, não foi descartada, de forma implícita ou explícita, a conclusão central acerca do "fim da sociedade do trabalho", ideia cuja popularidade foi crescente desde meados do século passado. Ainda que em posição relativamente marginal, é claro, os estudos críticos do trabalho nunca interromperam seu desenvolvimento, mas tendências recente sparecem indicar uma revitalização mais geral do campo.

O chamado "precariado"; a "uberização" e as plataformas digitais; os dilemas sanitários, econômicos e sociais intensificados pela pandemia, inclusive em suas dimensões racial, étnica, de gênero e tantas outras; episódios notáveis de protesto e luta social com base econômica (ou, o que é mais preciso, de *classe*) em diferentes partes do mundo – todos esses elementos têm colocado a experiência contemporânea do trabalho e o conflito capital-trabalho na pauta dia. Essa urgência e diversidade estão representadas nas páginas que se seguem.

Na primeira parte do dossiê, elencamos pesquisas que tratam principalmente de aspectos da exploração e, na segunda parte, da agência de trabalhadores(as) e outros atores frente ao avanço do capital. Abrimos a primeira seção com a reflexão de Agnes Souza sobre "Uberização, Ode à Crise e Precarização", para então focar em dois novos artigos que tratam do tema: "O Perfil do Motorista de Aplicativo no Brasil", de Ana Bessa, e "Game Over: a Gestão Gamificada do Trabalho", de Viviane Vidigal. Hannah Nario-Lopez aborda a gestão das emoções em "Emotion Management among Officers in a Philippine City Jail" e antecede a contribuição de José Neves, que aborda alienação em "Implicações Ontológicas das Redes Sociais". Em seguida, João Russo e Vinicius Souza trazem "A Terceirização na UFGD em tempos de Pandemia do Sars-Cov-2". Cesar Sanson retoma o tema da centralidade do trabalho em "O Trabalho em Tempos de Crise" e Julia Scavitti, o trabalho migrante em "E essa tal Liberdade? Paradoxos de Imigração e Trabalho". João Parra conclui a seção com "The Great Reset", sobre a contemporaneidade da exploração em *startups*.

A segunda seção se inicia com a agência de trabalhadores em "Narrativas em Rede: o Breque dos apps e as Novas Formas de Manifestação de Trabalhadores em Plataformas Digitais", de Nina Desgranges e Wickson Ribeiro. Em seguida, Mariana Afonso aborda as "Respostas de Movimentos Sociais Feministas à Pandemia de Covid-19" e Alexandre Ramos trata de trabalhadores da saúde (e outros grupos) em "Desafiando as Fronteiras Entre Sindicatos e Movimentos Sociais em Meio à Pandemia: Campanhas de Coalizão em Defesa do SUS na cidade de São Paulo, em 2020". O artigo de Guilherme Nicolau, Ivan Pereira e Claudia Guebel conclui com um estudo comparativo sobre o direito à cidade em "Conurbano e Participação Popular no Século XXI".

Por fim, apresentamos em tradução para o português contribuição de Marcel Van der Linden, historiador cuja obra é fundamental para o debate em vista. No artigo, publicado originalmente na Global Labour Journal, revista de referência para estudiosos do trabalho, o autor apresenta um

balanço das formas tradicionais de organização trabalhista e aponta para a necessidade de um novo processo de "demarcação das classes trabalhadores", redesenhando as fronteiras que separam as diferentes categorias de trabalhadores, sugerindo uma conceitualização expandida do trabalho e dos trabalhadores.

Boa leitura!

Uberização, ode à crise e precarização: desempenho, cansaço e colonização do tempo

Recebido em: 28/03/2021, aprovado em 21/05/2021
10.30612/mvt.v8i14.15017
Agnes Cruz de Souza[1]

RESUMO: O artigo discute perspectivas contemporâneas relacionadas ao mundo do trabalho e a intensidade das transformações práticas, teóricas e discursivas no contexto da ordem capitalista neoliberal que invocam, por um lado, a noção de liberdade, autonomia, flexibilização e incentivo ao empreendedorismo e, por outro, redimensionam o âmbito da precarização configurando uma ordem facetada por reformas trabalhistas e sociais que reduzem o espaço de direitos. Referencia-se o processo de uberização do trabalho, a noção de cansaço, colonização de tempo 24/7 e a incrustação da precarização de categorias amplas e significativas de trabalhadores. Procura-se observar de que maneira os fatores elencados associam-se à legitimação, cristalização, incentivo e acentuação da falta de limites com relação à exploração e desestabilização das condições de trabalho na atualidade. Conclui-se que a tecnologia inaugura novos padrões e processos de trabalho e estes são permeados por empregos precários, mal remunerados e instáveis afetando de forma ampla a vida dos trabalhadores uberizados, para além da esfera laboral. Os recursos metodológicos do texto perpassam por recortes teóricos das obras de Antunes (2020, 2018, 2009), Abílio (2020, 2019a, 2019b), Crary (2016) e Han (2017), além de aportes midiáticos e artísticos para referenciar a realidade das condições e experiências do trabalho na atualidade: a série Years and years (2019) produzida pela BBC e HBO, o curta-documentário Vidas Entregues (2019) de Renato Prata Bitar, o filme Você não estava aqui (2019) dirigido por Ken Loach e o quadro modernista de Goya, O sono da razão produz monstros.

Palavras-chave: Uberização. 24/7. Sociedade do cansaço. Precarização.

UBERIZATION, ODE TO CRISIS AND PRECARIOUSNESS: PERFORMANCE, FATIGUE AND THE COLONIZATION OF TIME

ABSTRACT: The article discusses contemporary perspectives related to the world of work and the intensity of practical, theoretical and discursive transformations in the context of the neoliberal capitalist order that invoke, on the one hand, the notion of freedom, autonomy, flexibility and encouragement of entrepreneurship and, on the other, resize the scope of precariousness configuring an order faceted by labor and social reforms that reduce the space of rights. Reference is made to the

1 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) no Campus Boituva, agnesouzasoc@gmail.com

process of uberization of work, the notion of tiredness, colonization of time 24/7 and the incrustation of the precariousness of broad and significant categories of workers. It seeks to observe how the listed factors are associated with legitimization, crystallization, encouragement and accentuation of the lack of limits in relation to the exploitation and destabilization of working conditions today. It is concluded that technology inaugurates new patterns and work processes and these are permeated by precarious, poorly paid and unstable jobs, affecting in a broad way the lives of uberized workers, beyond the labor sphere. The methodological resources of the text permeate theoretical excerpts from the works of Antunes (2020, 2018, 2009), Abílio (2020, 2019a, 2019b), Crary (2016) and Han (2017), as well as media and artistic contributions to reference reality of the conditions and experiences of work today: the series *Years and years* (2019) produced by the BBC and HBO, the short documentary *Lives Delivered* (2019) by Renato Prata Bitar, the film *You were not here* (2019) directed by Ken Loach and Goya's modernist painting, *The Sleep of Reason Produces Monsters*.

Keywords: Uberization. 24/7. Society of tiredness. Precariousness.

UBERIZACIÓN, ODA A LA CRISIS Y LA PRECARIEDAD: RENDIMIENTO, FATIGA Y COLONIZACIÓN DEL TEMPO

RESUMEN: El artículo analiza las perspectivas contemporáneas relacionadas con el mundo del trabajo y la intensidad de las transformaciones prácticas, teóricas y discursivas en el contexto del orden capitalista neoliberal que invocan, por un lado, la noción de libertad, autonomía, flexibilidad y fomento del emprendimiento y, por otro, redimensionan el ámbito de la precariedad, configurando un orden facetado por reformas laborales y sociales que reducen el espacio de derechos. Se hace referencia al proceso de uberización del trabajo, la noción de cansancio, la colonización del tiempo 24/7 y la incrustación de la precariedad de amplias y significativas categorías de trabajadores. Se busca observar cómo los factores enumerados se asocian con la legitimación, cristalización, estímulo y acentuación de la falta de límites en relación a la explotación y desestabilización de las condiciones laborales en la actualidad. Se concluye que la tecnología inaugura nuevos patrones y procesos de trabajo y estos están permeados por trabajos precarios, mal remunerados e inestables, que afectan ampliamente la vida de los trabajadores uberizados, más allá del ámbito laboral. Los recursos metodológicos del texto impregnan extractos teóricos de las obras de Antunes (2020, 2018, 2009), Abílio (2020, 2019a, 2019b), Crary (2016) y Han (2017), así como aportaciones mediáticas y artísticas de referencia a realidad de las condiciones y experiencias del trabajo hoy: la serie *Years and years* (2019) producida por la BBC y HBO, el cortometraje documental *Vidas entregadas* (2019) de Renato Prata Bitar, la película *No estabas aquí* (2019) dirigida por Ken Loach y la pintura modernista de Goya, *El sueño de la razón produce monstruos*.

Palabras Clave: Uberización. 24/7. Sociedad del cansancio. Precariedad.

INTRODUÇÃO

Inerentes às transformações do jogo capitalista global e do neoliberalismo, o mundo do trabalho em suas diversas vertentes e configurações históricas não escapa aos ventos da flexibilização enquanto novidade que incorpora a noção de liberdade associada ao empreendedorismo. Vivenciamos, particularmente nas últimas décadas, profundas mudanças na forma e sentido do trabalho relacionadas como consumismo, o aprofundamento da crise do capital, a intensificação da presença da inteligência artificial e a reestruturação produtiva da acumulação flexível (ANTUNES, 2009).

A dimensão do trabalho é ressignificada e reorganizada por plataformas digitais que instituem a chamada uberização: rótulo para trabalhadores empreendedores que são remunerados por tarefa, demandas ou horas, que inaugura a falsa ideia do empregador de si mesmo sem qualquer tipo de garantia de jornada ou rendimentos, o que incide em implicações importantes na dinâmica da gestão e nova organização da força de trabalho, uma vez que não há compromisso explícito de continuidade e oscilação de renda salarial. Os ganhos são irregulares, culminando em relações de trabalho individualizadas e, ao mesmo tempo, invisibilizadas pelo discurso da prestação de serviços (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020).

Assim, paradigmas ditados pelo processo de globalização capitalista têm impactado a vida humana no século XXI exigindo cada vez mais que os indivíduos apresentem desempenho satisfatório no trabalho e, em função dessas exigências, estados patológicos marcados por adoecimentos neuronais dão espaço à comorbidades como a depressão, pelo déficit de atenção e/ou hiperatividade (TDAH), transtornos de bipolaridade e fadiga mental, consolidando violências sistêmicas dimensionadas pela esfera laboral. Estes fatores associam-se tanto ao desaparecimento, quanto a relativização do descanso, à constante necessidade de hiperatenção e do estar constantemente disponível gerando crescente sobrecarga, degradação psíquica e emocional mascarando um "bem viver que se tornou sobreviver" na sociedade que absolutiza o trabalho, reduzindo sujeitos à hiperatividade e histeria (HAN, 2017).

Ainda, a noção de tempo transforma-se radicalmente na era da globalização e os mercados adaptam a condição humana às suas nuances "[...] atuando em regime 24/7 – 24 horas por 7 dias na semana – e infraestrutura global para o trabalho e consumo contínuos [...] e agora é o homem que está sendo cobaia para o perfeito funcionamento da engrenagem" (CRARY, 2016, p. 13). Com isso, a configuração da identidade pessoal e social reorganizam-se para serem ajustadas à operação ininterrupta de mercados, redes de informações e outros sistemas predominando:

> Um ambiente 24/7 aparenta ser um mundo social, mas na verdade é um modelo não social, com desempenho de máquina – e uma suspensão da vida que não revela o custo humano exigido para sustentar sua eficácia [...]. A novidade está na renúncia absoluta à pretensão de que o tempo possa estar acoplado a quaisquer tarefas de longo prazo [...] um mundo sem sombras, iluminado 24/7, é a miragem capitalista final da pós-história (CRARY, 2016, p. 18-19).

Reformas trabalhistas (como a aprovada no governo de Michel Temer), a ampliação dos processos de terceirização total e quarteirizações (BRASIL, 2017b) dialogam com a crise do desemprego e o crescimento da informalidade dimensionando trabalhos cada vez mais mal pagos e sem segurança previdenciária. Nesta esteira, as plataformas digitais orientam e conduzem um modelo social guiado por consumidores poupadores, levando a uma miríade proliferadora de empregos precários e à deterioração de direitos historicamente conquistados.

Além disso, as modalidades de trabalho são impactadas não só pela ameaça de desemprego,

mas pelo aparecimento e desaparecimento de ocupações, podendo gerar nova classe de "inúteis" com regime de exploração que tendem à irrelevância social.

Pensando nas dimensões aqui elencadas, o presente artigo lança luz sobre aspectos do processo de uberização do trabalho com efeitos e potencializações diante do que podemos verificar serem impactos contundentes na vida cotidiana dos trabalhadores sob sua égide: a relação obscurecida entre desenvolvimento tecnológico e precarização do trabalho.

Sugere-se nesse ínterim, que a precarização não traga em si a novidade para o mundo do labor contemporâneo, mas sim o uso das tecnologias (ABÍLIO, 2019a; 2019b). Deste modo, a tarefa preliminar consistirá na observação e análise dos meandros que ela perfaz: as mudanças na noção de tempo e sono, bem como seu respectivo processo de colonização retroalimentados pelo regime 24/7 (CRARY, 2016), o limiar da sociedade do cansaço e desempenho (HAN, 2017) e a perspectiva da irrelevância social como parte do redimensionamento das relações de trabalho.

Na primeira parte do texto, o artigo perfaz os caminhos do debate que cerceia a uberização do trabalho enquanto perspectiva empreendedora relacionada à flexibilidade e liberdade. Posteriormente, busca-se refletir sobre a domesticação contemporânea do tempo e sono como premissas de sucesso e alcance de êxito e por fim, aborda-se o modelo de sociedade de desempenho que se emoldura pelo cansaço elevado à potencialidade máxima de sujeição dos indivíduos rumo à precarização.

UBERIZAÇÃO E O NOVO/VELHO "EMPREENDER"

No curta-metragem documentário *Vidas Entregues* (2019), a realidade de trabalhadores da economia de compartilhamento na cidade do Rio de Janeiro é retratada a partir da vida prática nas ruas em atendimento às demandas dos aplicativos de entregas. A promessa de empreendedorismo apregoada como solução neoliberal para o desemprego estrutural demonstra que estamos a reproduzir mazelas antigas com novas roupagens.

Consolidando e estabelecendo globalmente novas formas de organizar, gerenciar e controlar as relações no mundo do trabalho, a uberização faz parte de um tipo de economia de compartilhamento atrelada a "[...] novos negócios que usam a internet para conectar consumidores com provedores de serviços para trocas no mundo físico [...]" (SLEE, 2017, p. 33). Em suas origens, a economia de compartilhamento (termo recente e criado em meados de 2011) associava-se a um tipo de movimento social que combinava, afetivamente, comércio e causa no mundo digital, prometendo assim, auxiliar prioritariamente indivíduos vulneráveis rumo a tomarem o controle de suas vidas ao tornarem-se empresários de si ou microempresários (SLEE, 2017).

O modelo constitui-se pela apropriação corporativa da energia coletiva com apelo idealista, alegação de sustentabilidade, comunidade e anticonsumismo, representativo de um futuro – ou a promessa de democratização, a partir do uso da tecnologia para o bem e que carrega como traço comum a insistência de que "[...] o empreendedorismo (mais do que por exemplo, os serviços) é o caminho certo para resolver os problemas sociais. Acreditam que o lucro e o bem comum podem não apenas coexistir, mas também se beneficiar um do outro" (SLEE, 2017, p. 258). No entanto, o que se origina da ideia "o que é meu é seu" (compartilhar) na prática, se consolida com "o que é seu é meu" (expansão dos valores de mercado sobre as vidas de trabalhadores individuais). Ou seja, o fenômeno da uberização/economia de compartilhamento tem caráter fluido, volúvel e, estando em andamento em diferentes lugares do mundo, demonstra que contradiz sua ideia inicial de compartilhar e facilitar.

A intensificação da uberização do trabalho dialoga com uma realidade onde o sistema econômico pende a favor do setor financeiro e da plutocracia. Ignora-se o crescimento de empregos

precarizados, além do desemprego e subemprego que se expandem em larga escala e de forma permanente. Carrega ainda a complexa materialidade de trilhar entre as chamadas ocupações formais e informais um caráter instável e de ausência de identidade profissional, o que Abílio (2017) nomeia de trabalhadores amadores, demonstrando que paradoxalmente:

> Por outro lado, as empresas uberizadas logram a conquista de corações e mentes amargurados da classe trabalhadora, os *partners* – desempregados ou empregados precarizados em busca de um complemento para a sua renda ou de um ambiente menos despótico. As empresas da economia do compartilhamento navegam nas oportunidades que a sociedade do trabalho, em crise, oferece: consumidores em busca de baixo preço e trabalhadores em situação de desespero (OLIVEIRA; MORAES; SILVA, 2017, online).

A noção de empreendedorismo engendrada pela uberização é salutar: enquanto forma oculta de trabalho assalariado, notadamente o trabalho autônomo ou nanoempreendedor (ABÍLIO, 2019b) mistifica a ideia de proprietário/a de si mesmo, enquanto efetiva a conversão em proletário/a de si-próprio ou mesmo o autogerenciamento subordinado (ABÍLIO, 2019a) conformando, de acordo com Antunes (2018), o tripé terceirização, informalidade e flexibilidade:

> [...] este novo fetiche do mundo tecnológico do capital permite, ao mesmo tempo, que se expanda o ideário fetichizado de que tudo está sob impulsão de uma neutra tecnologia, autônoma, quando é a engenharia informacional do capital que tem de fato o comando do algoritmo e, portanto, dos ritmos, tempos, produtividade e eficiência no universo microcósmico do trabalho individual, tendência que não para de se acentuar com a proposta da chamada Indústria 4.0, como se esta fosse um imperativo inexorável da tecnologia.
>
> A ideia de liberdade e flexibilidade (trabalhar quando e onde quiser) propagada pelas empresas constitui, na verdade, a transferência deliberada de riscos para aumentar o controle sobre os/as trabalhadores/as, pois essa liberdade significa ausência de salário garantido e incremento de custos fixos que se convertem em responsabilidade dos mesmos (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020, p. 33).

Na realidade brasileira, a Reforma trabalhista aprovada em 2017 (Lei nº13.467), sob a presidência de Michel Temer (MDB), expandiu o chamado *home-office* e tornou legais os contratos intermitentes, estes aprovados sem ampliação de debates, garantia de qualquer tipo de segurança ao trabalhador e sem regras claras para as contratações. Especialistas dão conta de observar que, da forma como foram homologadas as mudanças, praticou-se uma espécie de "vale tudo" para que se consolidassem as relações de trabalho contemporâneas.

O modelo intermitente de trabalho no Brasil tem influência dos chamados "contratos zero-hora", praticados na Inglaterra desde 2013. Assim, aquilo que no neoliberalismo apregoa a sedução da liberdade e flexibilidade, na prática dá consistência à flexibilização total do tempo e do salário de trabalhadores. O empregador não é obrigado a oferecer trabalho e em tese o trabalhador não precisa aceitá-lo. A uberização, dessa forma, alinha-se a este cenário e é promovida e legalizada sob o viés da subordinação e pauperização que não garantem o mínimo existencial para a sobrevivência, mascarada pela relação colaborador *versus* empresa. Além disso, conforme destaca Abílio (2019b, p. 2):

> [...] empresas apresentam-se não como contratantes, mas como mediadoras da oferta e procura; entretanto, são elas que detêm os meios de controle total sobre a distribuição do trabalho, do gerenciamento e estímulo da produtividade, de acesso às/desligamento das plataformas, além de obviamente, definirem o valor do trabalho de seus "parceiros".

Ainda, cumpre destacar que a uberização, da forma como se estabeleceu mundo afora, intensificou o processo de terceirizações já amplamente praticados. No caso brasileiro, em 2017, a Lei de Terceirização (nº. 13.429) foi modificada, também no governo Michel Temer (BRASIL, 2017a), passando a atingir não só as chamadas atividades-meio, mas as atividades-fim das empresas. Ampliou-se, assim, mais um passo rumo às subcontratações e às quarteirizações com consequências graves que não só se relacionam à vinculação empregatícia,

> [...] mas na transferência, para o trabalhador dos riscos, custos e parte do gerenciamento (subordinado), operando em novas lógicas, possibilitando novas formas de monopolização, apropriando-se das novas tecnologias para estabelecer novas formas de mapeamento, organização e controle do trabalho (ABÍLIO, 2019b, p. 4).

O modelo que se alastra nas relações de trabalho contemporâneas associa-se à reestruturação do sistema de acumulação flexível capitalista, permitindo efêmera e transitória superação de sua crise com o respaldo da tecnologia. No entanto, quando resgatamos historicamente as conquistas dos trabalhadores, a uberização remonta ao regresso de práticas e condições de labor muito semelhantes às perpetradas antes que a classe pudesse de fato garantir direitos, retirados não só da carteira de trabalho, mas das responsabilidades de neopatrões, que apesar da invisibilidade "empreendedora" coexistem e mantém seu *modus operandi* (ABÍLIO, 2017; 2019, 2019b; ANTUNES, 2009; 2018; OLIVEIRA; MORAES; SILVA, 2017).

Como relatam alguns dos entrevistados do curta documentário: "Empreendedor eu não me vejo não. Eu não tenho patrão, porque eles não dão suporte nenhum pra gente" [...] "Desesperada! (Risos) Mas microempreendedora eu não sou não [...] eu sou uma pessoa desesperada porque eu não tenho emprego" (VIDAS ENTREGUES, 2019). Dessa forma, a tecnologia que permeia o modelo e adaptações do trabalho uberizado intensifica sobremaneira a precarização da vida e condições dos trabalhadores, questão que será ampliada na seção seguinte.

O 24/7, AS NOVAS DINÂMICAS INTERNACIONAIS DO CAPITALISMO E EXPLORAÇÃO DA ERA DIGITAL: A DOMESTICAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO TEMPO E SONO

Numa das pinturas mais significativas do modernismo, *O sono da razão produz monstros*, o espanhol Francisco de Goya criticava a ignorância e a profusão de ideias perigosas e falsas. O artista produziu suas obras na passagem dos séculos XVIII para o XIX e hoje, em pleno século XXI, a luz e a verdade que tanto importavam para sua obra criativa se traduzem ainda em sono obscuro que convence os indivíduos de que pela ode à racionalidade, o tempo é o nosso maior bem, e, portanto, não pode ser desperdiçado para que se atendam aos ditames mercadológico-consumistas da era global.

Antes que o termo 24/7 ou a colonização do tempo se tornassem objetos de investigação e

mesmo conhecidos no linguajar cotidiano recente, a ideia de cansaço, exaustão e exploração sempre se fez presente na vida humana. Diferentes períodos históricos apropriaram-se, por meio do trabalho, de limites da fadiga aos quais o corpo humano poderia chegar. No entanto, ao nos referirmos à atualidade, a novidade está em como tecnologia em suas novas modalidade de exploração e a internacionalização das dinâmicas do capitalismo entrelaçam de forma intensa o fenômeno:

> Muitas dessas transformações se consolidaram ou se radicalizaram com a popularização e a conexão constante de dispositivos comunicacionais digitais e a internet, assunto que vem sendo tratado de forma exaustiva pela sociologia. Como efeitos, temos ao mesmo tempo o lento fim dos empregos e o esvaecimento das fronteiras entre o trabalho e o não trabalho. Além disso, os dispositivos tecnológicos e a rede vêm propiciando o surgimento de novos modelos de trabalho e de exploração de serviços (FIRMINO; CARDOSO, 2018).

Para o perfeito funcionamento dessa engrenagem que não para, o ser humano é o protagonista juntamente com seu tempo, liberdade e sono – precarizados em nome da velocidade e infraestrutura global para o trabalho e consumo contínuos. Liberdade plena e tempo tornaram-se mercadorias supremas, pois o descanso e regeneração dos seres humanos são custosos ao capitalismo contemporâneo (CRARY, 2016).

A uberização do trabalho não escapa à lógica do 24/7 sendo, desse modo, por ela retroalimentada como um tempo sem tempo, sem demarcação material, sem sequência ou recorrência. A alucinação da presença, operações incessantes e automáticas, além da permanência inalterável, compõem suas substâncias na atualidade e a vida comum é operacionalizada em nome da técnica, do algoritmo e dos smartphones. É uma temporalidade impossível que solapa qualquer intervalo ou variação, uma vez que:

> Com uma oferta infinita e perpetuamente disponível de solicitações e atrações, o 24/7 incapacita a visão, por meio de processos de homogeneização, redundância e aceleração. Apesar de afirmações em contrário, assistimos à diminuição das capacidades mentais perceptivas em vez de sua expansão e modulação (CRARY, 2016, p. 43).

O consumo e a prestação de serviços integram-se harmonicamente à colonização do tempo inserida no modelo 24/7, uma vez que a redução temporal da tomada de decisões, a eliminação do tempo inútil de reflexão e a contemplação dão margem ao tempo sem tempo, isto é, "o encarceramento e o controle implacáveis do tempo e da experiência" (CRARY, 2016, p. 49).

Em seu recente filme, Você não estava aqui (2019), o diretor Ken Loach retrata a realidade do trabalho uberizado na perspectiva inglesa. O protagonista, empreendedor de si mesmo, deve, a todo custo, ajustar suas demandas à precisão de horários de entrega e atendimentos diários cronometrados, inspecionados e estabelecidos pela franquia de logística. Retrata-se uma faceta e inovação do capitalismo contemporâneo que consiste na simulação contínua do novo (tecnologia), enquanto que na prática relações de poder, trabalho e controle sobre os trabalhadores permanecem os mesmos. Crary (2016) ressalta que em:

> [...] boa parte do século XX, a produção de novidades, apesar de seu caráter repetitivo e nulo, era frequentemente vendida de maneira a satisfazer a imaginação social de um futuro mais avançado ou pelo menos diferente. No quadro do

> futurismo de meados do século XX, os produtos comprados e incorporados à vida pareciam vagamente relacionados a evocações populares de prosperidade global futura, da substituição benfazeja do trabalho humano pela automação, da exploração espacial, da erradicação do crime e de doenças e assim por diante [...]. O 24/7 é estruturado em torno de objetivos individuais de competitividade, promoção, aquisição, segurança pessoal e conforto à custa dos outros. O futuro está tão à mão que só pode ser imaginado como idêntico à luta pelo ganho ou pela sobrevivência individual no mais superficial dos presentes (CRARY, 2016, p. 49-50).

A economia compartilhada e o futuro preconizado, no entanto, estão mais que presentes e não foram capazes de romper com as amarras do passado de exploração, precarização e exaustão extrema de trabalhadores, hoje uberizados. A reconfiguração de sistemas, modelos e plataformas tiveram um papel decisivo na reinvenção do sujeito e na intensificação de seu controle. Conforme salientam Antunes e Filgueiras (2020):

> É por isso que, nos dias atuais, é difícil encontrar qualquer modalidade de trabalho que não tenha alguma forma de interação e dependência de celulares, computadores, smartphones e assemelhados, sendo que a gestão praticada nos moldes das plataformas tornou-se potencialmente expansível para um imenso conjunto de ramos e setores. São estabelecidas relações sem qualquer limite de jornada, renda, saúde, segurança. Nesse sentido, é necessário acentuar que esse vilipêndio em relação ao trabalho não é uma possível remissão ao futuro. No presente, a expansão do trabalho digital vem demolindo a separação entre o tempo de vida no trabalho e o tempo de vida fora dele (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020, p. 38).

No entanto, parte da cultura que se moldou na contemporaneidade e foi amplamente incorporada ao mundo do trabalho, trouxe a ideia de que poderia haver uma gratificação individual a partir da imitação de ritmos, eficiência e dinamismo impessoais de mecanização. A permeabilidade e indistinção entre tempo de trabalho e de lazer, "[...] habilidades e gestos que seriam restritos ao local de trabalho agora integram universalmente a tessitura 24/7 de nossa vida eletrônica" (CRARY, 2016, p. 67) expropriando-nos do tempo, da prática e mesmo da liberdade.

A reificação humana no modelo uberizado de trabalho recriou um indivíduo numa concepção de si que potencializasse e, ao mesmo tempo, viabilizasse sua presença e participação em ambientes com velocidades digitais. Ou seja, típicas miragens eletrônicas que constituem o mercado conectado do consumo global e sujeitos inventados para serem compatíveis entre o que o humano é capaz e um reino de escolhas não verossímeis para suas capacidades. Anula-se o tempo, o sono e a própria vida humana em torno do ideário de autogerenciamento subordinado (ABÍLIO, 2019a) e legitimado pelo discurso da liberdade. O protagonista de *Você não estava aqui* ilustra de forma contundente a nova realidade, desejo de mudanças e perspectivas quando entrevistado para fazer parte de uma franquia de motoristas:

> Então, prefiro trabalhar sozinho agora, ser meu próprio chefe.
>
> Já recebeu o seguro-desemprego?

> Não. Eu tenho orgulho. Prefiro morrer de fome.
>
> Gostei do que ouvi Ricky. Henry tinha razão, você é guerreiro. Vamos só esclarecer algumas coisas pra começar. Aqui você não é contratado, você embarca. Gostamos de dizer "embarcar". Não trabalha para nós, trabalha conosco. Não dirige para nós, presta serviços. Não temos contratos de emprego. Não há metas a cumprir. Você recebe o Padrão de Entrega. Não há salários, há honorários. Ficou claro?
>
> Sim. Está tudo bem.
>
> Você não bate ponto, você fica à disposição. Se assinar conosco, será um motorista franqueado. Senhor do seu destino, Ricky. Isso separa os perdedores dos guerreiros. Você topa?
>
> Sim. Eu espero uma oportunidade como esta há séculos (VOCÊ NÃO ESTAVA AQUI**,** 2019, online).

A oportunidade uberizada da vez transforma trabalhadores em indivíduos autossuficientes, donos de seu próprio tempo e destino, disponíveis, determinados, colaboradores e cumpridores de metas, conforme o padrão do que entregam ao final do dia enquanto franqueados batalhadores.

Firmino e Cardoso (2018) incrementam faceta curiosa (que pelo espaço e limitações destinadas ao artigo não serão ampliadas) que identifica engenhosa perspectiva com possibilidade de maximização e exploração da força de trabalho, nomeada pelos autores de "uberização da Uber". Num informal e antropológico papo de corrida realizada por eles ao utilizarem o aplicativo, detalhes de um esquema ardiloso de manobra das relações de trabalho foram observados:

> Daniele era motorista profissional, contratada por Michel para servir sua família. Seu trabalho seguia todas as regras trabalhistas, como jornada de oito horas diárias e registro em carteira. Entretanto, nas horas em que estava a trabalho e sem atividades específicas com a família de Michel, Daniele era obrigada a realizar corridas como motorista Uber, com as seguintes condições: todo valor repassado pela Uber iria diretamente para a conta do chefe; o e-mail cadastrado no serviço era o de Michel, que monitorava valores e trajetos conforme estes aconteciam; em caso de acidentes, a responsabilidade recairia sobre Daniele; celular e veículo eram de propriedade de Michel; e não havia a possibilidade de trabalhar sem aceitar essas condições (FIRMINO; CARDOSO, 2018).

A dupla exploração ajustada ao contexto prestação de serviços para a Uber descrita pela motorista, revela a complexidade, ambiguidade e organicidade pouco éticas numa articulação perversa em contexto onde salta aos olhos a precarização da própria liberdade. Segundo os autores, foi curioso e ao mesmo tempo surpreendente verificar que "numa atividade tão característica da *sharing economy* e do *self empreendedor*, os velhos conceitos de mais-valia e de propriedade dos 'meios de produção' pudessem fazer tanto sentido" (FIRMINO; CARDOSO, 2018).

O impacto profundo no sentido de valorização do indivíduo no processo e relações de trabalho permeadas pela uberização tem como consequência o ataque à coletividade e seus valores, uma vez que "por meio da noção de que liberdade é estar livre de qualquer dependência em relação aos

outros" (CRARY, 2016, p. 124) vive-se a subjugação completa à lógica do ser "livre" neoliberal e com isso, o 24/7 oferta a ilusão de um tempo sem espera, de atendimentos instantâneos e do gerenciamento eletrônico de nossas vidas e cotidiano, impedindo o cuidado com os outros e de si mesmo. Amplia-se assim mais um espectro da precarização programada e sistematizada do "empreender" na realidade global e flexibilizada.

CANSAÇO, DESEMPENHO E NOVAS COERÇÕES: INDIVÍDUO NO TOPO DA CADEIA PRODUTIVA

O trabalho enquanto histeria e hiperatividade são características atreladas à contemporaneidade; regido pela ode ao desempenho e marcado por adoecimentos neuronais típicos do século XXI (depressão, fadiga, TDAH, transtorno de bipolaridade e Síndrome de *Burnout*). Neste contexto, vivenciam-se processos de violência ditados pelo exagero da positividade num modelo social que abarca a superprodução, a supercomunicação e o superdesempenho dos indivíduos (HAN, 2017).

No contexto da uberização, a concepção de liberdade cede espaço para a constituição de novas formas coercitivas do sujeito pós-moderno, em um modelo social que exagera e enaltece a individualidade, além de propagar um viver ativamente para gerar cansaço e esgotamento excessivos. Nesta sociedade do desempenho, o inconsciente social maximiza produção e produtividade, dando poder ilimitado a projetos, iniciativas e motivação aos trabalhadores autogeridos. Configura-se dessa forma, uma exploração com sentido de liberdade, ou seja, o "explorador é ao mesmo tempo explorado. Agressor e vítima não podem ser mais distinguidos. Os adoecimentos psíquicos da sociedade de desempenho são precisamente as manifestações patológicas dessa liberdade paradoxal" (HAN, 2017, p. 30).

O tédio profundo que marca a sociedade atual tem sua raiz no excesso de positividade. De acordo com Han (2017), a crescente cobrança pela sobrecarga de trabalho e exigência para que indivíduos sejam multitarefas gera um excesso de estímulos, informações e impulsos que levam ao retrocesso em termos do bem viver, que literalmente se transforma na sobrevivência possível. O descanso desaparece, a colonização do tempo transforma-se num imperativo e a absolutização do trabalho incentiva plenamente que sujeitos sejam ativos. Estes fatores aparecem enquanto positividade em uma:

> Sociedade do trabalho, na qual o próprio senhor se transformou num escravo do trabalho. Nessa sociedade coercitiva, cada um carrega consigo seu campo de trabalho. A especificidade desse campo de trabalho é que somos ao mesmo tempo prisioneiros e vigia, vítima e agressor. Assim, acabamos explorando a nós mesmos (HAN, 2017, p. 47).

Dentre as muitas associações entre o uso de drogas psicotrópicas e instrumentos de comunicação, uma delas está na produção de formas de conformidade social. O uso difundido de remédios para transtornos de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) é frequentemente motivado pela esperança de melhorar o desempenho e competitividade no trabalho e, mais grave, o vício em metanfetamina está muitas vezes ligado às ilusões destrutivas de desempenho e autoengrandecimento (CRARY, 2016).

A sociedade do cansaço apresenta como perspectiva de melhora cognitiva dos indivíduos o "*doping* cerebral", isto é, associados a uma máquina de desempenho, é possível empreender livre de perturbações e maximizando a execução de suas atividades uma vez que o "doping possibilita de certo modo um desempenho sem desempenho" (HAN, 2017, p. 69). Ativa-se o excesso de positividade

social, para sujeitos plenamente ativos, no entanto, o processo gera cansaço, esgotamento excessivo além de isolar e individualizar trabalhadores, rompendo com a ideia de comunidade, proximidade e elementos comuns entre todos. Com isso:

> A coação do desempenho força-o a produzir cada vez mais. Assim, jamais alcança um ponto de repouso da gratificação. Vive constantemente num sentimento de carência e de culpa. E visto que, em última instância, está concorrendo consigo mesmo, procura superar a si até sucumbir. Sofre um colapso psíquico, que se chama de Burnout (esgotado). O sujeito de desempenho se realiza na morte. Realizar-se e autodestruir-se, aqui, coincidem (HAN, 2017, p. 85).

A flexibilidade e liberdades celebradas demarcam relações capitalistas contemporâneas de trabalho pautadas pela ampliação da exploração, precarização, eficiência e produtividade produzindo seres fracassados, regidos pela violência autogerada e que se imaginam como livres nesse processo. Amplia-se a vida desnuda e fora da ordem do direito, gerando estados de exceção que produzem e normalizam o desprovimento de direitos historicamente conquistados em nome do empreender a si mesmo, afinal há trabalho em qualquer lugar e qualquer hora – laptops e smartphones formam o campo de trabalho móvel do neoliberalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: FUTURO E CRISE DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO -OS SENTIDOS DO "EMPREENDER"

A série *Years and years,* produzida pela HBO em 2019, retrata o impacto da tecnologia em nosso cotidiano e se propõe a discutir criticamente como, num futuro distópico próximo, serão vivenciadas mudanças desencadeadas em várias esferas da vida dos indivíduos: sociais, culturais, econômicas e psicológicas.

O diálogo em destaque abaixo é apresentado no episódio seis (o último) da temporada um. Uma família inglesa (a que protagoniza a série) impactada pela crise econômica, desemprego e com membros desempenhando trabalhos precarizados ouve atentamente a avó no jantar da família. Revelando misto de indagação num primeiro momento, muitos não compreendem o porquê do diálogo por ela colocado, no entanto lentamente a cena leva os protagonistas a refletirem sobre as mudanças e a culpa que carregavam pelo estado das coisas que ali a matriarca proferia:

> Absolutamente tudo o que deu errado é culpa de vocês [...] Porque nós somos. Cada um de nós. Podemos ficar aqui o dia todo culpando os outros [...], mais ainda é culpa nossa. Vocês sabem por quê? Eu vi, começou a dar errado nos supermercados, quando substituíram as mulheres dos caixas pelos caixas automáticos [...] Isso não é nossa culpa? Sim, mas não fizeram nada. Há 20 anos quando apareceram vocês protestaram? Escreveram carta de reclamação? Compraram em outro lugar? Não! Vocês acharam ruim, mas se conformaram! E agora aquelas mulheres não existem mais. E nós deixamos isso acontecer. [...] Eu acho que gostamos desses caixas. Queremos isso. Porque podemos passar, pegar nossas compras sem ter que olhar nos olhos daquela mulher. A mulher que ganha menos que nós. Ela não existe mais, foi despedida. Muito bem, então, sim é culpa nossa. Este mundo fomos nós que construímos. Parabéns! Saúde! (YEARS AND YEARS, 2019, online).

O mundo globalizado e imerso na tecnologia, se referenciado em termos de processo histórico, vivencia crescimento exponencial do setor de serviços e, dessa forma, as mudanças do

capitalismo internacionalizado e ajustes neoliberais fizeram surgir ocupações instáveis, inseguras, com baixas remunerações e desorganizadas em termos de reconhecimento dos trabalhadores enquanto classe (ANTUNES, 2018).

Para reflexão sobre tal cenário, destacou-se a uberização enquanto um processo que une o novo (economia de compartilhamento) ao velho, salientando-se que, como promessa coletiva, não efetiva o empreendedorismo, reforça a instabilidade de trabalhadores amadores (ABÍLIO, 2019b), além de consolidar o tripé terceirização, informalidade e flexibilidade (ANTUNES, 2018), protagonizando conjuntura de subcontratações e quarteirizações na prestação de serviços.

Além disso, no mundo do trabalho contemporâneo, o modelo ocupa forma de organização, gerenciamento e controle do trabalho que conformam o trabalhador *just in time*, disponível e descartável (ABÍLIO, 2019a; 2019b) reiterando práticas envoltas na precarização e exploração que não foram superadas, mas ressignificadas, recompostas e adaptadas.

Do ponto de vista das novas dinâmicas internacionais do capitalismo global, demarca-se o controle total da vida de trabalhadores no sentido de domesticar, colonizar e controlar, via sistema 24/7, seu tempo e sono em nome dos preceitos da temporalidade mercado x consumo.

Ainda, cansaço e desempenho, acoplam paradoxalmente o modelo multitarefas de superprodução, supercomunicação e superdesempenho (HAN, 2017) dos indivíduos, gerando fadiga e esgotamento excessivo na esfera laboral. O descanso desaparece dando espaço aos adoecimentos neuronais típicos do século XXI.

A uberização, seus impactos e transformações repercutem para além da esfera do trabalho e denotam sinal de sua crise, embora, ao mesmo tempo, confundam-se enquanto novidade (apoiada no avanço da tecnologia) que impulsiona a liberdade e flexibilidade: promove o experienciar cotidiano sem a separação casa, trabalho, lazer, diversão e pausa. Assim, devidamente adaptados e conectados numa simbiose plena que concretiza o empreender ilusório, falso e precarizado, produz sujeitos relegados ao cansaço, negação/subjugação do sono e do tempo, aniquilando a própria capacidade de se enxergarem como algozes de si mesmos.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Plataformas digitais e uberização: Globalização de um Sul administrado? **Contracampo**, Niterói, vol. 39, n. 1, p. 12-26, abr./jul. 2020.

_____. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, vol. 18, n. 3, p. 41-51, nov. 2019a.

_____. Uberização: A era do nanoempreendedor de si? **Anais do 43o. Encontro da ANPOCS**. Caxambu, Brasil: ANPOCS, 2019b.

_____. Uberização do trabalho: A subsunção real da viração, **Site Passapalavra/ Blog da Boitempo**, 2017. Disponível em https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/ Acesso em: 13 fev. 2020.

ANTUNES, Ricardo. "Uberização" do trabalho: caminhamos para a servidão, e isso ainda será um privilégio. Entrevista. **Revista IHU On-Line**, agosto de 2019. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591102-uberizacao-nos-leva-para-a-servidao-diz-pesquisador Acesso em: 18 abr. 2020.

_____. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo/SP: Boitempo, 2009.

_____; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, vol. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

BRASIL. Lei nº. 13.429 de 31 de Março de 2017. Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm Acesso em: 10 abr. de 2020.

_____. Lei nº. 13.467 de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho, 2017b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 2 mar. 2020.

CRARY, Jonathan. **24/7 Capitalismo tardio e os fins do sono**. Trad. Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Ubu, 2016.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço.** 2ª ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2017.

FIRMINO, Rodrigo; CARDOSO, Bruno. Uberização da UBER. **Le Monde Diplomatique**, 2018. Disponível em: https://diplomatique.org.br/a-uberizacao-da-uber. Acesso em: 12 mai. 2018.

OLIVEIRA, Marco Antonio Gonsales de; MORAES, Rodrigo Bombonati de Souza e SILVA, Rogério de Souza. Luta de classes na era do UBER, **Outras palavras**, 2017 Disponível em: https://outraspalavras.net/posts/luta-de-classes-na-era-do-uber/. Acesso em: 5 jan. 2018.

SLEE, Tom. **Uberização.** A nova onda do trabalho precarizado. Trad. João Peres. São Paulo: Elefante Editora, 2019.

VIDAS entregues. Direção de Renato Prata Biar, Documentário, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cT5iAJZ853c&feature=youtu.be. Acesso em: 7 jan. 2020.

VOCÊ não estava aqui**.** Direção de Ken Loach, Filme, 2019. 101 minutos.

YEARS and years. Direção de Russell T. Davies, Série, BBC e HBO, 2019, Temporada 1.

O PERFIL DO MOTORISTA DE APLICATIVO NO BRASIL

Recebido em 13/04/2021, aprovado em 20/05/2021
10.30612/mvt.v8i14.14406
Ana Cláudia Bessa[1]

RESUMO: O presente artigo relata dados da pesquisa monográfica para um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para graduação em Sociologia. O tema da pesquisa foi sobre as representações da atividade por aplicativo para os trabalhadores brasileiros e o recorte parcial para a elaboração do presente artigo se refere aos dados da primeira parte do questionário dedicada à descrição do perfil desses trabalhadores. A investigação para descrição do perfil teve o propósito de contribuir com informações empíricas originais que permitam desenvolvimentos nos estudos sociológicos sobre os trabalhadores que estão exercendo essa nova modalidade de trabalho. O objetivo deste texto é apresentar os resultados quantitativos obtidos sobre o perfil dos trabalhadores e relatar breves análises considerando as características em variáveis como gênero, idade, raça, região, estado civil, entre outras. As respostas permitem observar relações entre a atividade por aplicativo e esses trabalhadores, revelando uma população composta majoritariamente por indivíduos provedores de suas famílias que atuam em uma atividade cuja lógica flexível é baseada em incertezas e ausência de proteção social.

Palavras-chave: Trabalho por aplicativo. Uber. Sociologia do Trabalho. Economia Política.

THE PROFILE OF PLATFORM WORKERS IN BRAZIL

ABSTRACT: This article reports data from a research at the undergraduate school in Sociology. The profile of Brazilian platform workers is the result of the first part of the survey on that research and contributes to empirical information for sociological related to the subject of platform work. The purpose of this article is to present the quantitative results obtained on the survey and briefly report variables such as gender, age, race, region, marital status, among others in such workers' profile. The results show the platform workers are mainly breadwinners in flexible jobs living with uncertainties and lack of social protection.

Keywords: Platform work. Uber. Sociology of Work. Political Economy.

1 Graduanda em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Editora-adjunta da Revista Ensaios (Publicação do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS e das graduações em Ciências Sociais e Sociologia da UFF). Pesquisadora e integrante do grupo de pesquisa certificado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológco (CNPq): Subjetividade, Memória e Violência do Estado, da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: anabessa.uff@gmail.com.

EL PERFIL DE LOS TRABAJADORES DE PLATAFORMA EN BRASIL

RESUMEN: Este artículo reporta datos de la investigación monográfica para estudios de pregrado en Sociología. El tema de investigación fue sobre las representaciones de la actividad de aplicativos para los trabajadores brasileños y el corte parcial para la elaboración de este artículo se refiere a los datos de la primera parte del cuestionario dedicada a la descripción del perfil de estos trabajadores. La investigación para la descripción del perfil tuvo el propósito de aportar información empírica original que permita desarrollos en los estudios sociológicos sobre los trabajadores que están ejerciendo esta nueva modalidad de trabajo. El propósito de este texto es presentar los resultados cuantitativos obtenidos sobre el perfil de los trabajadores y reportar breves análisis considerando las características en variables como sexo, edad, raza, región, estado civil, entre otras. Las respuestas permiten observar las relaciones entre la actividad y estos trabajadores, revelando una población compuesta principalmente por individuos que mantienen a sus familias que laboran en una actividad cuya lógica flexible se basa en las incertidumbres y la desprotección social.

Palabras Clave: Trabajo de plataforma. Uber. Sociología del Trabajo. Economia Política.

INTRODUÇÃO

Os dados sobre o perfil do motorista por aplicativo no Brasil, apresentados neste artigo, são parte integrante de uma pesquisa monográfica maior, desenvolvida para elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para graduação em Sociologia. A pesquisa, iniciada em 2019 e concluída em 2020, investigou os motoristas que atuam na atividade por aplicativo e foi composta por três seções (BESSA, 2020). Além da primeira seção sobre o perfil dos motoristas por aplicativo – que será relatada neste artigo –, a pesquisa teve a segunda seção dedicada às condições da atividade[2] e a terceira seção sobre a interferência da pandemia[3] na atividade. Devido ao fato de que a pesquisa ficou bastante robusta, o que originaria um artigo muito extenso, as demais partes serão integrantes de artigos futuros.

A pesquisa seria feita de forma presencial, mas com a pandemia de Covid-19[4], em 2020, todo o planejamento e execução da pesquisa foram adaptados para ser realizado pela Internet de modo a permitir a sua continuidade sem a necessidade de contato pessoal entre pesquisadora e interlocutores/as. A coleta de dados foi feita através de um *survey* e a transferência do questionário para o ambiente digital promoveu uma mudança importante na característica da pesquisa, pois a mesma seria feita somente em um bairro da cidade de Niterói (RJ). A partir da definição de que a pesquisa seria feita *online*, foi possível aumentar consideravelmente a sua abrangência de modo a alcançar todo o Brasil.

2 A título de informação complementar, a segunda parte da pesquisa explorou as condições da atividade. Os trabalhadores deram informações sobre jornada de trabalho, tempo de permanência na atividade, folgas, renda, os recursos próprios que usam no exercício do trabalho, satisfação, motivação, entre outras questões (BESSA, 2020).

3 A interferência na pandemia foi explorada na pesquisa na terceira seção das perguntas e revelou questões importantes sobre os trabalhadores e a atividade frente a este momento social que atingiu de forma impactante o trabalhador brasileiro. No caso dos motoristas, como a atividade é configurada pela necessidade de contato pessoal, as respostas revelaram perdas financeiras e também medo de trabalhar neste contexto (BESSA, 2020).

4 Pandemia é uma epidemia relacionada a uma doença transmissível que se espalha em grandes regiões demográficas (FIOCRUZ, 2020). No Brasil, as restrições da pandemia de Covid-19 foram decretadas em Março de 2020 quando a pesquisa estava sendo elaborada.

Para que a pesquisa pudesse atingir sua população alvo, a opção foi pelo uso das redes sociais. Para isso, grupos de motoristas de aplicativo no *Facebook* foram usados como via de acesso a esses trabalhadores. Os grupos de relacionamento virtual nesta rede social se mostraram ser uma rica fonte de observação e obtenção de dados, pois é um local onde estes trabalhadores se expressam, se relacionam, trocam informações, oferecem serviços e dão depoimentos sobre suas rotinas e questões de trabalho. A observação não-participativa neste ambiente foi fundamental na elaboração do questionário e na análise das respostas.

Este artigo objetiva evidenciar as relações entre os indivíduos e as práticas da atividade, dentro e fora do trabalho, os componentes materiais e imateriais que permeiam essas relações e como os indivíduos se posicionam dentro da realidade trabalhista no Brasil. Para tanto, serão consideradas as relevantes questões que se desenvolvem em meio aos debates sobre as transformações a partir do mercado de trabalho informacional, automatização e a chamada *gig economy*[5]. A investigação sobre a descrição do perfil dos motoristas de aplicativo pretende relacionar os dados obtidos nas respostas ao *survey* com o contexto socioeconômico brasileiro e teorias sociológicas que contribuam para compreender a complexidade deste mercado de trabalho que se desenvolve sob os impactos de uma situação de crise política, econômica e social. Deste modo, além dos resultados apresentados na primeira parte da pesquisa, este artigo procura contextualizar e trazer conceitos sociológicos que atravessam este fenômeno, tratando de tópicos relacionados à atividade por aplicativo, *uberização*, flexibilização do trabalho, desemprego e mercado de trabalho no Brasil.

METODOLOGIA

A pesquisa monográfica que deu origem a este artigo caracterizou-se como uma pesquisa exploratória. A pesquisa exploratória tem o objetivo de explorar um fenômeno ou campo social em busca de novos esclarecimentos para desenvolvimento de novas hipóteses e estudos posteriores (GIL, 2008). É também um tipo de pesquisa mais flexível que permite uma coleta de dados menos convencional como é o caso da pesquisa pela Internet, sem contato presencial entre o/a pesquisador/a e os/as interlocutores/as.

A metodologia quantitativa – adequada às pesquisas exploratórias – foi o caminho escolhido para colher dados e adensar a investigação. A abrangência nacional – a partir da transferência para o ambiente virtual – contribuiu positivamente para a pesquisa. Isso porque o volume maior de dados permite que análises numéricas estatísticas forneçam um bom nível de acerto e maior possibilidade de precisão nas conclusões. O *survey* permite – com relativa rapidez – uma investigação da realidade da população pesquisada, possibilitando a quantificação dos dados e confecção de tabelas que geram respostas probabilísticas consistentes. Por outro lado, não capta com clareza as perspectivas pessoais dos/as respondentes ou algum processo de mudança que aconteça no decorrer da aplicação do questionário, exigindo ponderação do/a pesquisador/a no momento do tratamento dos dados e de construção de suas conclusões, pois há necessidade de enxergar além da leitura simples dos números.

5 O termo *gig economy* é utilizado para caracterizar a economia da informalidade no mercado de trabalho informacional, onde as relações de trabalho ocasional (no Brasil, chamados de "bicos") passam a ser mediadas pelas plataformas de aplicativo. Um mercado em amplo crescimento dentro e fora do Brasil: "A outra tendência é a plataformização do trabalho. Talvez a modalidade mais conhecida dessa tendência seja a do trabalho informal ("trabajo de changas") por meio de plataformas ("*gig labour*"), em que trabalhadores (enquadrados como autônomos - "*freelancers*") realizam atividades de trabalho em troca de pagamento por tarefa para diversos clientes – aos quais somente são acessados por meio de intermediação da empresa plataforma. Trabalhadores que trabalham com Uber, Freelancer, Zolvers e outras plataformas exemplificam essa tendência" (ZUKERFELD, 2020, p. 4, tradução nossa).

Para isso, é importante integrar análise de dados com os fundamentos teóricos (GIL, 2008). Nesta investigação, a metodologia quantitativa se mostrou adequada por permitir essas variadas análises a partir de uma fonte primária capaz de fornecer uma grande quantidade de dados, ser distribuída pela Internet e por abranger todo o território nacional.

A pesquisa foi desenvolvida em dois estágios que envolveram um questionário pré-teste e o questionário principal da pesquisa. O uso das redes sociais foi o caminho utilizado para distribuição dos questionários pela Internet, pois o *Facebook* possui grupos destinados a motoristas de aplicativos onde os questionários foram divulgados entre a população-alvo. O questionário pré-teste foi desenvolvido com o objetivo de saber se as questões elaboradas atendiam de forma eficaz ao objetivo de coleta de informações e também para experimentar as estratégias de distribuição e divulgação.

Para confecção do questionário foi usada a ferramenta *Google Forms*[6] que permite elaborar o questionário e fornece um *link* de acesso – ou endereço eletrônico – para divulgação. Deste modo, o pré-teste foi distribuído – de forma aleatória nesta fase – em grupos de motoristas de aplicativo. Em virtude do modo de operação dos grupos, era preciso que as postagens fossem aprovadas pelos administradores dos mesmos. A distribuição foi feita em 20 grupos e aceitação ocorreu em seis deles, tendo ficado disponível por sete dias, obtendo apenas 20 respostas. Esta etapa foi fundamental para analisar as possíveis falhas na elaboração e na estratégia de comunicação com o campo de modo a buscar um aumento na eficácia da pesquisa.

Diante dos resultados do pré-teste, após uma observação mais apurada no campo e correções na redação do questionário, um novo formulário foi criado. Na segunda etapa, os grupos de motoristas no *Facebook* foram selecionados seguindo um recorte que usou a empresa Uber[7] como referência. Esse recorte foi feito através do uso de uma lista – disponibilizada no site da empresa – onde constam as cidades onde a empresa atua em todas as regiões do Brasil[8]. Seguindo os procedimentos do pré-teste, o link do segundo questionário também precisou ser aprovado pelos administradores dos novos grupos selecionados. A distribuição do questionário principal alcançou resultados mais expressivos, obtendo aprovação em 63 grupos de *Facebook* voltados para motoristas de aplicativo, sendo disponibilizada por 54 dias – de 09 de Abril a 01 de Junho de 2020 – e recebendo 766 respostas. A mudança de estratégia – a partir da experiência do pré-teste – foi fundamental para a melhoria do desempenho da pesquisa e o fato de ter sido realizada pela Internet, permitiu que motoristas de todas as regiões do Brasil fossem alcançados. É importante ressaltar que uma pesquisa presencial – em um tempo limitado como o de uma monografia de conclusão de curso – não teria condições de alcançar tantas respostas em tão pouco tempo como acontece quando a pesquisa é feita em ambiente virtual. Essa alternativa se transformou em um ganho importante para a pesquisa, convertendo em virtude as desvantagens e dificuldades ocasionadas pela pandemia.

O tratamento dos dados quantitativos, a construção dos gráficos e tabelas e as análises estatísticas das respostas foram feitos através da própria ferramenta do Google e também com o uso

6 A Ferramenta da empresa *Google* permite criar formulários que podem ser distribuídos pela Internet e suas respostas contabilizadas automaticamente. Disponível em <https://www.google.com/intl/pt-BR/forms/about/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

7 A Uber foi utilizada como referência por ser a empresa de maior projeção no setor. A empresa foi inspiração para o termo "uberização", como caracterização da modalidade de trabalho através de plataformas de aplicativo. Disponível em: <https://www.uber.com/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

8 No momento da pesquisa, constavam 132 cidades na lista que está disponível no site da empresa Uber, Dessas**,** 97 cidades foram pesquisadas e 31 não entraram na pesquisa. Isso porque nem todas as cidades tinham grupos ativos ou eram grupos com movimento muito fraco e não forneceram dados suficientes para análise. Ver lista em <https://www.uber.com/pt-BR/blog/em-quais-cidades-a-uber-esta-no-brasil>. Acesso em: 09 abr. 2020.

do programa PSPP[9]. O cruzamento das respostas com dados oficiais foi feito quando possível e necessário. Finalizando, foi feita uma integração entre a interpretação dos resultados – e as questões abordadas – com as análises sociológicas a partir dos conceitos teóricos relacionados.

A ATIVIDADE POR APLICATIVO

A modalidade de trabalho por aplicativo se desenvolveu a partir de empresas de tecnologia que criam projetos de modelos de negócio que sejam altamente rentáveis e facilmente replicáveis. Esses modelos de negócio são baseados no uso de tecnologias destinadas a telefones celulares e podem chegar a ter valor de mercado em torno de um bilhão de dólares (TEODORO; D'AFONSECA, 2017). Ou seja, são empresas de grande circulação de capital.

A atividade por aplicativo se caracteriza por uma plataforma digital onde o trabalhador se cadastra para o desempenho de trabalhos informais e remunerados conforme demanda. Por isso, são também conhecidas como atividades on-demand e gig economy. As regras para o cadastro e desempenho da atividade são determinadas e impostas pelas empresas, sem instrumentos públicos de controle e fiscalização. Além disso, são atividades laborais que exigem pouca qualificação para serem desempenhadas. No caso das empresas de aplicativo de transporte, por exemplo, os motoristas apenas precisam ter habilitação para dirigir, sem que seja necessário o conhecimento de trajetos, ruas, pontos turísticos, mapa da cidade, direção defensiva ou segurança no transporte de passageiros. Basta se cadastrar e dirigir sem nenhuma exigência prévia em termos de aperfeiçoamento para desempenho de uma função específica que seja oferecida pela plataforma. Além disso, essas empresas se apresentam como ferramentas colaborativas que permitem que usuários, clientes e prestadores de serviço se encontrem. Contudo, essa característica "colaborativa" perde seu efeito na medida em que a empresa, além de ser a única que determina as regras e valores pagos aos trabalhadores – presumidamente – autônomos, ainda lucra com o trabalho dos mesmos, o que descaracteriza a "colaboração" e caracteriza a eficiência capitalista deste modelo.

Este trabalho é conhecido como on-demand, porque o motorista é acionado para viagens, à medida que a empresa direciona para ele as chamadas solicitadas pelos passageiros. A partir da realização da viagem, o motorista recebe um percentual sobre o valor determinado para o trajeto. Este valor depende não só da distância, como também do horário e da quantidade de motoristas e clientes disponíveis. Sob total controle da empresa, todos esses dados, chamados de algoritmos, são cruzados de forma a determinar os valores de precificação do trabalho prestado. Ou seja, é o algoritmo que gerencia o processo produtivo dos motoristas. Além desse controle, as regras e o processo de cadastramento e descadastramento da plataforma também acontecem sem interferência dos trabalhadores e todos os custos e investimentos necessários para a execução do trabalho são por conta dos motoristas.

Embora as atividades laborais em aplicativos apresentem questões que indicam que a mesma é desvantajosa para os trabalhadores, a adesão às plataformas de aplicativo vem crescendo em todo o mundo, sinalizando que os trabalhadores conseguem enxergar vantagens na atividade. Isso se dá porque o mercado informacional parte de conceitos basilares que preconizam um modelo que proporciona oportunidade de trabalho sem burocracia, com recebimento imediato. Além disso, constroem sentidos e acessam valores que se relacionam com expectativas, necessidades, desejos,

9 PSPP é um software livre de tratamento de dados estatísticos, disponibilizado gratuitamente, criado para ser alternativa ao software pago IBM-SPSS. Ver mais em <https://www.gnu.org/software/pspp/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

emoções e racionalidades que dialogam com questões urgentes da vida dos trabalhadores. A persistente situação de instabilidade do mercado de trabalho brasileiro (VARGAS, 2014) é uma das questões que contribui para a determinação desses valores e sentidos, assim como o avanço do neoliberalismo – que se baseia em uma racionalidade na construção do indivíduo por si mesmo – afetando a subjetividade dos trabalhadores.

> O que está em jogo nesses exemplos é a construção de uma nova subjetividade, o que chamamos de "subjetivação contábil e financeira", que nada mais é do que a forma mais bem-acabada da subjetivação capitalista. Trata-se, na verdade, de produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um "capital humano" que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 31).

Deste modo, é de suma importância que se desenvolvam análises sociológicas para compreensão do fenômeno que se relaciona com esta modalidade de trabalho e que está interferindo na vida dos trabalhadores pois forja novas relações econômicas e de trabalho.

Considerando que a pesquisa utilizou a empresa Uber como referência, as informações que a mesma fornece em seu site foram coletadas para ajudar na compreensão sobre este mercado. No que se refere à adesão dos trabalhadores, a empresa divulga alguns números que são importantes de serem registrados e que ajudam a compreender o crescimento do setor no Brasil e no mundo. Embora as informações do site da empresa não sejam confiáveis como dados empíricos, são uma fonte referencial sobre o que a empresa comunica a seus "colaboradores" potenciais e ao mercado.

Tabela 1 - Uber em números: 60 países (fundação em 2010 e chegada ao Brasil em 2014)

	Cidades	Motoristas parceiros	Usuários
Brasil	100	600 mil	22 milhões
No mundo	700	3 milhões	93 milhões

Fonte: Uber (2020).

As informações motivacionais que constam no site dizem muito sobre as expectativas que são construídas em torno da atividade: dinheiro rápido, sem burocracia, liberdade de horários, oportunidades progressivas, independência financeira e autonomia. Por outro lado, não são mencionados, de forma clara, os comprometimentos e custos financeiros necessários para execução da atividade. Essa é uma comunicação parcial e difusa que faz parte do conceito de empresa de capital informacional que se relaciona com questões valorosas aos trabalhadores que buscam independência, liberdade e empreender a partir de si mesmos como modo de vida (ZUKERFELD, 2020).

A RELAÇÃO ENTRE A UBERIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO

Os dados oficiais obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não fornece informações específicas sobre a atividade por aplicativo – ou sobre essa população-alvo – mas, sim, sobre motoristas em geral, tornando possível construir apenas uma correlação parcial dos dados. Na PNAD de dezembro de 2019, há a informação de que houve um aumento de quase 30% entre 2017 e 2019

na quantidade de "pessoas que trabalham em veículos[10]", sendo o maior valor da série histórica[11] desta pesquisa. Este dado revela o fato já mencionado de que há um crescimento significativo na adesão à atividade. Mas como explicar este crescimento quando se associa a atividade à precarização do trabalho?

A tecnologia traz consigo a modernização no mercado e nas relações de trabalho, sem necessariamente significar relações de trabalho mais justas e equânimes com esse desenvolvimento. O documentário *Uberização da Vida* (UBERIZAÇÃO, 2020) mostra como a atividade precariza e subordina o trabalho ao capital financeiro. Os trabalhadores se expõem a uma atividade sem vínculo contratual, em uma rotina exaustiva, com ganhos reduzidos, obrigados a usar seus recursos próprios para trabalhar, sem organização social efetiva que defenda seus interesses, dentro de uma lógica desenvolvimentista em detrimento da sobrevivência precarizada do trabalhador (FONTES, 2020). Deste modo, são essas duas as principais características que definem a *uberização*: os trabalhadores assumem os riscos e custos e não possuem contrato de trabalho. Complementando este quadro, a *uberização* também reorganiza as relações trabalhistas e o próprio mercado de trabalho através de novas formas de controle e gestão, baseados na tecnologia, que promovem a fiscalização constante desses trabalhadores, tornando-os subordinados aos interesses da empresa sem serem funcionários da mesma.

Isso não significa que a precarização das relações de trabalho seja causada pela *uberização*. A precariedade das relações de trabalho no Brasil é uma questão inerente ao nosso mercado de trabalho e tem uma trajetória histórica. Mesmo considerando que houve alguma melhoria a partir dos anos 2000, essa condição de instabilidade é familiar para o trabalhador brasileiro. O que vemos agora é um agravamento dessa situação (VARGAS, 2014)[12]. Sendo assim, o que se pode associar é o fato de que a Uber chega ao Brasil neste momento de agravamento da situação para a classe trabalhadora. Considerando este contexto, a *uberização* pode ser considerada como uma atividade que contribui para a reprodução dessa condição desfavorável e exacerba a precarização no mundo do trabalho. A partir das mudanças na economia brasileira, há pistas importantes para um nexo causal entre o crescimento dessa modalidade informacional de trabalho e o aumento do desemprego e do trabalho informal no mesmo período. Esta é uma situação que contribui para compreender a adesão dos trabalhadores a uma atividade que apresenta significativas desvantagens. Por outro lado, provê trabalho e renda de forma relativamente rápida, em um momento de escassez e de necessidades urgentes.

OS APLICATIVOS QUE OS MOTORISTAS USAM

Atualmente, a Uber não é mais a única empresa no mercado de aplicativos para transporte de passageiros. Por isso, é relevante saber com quantos e com quais aplicativos os motoristas estão

10 Quando a PNAD se relaciona sobre "população que trabalha em veículos", ela se refere a motoristas em geral, o que configura motoristas de aplicativo, taxistas e também motoristas e trocadores de ônibus. Sendo assim, os números não expressam dados referentes aos motoristas de aplicativo especificamente (CRELIER; IBGE, 2019).

11 Aumento de 29,2% em 2018, representando 810 mil pessoas a mais em relação a 2017. É a maior alta desde 2012: "As recentes altas podem estar relacionadas ao crescimento dos serviços de transportes de passageiros e de entregas por aplicativos de celular, refletindo as mudanças na economia atual", segundo a pesquisadora do IBGE Adriana Beringuy (CRELIER; IBGE, 2019).

12 De acordo com Francisco Vargas (2014, p. 185), "O emprego constitui-se como meio fundamental de acesso à renda à proteção e ao reconhecimento social através da atividade econômica considerada legítima. É nestes termos que a questão do emprego se torna também uma 'questão social' e não apenas uma 'questão econômica'".

trabalhando. As respostas revelaram 40 empresas[13] de aplicativos sendo utilizadas. Em muitos casos, revela também que os motoristas trabalham com mais de uma empresa ao mesmo tempo. As duas empresas mais citadas configuram um monopólio importante que pode interferir nas políticas de remuneração desses trabalhadores, permitindo que essas empresas dominem as regras do mercado.

A Uber se confirmou como a empresa de aplicativo líder do mercado. No survey, a ela obteve 686 citações, e o aplicativo "99 Taxi"[14] ficou em segundo lugar, com 573 citações. Essa situação também indica que o uso de uma empresa de aplicativo não é capaz de prover a renda necessária para estes trabalhadores. Somado a isso, o uso de mais aplicativos ao mesmo tempo também representa um maior volume de trabalho e estresse para administrar a demanda de passageiros de duas ou mais fontes distintas.

Uma das razões pelas quais os motoristas utilizam mais de um aplicativo se relaciona com o fato de que há um tempo de espera entre as chamadas que é longo o suficiente para justificar o uso de outro aplicativo. Este tempo de espera significa trabalho não remunerado, que não é controlado pelo motorista, e o uso de outro aplicativo é a forma encontrada para compensar este tempo ocioso, na tentativa de torná-lo rentável. Outra questão para o uso de mais de um aplicativo se relaciona com a quantidade de motoristas disponíveis, pois a empresa não limita o número de motoristas, sendo assim, com o aumento da crise do emprego, aumenta o cadastramento no serviço de aplicativo e diminui a quantidade de corridas para cada trabalhador, levando em conta que o número de clientes não aumenta na mesma proporção. Em tempo, é importante citar que este período ocioso e não remunerado caracteriza disponibilidade do trabalhador para a empresa de aplicativo, da qual ele não é funcionário. Apesar de as empresas de aplicativo insistirem em afirmar que o trabalhador cadastrado ou "parceiro" tem a liberdade para escolher quando e quanto tempo vai trabalhar[15], a situação não é bem assim. Na realidade, a empresa é que determina quando o motorista vai trabalhar e quanto ele vai ganhar, desde que ele ligue o aplicativo e esteja disponível e esperando ser chamado (*on-demand*).

Karl Marx (2015) explica com bastante exatidão a exploração do trabalhador e a premissa da acumulação do capital a partir do conceito de mais-valia. A teoria marxiana argumenta que este tempo ocioso é o mais-valor que gera a acumulação de capital, o propósito primordial do sistema capitalista. Isso porque o trabalhador vive da venda de sua força de trabalho e o valor do trabalho é incorporado no valor da mercadoria produzida. O excedente da força de trabalho ou tempo de trabalho efetivo e não remunerado caracteriza o mais-valor, que é o lucro gerado pelo excedente de

13 Das 40 empresas citadas pelos/as motoristas, apenas oito foram mencionadas com maior frequência. O mercado possui grande número de pequenos aplicativos como alternativa ao uso das grandes empresas, mas seu uso ainda é inexpressivo como concorrência. Quatro aplicativos foram citados até 50 vezes, incluindo aplicativos de entrega de comida. Isso demonstra que os motoristas estão também entregando comida com o uso do carro, revelando mais uma forma de aumentar a remuneração. Apenas dois aplicativos tiveram até 150 citações, uma quantidade bem inferior às duas principais empresas, confirmando quem lidera o mercado (BESSA, 2020).

14 O aplicativo 99TAXI é voltado para taxistas que desejam trabalhar ou sentem necessidade de prover corridas nas mesmas condições das empresas de aplicativo. Além de explicitar a questão da concorrência dentro do mercado de transporte de passageiros, o aplicativo para taxistas mostra que essa nova modalidade impacta, interfere e precariza o mercado formal de trabalho dos táxis. Considerando que o trabalho do taxista é autônomo, formal e regulamentado, a migração para o aplicativo significa informalidade e perda da autonomia, portanto precarização (BESSA, 2020).

15 No site da empresa é possível encontrar narrativas incentivadoras para o exercício da atividade onde o trabalhador encontrará liberdade e renda: "Para quem dirige ou entrega por meio da plataforma, a Uber representa uma forma flexível de gerar renda" (UBER, 2020, *online*).

trabalho que o capitalista recebe do trabalhador, mas não paga por ele. O excedente de trabalho, no caso das plataformas, pode ser interpretado como a disponibilidade não remunerada gerada pela espera entre as chamadas do aplicativo. Deste modo, a empresa de aplicativo não tem funcionários, mas tem força de trabalho disponível e não remunerada sempre que ela precisa atender seus clientes.

A baixa remuneração, concomitantemente a não-remuneração, também é determinante para o uso de mais de um aplicativo. Isso porque quanto mais motoristas disponíveis, menos corridas são disponibilizadas e as empresas pagam taxas menores por trajeto. Sendo assim, a necessidade de procurar mais clientes através de outros aplicativos é a forma que os motoristas encontram de aumentar a renda auferida na atividade ou mesmo a possibilidade de auferir alguma renda nos dias de pior movimento. Desta forma, ao considerar a diferença entre as citações das principais empresas (113 citações), pode-se intuir que apenas 15% dos respondentes utilizam só um aplicativo. Ou seja, 85% desses trabalhadores usam mais de um aplicativo ao mesmo tempo, indicando que, em alguma medida, a remuneração é insuficiente para o tempo de dedicação à atividade e há a necessidade de buscar mais clientes.

O DESEMPREGO E O MERCADO DE TRABALHO

O desemprego é uma questão que se relaciona com o mercado informal de trabalho e consequentemente com a modalidade *uberizada* de trabalho. A conjunção entre desemprego e uberização do trabalho diz respeito não somente em relação à crise econômica, mas também quando se consideram as mudanças que acompanham o desenvolvimento tecnológico. Os trabalhadores lidam com questões relacionadas à crise – que fecha postos de trabalho – e também com as questões que envolvem a automatização de atividades laborais que deixam de existir ou que passam a exigir novas qualificações para seu desempenho. Somado a isso, a velocidade dessas transformações nem sempre são passíveis de serem acompanhadas pelo desenvolvimento educacional para aprendizado dessas novas habilidades requeridas, posto que o processo educacional e de aprendizado é mais lento que o desenvolvimento informacional e tecnológico sendo, portanto, uma situação complicada quando vista pelos comprometimentos que representa para a classe trabalhadora.

Em 2016, segundo o IBGE, 28 milhões de pessoas ficaram sem trabalho no país, o pior resultado em 11 anos (UOL, 2016). A situação de crise econômica reflete no mercado de trabalho um movimento no sentido de promover providências visando à flexibilização das leis trabalhistas e o incentivo à terceirização e ao empreendedorismo: providências que são justificadas por políticas neoliberais como sendo necessárias para reduzir os gastos com funcionários e aumentar a disponibilização de novas vagas de trabalho. Essa melhoria no mercado não se confirma e mesmo com a flexibilização a crise do emprego só vem aumentando. Desta forma, pode-se considerar que o desemprego é nada mais que uma justificativa para a precarização do trabalho formal e da redução dos direitos e proteções sociais dos trabalhadores. Para Abilio (2019, p.4), "no contexto da flexibilização do trabalho, implementação de políticas neoliberais e aumento do desemprego, a definição de empreendedorismo vem adquirindo novos usos e significados políticos". Esta é uma situação que coloca o trabalhador em vulnerabilidade e retira direitos e proteções sociais de postos de trabalho formais. Uma forma de enfrentar é quando ele se torna o único responsável por dar conta de suas necessidades e dificuldades em um contexto social de incertezas e sobre o qual ele não tem agência.

Neste contexto, a atividade por aplicativo se apresenta como amparo a este trabalhador que não consegue encontrar colocação no mercado de trabalho e precisa de renda para suas necessidades urgentes de sobrevivência. Entretanto, como já mencionado, essa é uma realidade histórica do mercado de trabalho. De modo algum é possível afirmar que essa é uma realidade causada pela sociedade pós-industrial ou mesmo que seja algo que somente passou a acontecer na atualidade. O que temos é, em realidade, uma situação que o desenvolvimento tecnológico e o capitalismo informacional apenas exacerbam. Por outro lado, pode-se dizer que esse agravamento da situação é muito mais veloz e agressivo como em nenhuma outra época. Pochmann (2020) relata que há um ataque contínuo ao trabalho formal no Brasil e uma expansão descontrolada do mercado de capital. Situação essa que estimula o desenvolvimento do mercado de serviços, como é o caso dos aplicativos. Uma situação que significa desestruturação econômica, social e trabalhista:

> Desde os anos de 1990 que o esgotamento da industrialização vem dando lugar a outro sistema econômico assentado nos serviços sob a dominância do rentismo financeiro ao lado da dependência da produção e exportação de produtos primários. Com essa transformação na infraestrutura produtiva, a estrutura da sociedade salarial passou a sofrer as consequências do enxugamento tanto da classe média assalariada como da velha classe trabalhadora industrial (POCHMANN, 2020, p. 83).

Concluindo essas colocações prévias, a atividade por aplicativo e a precarização do trabalho podem ser relacionadas quando vistas a partir do desmonte das leis trabalhistas, conjuntamente com as políticas neoliberais que se aprofundaram no país desde 2016. São questões que ainda não permitem conclusões exatas, mas possibilitam fazer algumas conexões causais. Polanyi (2000) nos traz conceitos que explicam essa mudança a partir das transformações do capital na sociedade. A criação do mercado liberal e a industrialização definiram as normas que regem a economia e o mercado de trabalho. Esse novo modelo é baseado na racionalidade e promove o rompimento com a organização social, pois coloca o desenvolvimento econômico como prioridade, moldando novas relações sociais, alterando as subjetividades. A questão relevante a se considerar fica sendo, então, o impacto provocado por essa sociedade informacional nos modos de vida dos trabalhadores, baseada em uma lógica mercantil e economicista: uma lógica que interfere na mentalidade dos sujeitos e contribui para explicar porque os trabalhadores aceitam condições desfavoráveis à sua sobrevivência, mas que são favoráveis às leis de mercado.

O PERFIL DOS MOTORISTAS DE APLICATIVO

O objetivo desta seção é apresentar as descrições do perfil dos indivíduos que exercem a atividade por aplicativo, considerando o contexto socioeconômico e político vigente em nossa sociedade, sem aprofundar nas questões que foram tratadas nas outras partes da pesquisa. Através das respostas obtidas no questionário, o propósito é construir análises sociológicas que permitam compreender melhor o campo considerando as implicações nos modos de vida dos trabalhadores. O recorte sobre o perfil do motorista de aplicativo propõe uma análise a partir de variáveis como estado civil, idade, região, motivações, sexo/gênero, complementadas pela descrição da atividade e pela conjuntura no mercado de trabalho.

1. ORIGEM E MIGRAÇÃO

Ressalta-se que a representação do território nacional nesta pesquisa se deu através da escolha das cidades onde a Uber atuava – no momento da consulta – em todo o Brasil[16]. Todas as cidades da lista foram buscadas para análise. É importante ressaltar também que, embora as regiões não estivessem representadas de forma igualitária em número de cidades ou nem todas as cidades tivessem grupos no *Facebook* ou, ainda, nem todos os grupos tivessem o mesmo movimento, esse cenário é baseado em uma representação que há do mercado no território nacional no que se refere à empresa de maior expressão no mercado, inclusive concebendo suas diferenças de presença em determinadas regiões e/ou cidades do Brasil. Desta forma, foi considerado que essa representação se refere ao cenário brasileiro, em boa medida, tal e qual ele se apresentava naquele momento.

A localização dos indivíduos que atuam na atividade é uma informação que foi analisada a partir de três variáveis: onde os indivíduos nasceram, onde moram e onde trabalham. O objetivo foi verificar se havia transição de um local para o outro que pudesse ser relacionada ao exercício da atividade.

Tabela 2 - Local de nascimento versus local onde moram, em percentuais (%).

	SP	RJ	SC	RS	PR
NASCIMENTO	15,27	13,05	5,48	11,62	10,05
MORADIA	14,62	12,40	10,57	9,66	9,53

Fonte: trabalho de campo.

As respostas mostraram que os trabalhadores que nasceram nos estados de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Sul (RS) e Paraná (PR), correspondem a 50% dos respondentes, revelando a predominância do exercício da atividade nas Regiões Sul e Sudeste[17]. Por outro lado, uma parte relevante, composta por 45% dos respondentes, nasceu ou moram nas demais regiões do país.

16 Lista de cidades do Brasil onde a Uber atua e que foram pesquisadas: – Região Sudeste (Araçatuba, Bauru, Botucatu, Bragança Paulista, Campinas, Franca, Marília, Mogi Guaçu, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, São Carlos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, Sorocaba, Angra dos Reis, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Macaé, Nova Friburgo, Petrópolis, Rio de Janeiro, Volta Redonda, Barbacena, Belo Horizonte, Cachoeiro de Itapemirim, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Linhares, Montes Claros, Patos de Minas, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Uberaba, Uberlândia, Varginha, Vitória) – Região Sul (Blumenau, Cascavel, Caxias do Sul, Chapecó, Criciúma, Curitiba, Florianópolis, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Itajaí, Joinville, Lages, Londrina, Maringá, Passo Fundo, Pelotas, Ponta Grossa, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul, Santa Maria) – Regiões Norte e Nordeste (Aracaju, Arapiraca, Belém, Boa Vista,Campina Grande, Caruaru, Feira de Santana, Fortaleza, Imperatriz, Itabuna, Ilhéus, João Pessoa, Juazeiro do Norte, Macapá, Maceió, Manaus, Marabá, Mossoró, Natal, Parauapebas, Petrolina, Porto Seguro, Porto Velho, Recife, Rio Branco, Salvador, São Luís, Sobral,Teresina, Vitória da Conquista) – Região Centro-oeste (Brasília, Campo Grande, Cuiabá, Dourados, Goiânia) (BESSA, 2020).

17 O movimento mais consistente aconteceu nos grupos do *Facebook* do RJ e SP. O RJ apresentou grupos que somavam, aproximadamente, 60 mil integrantes, um número muito superior aos demais grupos no Brasil. Um grupo de Recife (PE) contava com 30 mil integrantes mas, apesar do número considerável, não apresentou movimento suficiente para dar representatividade à Região Nordeste. Os grupos de SP não eram tão expressivos em número de integrantes como os citados anteriormente. Em contrapartida, o estado tinha um maior número de cidades com grupos que apresentavam boa movimentação. No RJ, a movimentação se concentrou em poucas cidades, incluindo a capital e algumas poucas da região metropolitana. Sendo assim, como os grupos do *Facebook* podem não corresponder a uma fiel realidade em termos de representatividade, é possível considerar que os trabalhadores de fora da Região Sudeste possam estar sub-representados nesta pesquisa. Contudo, é relevante ressaltar que essa sub-representação também pode expressar a forma como o mercado se apresenta nas regiões e, assim, expressar como a população se revelou através da participação no questionário, reforçando que pode ser considerada a formação de como o cenário brasileiro se mostra na atividade (BESSA, 2020).

A migração dos respondentes em função da busca por trabalho e renda pôde ser verificada, em certa medida, pelas perguntas sobre localidade de nascimento e localidade de trabalho. Os trabalhadores responderam que moram, predominantemente, nas Regiões Sul e Sudeste do país (SP/RJ com 28% e SC/RS/PR com 30%). O que parece demonstrar que não houve uma migração considerável entre regiões. Se houve, não foi perceptível nos números. As respostas sobre onde trabalham (ou "rodam") revelaram que a maioria trabalha nas capitais em todas as Regiões do país. Apenas SP mostrou que há maior circulação também em outras cidades do Estado, de forma geral. As respostas demonstraram que a atividade por aplicativo apresenta a possibilidade de trabalho e obtenção de renda na região onde esse trabalhador nasceu ou onde mora (exceto RS).

Tabela 3 - Movimentação entre os 6 estados mais citados

ESTADOS	NASCIMENTO	MORADIA	ONDE RODA
SP	117	112	**105**
RJ	100	95	93
RS	89	74	**10**
PR	77	73	X
MG	**54**	**X**	**50**
SC	X	81	78

Fonte: trabalho de campo.

O que pode ser um fator que leva os trabalhadores a escolher atuar na atividade, uma vez que, sem necessidade de deslocamentos significativos, há menor necessidade de gastos e de alteração da rotina familiar ou afastamento entre os trabalhadores e suas famílias. Essas considerações são importantes porque o deslocamento, principalmente de natureza permanente, requer despesas e investimentos que o trabalhador, que busca atuar neste tipo de atividade, não tem para dispor. Além disso, a falta de trabalho compromete não somente a vida financeira, como também pode causar afastamento e interferência na convivência familiar.

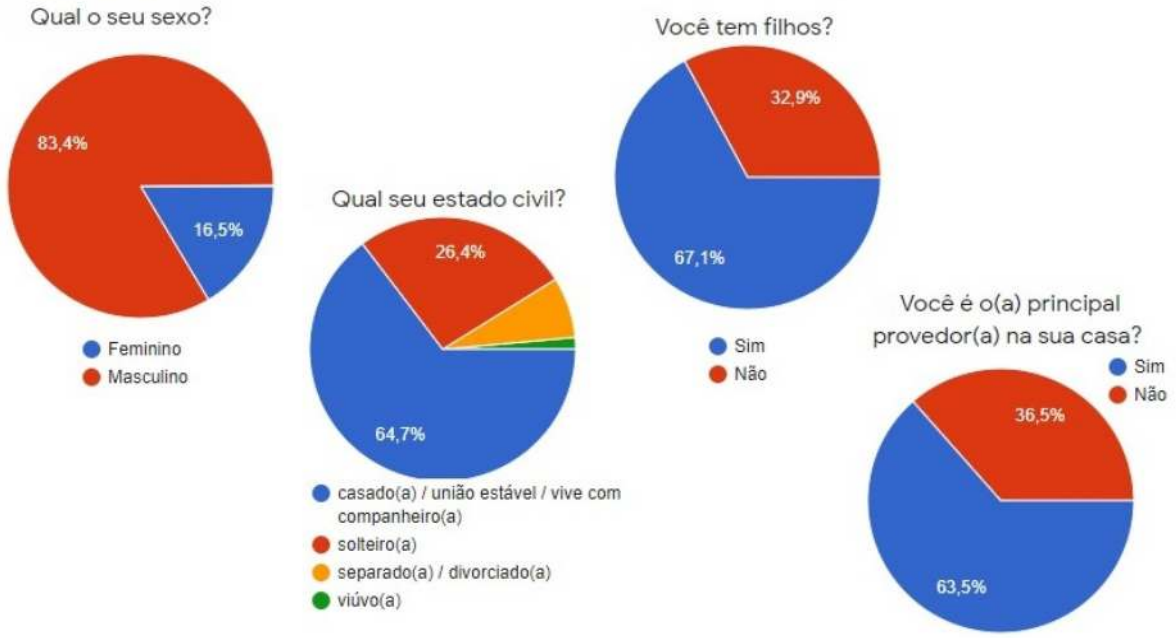
O trabalho sem deslocamento tem um valor, pois significa trabalho imediato. O imediatismo da atividade por aplicativo confere uma relativa autonomia para este trabalhador e pode resolver questões urgentes de trabalho e renda. Ele pode conseguir trabalho sem muitas exigências burocráticas ou significativos deslocamentos. Essa facilidade relativa também confere um tipo de protagonismo para mudar a sua situação, sem mediação patronal explícita, o que também atende a esta demanda individual do trabalhador que se encontra sem ocupação e com necessidades urgentes a suprir. Por outro lado, este imediatismo revela um individualismo que é reflexo das mudanças que o capitalismo trouxe para o mundo do trabalho, como afirma Sennett (2009). Para Sennett, essa alteração afeta também o caráter do trabalhador, individualizando-o perante a coletividade e afetando a percepção das consequências no longo prazo. O momento imediato é definidor de suas decisões. Sem os velhos modelos de construção de carreira, estabilidade, e burocracia, trabalhadores moldados por inseguranças buscam novos modelos que os faça sentir ter o controle sobre suas vidas.

2. GÊNERO, RAÇA/COR, CONJUGALIDADE E DEPENDENTES

Os dados sobre gênero, raça ou cor, conjugalidade e dependentes são sensíveis na definição do perfil de uma classe trabalhadora, pois permitem delinear o conjunto de características desses

indivíduos e de seus modos de vida. No caso da atividade por aplicativo, a questão de gênero ficou bem delimitada. O gênero predominante é o masculino. As respostas mostraram que 80% dos motoristas são homens, situação que foi percebida também nos grupos do *Facebook*[18].

Figura 1 – Perfil de motoristas de aplicativos (sexo, estado civil, filhos, provimento)

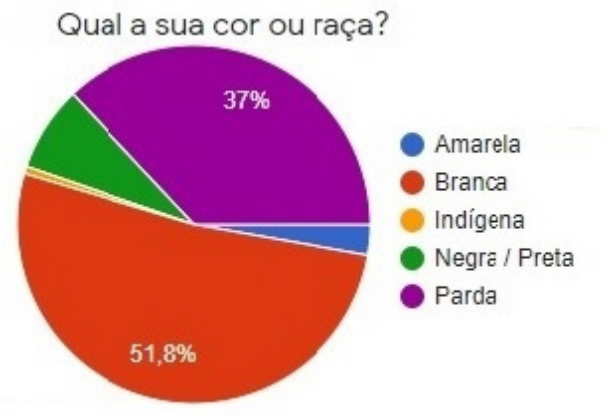


Fonte: trabalho de campo.

No que se refere à conjugalidade, a maioria dos respondentes (65%) declararam que são casados, em união estável ou vivendo com o/a companheiro/a. Além disso, 67% declararam que têm filhos e que 64% são os principais provedores de suas famílias. Ou seja, esses trabalhadores têm família constituída, possuem dependentes e responsabilidades sobre a sobrevivência de terceiros. Diante desses dados, pode-se verificar que também há uma questão relacionada ao estresse familiar gerado pelo desemprego e pela desocupação que mantém esse homem dentro de casa. Um trabalho rápido, mesmo com renda insuficiente, é melhor que ficar em casa parado. Somado a isso, o fato de não ser necessário migrar para exercer a atividade é ponto positivo para este perfil de trabalhador. Isso diz bastante sobre o sentido que a atividade possui dentro destes contextos. Bezerra (2019) observou em depoimentos de motoristas o valor que o trabalho representa além da sobrevivência quando se fala de família, pois estes trabalhadores se sentem úteis, com maior dignidade e com mais possibilidades de realizarem seus sonhos e das pessoas com quem mantém relações de parentesco.

18 Dados da UBER dão conta que apenas 6% dos/as "colaboradores/as" são mulheres (UBER, 2020). A presença reduzida de mulheres na atividade pode estar relacionada com a violência contra a mulher ou com a acumulação de funções de trabalho doméstico, cuidados familiares e com a maternidade. São questões que interferem na escolha pelo trabalho por aplicativo ou na exclusão expressiva da mulher também em outras atividades no mundo do trabalho, podendo ser fruto de uma investigação mais aprofundada e que os dados dessa pesquisa não foram suficientes para responder (BESSA, 2020).

Figura 2 – Perfil de motoristas de aplicativos (raça)



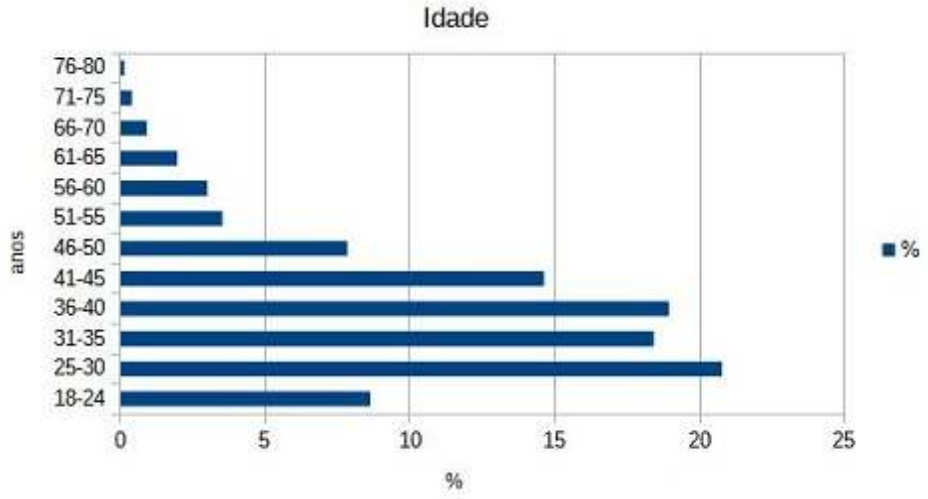
Fonte: trabalho de campo.

No que se refere a cor ou raça dos respondentes, mais de 52 % se declararam brancos e quase 45% são pardos ou pretos. Na PNAD/2018 do IBGE, assim como na pesquisa, as respostas de quem se declarou da cor parda foram maiores que os que se declararam da cor preta. Por outro lado, nesta pesquisa, a porcentagem de brancos foi maior que a de pretos e pardos somados. Esses dados podem ser aprofundados em pesquisas posteriores quando relacionados às desigualdades sociais, desemprego e informalidade no mercado de trabalho. Nesta pesquisa, assim como na PNAD/2018, os motoristas autodeclarados pardos foram em número superior aos autodeclarados pretos. Por outro lado, ainda assim, somados pretos e pardos, a população autodeclarada branca tem maior presença na atividade, segundo as respostas. Na PNAD, as informações mostram que a maioria da população fora da força de trabalho, desocupada e subutilizada é autodeclarada preta ou parda. De modo que, ao considerar que a pesquisa monográfica apresenta uma maior população autodeclarada branca, para fazer relação ao desemprego como motivação para o desempenho da atividade, é necessário fazer cruzamentos entre outros dados como escolaridade, desemprego formal e trabalho informal para adensar a análise.

3. IDADE E ESCOLARIDADE

A idade dessa população é importante para entender a compatibilidade com o perfil do trabalhador com sua situação conjugal, ou com o nível de responsabilidades que ele possui. O dado sobre escolaridade, além de poder se relacionar com a situação socioeconômica do indivíduo, revela a possibilidade de dedicação aos estudos, quais as habilidades e nível formal de conhecimento atingido por este trabalhador. Complementarmente, permite confrontar esses resultados com o exercício de uma atividade laboral que exige baixa capacitação.

Figura 3 – Perfil de motoristas de aplicativos (idade)



Fonte: trabalho de campo.

Os motoristas respondentes da pesquisa revelaram indivíduos de idade bastante variada, entre 19 e 73 anos. Fazendo uma análise mais apurada nos dados, separando por faixas etárias, menos de 10% são menores de 24 anos, 15% estão entre 43 e 50 anos, e 10% estão entre 51 e 73 anos. A faixa de idade que concentrou maior número de respondentes foi dos 25 aos 42 anos e corresponde a 65% da amostra. Esse dado se relaciona diretamente com o fato de uma maioria entre os respondentes ser casada e com filhos, pois a idade média de 33 anos constatada na pesquisa está próxima da idade média de 31 anos que os homens se casam, segundo aponta o IBGE (2019).

A escolaridade não somente revela o tempo de permanência dos indivíduos na escola, como também a relação com as oportunidades que o indivíduo teve para se desenvolver intelectualmente e profissionalmente. Sendo assim, a escolaridade é igualmente relevante, pois permite relacionar o nível educacional formal na atividade por aplicativo com o nível de desemprego, considerando que a escolaridade pode sinalizar que este trabalhador saiu de um trabalho formal ou de uma posição socialmente mais elevada – devido à sua formação – para atuar em uma atividade informal e com menor exigência de capacitação. No que se refere à escolaridade, 50 % declarou possuir boa escolaridade (superior completa ou incompleta).

Figura 4 – Perfil de motoristas de aplicativos (idade)



Fonte: trabalho de campo.

Analisando estes números à luz dos dados censitários, observa-se uma coerência quando considerado os resultados sobre raça. A PNAD de 2018 reproduz uma realidade brasileira onde a maioria de raça branca, como declarado nesta pesquisa, também possui maior grau de escolaridade. Essa informação também pode ser relacionada com a questão do desemprego por falta de vagas e oportunidades no mercado formal, uma vez que são pessoas que podem ter tido maior possibilidade de acesso ao estudo, com maior graduação e melhores posicionamentos no mercado de trabalho.

4. MOTIVAÇÕES PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE

Para além dos dados quantitativos ou das questões estruturais – econômicas, políticas e sociais – é importante entender os sujeitos como pessoas capazes de decidir e fazer escolhas. Compreender a complexidade das alterações nas mentalidades, no mercado de trabalho, compreende também entender os indivíduos que participam dessa realidade social e econômica e interagem dentro delas. Em alguma medida, as motivações pessoais estão diretamente relacionadas com as decisões que são tomadas, também sob influência das circunstâncias, o que não retira dos sujeitos sua agência. A motivação nos impele a agir e configura um sentido importante para construção do perfil desses trabalhadores. Por isso, a pergunta feita no questionário foi uma pergunta aberta para que os respondentes pudessem expressar os sentimentos e sentidos que atribuem às suas motivações para exercer a atividade. A título de análise, as respostas foram divididas em três categorias compostas de acordo com o teor das palavras usadas pelos motoristas, como mostra a tabela.

Tabela 4 - Categorização das respostas sobre motivação

RENDA	DESEMPREGO	PESSOAIS
Renda principal ou extra, comida, falta de dinheiro e baixo salário.	Desemprego, desocupação, desespero, oportunidade, falta de opção, idade e função obsoleta.	Autonomia, tempo livre, flexibilidade, liberdade, ser o próprio patrão, consumo, vontade, estudo e saúde.
36,29%	35,24%	23,22%

Fonte: trabalho de campo.

Observa-se uma equiparação entre as categorias renda e emprego. Essa resposta define que a grande motivação para o exercício da atividade é trabalho e dinheiro, ou seja, se essas duas categorias são analisadas como uma só, a resposta é ainda mais contundente, pois 71% das respostas se referem a estes motivos. Sendo assim, considerando a característica imediatista da atividade capaz de oferecer uma plataforma de trabalho e renda rápidos, as motivações dessa população são, em boa medida, atendidas. Isso não quer dizer que a plataformização seja capaz de suprir as necessidades econômicas dessa população ou que a atividade configure uma situação de bem-estar e estabilidade financeira para esses trabalhadores, mesmo com uma grande dedicação de tempo a este trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aplicativos de celular são uma realidade em nossa sociedade e não somente como entretenimento, mas como ferramentas que geram trabalho e renda. A adesão dos trabalhadores a esse tipo de atividade tem crescido em todo o mundo. Levando em conta que este perfil de trabalhador está aderindo a uma atividade cuja lógica prevê ausência de vínculo empregatício, sem proteção social, onde assumem os riscos e gastos para execução do trabalho, mostra-se muito importante buscar entender e interpretar este fenômeno considerando suas peculiaridades e complexidades. Além disso, a tecnologia envolvida no desenvolvimento desses aplicativos também permite controles difíceis de serem percebidos e que impactam o modo de vida dos trabalhadores e sua rotina cotidiana.

A pesquisa conseguiu abranger todas as regiões do país por ter sido realizada pela Internet e foi consideravelmente superior se comparado a uma pesquisa realizada presencialmente, o que foi um ganho para a monografia. O cenário revelado, considerando essa abrangência, é muito interessante para buscar delinear um perfil dos trabalhadores por aplicativo com razoável confiabilidade, considerando que a análise quantitativa associada ao volume de dados obtidos na pesquisa contribui para essa compreensão.

As respostas obtidas a partir do *survey* distribuído aos motoristas de aplicativo revelaram um perfil bastante detalhado a respeito dos indivíduos que exercem a atividade no Brasil: 80% são homens, 55% nascidos e/ou moradores nas Regiões Sudeste e Sul do Brasil, 65% são casados, 67% têm filhos, 65% têm idade entre 25 e 42 anos, 52% se autodeclararam ser da raça ou cor branca, 52% têm escolaridade superior completa ou incompleta, 63% são os principais provedores de suas casas e para 71% a atividade representa trabalho e renda. Esse perfil configura que há relação concreta entre esses indivíduos e as motivações para o exercício da atividade por aplicativo, uma vez que, homens casados, com boa escolaridade e provedores principais de suas famílias, atuam na atividade em busca de trabalho e renda, dentro de uma situação de falta de ocupação no mercado formal. Uma situação que é persistente na história do mercado de trabalho brasileiro e que, explicitamente, se relaciona com o perfil de pessoas que tem responsabilidades sobre a sua própria sobrevivência e a de outras pessoas com quem convivem.

A narrativa disseminada pela empresa compreende um discurso que define a plataforma como ferramenta colaborativa, que gera trabalho rápido e de forma desburocratizada, provendo renda imediata e com liberdade para o trabalhador. O que não é totalmente inverídico, uma vez que há vantagens que são consideradas por esses trabalhadores. A empresa de fato provê uma atividade que permite um trabalho remunerado, relativamente rápido, na mesma região onde os motoristas moram e sem exigência capacitação prévia ou específica. Somado a isso, provê indiretamente a essa população, mesmo que de forma difusa, o sentimento de protagonismo sobre suas escolhas, sobre seu tempo de dedicação, sem hierarquia patronal e com alguma satisfação para suas necessidades mais urgentes de trabalho e renda, em busca de sustento de si mesmo e de sua família.

O desemprego e a falta de oportunidades estão diretamente relacionados com a precarização do trabalho que faz parte da história do trabalhador brasileiro. Essa é uma condição persistente de insegurança que configura sentimentos decisivos no momento em que os trabalhadores precisam fazer escolhas. As respostas demonstraram que há predominância de um perfil de trabalhador na atividade por aplicativo que pode ser indicativo de uma exclusão do mercado formal de trabalho – sinalizado pela boa escolaridade da amostra coletada – e que encontra na informalidade e na flexibilização, uma saída para a urgência de renda em um cenário de crise de emprego onde mais de três milhões de pessoas procuram uma colocação no mercado formal de trabalho há mais de dois anos. Afinal, como indicado nas respostas, são provedores de suas famílias, com dependentes, motivados pelo desemprego.

A busca de oportunidades que possibilitem conquistas – que são prometidas nos discursos da autorrealização e de liberdade individual, presentes no capitalismo informacional – se associam essa realidade histórica de instabilidade persistente do trabalho no Brasil, mesmo diante de poucos intervalos de melhoria dessa condição. Tais características indicam uma relação com o comportamento de individualismo ocasionado pelas transformações capitalistas – que alteram a subjetividade – e estão mais atuantes e presentes na sociedade moderna, do que em qualquer época anterior. Um comportamento que incentiva a crença na agência de um indivíduo supostamente capaz de resolver sozinho suas necessidades de realização pessoal em uma lógica de supremacia de valores economicamente orientados. Uma supremacia econômica que traz a ausência de esclarecimentos sobre os riscos e custos envolvidos, sobre os comprometimentos futuros no que se refere aos direitos sociais e trabalhistas, sobre os controles algorítmicos mais amplos e difíceis de detectar, sobre as sujeições que essas escolhas trazem para o modo de vida desses trabalhadores, contribuindo para produzir e reproduzir uma condição desfavorável e uma precarização do trabalho na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ABILIO, L. C. (2019). Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. Psicoperspectivas, 18(3). Disponível em <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>. Acessado em 25/05/2021.

BESSA, Ana Cláudia. Chama o Uber: as representações do trabalho por aplicativo para os/as trabalhadores/as brasileiros/as. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso em sociologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Ana Cláudia Bessa; Cristiano Fonseca Monteiro, orientador; Carolina Castellitti, coorientadora. Niterói, 2020. 90 f.

BEZERRA, Lina Elisabeth Rodrigues. O TRABALHO DO MOTORISTA DE UBER – UMA ALTERNATIVA AO DESEMPREGO ?. Revista Visão: Gestão Organizacional, Caçador, SC, Brasil, p. 01-17, jul. 2019. ISSN 2238-9636. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33362/visao.v8i2.1909>. Acessado em 23/02/2020.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.; tradução Mariana Echalat. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

MCM TEODORO, TC D'AFONSECA, M Antonieta. Disrupção, economia compartilhada e o fenômeno Uber – Revista Faculdade Mineira de Direito, Belo Horizonte, 2017.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I – O processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

POLANYI, Karl. A grande transformação.2ª ed. Tradução: Fanny Wrabel. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

SENNETT, Richard. A Corrosão do Caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução: Marcus Santarrita. 14ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2009.

VARGAS, Francisco Eduardo Beckenkamp. O mercado de trabalho e a questão do emprego no Brasil: integração precária e desenvolvimento desigual.Revista Brasileira de Sociologia / Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS. – Vol. 02, n. 04 (jul./dez. 2014). Sergipe: SBS, 2013.

ZUKERFELD, Mariano. Bits, plataformas y autómatas. Las tendencias del trabajo en el capitalismo informacional. Revista Latinoamericana de antropología del Trabajo, num 7 (2020): 5.

Recursos em meio eletrônico:

CRELIER, Cristiane. Número de pessoas que trabalham em veículos cresce 29,2%, maior alta da série. Agência IBGE Notícias. Estatísticas Sociais: 2019. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26424-numero-de-pessoas-que-trabalham-em-veiculos-cresce-29-maior-alta-da-serie>. Acessado em 25/04/2020.

EQUIPE UBER.Em quais cidades a Uber está no Brasil. Uber. Disponível em <https://www.uber.com/pt-BR/blog/em-quais-cidades-a-uber-esta-no-brasil>. Acesso em 09/04/2020.

EQUIPE UBER. Fatos e Dados sobre a Uber. Uber. Disponível em <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/fatos-e-dados-sobre-uber>. Acessado em 09/04/2020.

EQUIPE UBER. Uber lança programa "Elas na Direção" para incentivar mais mulheres a gerar renda dirigindo com o app. 24/10/2019. Disponível em <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/uber-lanca-elas-na-direcao/>. Acessado em 12/10/2020.

Facebook. Disponível em<https://pt-br.facebook.com/>. Acesso em 20/10/19.

FONTES, Virgínia. In: Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho (06/11/2018). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=U0K-ZRXPK3k>. Acessado em 27/06/2020.

GOOGLE FORMS. Disponível em <https://www.google.com/intl/pt-BR/forms/about/>. Acesso em 04/01/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em https://www.ibge.gov.br/ . Acessado em 02/05/2020.

PNAD 2018. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. IBGE. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=resultados>. Acessado em 10/06/2020.

REDAÇÃO. Desemprego dispara 38% em 2015 e é o pior em 11 anos, diz IBGE. Portal UOL. Disponível em <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2016/11/25/desemprego-atingiu-28-milhoes-de-pessoas-a-mais-em-2015-segundo-ibge.htm>.Acessado em 02/05/2020.

Registro Civil 2019. IBGE. Disponível em<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29646-registro-civil-2019-numero-de-registros-de-casamentos-diminui-2-7-em-relacao-a-2018#:~:text=Mas%20os%20casamentos%20est%C3%A3o%20durando,caiu%20para%2013%2C8%20anos>. Acessado em 22/03/2021.

SCHUELER, Paulo. O que é uma pandemia. Fiocruz. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia>. Acesso em 19/05/2021.

UBERIZAÇÃO da Vida: Na Fila do SUS (2020). 15 min. Direção: Elle Francisco. Produção: Bombozilla. Disponível em <https://bombozila.com/uberizacao-da-vida-na-fila-do-sus-ep-06/?fbclid=IwAR3KEND1qOSdPB_k0w8PCdnQaQb8CLvfhGW8oVBxgRRaJ4YIVjFhEpQroCs>. Acessado em 04/06/2020.

UBER. Disponível em: <https://www.uber.com/>. Acesso em janeiro de 2020.

Fatos e dados sobre Uber. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/fatos-e-dados-sobre-uber>. Acesso em: 11 jun. de 2020.

GAME OVER: A GESTÃO GAMIFICADA DO TRABALHO

Recebido em 31/03/2021, aprovado em 5/05/2021
10.30612/mvt.v8i14.15018
Viviane Vidigal[1]

RESUMO: A gamificação – prática de aplicar mecânicas e características de jogos para engajar e motivar comportamentos – se tornou um dos fenômenos debatidos nos estudos dedicados a entender a constituição do trabalho contemporâneo. Este artigo tem como escopo problematizar a gestão gamificada do trabalho. A hipótese sustentada é a de que, trata-se de uma linguagem para emular a intensificação do trabalho e o aumento da produção, em um ambiente controlado por algoritmos. Desta forma, a gamificação pode ser compreendida como um modelo de premiar e punir o(a) trabalhador(a) que atinge ou não uma meta imposta pelas empresas, desvelando-se como mecanismo de gestão para interferir na vontade do(a) trabalhador(a), ao incutir o desejo de trabalhar mais. Para construir os argumentos, serão apresentados dados empíricos, recolhidos de pesquisas qualitativas desenvolvidas a partir da observação direta, da análise de documentos e da realização de entrevistas semiestruturadas com trabalhadores(as) de plataformas digitais da região metropolitana de Campinas e São Paulo (SP). As entrevistas realizadas articuladas à bibliografia sobre o tema demonstrarão se a estratégia de mobilizar a dimensão afetiva dos(as) trabalhadores(as) através da gamificação está sendo ou não exitosa, esmiuçando argumentos que visam compreender como os aspectos gerenciais são internalizados pelos(as) trabalhadores(as) plataformizados(as).

Palavras-chave: Gamificação. Gestão. Trabalho.

GAME OVER: GAMIFICATION OF LABOR

ABSTRACT: Gamification – the practice of applying mechanics and characteristics of games to engage and motivate behaviors – has become one of the phenomena discussed in studies dedicated to understanding the constitution of contemporary work. This article aims to discuss the gamified work management. The supported hypothesis is that it is a language to emulate the intensification of work and the increase in production, in an environment controlled by algorithms. Gamification might be understood as a model of rewarding and punishing workers who achieve or fail a goal imposed by companies, revealing the management mechanism to interfere in the worker's will, by instilling the desire to work more. To build the arguments, empirical data collected from qualitative research and developed from direct observation, as well as document analysis and semi-structured interviews with workers from digital platforms in the metropolitan region of Campinas and São Paulo (SP) will be presented. The interviews carried out in conjunction with the bibliography on

1 Professora e pesquisadora. Doutoranda e mestra em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), orientada pelo professor Dr. Ricardo Antunes. Integrante do grupo Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses (GPMT). Pós-graduada em Direito do Trabalho (UNISAL). Email: v192482@dac.unicamp.br.

the topic will demonstrate whether the strategy of mobilizing the affective dimension of workers through gamification is successful or not, examining arguments that aim to understand how managerial aspects are internalized by platform workers.

Keywords: Gamification. Management. Labor.

JUEGO TERMINADO: GESTIÓN DEL TRABAJO CON JUEGOS

RESUMEN: Gamificación – la práctica de aplicar mecánicas y características de los juegos para involucrar y motivar comportamientos –, se ha convertido en uno de los fenómenos discutidos en los estudios dedicados a comprender la constitución del trabajo contemporáneo. Este artículo tiene como objetivo discutir la gestión del trabajo gamificado. La hipótesis sustentada es que se trata de un lenguaje para emular la intensificación del trabajo y el aumento de la producción, en un entorno controlado por algoritmos. Puede entenderse como un modelo de recompensa y castigo al trabajador que alcanza o no una meta impuesta por las empresas, revelando el mecanismo de gestión para interferir en la voluntad del trabajador, inculcando el deseo de trabajar más. Para construir los argumentos, se presentarán datos empíricos, recolectados de investigación cualitativa, desarrollados a partir de observación directa, análisis documental y entrevistas semiestructuradas con trabajadores de plataformas digitales en la región metropolitana de Campinas y São Paulo (SP). Las entrevistas realizadas en conjunto con la bibliografía sobre el tema demostrarán si la estrategia de movilizar la dimensión afectiva de los trabajadores a través de la gamificación es exitosa o no, examinando argumentos que pretenden comprender cómo los aspectos gerenciales son internalizados por los trabajadores de la plataforma.

Palabras Clave: Gamificación, Gestión, Trabajo.

INTRODUÇÃO

Em protesto à queda da remuneração no contexto da pandemia, entregadores(as) do município de São Paulo fizeram uma manifestação na avenida Paulista, no dia primeiro de julho de 2020. Uma da queixas mais ouvidas no protesto é que os bônus e prêmios que as empresas ofereciam para os(as) entregadores(as) deixaram de existir em um momento em que eles(as) enfrentam um risco maior na realização do trabalho, em decorrência do novo coronavírus (PEREIRA, 2020). Um levantamento feito pela Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista (Remir Trabalho)[2] em quatro estados brasileiros, indicou que quase 50% dos respondentes da pesquisa apontaram uma queda no bônus concedido pelas empresas-plataforma de entrega (ABÍLIO *et al.,* 2020). Os(as) motoristas de Uber também relataram que esses bônus e incentivos sumiram (RIBEIRO, 2020).

Esses bônus são resultado de desafios em forma de jogos que os entregadores deveriam cumprir para aumentar seus ganhos. Este é um modelo de premiar o(a) trabalhador(a) que atinge uma meta imposta pela empresa e revela o mecanismo de gestão de incutir nos(as) trabalhadores(as) o desejo de trabalhar mais, desvelando-se o mecanismo psicológico de interferir em sua vontade, forçando a intensificação do trabalho e o aumento da produção (VIDIGAL, 2020).

No contexto pandêmico, podemos entender que as bonificações diminuíram porque se no "antigo normal" era necessário um maior estímulo para manter os(as) trabalhadores(as) engajados(as),

2 A pesquisa feita ouviu 252 pessoas de 26 cidades, entre os dias 13 e 20 de abril, por meio de um questionário online.

com o isolamento social, o aumento de trabalhadores(as) nas plataformas[3] e aumento de pedidos pelos(as) consumidores(as), as empresas não precisam se preocupar em estimular o trabalho como no período anterior. Ainda, a lógica principal que captura a subjetividade desses(as)trabalhadores(as) (ALVES, 2010) é a da sobrevivência. Dessa forma, verificaremos como as empresas se valem do mecanismo de gestão gamificada de acordo com as suas necessidades e interesses.

A hipótese sustentada é a de que a gestão gamificada do trabalho é uma linguagem para emular a intensificação do trabalho e aumento da produção em um ambiente controlado por algoritmos. Esmiuçaremos argumentos que visam compreender como os aspectos gerenciais são internalizados pelos(as) trabalhadores(as) plataformizados(as), destacando os aspectos centrais da gamificação do trabalho plataformizado, como preço dinâmico, desafios, bonificações e promoções.

O artigo está estruturado, para além da introdução, da seguinte forma: na primeira parte, será apresentado o conceito de gamificação. A segunda parte abordará a gestão gamificada do trabalho e as expressões concretas do trabalho gamificado, tomando como exemplos as práticas dos(as) trabalhadores(as). Na terceira parte, problematizaremos qual é a novidade desse modelo de gestão do trabalho. Na quarta parte, será abordado como o novo pede o velho, expondo o salário por peça e sua imbricação com a gamificação. A última parte estabelece considerações finais.

NOTAS METODOLÓGICAS

Os dados aqui apresentados são fruto de duas pesquisas: uma concluída e outra em andamento. A primeira, intitulada *As ilusões da uberização: um estudo à luz da experiência de motoristas Uber,* foi realizada entre março de 2017 e dezembro de 2019 e contou com entrevistas semi-estruturadas de 22 pessoas: 19 homens e três mulheres, motoristas de UberX[4] nas cidades de Campinas (SP) e São Paulo (SP). A segunda, intitulada *Profissão Aplicativo: a plataformização do trabalho feminino*, foi iniciada em março de 2020. As entrevistas estão em andamento e o estudo tem com objeto motoristas da Uber, motoristas da Lady Driver[5], entregadores(as) de comida do iFood e manicures da Singu[6], nas cidades de Campinas (SP) e São Paulo (SP). Para este artigo, contaremos com excertos das entrevistas realizadas na pesquisa concluída. Os nomes apresentados são fictícios e seguem o acordo de anonimato firmado entre entrevistados(as) e a pesquisadora. Também contaremos com a etnografia realizada em grupos de *Facebook* e *Whatsapp,* na segunda pesquisa. O artigo destaca e se aprofunda no caso dos(as) motoristas de transportes Uber, ressalvando ser necessário o avanço na análise da gamificação para outras categorias, que traremos de forma apendicular.

START: O QUE É GAMIFICAÇÃO

Brincadeira e trabalho podem ser compreendidos, por alguns autores, como opostos: "brincar é improdutivo, o trabalho é produtivo, brincar é gratuito, o trabalho é oneroso, brincar entretém, o trabalho não tem esse propósito" (SAVIGNAC, 2017, p. 30). A esse despeito, apresentam-se iniciativas que imbricam o jogo com o trabalho. Como funciona essa associação?

3 O iFood, que opera em mais de 1 mil cidades em todo o Brasil, recebeu em março 175 mil inscrições de pessoas interessadas em atuar como entregadores da plataforma ante 85 mil em fevereiro. Informação disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/04/01/candidatos-a-entregador-do-ifood-mais-que-dobram-apos-coronavirus.htm. Acesso em 25 de maio de 2020.

4 A principal e mais usada opção da Uber, o UberX oferece viagens com preços acessíveis em carros compactos de quatro portas e ar-condicionado. Presente em todas as cidades brasileiras onde a Uber opera. Informação disponível em: https://www.uber.com/pt-BR/blog/categorias-da-uber/.

5 Aplicativo de transporte que conecta passageiras e motoristas mulheres. https://ladydriver.com.br/.

6 Empresa aplicativo de profissionais da beleza. Cerca de 200.000 clientes cadastrados. Mais de 3.000 profissionais. https://singu.com.br/.

O jogo permanece até hoje um assunto complexo a ser abordado nas ciências humanas e sociais, devido à polissemia do termo. Um jogo pode ser definido por um sistema no qual os jogadores participam de um ambiente artificial, definido por regras e estratégias, que geram um resultado quantificável (SALEN; ZIMMERMAN, 2004).

O termo gamificação (do inglês gamification) originou-se na indústria de mídias digitais. Por ser uma nova área de estudo, a definição de gamificação ainda não é completamente consolidada, no entanto, uma das mais aceitas atualmente é definida por Deterding: "Gamification é o uso de elementos de design de jogos em contextos que não são relacionados a jogos" (DETERDING *et al.*, 2011). Segundo o autor, a palavra jogo (do inglês game) significa algo que é caracterizado por regras e possui uma competição para alcançar resultados específicos ou metas definidas por participantes humanos (DETERDING *et al.,* 2011).

A gamificação também pode ser entendida como uma adaptação de atividades e serviços sob um formato de jogo (KIRKPATRICK, 2015), incorporando-se a serviços já existentes características ou qualidades que proporcionem experiências lúdicas e significativas para os seus usuários, a partir do uso de elementos e técnicas já utilizadas em jogos (HUOTARI; HAMARI, 2012). Diferentemente dos videogames, a gamificação, como gestão do trabalho, não busca apenas simular uma realidade, mas também influenciá-la (WERBACH, 2016). Sublinha Marie-Anne Dujarier (2015) que fazer um jogo do próprio trabalho pode consistir em produzir "uma construção coletiva de uma certa 'realidade', útil para alcançá-la" (DUJARIER, 2015).

Emmanuelle Savignac (2017) oferece ao leitor um valioso material para pensar a questão do brincar nas organizações do trabalho, tanto por meio do arcabouço teórico mobilizado quanto pelo *corpus* de sua investigação sobre os usos gerenciais do jogo. Um aspecto observado por Savignac é que "a gamificação por meio de jogos de papéis e simulação permitiria que o mundo profissional fosse colocado em ordem por regras e padrões naturalizantes" (SAVIGNAC, 2017, p. 138, tradução livre) [7].

O ambiente gamificado, por meio de jogos de papéis e simulação, pode ser criado para moldar os(as) trabalhadores(as) a fim de atender aos padrões exigidos pelas empresas. A Uber, por exemplo, criou o chamado "Desafio Cinco Estrelas". O game se passa na cidade de Uberlândia e traz três módulos com desafios à espera de solução: qualidade básica, qualidade avançada e direção defensiva. A ideia, de acordo com a empresa, é instruir os(as) motoristas sobre como agir enquanto transportam um(a) passageiro(a) e também dar dicas sobre direção e manutenção do veículo. A ferramenta é destinada não apenas aos(as) novatos(as), mas também aos(as) motoristas com avaliação abaixo da média da cidade na qual dirigem.

As mudanças de comportamento dos(as) trabalhadores(as) seriam resultado do processo de gamificação (KAPP, 2012). A iniciativa da gamificação, em contexto laboral, tem como escopo principal engajar o(a) trabalhador(a). O engajamento refere-se ao quão envolvido e entusiasmado(a) ele(a) está em utilizar o sistema, aumentando seu acesso e participação. Com a utilização de gamificação é possível fazer que as metas sejam atingidas, como por exemplo, com a utilização de desafios e missões que podem deixar o sistema mais desafiador. Assim como os pontos e conquistas podem trazer o sentimento de diversão, há a necessidade da presença do aspecto lúdico, divertido nos jogos, conforme destacada em Huizinga (1949) e Ryan *et al.* (2006). Os autores sustentam que, nos jogos,

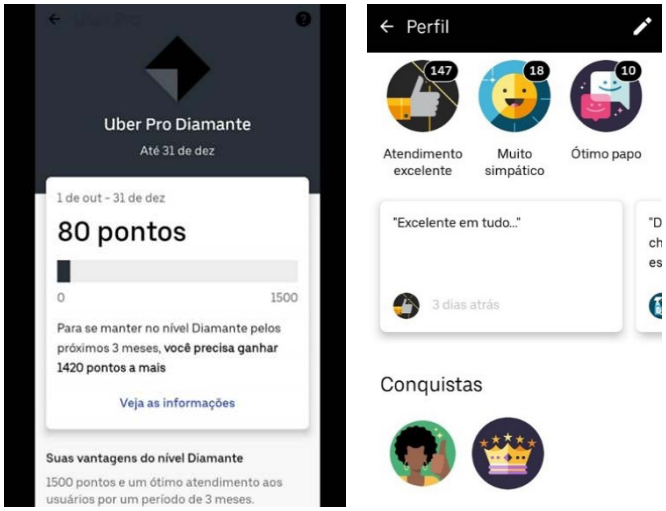
7 Texto original: "la gamification par le jeu de rôles et le jeu de simulation permettrait une mise en ordre du monde professionnel par *la naturalisation des règles et des normes*."

o prazer emerge a partir do aprimoramento da capacidade de autonomia na tomada de decisões. Malaby (2007), por outro lado, indica que os jogos não precisam ser essencialmente "divertidos" para serem jogados: basta que sejam instigadores e envolventes a ponto de engajar o sujeito. Ferrara (2013), analisando especificamente o caso de dos jogos eletrônicos, indica que a motivação dos jogadores estaria associada, na maioria das vezes, a uma vontade de vencer.

Dessa maneira, os(as) participantes podem se envolver por conta da diversão da experiência, ou ainda por visualizarem "distinções", em relação a um trabalho "sério", ou mesmo por sentirem uma compulsão ao "chamado" do ambiente gamificado que mobiliza fatores psicológicos a partir de comparações sociais ou recompensas (WERBACH, 2016). As recompensas consistem poderoso elemento motivacional, frequentemente aplicado à gamificação, usualmente associadas à conclusão de tarefas, desafios intrigantes, instigantes ou incomuns.

É importante que os elementos utilizados na gamificação sejam significativos para os(as) trabalhadores(as), tal qual sinalizado em Deterding *et al.* (2011), e que as escolhas apresentadas sejam consideradas como relevantes para os(as) participantes (FERRARA, 2013). Os elementos de jogos mais utilizados nas gamificações são os pontos (*Points*), as insígnias (*Badges*) e os quadros de liderança (*Leaderboards*). Quando considerados conjuntamente, estes componentes compõem uma mecânica denominada PBL, uma estratégia de gamificação bastante popular, identificada em Werbach e Hunter (2012). No sistema Uber, temos exemplos de dois elementos citados, que podem ser visualizados a partir da figura abaixo:

Figura 1 – Insígnias e pontos



Fonte: Entrevistado da pesquisa "As ilusões da uberização".

Empresas como a Uber apresentam padrões gamificados de engajamento do(a) trabalhador(a) (STARK, 2016, p. 3759) com "missões", "insígnias", desafios, promoções, preço dinâmico, bonificações em dinheiro, além de outros elementos que seriam usados para manter os(as) condutores(as) nas ruas por mais tempo, intensificando o trabalho e aumentando a produção. Como apontado por Kirkpatrick (2015), essa transformação da atividade em jogos busca ampliar a sua performance, ou seja, torná-las mais atrativas e intensificar a produção. Advertem Santos e Ferreira (2008) que a caracterização de uma atividade como jogo acaba por legitimar a sua precarização, o que dificulta um reconhecimento dela como forma de trabalho. Ressaltam os autores que o que se sucede "não

é o fim do trabalho, mas sim a sua intensificação, por uma distribuição mais eficiente" (SANTOS; FERREIRA, 2008, p. 92).

No contexto deste artigo, a gamificação – incorporação de elementos e técnicas de jogos para outros fins (DETERDING, 2011) – pode ser entendida como uma tentativa do capitalismo de integrar, ao âmbito do trabalho uma dimensão afetiva, que concerne o fator da diversão para um apagamento do sofrimento no trabalho, e uma dimensão material, pois ao completar os desafios os trabalhadores aumentam os seus rendimentos. Como consequências da gamificação existem ganhos simbólicos e materiais, positivos ou negativos, destinados aos(as) trabalhadores(as).

GESTÃO GAMIFICADA DO TRABALHO

Para compreendermos como se opera a gestão gamificada do trabalho, demonstraremos como o trabalho se organiza por plataformas, entrelaçado à ausência de uma rede de proteção trabalhista e social. Os(as) trabalhadores(as) estão vinculados às empresas platafomizadas por contrato de adesão.

É possível compreender o trabalho plataformizado como um ecossistema envolvendo um conjunto de actantes, ou seja, atores humanos e não humanos, empresas, plataformas, usuários/consumidores, Estado, algoritmo, programas de rastreamento, banco de dados, entre outros dispositivos. As plataformas "são infraestruturas digitais que possibilitam a interação entre dois ou mais grupos" (SRNICEK, 2017, p. 43).

A tecnologia da informação e comunicação permite às plataformas terem acesso a um grande contingente de trabalhadores sem a necessidade de contato direto, determinando as regras do negócio e verificando o desempenho do trabalho pelas notas dadas pelos usuários. O algoritmo, a partir de todas as informações que lhe são apresentadas, é capaz de organizar toda a atividade (REIS; CORASSA, 2017).

O gerenciamento algorítmico é prática gerencial fundamental na implementação da gamificação desse trabalho, podendo ser definido como supervisão, governança e práticas de controle conduzidas por algoritmos de software sobre trabalhadores (MÖHLMANN; ZALMANSON, 2017). No modelo trabalhista plataformizado, o controle e avaliação da atividade laboral se dá em duas esferas que atuam de forma conjunta e simultânea, compondo o sistema gerencial: o algoritmo e a multidão de gerentes invisíveis[8].

Por meio das narrativas dos(as) trabalhadores(as) plataformizados(as), podemos constatar que a forma de contratação não possibilita nenhuma previsibilidade em relação ao número de horas trabalhadas e nem à remuneração, pois tais trabalhadores(as) receberão apenas pelas horasefetivamente laboradas; trabalham por demanda e metas[9] a cumprir; a precificação é feita pela empresa; as jornadas podem ser extensas e intensas; o tempo que dedicam à atividade pode ser permeado por outras atividades; não há garantia de um salário mínimo, nem de adicionais salariais; os intervalos interjornada e intrajornada são gestados por eles(as); as férias, quando existentes, não são remuneradas; pode ocorrer extinção unilateral dos contratos pelas plataformas, sem apresentar maiores explicações; a contribuição ao fundo previdenciário é individualizada e incerta, podendo comprometer a perspectiva de aposentadoria (VIDIGAL, 2020). Além dessa intensa exploração, soma-se,

8 "Gerentes invisíveis" são os(as) consumidores(as), que dão nota ao serviço prestado.

9 As metas são pré-determinadas pelo(a) próprio(a) trabalhador(a), que só para de trabalhar quando atingir tais metas.

segundo Antunes (2020), uma forte espoliação, presente quando os(as) trabalhadores(as) arcam com as despesas de compra dos veículos, motos, carros, celulares, cortadores de unhas, alicates e suas respectivas manutenções, dentre outros equipamentos de trabalho.

Na proposta deste artigo, é essencial observarmos o fato de que o trabalho plataformizado está associado ao(a) trabalhador(a) integralmente disponível[10] para o trabalho, à conformação do(a) trabalhador(a) *just-in-time*[11], isto é, um(a) trabalhador(a) sob demanda (ABÍLIO, 2020). A exigência de performance atendendo aos interesses do capital cujo propósito natural é o de funcionar como impulso para mais acumulação produz um(a) trabalhador(a) ideal que não para nunca: aquele(a) sempre disposto(a) e disponível.

Para compreender as jornadas intensas e extensas desses(as) trabalhadores(as), devemos considerar a gamificação pela qual as empresas buscam mantê-los(as) conectados(a) pelo maior tempo possível, sobretudo nos locais, dias e horários que eles(as) têm mais interesse, ou seja, quando há diminuição de trabalhadores(as) disponíveis: feriados, finais de semana, dias chuvosos, horários noturnos. Em matéria publicada na Folha de S. Paulo, baseada em reportagem do jornal americano New York Times, a gamificação foi abordada da seguinte forma:

> Empregando centenas de cientistas sociais e especialistas em dados, o Uber testou técnicas de videogames, recursos gráficos e recompensas não monetárias de baixo valor capazes de estimular os motoristas para que trabalhem mais - e ocasionalmente em lugares e horários que são menos lucrativos para eles. (...) A Uber resolve esse problema fundamental por meio de técnicas de persuasão psicológica e outros métodos desenvolvidos pelas ciências sociais com o objetivo de influenciar quando, onde e por quanto tempo seus motoristas trabalham (SCHEIBER, 2017, online).

A empresa, como técnica, procura encorajar os(as) motoristas a se dirigirem às áreas de escassez (SCHEIBER, 2017). Uma dessas técnicas é "preço dinâmico", descrito pela empresa como "um algoritmo que calcula automaticamente a oferta e a demanda por carros para determinar o valor mais adequado para equilibrar a balança. Dessa forma, os motoristas parceiros não podem induzir o preço dinâmico ficando online ou offline" (UBER, 2020, online). Seguindo regras de um mercado liberal, "o que move o preço dinâmico é o equilíbrio entre a oferta de motoristas e a demanda de usuários pelo serviço (UBER, 2020, online).

Pode-se identificar, pelo excerto de entrevista abaixo, como a cobrança é estabelecida pelo preço dinâmico, o que faz com que a tarifa flutue durante momentos de alta demanda: quando há mais usuários solicitando viagens do que motoristas disponíveis, o preço da corrida subirá. Quando o movimento cai e o número de passageiros é igual ou menor do que o de motoristas, a tarifa volta a cair até atingir o preço normal. Segundo a Uber, a alteração funciona como uma forma de incentivar motoristas a estarem disponíveis em horas de maior demanda.

10 Richard Sennett (2003) já se referia à ideia de disponibilidade integral em *A corrosão do caráter*, ao relatar a história de Rico, um trabalhador que atuava em contrato flexível, fazendo contraposição ao taylorista-fordista.

11 Pode ser traduzido livremente como "na hora certa" ou "no momento exato". Concebido no Japão, em oposição ao *just-in-case* fordista, tem se difundido pelo mundo nas últimas décadas, juntamente com outros aspectos do Toyotismo. "*Just-in-time* significa que, em um processo de fluxo, as partes corretas necessárias à montagem alcançam a linha de montagem no momento em que são necessárias e somente na quantidade necessária. Uma empresa que estabeleça esse fluxo integralmente pode chegar ao estoque zero" (OHNO, 1997, p. 26).

V.V.C: A empresa nunca faz sugestões de locais?

Bruno: Eles mandam sugestões quando sabem que vai ter evento com alta demanda, tipo sábado vai ter show de tal no lugar tal, mas só como sugestão. Não tem obrigatoriedade de ir até o local.

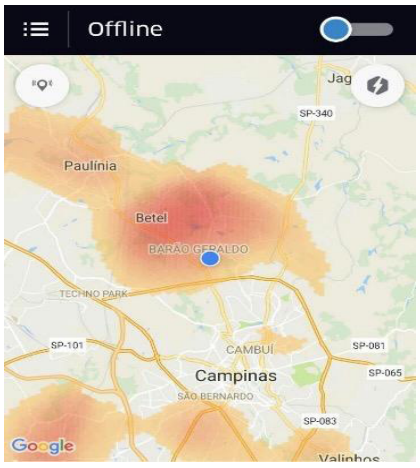
V.V.C: Por que lá está em taxa dinâmica? Como ela funciona?

Bruno: Segundo informações do aplicativo, funciona por demanda... Se tem uma demanda muito alta e não muitos motoristas, eles aplicam o preço dinâmico para chamar motorista pra lá. Pra gente só aparece avermelhada no mapa as regiões que estão em preço dinâmico; é a única forma de a gente saber. Então, não tem como avisar com antecedência, até porque é por demanda; se de repente acontece vira preço dinâmico. Pra ficar mais claro, tem trinta pessoas chamando em um bairro e só dez motoristas, aí eles colocam o preço dinâmico. O que acontece é que às vezes a gente sabe que vai ter por lógica: tem uma lógica em um jogo Corinthians e Ponte [e] eu sei que vai ter vinte mil pessoas saindo de lá (Bruno, 10 de agosto de 2018).

Observa-se que os(as) motoristas procuram por locais vigendo o preço dinâmico na esperança de ganhar mais dinheiro com uma corrida, porém, na prática o deslocamento até os locais "avermelhados" nem sempre é uma boa estratégia, conforme relata outro entrevistado:

É o momento que gostamos de trabalhar porque ganhamos mais com a corrida. O preço dinâmico é para atrair motoristas para o local onde não tem motorista suficiente, porém pode ser uma armadilha. Vamos supor que em Barão Geraldo está pagando 4x o valor da corrida, você sai lá do aeroporto para tentar pegar este preço dinâmico, aí quando você chega em Barão acaba o preço dinâmico e você pega uma corrida de 5 reais. Você gastou e não ganhou (Samuel, 24 de abril de 2018).

Figura 2 – Locais em preço dinâmico



Fonte: Entrevistado da pesquisa "As ilusões da uberização".

A análise realizada por Diakopoulos (2015) indica que a tarifa dinâmica não faz um maior número de motoristas ficarem *online,* mas uma redistribuição dos(as) que já estavam trabalhando pelas ruas das cidades, diminuindo o tempo de espera em algumas regiões e aumentando em outras.

Dessa forma, este mecanismo não atua como mero equilibrador entre oferta e demanda, como quer fazer crer a empresa, mas como uma ação visando o direcionamento dos(as) motoristas, levando-os(as) a trabalharem nos locais indicados por ela (MODA, 2020).

Para além do preço dinâmico, verificamos na gestão gamificada a presença de bonificações, promoções e desafios. Os ex-empregados da empresa Uber, em Inquérito Civil do Ministério Público do Trabalho (MPT)[12], quando questionados sobre premiações responderam que existe o bônus para indicações de novos motoristas "tanto o motorista Uber que indicou quanto o ativado ganhavam um 'bônus' em dinheiro; que essa promoção era recorrente" (Saadi Alves de Aquino, coordenador de operações, BRASIL, 2016, p. 170). Em depoimento judicial, o ex-coordenador de operações da Uber afirmou que, além do "salário" pago semanalmente para os motoristas, a empresa ainda possui um sistema de premiação:

> [...] que próximo ao Carnaval, por exemplo, o motorista ativado que completasse 50 viagens em 3 meses ganharia R$ 1.000,00 (mil reais); [...] que no dia do protesto do taxista, no início de 2016, a empresa investigada já sabia que faltariam motoristas na cidade então programou uma promoção especial para o motorista que consiste em cumprir alguns requisitos, por exemplo, ficar online 8 ou mais horas, completar 10 ou mais viagens e ter uma média de nota acima de 4,7 e, então, o motorista ganharia 50% a mais de todas as viagens completadas nesse período e com esse padrão [...] (Saadi Alves de Aquino, coordenador de operações).

Figura 3 – Desafio Natal e Ano Novo



Fonte: Entrevistado da pesquisa "As ilusões da uberização".

Confirmando a política de incentivos mediante o próprio algoritmo – sistema que mostra os ganhos atuais e projeta quais seriam os futuros –, explicou o ex-gerente de operações que tais

12 Em 14 de março de 2016, o Ministério Público do Trabalho da 1ª Região recebeu denúncia sigilosa contendo a seguinte notícia de fato: "os mais de mil motoristas da Uber estão sem amparo jurídico, a empresa não cumpre a lei". Tendo em vista que a falta de registro de motoristas por empresa que fornece transporte individual de passageiros ofende a ordem jurídica e constitucional, foi instaurado o Inquérito Civil n. 001417.2016.01.000/6.55. No curso da investigação, o Ministério Público do Trabalho, por meio da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, intimou alguns ex-empregados da Uber do Brasil Tecnologia Ltda., a fim de instruir o procedimento investigatório e averiguar possíveis ilícitos trabalhistas praticados no território brasileiro.

mecanismos incentivam o(a) motorista a não desligar o aplicativo. Em suas palavras, tais incentivos podem parecer "bobos", mas "funcionam realmente, acaba virando um cassino" (BRASIL, 2016, p. 171) e os(as) motoristas ficam cada vez mais tentados a ficar mais horas trabalhando.

Tais mensagens possuem a intenção de explorar a preocupação das pessoas com os objetivos, induzindo os(as) motoristas a dirigirem por mais tempo. Chelsea Howe (apud SCHEIBER, 2017, online) argumenta que "a motivação internalizada é o tipo mais poderoso". Scheiber (2017) afirma que a estratégia de estabelecer metas de lucro tem como base um algoritmo semelhante ao recurso da Netflix, que reproduz o próximo episódio de forma automática. Dessa forma, o motorista recebe a próxima oportunidade antes mesmo de terminar sua corrida atual.

Figura 4 – Desafio



Fonte: Entrevistado da pesquisa "As ilusões da uberização".

Mesmo que, às vezes, construídas como metas quase inatingíveis, o(a) trabalhador(a) segue conectado(a) e ligado(a) no seu game/labor. Eli Solomon, motorista norte americano veterano da Uber, ao entrevistador Scheiber, disse que, ocasionalmente, teve que lutar contra o impulso de trabalhar depois de dar uma olhada em seus dados. Observou Scheiber (2017) que, em suas mensagens para os motoristas, a Uber incluía um gráfico de um indicador de motor com uma agulha que se aproximava tentadoramente de um sinal de dólar. Todas essas métricas podem estimular os impulsos competitivos que incitam ao jogo compulsivo.

As cores e o princípio cromático, de acordo com Leme (2020), também teriam o seu papel na construção de realidades sedutoras aos(as) trabalhadores(as). Possuindo aptidão para gerar efeitos psicológicos nas pessoas, influenciando o psiquismo humano com sua eficiência no domínio estético. A autora relembra a afirmação de Goethe que a cor ocupa lugar destacado entre os "fenômenos naturais primários", pois cada uma produz "um efeito específico sobre o homem, revelando assim sua presença tanto na retina como na alma" (GOETHE, 1810 apud LEME, 2020). Pode-se deduzir que "a cor pode ser usada para determinados fins sensíveis, morais estéticos" (PEDROSA, 1982 apud LEME, 2020). As cores das propagandas, da logomarca e do aplicativo são escolhidas para seduzir. O azul, por exemplo, foi a cor originalmente escolhida para ser a logomarca da Uber, além de representar o ícone da tecnologia. Esse azul representaria a "tranquilidade" (LEME, 2020).

Por conseguinte, a empresa Uber se utiliza técnicas do Neuromarketing, da ciência comportamental, da teoria das cores e dos princípios cromáticos para capturar a subjetividade, a fim de atrair, de maneira sutil, uma multidão de trabalhadores(as) (LEME, 2020).

As entrevistas a seguir demonstram a estratégia de engajar subjetivamente os(as) trabalhadores(as) através da gamificação e como os aspectos gerenciais são internalizados por eles(as):

> Tem vez que já estou cansado, mas se recebo uma promoção, é uma boa oportunidade. Não penso muito no cansaço. Simplesmente vou (Danilo, 27 de abril de 2018).

> A gente sempre acha que pode ganhar um pouco a mais. E continua mais um pouquinho (Lucas, 27 de abril de 2018).
>
> Quando o valor é baixo, não vale a pena. Quando o valor é maior, aí vale a pena continuar (Olavo, 27 de abril de 2018).

Verificamos que a liberdade de simplesmente parar o trabalho, é objeto de manipulação psíquica pela Uber, demonstrando uma espécie de "subordinação psíquica" ou "subordinação psicológica". O excerto de entrevista abaixo traz uma importante revelação sobre a subjetividade que é tocada:

> V.V.C.: E subordinação? Existe?
>
> Bernardo: Não, não existe um chefe mandando, eu não respondo para ninguém, tenho controle do meu horário. Não devo satisfação.
>
> V.V.C.: Então você entende subordinação como dar satisfações a alguém e não ter controle?
>
> Bernardo: Isso. Graças a Deus tenho autonomia e liberdade total (Bernardo, 25 de abril de 2018).

O entrevistado louva a Deus por ter "autonomia e liberdade total". O ato de jogar traz, como referencial principal, a sensação de liberdade (HUIZINGA, 1949). Oportunas as reflexões do filósofo sul-coreano, Byung-Chul Han (2015), influenciado por Michel Foucault e Martin Heidegger, que estuda a estrutura de dominação neoliberal:

> O regime neoliberal pressupõe as emoções como recursos para aumentar a produtividade e o rendimento. A partir de um determinado nível de produção, a racionalidade, que representa o meio da sociedade disciplinar, depara com os seus limites. A racionalidade é percebida como coação, como obstáculo. De súbito, tem efeitos rígidos e inflexíveis. Substituindo-a, entra em cena a emocionalidade, que tem curso paralelamente ao sentimento de liberdade, da livre realização da personalidade. Ser livre acaba por significar dar livre curso às emoções. **O capitalismo da emoção serve-se da liberdade. A emoção é celebrada como uma expressão da subjetividade livre. A técnica do poder neoliberal explora essa subjetividade livre.** (HAN, 2015, p. 55. grifo nosso).

O capitalismo, munido de ferramentas tecnológicas, articula uma nova modalidade de exploração, pela captura dessas individuações. Boltanski e Chiapello (2005) mencionam haver um "novo espírito do capitalismo", que incorpora o trabalho como atrativo e divertido, calcado na autonomia individual dos participantes.

Ao encontro do "novo espírito do capitalismo" o modelo de gestão gamificada opera por uma lógica sugestiva e sedutora. A subjetividade do(a) trabalhador(a) é capturada, na medida em que este(a) se vê como se fizesse parte de um jogo de videogame, impulsionado, por imagens, sons, cores, frases, incentivos gráficos luminosos, brilhantes e coloridos, a continuar apertando o botão e aceitando as corridas, sem ter sequer o tempo de analisar o custo versus o benefício daquele trabalho (LEME, 2020): "A coisa toda é como um videogame", disse o entrevistado Eli Solomon.

O QUE HÁ DE NOVO NA GESTÃO GAMIFICADA DO TRABALHO?

A gestão gamificada não se reduz às tarifas dinâmicas, bônus, prêmios, mas inclui ainda as formas de punição e sanção. Nas oitivas do Inquérito Civil do MPT, os ex-empregados da Uber fizeram revelações sobre a empresa como a utilização da antiga técnica de gestão chamada *carrots and sticks*, consistente em premiar e, ao mesmo tempo punir. A expressão *carrot and stick*, ou, traduzindo literalmente, "cenoura e vara (porrete)" é usada para descrever uma situação em que, para fazer alguém trabalhar mais ou alcançar outro resultado desejado, são oferecidas recompensas – e, ao mesmo tempo, são feitas ameaças de punições. Nesta metáfora, a cenoura seria a recompensa, e a vara (o porrete) a ameaça de punição. Por essa técnica, portanto, os que seguissem a programação receberiam premiações ou bonificações; aqueles(as) que não seguissem os comandos e objetivos seriam punidos (suspensos, bloqueados, expulsos). Exemplificaram:

> [...] são exemplos de campanhas de "carrot"; que outras formas eram chamadas stick, que é uma forma de ameaça em que não se dá qualquer bônus mas avisa, por email, que se o candidato não completar a ativação rapidamente, perderá as etapas do processo já realizadas; ou seja, envia-se um email, por exemplo, com a ideia: complete sua ativação até sexta-feira, ou não será mais ativado na plataforma (Saadi Alves de Aquino, coordenador de operações, Rio de Janeiro, 2016)

> [...] internamente se falava no sistema de 'carrots' e 'sticks'; que o sistema de pagamento de incentivos era "carrots", sobre o controle de qualidade; que nos documentos internos e e-mails usava-se a expressão "stick" para identificar medidas de controle de qualidade; que o processo de controle de qualidade consistia em garantir que somente motoristas acima de determinado nível mínimo de qualidade ficassem, baseado na avaliação média do motorista dada pelos clientes; (...)bloqueava o acesso à plataforma desses motoristas, enviando comunicado ao motorista dizendo que estaria bloqueado por esse motivo (Augusto César, gerente de operações e logística, Rio de Janeiro, 2016).

Referida técnica foi objeto de estudos e publicações que remontam aos anos 1800. Autores escreveram em referência a um desenho da época que retratava uma corrida entre cavaleiros de burros, com o jóquei perdedor usando a estratégia de bater em seu animal com galhos para impulsioná-lo para frente, enquanto o vencedor da corrida usava a tática de segurar uma vara com uma isca, para atrair o animal. No ano de 1948, após a 2ª Guerra Mundial, a tática ligava-se à ideia de estimular a produtividade. Há relatos de uso também do *carrots and sticks* como método stalinista durante a Guerra Fria (SCHMALTZ, 2016).

Para além da técnica *carrots and sticks* utilizada pela Uber, encontramos entre os(as) entregadores(as) o chamado "Bloqueio Branco". Paulo Galo, líder dos "Entregadores Antifascistas", assim o explicou em uma entrevista: "o cadastro fica ativo, você fica online, mas não recebe nenhum pedido, nada chega para você. E nem importa onde esteja, pode ficar circulando que a empresa não vai te passar nenhuma entrega" (apud SINPOSBA, 2020, online). Trata-se de espécie de castigo tácito - não oficial e de uso não admitido pelos aplicativos - que é aplicado aos(as) trabalhadores(as) que se organizam politicamente enquanto classe, ou que demonstram publicamente contrariedade aos termos estabelecidos pelas empresas. Nessa modalidade de bloqueio, o(a) entregador(a) não é notificado(a) da punição, deixando de receber pedidos e oportunidades de entrega em um intervalo de tempo.

As empresas plataformas mesclam metas que são alcançáveis pelos(as) trabalhadores(as), motivando-os(as) a seguirem trabalhando, com metas impossíveis, que também não são uma novidade no capitalismo. Essa tática já era adotada por empresas tradicionais, que definiam metas impossíveis de serem atingidas, forçando a intensificação do trabalho e o aumento da produção.

A vivência dos(as) trabalhadores(as), hoje, nos revela a existência de táticas das empresas que impedem o recebimento do prêmio, apesar do esforço a mais empreendido. Os relatos dos(as) trabalhadores(as) nos grupos de *Facebook* nos mostram, por exemplo, que se o prêmio define a necessidade de realização de 50 corridas em um determinado período de tempo, quando o(a) trabalhador(a) se aproxima da meta há uma redução do número de chamadas, causando um sentimento nos(as) trabalhadores(as) de frustração, decepção, revolta, entre outros sentimentos desagradáveis.

As novas tecnologias não só potencializam a gestão gamificada do trabalho, como também permitem que as plataformas, que são "alimentadas por dados, automatizadas e organizadas por meio de algoritmos" (VAN DIJCK; POELL, T.; DE WAAL, 2018, p. 9), não sejam responsabilizadas por esses eventos que, na verdade, são decisões. O gerenciamento algorítmico é caracterizado pela implementação automática de decisões algorítmicas (MÖHLMANN; ZALMANSON, 2017). O trabalhador culpa o algoritmo[13] pelos acontecimentos, por compreendê-lo como neutro, a despeito de serem criados pelas empresas que determinam unilateralmente as regras (VIDIGAL, 2020).

Mazzotti (2017) alerta que o algoritmo é considerado invisível, apesar de integrado em diversos aspectos do cotidiano das pessoas, torna-se uma caixa preta e é afastado do escrutínio do público, passando a ser encarado como um elemento natural. Dessa forma, a percepção de que se está sendo controlado é muito sutil, o que gera dificuldade de se reconhecer o controle. Portanto, é necessário o exercício de ressaltar que o algoritmo de neutro não tem nada, para afastar o que Taina Bucher (2017) chama de imaginário algorítmico de neutralidade e objetividade.

A existência dos algoritmos vai além da concepção instrumental sugerida pela retórica institucional da plataforma. Os algoritmos, como qualquer outra tecnologia, são produzidos a partir do trabalho humano para empresas de tecnologia e ao mesmo tempo, "também são resultados das interações das pessoas comuns com esses algoritmos" (GROHMANN, 2020, p. 97). Na verdade, trata-se de opinião embutida em matemática, escreveu Cathy O'Neil (2016) afirmando que todo algoritmo, em alguma medida, carrega em si os valores e as opiniões de quem o construiu, em um processo de reprodução de certos comportamentos.

Ao desenvolver o conceito de capitalismo de vigilância, Shoshana Zuboff (2018) aborda a combinação entre vigilância, perda da privacidade e controle. Nos ambientes gamificados os acessos e as ações realizadas são registradas com frequência, assim como acontece nas atividades de navegação realizadas em sites da Internet. O ciberespaço, frequentemente visto como um espaço de liberdade, transforma-se em um local onde todas as ações são registradas. Talvez seja, conforme mencionado por Santos e Ferreira (2008), "o espaço mais controlado que o ser humano já construiu". A coleta de dados é surpreendente e, a esse despeito, não há controle trabalhista sobre a questão (SCHEIBER, 2017). Estes dados são utilizados de forma obscura e as regras do "jogo" não são acordadas com os(as) trabalhadores(as).

Verificamos, portanto, que nas práticas de gerenciamento algorítmico, os trabalhadores interagem com um "sistema" em vez de humanos. Em muitos casos, o sistema tem menos transparência

13 Segundo Kleinberg "pode-se pensar informalmente um algoritmo como um passo a passo, um conjunto de instruções, expressado em uma linguagem estilizada, para a resolução de um problema" (KLEINBERG, 2008. p. 1). Ele transforma "dados em resultados desejados" (GILLESPIE, 2018).

e os trabalhadores não têm conhecimento do conjunto de regras que governam os algoritmos (MÖHLMANN; ZALMANSON, 2017). O algoritmo aparece como executor da vontade e valores da empresas, um intermediário entre a plataforma e os(as) trabalhadores(as). Em tempos de arquitetura da informação[14], (e o controle está aí, na maneira como a informação é produzida e manipulada pela empresa), principalmente aquele que está sendo controlado, não enxerga a pessoa do controlador, podendo portanto, compreender a técnica como neutra. Nesse sentido, há uma novidade em relação aos moldes fordistas que contava com a presença de um chefe físico gerenciando o trabalho, cujas ordens eram facilmente identificáveis.

O NOVO PEDE O VELHO: A IMBRICAÇÃO DA GAMIFICAÇÃO COM O SALÁRIO POR PEÇA

Os(as) trabalhadores(as) recebem remuneração por cada entrega/corrida realizada. Trata-se do "salário" por unidade de obra. Retendo o que denomina "taxa de serviço" sobre o preço das corridas, a Uber utiliza-se do mais tradicional modo capitalista de produção e reprodução de riqueza – a extração do excedente da força de trabalho. A taxa cobrada é calculada pelo próprio aplicativo e leva em consideração a quilometragem percorrida e o tempo permanecido dentro do automóvel. A empresa não fornece a metodologia utilizada para a fixação dos valores do serviço, não apontado as variáveis utilizadas e o funcionamento de seu algoritmo. Entretanto, incontroverso que este sistema é determinado unilateralmente por ela.

A empresa, no mês de julho de 2018, implementou um novo modelo pelo qual o passageiro continuará pagando pela estimativa da viagem, calculada antes de o trajeto ser percorrido (NEGRÃO, 2018). No entanto, o(a) motorista é remunerado(a) pela distância e tempo reais do percurso – não em porcentagem. Até então, motoristas do UberX e UberSelect tinham que pagar taxa fixa de 25%, enquanto a UberBlack cobrava 20%. No novo sistema de cobrança, a apelidada "taxa flutuante" pelos motoristas, vem causando discórdia, conforme narra o entrevistado: "Hoje com a taxa flutuante pode ser cobrado do motorista de 25% a 50%. Parece zueira, mas não é, daqui a pouco a gente vai tá pagando pra trabalhar" (Bruno, 10 de agosto de 2018).

O cálculo da remuneração líquida percebida pelos(as) trabalhadores(as) é realizado pelo desconto automático dessa taxa. Ainda, são obrigados(as) a descontar, da parcela sobre o valor que é depositado pelas empresas em suas contas correntes, todos os gastos inerentes ao serviço de transporte, como combustível, manutenção, seguro, taxas, impostos sobre os veículos/motocicletas e licenciamentos, além dos gastos com sua automanutenção, como alimentação, saúde e seguro de vida (VIDIGAL, 2020). Na pandemia, o fato de os(as) trabalhadores(as), na maioria das vezes terem de custear as medidas e proteção acaba por reduzir ainda mais a sua remuneração (ABILIO *et al.*, 2020).

Esse modelo remuneratório reedita uma forma antiga de pagamento: o salário por peça que, a despeito de não ser hegemônico na sociedade contemporânea, seguiu existindo em alguns ramos produtivos em coexistência com o salário por tempo. A gestão por plataformas ao automatizar o controle, permite a proliferação do trabalho por peça.

Em "O Capital" pode-se encontrar pistas preciosas para entender tanto a dialética do trabalho, quanto a problematização do salário por peça: a remuneração do trabalhador depende não de sua

14 Saul Wurman (1997) definiu Arquitetura da Informação como sendo a ciência e a arte de criar instruções para espaços organizados.

jornada, mas de sua produção. No século XIX, Marx (2013) já assinalava a tendência a uma opacidade ainda maior da relação entre capital e trabalho quando mediada pela remuneração por peça.

A passagem da medida do salário por tempo de trabalho para o salário por peça materializa uma transferência do controle sobre o tempo e a produtividade do trabalho para o próprio trabalhador. Com o pagamento por peça o custo da ociosidade é jogado ao(a) trabalhador(a). Marx (2013) explica que ao remunerar não pelo tempo, mas pela quantidade produzida, se favorece um aumento tanto da extensão do tempo de trabalho como de sua intensidade:

> Dado o salário por peça, é naturalmente do interesse pessoal do trabalhador aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade. Do mesmo modo, é interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois com isso sobe seu salário diário ou semanal (MARX, 2013, p. 141).

Dessa forma, a intensificação do trabalho, objetivo de toda gestão capitalista, seria obtida através do salário por peça. O salário por peça permite ao capitalista maior ganho de produtividade. No trabalho plataformizado, a exigência de produtividade pode ser cumprida através de metas disfarçadas de gamificação. A partir das entrevistas realizadas nas pesquisas, conseguimos verificar que trabalham por metas individuais pré-definidas e só param quando a alcançam. Em seu bojo está a terceirização de parte do gerenciamento do trabalho para o(a) próprio(a) trabalhador(a).

Callum Cant (2019) destaca no mesmo sentido apresentado por Marx que o salário por peça força o(a) trabalhador(a) a auto gerenciar sua produtividade. O autor, recorrendo à sua própria experiência de ciclista entregador, descreve como esse autogerenciamento e a consequente auto intensificação do trabalho ocorriam na prática. Como há uma considerável imprevisibilidade na demanda e nos pedidos que cada entregador(a) individualmente irá receber, nos horários sabidamente de pico de demanda o(a) entregador(a) tende a acelerar e a não fazer pausas, de modo a realizar o máximo de entregas possível nesse horário, tentando compensar assim o baixo ganho por hora nos demais períodos (CANT, 2019).

Trata-se, portanto, de uma espécie de internalização do controle da jornada de trabalho, que se efetiva nessa indistinção entre tempo de trabalho e de não-trabalho, ou no caso desses(as) trabalhadores(as), no "tornar todo tempo potencial tempo de trabalho" (ABÍLIO, 2011). Na definição de plenitude do trabalho abstrato, Oliveira (2013) refere-se aos ganhos da constante "luta do capital para reduzir a porosidade[15] do trabalho". O mundo do trabalho passa por uma intensificação generalizada e problematizá-la traz a exploração ao debate. Como destaca Dal Rosso (2008, p. 71), a exploração do trabalho, na modernidade, passa a ser cada vez mais intensa: "o tempo livre, o tempo de não trabalho, passa a ser engolido pelo trabalho". A fronteira entre tempo de vida e o tempo dedicado a atividades de trabalho vem se tornando cada vez mais tênue e embaçada. O tempo individual privado e a vida própria de cada um não mais existem como algo "à parte" (KIRKPATRICK, 2015).

Conclui-se que esse modelo de organização e gestão acaba por autorizar os(as) trabalhadores(as) a naturalizar o seu cotidiano de excesso de trabalho, trabalhar para uma plataforma digital, para a maioria deles(as), é sinônimo de jornadas de trabalho estendidas.

15 Com relação à porosidade, Dal Rosso estabelece que "a jornada compreende em seu interior duas realidades: momento de trabalho e de não-trabalho. Dentro da jornada, estes últimos formam aquilo que Marx chama de 'porosidade' do trabalho. Durante os tempos mortos, os 'porosos', o trabalhador não trabalha e não produz valor. Como o trabalho assalariado é heterônomo, o empregado procura aumentar os tempos de não trabalho e assim diminuir seu próprio desgaste." (DAL ROSSO, 2008, p. 47).

Cant (2019) também destaca que o salário por peça pode ser um obstáculo à solidariedade coletiva, uma vez que os(as) entregadores(as) de certa forma passam a competir pelos pedidos. Marx (2013) já indicava que o salário por peça favorece a concorrência entre os trabalhadores e de uns contra os outros. O salário por peça cria a competição permanente entre os trabalhadores. No excerto abaixo podemos verificar a competição entre eles e de uns contra os outros, em moldes atuais, na imbricação da gamificação com o salário por peça:

> Danilo: Eu e uns parceiros apostamos quem bate a meta mais rápido.
>
> VVC: Vocês apostam entre vocês? Apostam dinheiro?
>
> Danilo: Sim, mas não é muita coisa. Um trocado, senão fica puxado para quem perde.
>
> VVC: E como vocês combinam tudo?
>
> Danilo: Pelo whats. A gente pega o mesmo desafio e ganha quem completa primeiro. No feriado passado, rolou um.
>
> VVC: Você ganhou?
>
> Danilo: Perdi! (Danilo, 27 de abril de 2018).

Marx (2013) ainda ressaltava que o salário por peça favorece o desenvolvimento da individualidade, do sentimento de liberdade, de autonomia e de autodeterminação dos trabalhadores. Nesse sentido, Callum Cant (2019) apresenta o salário por peça como parte constituinte e fundamental do sistema de controle do trabalho, pois este permitiria que as empresas por aplicativo dispensassem um sistema de disciplina do trabalho com supervisores humanos. Para o autor, essa forma de salário favorece que os trabalhadores se vejam como seus próprios patrões, conforme é do interesse dos capitalistas que exploram esse trabalho e a classificação dos trabalhadores como autônomos não seria meramente uma forma de evasão dos direitos trabalhistas e de seus respectivos custos por parte do capitalista. O status de trabalhador(a) autônomo(a)[16] seria fundamental para permitir o sistema de salário por peça, sem nenhum salário fixo e sem necessidade do pagamento de um salário mínimo, sendo assim um fundamento necessário ao próprio sistema de controle e gestão do trabalho.

De acordo com Cant (2019), o sistema de controle das empresas por aplicativos, baseado no salário por peça, força os(as) trabalhadores(as) a assumirem cada vez mais riscos de modo aumentarem sua remuneração. Intensificação do trabalho essa, como alerta, que pode ser fatal, uma vez que isso resulta em entregas mais rápidas. As pesquisas demonstram que premiar e estimular a velocidade no atendimento dos motoristas/motoboys é um fator associado aos acidentes de trânsito (RODRIGUES; AMANCIO, 2021).

A etnografia realizada por nossa pesquisa nos grupos de *whatsapp* aponta que a palavra "promo" é uma das mais constantes nas conversas entre os(as) entregadores(as). É comum perguntarem uns(umas) aos(as) outros(as) se está vigendo alguma promoção. Foi percebido pelo(a) trabalhador(a)

16 Não se descura que a qualificação jurídica desses(as) trabalhadores(as) é objeto de disputa na Justiça do Trabalho, e da existência de decisões que concederam o vínculo empregatício aos(às) plataformizados(as), a esse despeito, a atual classificação difundida majoritariamente em nosso ordenamento é de trabalhadores(as) autônomos(as).

quais são os períodos frequentes que as promoções existem: "Feriado é sempre bom, dia das mães, dia dos namorados. Sempre promoção". São frequentes as promoções de R$ 2,00 (dois reais), por rota das 19:30 às 21:59, em dias chuvosos, que é outro fator associado aos acidentes de trânsito.

Uma das consequências de sofrer um acidente é não poder trabalhar, e nesse modelo laboral, se não trabalhar, não ganha. Há relatos, ainda, de trabalhadores(as) acidentados(as) que foram suspensos(as) e desligados(as) das plataformas. A pausa forçada no "jogo", então escancara a realidade: trata-se de um trabalho altamente explorado, no qual os(as) trabalhadores(as) desprotegidos(as) de direitos trabalhistas e sociais "jogam" pela sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O JOGO DA VIDA

Uma regulação protetiva eficaz só pode vir do entendimento do que é e de como se opera a gestão gamificada. A gestão gamificada é realizada a partir da imbricação de lógicas antigas como o pagamento por trabalho feito- o salário por peça-, a técnica de gestão *carrots and sticks*, com as novas tecnologias, os algoritmos, as técnicas de design virtuais, entre outras.

No contexto do trabalho plataformizado, o uso da gamificação se alinha com a estratégia capitalista de incorporar o tempo de vida como atividade produtiva ao sistema, intensificando e estendendo o tempo de trabalho. O que podemos observar é que a gestão gamificada e o gerenciamento algorítmico atendem aos anseios do capital e do capitalista, cujo objetivo é o lucro.

"Tenho muito azar mesmo" (Danilo, 27 de abril de 2018), se lamentou um dos entrevistados da pesquisa, se referindo ao fato de que quando estava chegando perto da meta estabelecida, não ter tido a "sorte" de ter recebido mais chamadas para conseguir a bonificação. Sorte ou azar não se combatem e talvez não se possa resistir ao que é aleatório na vida. Entretanto, a gestão gamificada do trabalho não é um jogo de sorte ou azar. O algoritmo não é aleatório, neutro ou etéreo. Trata-se de um jogo com regras pré determinadas, definidas de forma unilateral pelas empresas-plataformas tendo como objetivo estimular os(as) trabalhadores(as) a ficarem disponíveis para o trabalho, o máximo de tempo. Um jogo com regras de cartas marcadas para o capitalista vencer e o trabalhador perder. Enquanto o "jogo" continua desregulado, os(as) trabalhadores(as) desempenham suas atividades sem parar, desprotegidos(as), sendo interrompidos(as) apenas por doenças laborais e acidentes de trabalho – que por vezes, ceifam suas vidas. O game over: sem vida, não há jogo.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek; ALMEIDA, Paulo Freitas; AMORIM, Henrique; CARDOSO, Ana Claudia Moreira; FONSECA, Vanessa Patriota da; KALIL, Renan Bernardi; MACHADO, Sidnei. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, Edição Especial –Dossiê Covid-19, p. 1-21, 2020.

ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. **Revista Eletrônica da RET** – Rede de Estudos do Trabalho, Marília, ano IV, n. 8, p. 1-31, 2011.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho uberizado e capitalismo virótico: entrevista com Ricardo Antunes. **Digilabour**, 2020. Disponível em: https://digilabour.com.br/2020/06/14/trabalho-uberizado-e-capitalismo-virotico-entrevista-com-ricardo-antunes. Acesso em: 20 out. 2020.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BUCHER, T. The Algorithmic Imaginary: exploring the ordinary affects of Facebook algorithms. Information, **Communication & Society**, *[s.l.],* vol. 20, n. 1, p. 30-44, 2017.

BRASIL. Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região. **Inquérito Civil n. 001417.2016.01.000-6**. 22 de março de 2016.

CANT, Callum. **Riding for Deliveroo: Resistance in the New Economy**. Cambridge: Polity Press, 2019.

CASTRO, Viviane Vidigal. **As ilusões da uberização: um estudo à luz da experiência de motoristas Uber.** 303 f. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2020.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!: a intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DETERDING, Sebastian; Dixon, Dan; Khaled, Rilla; Nacke, Lennart. From game design elements to gamefulness: defining gamification. **Proceedings of the 15th International Academic MindTrek Conference: Envisioning Future Media Environments**. ACM, 2011.

DIAKOPOULOS, Nicholas. How Uber surge pricing really works. **The Washington Post,** 2015. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/wonk/wp/2015/04/17/how-uber-surge-pricing-really-works/?noredirect=on&utm_term=.6f682adc2568>. Acesso em: 10 jun. 2019.

FERRARA, John. Games for persuasion argumentation, procedurality, and the lie of gamification. **Games and Culture**, *[s.l.],* vol. 8, n. 4, p. 289-304, 2013.

DUJARIER, Marie-Anne, **Le management désincarné**, Paris, La Découverte, 2015, p. 218

GILLESPIE, T. A relevância dos algoritmos. **Parágrafo**, *[s.l.],* vol. 6, n. 1, p. 97, jan./abr. 2018

GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: características e alternativas. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**. Barcelona: Herder, 2015

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1949.

HUOTARI, Kai; HAMARI, Juho. "Gamification" From the Perspective of Service Marketing. **Proceedings of the 2011 annual conference extended abstracts on Human factors in computing systems** - CHI EA'11, Vancouver, Canada, p. 11-15, 2012.

KAPP, Karl. M. **The gamification of learning and instruction: game-based methods and strategies for training and education.** San Francisco, John Willey & Sons, Inc. 2012.

KIRKPATRICK, Graeme. Ludefaction: fracking of the radical imaginary. **Games and Culture**, *[s.l.],* vol. 10, n. 6, p. 1-18, 2015.

KLEINBERG, Jon. **The Mathematics of Algorithm Design**. Princeton Companion to Mathematics, Princeton Univ. Press, p.1-8, 2008. Disponível em:<https://www.cs.cornell.edu/home/kleinber/pcm.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2017.

LEME, Ana Carolina Reis Paes. Neuromarketing e sedução dos trabalhadores: o caso Uber. *In*: CARELLI, Rodrigo de Lacerda; CAVALCANTI, Tiago Muniz; FONSECA, Vanessa Patriota. **Futuro do trabalho: os efeitos da revolução digital na sociedade**. Brasília : ESMPU, 2020.472 p.

MALABY, Thomas. Beyond Play: A New Approach to Games. **Games and Culture**, vol. 2, p. 95-113, 2007.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZZOTTI, Massimo. Algorithmic life. *In*: PRIDMORE-BROWN, Michele; CROCKETT, Julien. **The digital revolution: debating the promises and perils of the Internet, automation, and algorithmic lives in the last years of the Obama Administration**. Los Angeles: Los Angeles Review of Books, 2017. p. 34-35.

MODA, Felipe Bruner. **Trabalho por aplicativo: As práticas gerenciais e as condições de trabalho dos motoristas da Uber**. 149f. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado de São Paulo, Guarulhos, 2020**.**

MÖHLMANN, Mareike; ZALMANSON, Lior. Hands on the wheel: Navigating algorithmic management and Uber drivers' autonomy. **Proceedings of the International Conference on Information Systems (ICIS 2017)**, Seoul, South Korea, dez. 2017.

NEGRÃO, Heloísa. Uber extingue taxa fixa cobrada de motoristas. **Folha de São Paulo**, 2 de julho de 2018. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/07/uber-extingue-taxa-fixa-cobrada-de-motoristas.shtml. Acesso em: 03 jul. 2018.

OHNO, Taiichi. **O Sistema Toyota de Produção: além da produção em larga escala.** Porto Alegre: Bookman, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2013.

O'NEIL, Cathy. **Weapons of Math Destruction: How Big Data Increases Inequality and Threatens Democracy.** Nova Iorque: Crown Books, 2016.

PEREIRA, Felipe. Entregadores protestam contra reducação de valor pago por aplicativos em SP. **UOL,** São Paulo, 17 abr. 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/17/motoboys-de-sp-protestam-contra-baixos-pagamentos-de-aplicativos-de-entrega.htm. Acesso em: 25 mai. 2020

REIS, Daniela Muradas; CORASSA, Eugênio Delmaestro. Aplicativos de transporte e plataforma de controle: o mito da tecnologia disruptiva do emprego e a subordinação por algoritmos. *In:* LEME, Ana Carolina Reis Paes; RODRIGUES, Bruno Alves; CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende (coord.). **Tecnologias disruptivas e a exploração do trabalho humano**. São Paulo: LTr, 2017. p. 157-165.

Relatório Parcial de Pesquisa. ABÍLIO, Ludmila. C.; ALMEIDA, Paula. F.; AMORIM, Henrique; CARDOSO, Ana. C. M.; FONSECA, Vanessa. P.; KALIL, Renan. B.; MACHADO, Sidnei. Condições de trabalho em empresas de plataforma digital: os entregadores por aplicativo durante a Covid-19. São Paulo: **REMIR**, 2020. 11 p.

RIBEIRO, Gabriel. Motoristas de apps como Uber perdem até 90% das corridas e querem taxa zero. **UOL,** São Paulo, 31 mar. 2020. Informação disponível em: https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/03/31/motoristas-de-apps-como-uber-perdem-ate-90-das-corridas-e-querem-taxa-zero.htm. Acesso em: 30 mar. 2021.

RODRIGUES; AMANCIO. Com explosão de apps e fiscalização falha acidentes caem menos entre motociclistas em São Paulo. **UOL,** São Paulo. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/02/com-explosao-de-apps-e-fiscalizacao-falha-acidentes-caem-menos-entre-motociclistas-em-sp.shtml. Acesso em: 20 mar. 2021.

RYAN, Richard; RIGBY, Scott; PRZYBYLSKI, Andrew. Motivational pull of video games: a self-determination theory approach. **Motivation and Emotion**, *[s.l.],* vol. 30, n. 4, p. 344-60, 2006.

SALEN, Katie; ZIMMERMAN, Eric. **Rules of play: Game design fundamentals**. London: The MIT Press, 2004.

SANTOS, Laymert Garcia dos; FERREIRA, Pedro Peixoto. A regra do jogo: desejo, servidão e controle. *In*: VILARES, Fábio. (org.). **Novas mídias digitais: impactos políticos, econômicos e sociais**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

SAVIGNAC, Emmanuelle. **La gamification du travail**. L'ordre du jeu, Londres: ISTE éditions, 2017.

SCHEIBER, N. How Uber uses psychological tricks to push its drivers' buttons. **New York Times**, 2 de abril de 2017. 2017. Disponível em: https://www.nytimes.com/interactive/2017/04/02/ technology/uber-drivers-psychological-tricks.html. Acesso em: 20 jan. 2018.

SCHMALTZ, Eric. Carrots and Sticks... and Demonstrations: Yuri Andropov's failed autonomy plan for soviet Kahakhstan's Germans, 1976-1980. **Journal of the American Historical Society of Germans from Russia,** Lincoln, Nebraska, vol. 39, n. 3, p. 1-21, 2016.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoas do trabalho no novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

SINPOSBA**.** 'É greve.' Entregadores iniciam luta por direitos e querem carteira assinada. **Notícias**. Disponível em: https://www.sinposba.org.br/index.php/2020/06/17/e-greve-entregadores-iniciam-luta-por-direitos-e-querem-carteira-assinada/. Acesso em: 9 jun. 2021.

STARK, Luke. "Algorithmic Labor and Information Asymmetries: A Case Study of Uber's Drivers". **International Journal of Communication**, vol. 10, 2016, pp. 3.758-84.

UBER, 2020. **Home.** Disponível em: https://www.uber.com/pt-BR/blog/campinas/perguntas-e-respostas-sobre-o-preco-dinamico/. Acesso em: 20 jan. 2021.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martjin. **The Platform Society**. New York: Oxford, 2018.

VIDIGAL, Viviane. Delivery viral: entre a virtualidade do pedido e a concretude da entrega**.** *In*: CASTRO, Bárbara. (org.). **Covid-19 e Sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia.** 1ed.Campinas: IFCH, 2020. p. 278-294.

WERBACH, Kevin. (2016). **Curso: "Gamification"**. Disponível em: https://www.coursera.org/course/gamification. Acesso em: 20 mar. 2021.

WERBACH, Kevin; HUNTER, Dan. **For the win: how game thinking can revolutionize your Business.** Filadélfia: Wharton Digital Press, 2012.

WURMAN, Richard. **Information architects**. 2.ed. Lakewood: Watson-Guptill Pubns, 1997.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. *In*: BRUNO, Fernanda *et al.* (orgs.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem.** São Paulo: Boitempo, 2018.

EMOTIONAL LABOR DYNAMICS AS PRECURSORS TO MUNDANE VIOLENCE IN A PHILIPPINE CITY JAIL

Recebido em 1/04/2021, aprovado em 9/06/2021
10.30612/mvt.v8i14.15019
Hannah Glimpse Nario-Lopez[1]

ABSTRACT: This paper analyzes narratives on emotional labor among officers working in an overpopulated and undermanned city jail in the Philippines. Taking off from Hochschild (1983) and Crawley (2004) as theoretical departure points and using *Sikolohiyang Pilipino* as an approach in deploying institutional ethnography, I forward three arguments that enrich the understanding of emotion management dynamics in the carceral setting. First, emotional labor in the city jail is largely based on rank. Rank is a fixed navigation point where officers need to be in their "rightful place" (*lugar*) in interacting with and expressing emotions to others. Second, leadership regimes in forms of *sistema* (substandard yet acceptable ways of doing things) or *kalakaran* (corrupted *sistema*) also dictate emotion regimes among officers in the facility. And third, narratives of professionalism dominate accounts that normalize, reify, moralize, and even prize emotional laboring. In contrast to existing literature, data suggest that emotion management can be endowing, as it clarifies expectations and harmonizes relationships. Officers, in addition, claim that they are willing to endure emotional labor as it helps them to be more dutiful as a public servant. In fact, officers value emotional labor with a nationalist tone. With strong appreciation for emotional management in the narratives, I end with critical reflections and forwarded interrogations on the danger of moralizing emotional labor and recommend further investigation of its aspects that could lead to mundane violence.

Keywords: Jails and prisons. Emotion management. Prison sociology. Sociology of emotions.

DINÂMICAS DO TRABALHO EMOCIONAL COMO PRECURSORAS DA VIOLÊNCIA EM UMA PRISÃO NAS FILIPINAS

RESUMO: Este artigo analisa narrativas de trabalho emocional dentre agentes que trabalham em uma cadeia superpopulosa e má tripulado nas Filipinas. Partindo de Hochschild (1983) e e Crawley (2004) como pontos de partida teóricos e usando o estudo de caso Sikolohiyang Pilipino para desenvolver uma etnografia institucional, estabeleço três argumentos que enriquecem o gerenciamento das emoções no cárcere. Primeiro, o gerenciamento das emoções é baseado na configuração carcerária. Segundo, esse trabalho é baseado na hierarquia, entendida como o lugar "correto" em

1 Hannah Glimpse Nario-Lopez earned her Bachelor and Master of Arts in Sociology from the University of the Philippines Diliman, where she is now teaching Philippine Contemporary Social Issues and Sociology of Deviant Behavior. She served as Youth Advisor at the Southeast Wyoming Juvenile Detention Center. Since her research on emotional labor among jail officers, has been providing skills training and consultancy services in two jail facilities in Metro Manila and advocating for a more equitable criminal justice system in the Philippines. You may reach her at: hcnario@up.edu.ph.

que agentes devem estar ao interagir e expressar sentimentos para outras pessoas. Terceiro, narrativas de profissionalismo dominam relatos que nornalizam, reificam, moralizam e até mesmo gratificam trabalho emocional. Em contraste com a literatura existente, os dados sugerem que o gerenciamento das emoções pode ser adotado, haja vista que esclarecem expectativas e harmonizam relações. Os(as) agentes, em adição, argumentam que podem desejar endurecer as emoções na medida em que isso os(as) auxilia a serem mais zelosos com seus deveres como funcionários públicos. Com efeito, agentes valorizam trabalho emocional com um tom nacionalista. Com foco no trabalho emocional a partir das narrativas, termino o artigo com reflexões críticas, encaminhadas como interrogações, sobre o perigo de moralizar o trabalho emocional e recomendo investigações adicionais sobre seus aspectos que podem levar à violência mundana.

Palavras-chave: Cadeias e prisões. Gerenciamento das emoções. Sociologia das prisões. Sociologia das emoções.

DINÁMICA DEL TRABAJO EMOCIONAL COMO PRECURSORES DE LA VIOLENCIA MUNDANA EN UNA CÁRCEL EN LAS FILIPINAS

RESUMEN: Este artículo analisa las narrativas sobre el trabajo emocional entre los agentes que trabajan en una prisión municipal superpoblada y con poco personal en las Filipinas. Partiendo de Hochschild (1983) y Crawley (2004) como puntos de partida teóricos y utilizando Sikolohiyang Pilipino como un enfoque a la implantación en la etnografía institucional, presento tres argumentos que enriquecen la comprensión de la dinámica del manejo de las emociones en el entorno carcelario. Primero, el trabajo emocional en la cárcel se basa en gran medida en la clasificación. La clasificación es un punto de navegación fijo donde los oficiales deben estar en su "lugar correcto" para interactuar y expresar emociones a los demás. En segundo lugar, los regímenes de liderazgo en formas de sistema (formas de hacer las cosas deficientes pero aceptables) o kalakaran (sistema corrupto) también dictan los regímenes emocionales entre los oficiales en las instalaciones. Y tercero, las narrativas de profesionalismo dominan los relatos que normalizan, cosifican, moralizan e incluso valoran el trabajo emocional. En contraste con la literatura existente, los datos sugieren que el manejo de las emociones puede ser normalizador, ya que aclara las expectativas y armoniza las relaciones. Los oficiales, además, afirman que están dispuestos a soportar el trabajo emocional, ya que les ayuda a ser más celosos en sus obligaciones como servidores públicos. De hecho, los oficiales valoran el trabajo emocional con tono nacionalista. Con un fuerte aprecio por el manejo emocional en las narrativas, termino con reflexiones críticas, como preguntas, sobre el peligro de moralizar el trabajo emocional y recomiendo una investigación más profunda de sus aspectos que pueden conducir a la violencia mundana.

Palabras Clave: Cárceles y prisiones. Manejo de las emociones. Sociología penitenciaria. Sociología de las emociones.

INTRODUCTION

Conditions inside Philippine prisons and jails are among the world's toughest. Facilities are packed with detainees awaiting trial, overstaying detainees, and reoffenders (BUSTINERA, 2016). In 2017, just months after self-confessed-mass-murderer Rodrigo Duterte's anti-drug platform won him the presidency, jail congestion ballooned from 300–450% to 512.75%, mainly due to drug "surrenderers." These long-standing conditions affect how officers manage these facilities. Using Hochschild's (1979; 1983) emotional labor as a theoretical lens, Crawley put into cognition the expensive emotional costs of securing prison order by focusing on the narratives of officers — often excluded from study of carceral contexts. Drawing from Hochschild and Crawley, this article aims to contribute to the sociology of emotions and prison sociology by broadening heuristic applicability of emotional management in the context of material deprivations universal in Philippine facilities and other carceral contexts in the global south.

By putting prison sociology and sociology of emotions in conversation with each other, I forward the importance of emotion management in understanding the delivery of carceral service. And in doing so, I appraise jail work with the merit it deserves; to have a more holistic perception of how jails and prisons do not only serve as a place of detention, but are also places where relations emerge, dispositions are reproduced, and cultures are carried as lifestyles outside the facility. I argue that such deepened acknowledgement of prisons as social spaces could provide clues on why rehabilitation works in some places and not in others, leading us closer to resolving the global problem of recidivism.

The jail site of this study is one of the most densely populated city jails in Metro Manila, located in one of the largest cities in metropolis. The city has a total population of three million residents, composing a quarter of Metro Manila's total population. The city jail, however, was only built for less than a thousand persons. The jail only has the capacity to service a crime rate of 25.92 per 100,000 of the total population (2017). This seems like a workable number considering that the crime rate for this city in 2015 was 31 per 100,000 of the total population[2]. However, there is a huge number of the detainee population who have already overstayed, still awaiting trial, and therefore cannot be transferred to a prison facility. According to the United Nations (UN), for a 4.7 square-meters-per-person standard the ideal capacity of this jail is only 262 detainees. With more persons committed than released, the current state of housing of around 2800-2900 detainees is ten times the terms of the UN standard. This specific jail is not unique in the Philippine carceral context — the situation is the same across jails under the Bureau of Jail Management and Penology (BJMP) and prisons under the Bureau of Corrections (BuCor)[3]. If anything, its conditions are worse than other provincial jails, most especially when the spike in jail population hit 4,500 due to President Duterte's war on drugs in the mid of 2017. These impoverished conditions bear consequences in first, the delivery of human safekeeping and rehabilitation; and second, in the conditions by which social relations are carried out— understanding both is the impetus of this study. In my assessment, the city jail provides a good representation of the ravish situation that jail officers and Persons Deprived of Liberty (PDLs) need to endure daily and serves as a good precautionary tale for academic theorizing and policy engagement.

The methodological contribution of this piece is the use of *Sikolohiyang Pilipino* (SP, or Filipino Psychology), a culturally sensitive approach that gives primary importance to the distinctive character of Filipino psyche given the many nuances and layers that guide Filipino thinking, acting, behaving, and relation with each other. SP is both a method and a movement for indigenizing

Filipino social sciences to overcome the limitations of western psychological models (CLEMENTE, 2011). Through guidance on how to best approach the carceral field and careful implementation of methods with utmost consideration to Filipino social relations within the peculiar space of the city jail, SP assisted how I secured my relations with my interlocutors — rendering analysis and theorization closer to the reality of Filipino experiences. This study augments the theoretical application of emotional labor and lays ground for Philippine prison sociology by providing a definitive take on how possibly the conditions of Philippine jails and prisons contribute to the practice of emotional labor in a jail operant in a specific cultural context.

I engaged with officers from a Philippine city jail over the course of five years, specifically on the following concerns: (a) their perception on their workplace's physical conditions; (b) their regard for other actors with whom they share the jail; (c) their sensitivities toward the consequences of jail conditions to social relations (TAVORY, 2020); (d) their consciousness of the interplay of occupational feeling rules and jail conditions to the character and process of the kind of emotional labor that they do, and; (e) their valuation of emotional labor.

METHODOLOGY

1. ETHNOGRAPHY-INSPIRED DEPLOYMENT OF RESEARCH METHODS

I took the distinctive elements of ethnography as an inspiration for this study's strategic use and deployment of a variety of research methods to maximize the opportunities to observe behavior, values, and practices as they surface from everyday life. Through the keenness in detail and sensitivity of approach that ethnography offers, in-depth descriptions in qualitative accounts are maximized (CRESWELL, 1998). The specific type of ethnography that I consider as this ethnographic inspiration is Institutional Ethnography (IE). IE frames the individual as a product of institutional processes (SMITH, 1987). Grahame (1998, p. 347) advanced the use of IE as a way to discover "how ideological accounts define those activities in relation to institutional imperatives and examining the broader social relations in which local sites of activity are embedded". Using IE as a toolkit, I attempted to go beyond everyday realities as a commonplace experience of the individual and sought to pin-down the problematique of the officers' every day in jail work. IE acted as a lens by which I formulate the problem and focus, and framework of this study, where emotions are not seen as exclusive yields of personalities but also a part and products of institutional processes.

The study was enriched through the ethnographic use of multiple methods to record various narratives, under different scenarios and with different matters of inquiry. This qualitative research employed the following methods: (a) a preliminary exploratory study on the Philippine criminal justice system, jail conditions, and jail work (done in 2014-2015); (b) continuous field visits to be more familiarized to the jail setting and gain sensitivities toward jail social relations (in 2016); and (c) 'main data gathering stage' (from 2017 until 2018, and then revisited in March 2019) which deeply interrogated the initial findings of the exploratory study and observations from subsequent jail visits. The iterative process of research writing and reanalysis was done throughout 2020 and early 2021. I found it very helpful that I did not solely rely on material gathered by previous

studies and instead conducted an independent exploratory study to identify concerns, which this research focused on. The exploratory study also served as a precept to the consistent and frequent contact I maintained, which grounded how I navigated in the field and gathered data. As this study investigates the world of jail officers, IE became useful in immersion strategies, such as jail officers to first become familiarized with my presence and to gather field impressions to help myself become familiarized to the social setting and dynamics in interactive spaces. The "main data gathering stage" was composed of document analysis, participant observations, focus group discussions, and informal conversations — wherein I spent four to eight hours of workdays in the facility three to four times a week (NARIO-LOPEZ, 2017). IE further illuminated how I understood, interpreted, and analyzed field impressions, observations, and other forms of information by maintaining that all that I observed are products of how human actions are steadily organized by institutions. The prolonged and intense exposure provided me with sensitizing acuities, which I relied on in the construction of interview and focus group discussion guides and later in my analysis and refinement of arguments. There are at least 50 jail officers who became my interlocutors (CURATO, 2012) at different parts of the process. In all, this study draws from nearly five years' worth of inquiry, from 2014 to 2019.

2. SIKOLOHIYANG PILIPINO AS METHODOLOGICAL APPROACH IN EXPLORING "FILIPINO EMOTIONS"

The sociology of emotions has been criticized for methodological development lagging behind theoretical progress (FLAM; KLERES, 2015). These challenges researchers of emotions to review lines of inquiry, and fine-tune identification, collection, and interpretation of data. There must be conscious effort in making the research experience more constructive to respondents and the knowledge-generation process. Considering these, I approached the field with *Sikolohiyang Pilipino* (SP, Filipino Psychology) and thoughtfully related to all officers. As a move to decolonize my research lens, this study recognizes the character of deeply collectivist Filipino relationality (ENRIQUEZ, 1976; 1977) SP responds to the need to have a psychology of, about, and by Filipinos (YACAT, 2013) due to the limits of western models in understanding the Filipino. According to Enriquez (1976; 1977; 1994), there is uniqueness in the collectivist orientation in Filipino interpersonal relations. This kind of relationality is prominent in the nuancing of various kinds of relations, in: *pakikipagkapwa-tao* (being humane to each other), *pakikisama* (being in fellowship with each other), and *pakikitungo* (in utmost mutual respect with each other). Recognizing the Filipinos' collectivist orientation is important because it reflects their consciousness. In this research, SP is pivotal in approaching and analyzing how Filipino jail officers speak of and evaluate the jail conditions and assess their emotions at work with utmost regard for others and their group life.

There are four strategies that I conducted to align this research to SP's sensitivities.[4] First, I integrated the Categories of Social Interaction between the Researcher and the Participant (MARCELINO, 1990) as I transitioned from being a total outsider to a researcher with trustworthy relations amongst community members. I employed the following phases of research: *pagmamashid* (general scanning or looking around), *pakikiramdam* (sensing or feeling through), *patanong-tanong* (casual asking of questions), *padalaw-dalaw* (frequent visits), *pakikitungo* (relating with), *pakikisalamuha* (casual socializing), *pakikilahok* (participating with), *pakikibagay* (level of adjusting one's feelings and speech for others), *pakikipagpalagayang-loob* (earning trust), and *pakikiisa* (deeper participation and involvement). Second, SP's differentiation between *hayag* (expressed emotion) and *saloobin* (personal insight) guided how I inquired on the officers' emotions. By asking separately which feelings officers can express publicly and kept privately, I was able to traverse within this cultural distinction with the framework of emotion management. The distinction between *hayag* and *saloobin* is further enriched by Katriel's (2015) concept of 'discourse on emotion' to discuss how feelings are represented in conversations, sanctions, and appropriations. Third, I engaged and maintained native terminologies throughout the research to give respect to the verity that Filipinos opt for indigenous and indigenized terms to describe the things that they do and express the emotions they feel. This preference is foundational for the precise representation (PE-PUA; PROTACIO-MARCELINO, 2000) of *kamalayan* (awareness), *ulirat* (consciousness), *isip* (mind), *diwa* (spirit), *kalooban* (feeling), and *kaluluwa* (soul). Lastly, via alluding to the understanding that Filipinos may opt for indigenized labels from the Filipino language to describe the things that they do and express the emotions they feel, analysis will focus on Filipino words and its colloquial use. Throughout this research, translation of terms in the closest English word will be provided but if no other technical vocabulary sufficiently represents the emotion expressed by the participants, explanations would be done based on how it was exactly said in Filipino.

4 The writing of this study resonates with what Van Maanen (1988) calls "confessional ethnography". Confessional ethnography is appropriate because of its heightened sensitivity to a particular set of actors in the field. Traditional ethnography highlights the experience of the ethnographer in the field and writing is made from the perspective of the researcher. I will deviate from traditional ethnography and instead write "confessions" from the perspective of officers. For this study, the jail officers would be the actors of interest. As I demystify the profession of jail work and appropriate its human aspects — how the human, the officer, through his or her emotions actively respond to other actors and the objective conditions present in the jail environment. I kept in mind that this study is not a dramatic revelation or exposé of lives. Rather, the writing will try to closely convey, "what actually happens" on the ground (GLASER; STRAUSS, 1967) from the officers' perspective; to express their bouts of doubt, dilemmas, and realizations as they go about their daily duties. While I invited critical assessment from the officers, I am sensitive that they are straddling between personal and occupational lines. I gave utmost consideration to the fact that their participation and my interpretation of the findings may provoke anxieties, cause interpersonal conflicts, and even affect their career. As precaution, I phrased questions in a way that assures officers that I am not looking for a "whistleblower" (WESTMARLAND, 2001) or trying to find faults and fissures in the setting. I presented the study to a pool of potential interlocutor-officers through a consultative meeting. Each interaction ended with a debriefing session. And at the end of research writing, I presented the findings to the officers in a "validation presentation" which provided the venue to raise any questions and the opportunity for collaboration in analyzing the findings.
This study closely followed research protocols on ethics (AMERICAN SOCIOLOGICAL ASSOCIATION, 1997; INTERNATIONAL SOCIOLOGICAL ASSOCIATION, 2001), namely: anonymity, confidentiality, full disclosure, and beneficence. Permits to conduct the research were secured from the headquarters of the BJMP then endorsed to the city jail warden. Prior to the conduct of the "main data gathering stage", results of the preliminary study were presented to the pool of potential respondents and higher-ups of the BJMP. Letters of invitation with information sheets containing the research questions, objectives, potential risks, and intended benefits were then sent out individually to potential respondents. All respondents came forward voluntarily. Participant information sheets are again distributed and explained prior to each interview and FGD session. The jail and names of the officers have been anonymized. Finally, I guaranteed my interlocutors of the study's belated publication to further protect them from identification. As of June 2021, most officers who participated in this study were no longer part of the facility rendered as site of study. All classified jail records have now been destroyed.

Furthermore, I was also sensitive to my position as a female outsider in a highly masculinized closed setting (NARIO-LOPEZ, 2018). Among the study's primary contributions is the examination of emotional labor in peculiar working conditions. This study employed the constructivist paradigm to equally account for the multiplicity of realities in a specific social setting (DENZIN; LINCOLN, 2000): a city jail in one of Manila's densest cities. During the formal interviews and focused group discussions (2016–2017), all my interlocutors had rendered two to 22 years of service and were assigned to various parts of the country. The diversity of their experiences offered a spectrum of viewpoints, which validated and contributed to the construction of their collective reality (KITZINGER, 1994). Field notes, photos, transcripts, and official jail records were categorized thematically, manually coded. Information, then organized according to the logic of analysis that best responds to the research questions and objectives.

LITERATURE ON PRISON SOCIOLOGY AND THE PHILIPPINE CARCERAL CONTEXT

Delving into prison sociology is essential for three reasons: first, to understand the jail as a social space; second, to understand how jail conditions affect daily interactions; third, to provide a localized survey on the qualities and uncertainties that Philippine jails and prisons share. Since Sykes (1958) and Goffman (1959), more scholars framed prisons as social spaces that can structure identities and facilitate/encumber social relations. Initially, however, attention to prison staff only focused on officers' custodial role performance (BOSWORTH, 1999; STOHR; HEMMENS; KIFER; SCHOELER, 2000). Subsequent studies discussed institutional aspects of prison administration and its consequences to job satisfaction (GRIFFIN; HOGAN; LAMBERT, 2012; HOGAN; LAMBERT; JENKINS; WAMBOLD, 2006; LAMBERT; PAOLINE, 2012), job output (HOGAN; LAMBERT; GRIFFIN, 2013), and turnover (HECHANOVA, 2011; LEIP; STINCHCOMB, 2013). A finding which resonated most in this study is the assertion that prison physical spaces and organizational climates have immense influence on quality of work (LAWLER, 1999; LAMBERT; HOGAN; JIANG, 2008), such that poor facilities beget negative organizational climates that act as tonic for officers to readily use force (GRIFFIN, 1999). This gap in the literature pushed scholars to bravely ask *how to make prisons better* (LEIBLING; ARNOLD, 2004; CREWE, 2009; LIEBLING, 2011; DARKE, 2013) and scrutinize the social aspects that work beneath institutional structures. Studies raised awareness on the *moral performance of prisons* (LEIBLING; ARNOLD, 2004), fought for ethical canons of incarceration delivery, and *held prisons accountable* (CULLEN; JONSON; ECK, 2012) for inmate reoffending. Liebling (2000; 2011) and Liebling and Arnold (2004) considered the correctional staff as fundamental in improving prison cultures and delivering the rehabilitative agenda. But how is it possible for a penal system to *ethically* provide incarceration amidst inferior living conditions?

In Philippine literature, the interest in gangs (*mgapangkat*) is apparent in early empirical pieces. Ashburn (1965) and Nicolas (1988) for example, both discussed their destructiveness. Later, interest expanded on aspects of Philippine carceral realities that are also depicted in popular media pieces: overcrowding in slum-like vicinities; sluggish justice processes; high incidence of escapes and riots; lack of inmate segregation; little to no implementation of outmoded rehabilitation programs; and as a result, the transformation of minor-case offenders to hardened criminals (BERDIN, 1999; NAVARRETE, 1999). These conditions that seem like inflections of social inequalities outside prison walls make it understandable why many have the impression that gangs reign supreme in the Philippines (NARIO-LOPEZ, 2018).

Intuitively, as with Crawley's (2004) findings, being continually dispossessed of their authority causes frustration among prison officers. However, Jefferson and Gaborit (2015, p. 87) found that Filipino prison officers do not mind the frustrations even if "[w]orking conditions are not optimal". In this context, "Stress and frustration do not dominate accounts" among the officers (JEFFERSON; GABORIT, 2015, p. 78). They cope by "focusing on getting the job done" (JEFFERSON; GABORIT, 2015, p. 78) and by taking stock on the honor they receive from the public. It came to me as a surprise that in my exploratory phase of research, I found my interlocutors' narratives consistent with Crawley's (2004) and *not* with Jefferson and Gaborit's findings despite sharing contexts. While officers in my study also focused on accomplishing tasks and performing duties, they expressed profound annoyances and hardships. The officers said that eliminating obstructions "to get the job done" is top priority, such as impoverished jail conditions and gang presence. Moreover, they also *do not feel* that they are highly regarded by the public despite knowing that they have honorable jobs. I was fascinated by the disagreement between Jefferson and Gaborit's and my initial findings, and I view this as a mystery that needs to be solved.

I realized the need to delve deeper into Philippine jail officers' working realities to comprehend why some *feel* frustrated and some do not. By employing the emotion management perspective, I zoom in to the dynamics of how officers come into terms with limiting, maneuvering, and controlling personal emotions for institutional purposes (HOCHSCHILD, 1979; 1983). But before elaborating on the emotion management framework, I will discuss the sociology of emotions to restate the necessity of studying human feelings and to define this study's theoretical parameters.

THEORETICAL FRAMEWORK

1. THE SOCIAL SIGNIFICANCE OF FEELINGS

Four decades since its birth, the sociology of emotions continues to advance and secure its place in general sociological perspective (THOITS, 1989). Albeit late (BERICAT, 2012), the field carried with it two important tenets in the study of social life: first, affective states are essential aspects of interactions, relations, organizations, systems, structures, processes, and phenomena in all human group life (RETZINGER, 1991; SCHERVISH; HALNON; HALNON, 1996; BEREZIN, 2009; DEMERTZIS, 2013; GROSSI, 2015), meaning the social has an emotional nature; and second, as its corollary, all human emotions are also social — feelings are socially prompted, expressed, and created (BARBALET, 2009; BERICAT, 2005; 2016; BURKITT, 2002; CHARMAZ; MILLIGAN, 2006; JAKOBY, 2012; KEMPER, 1987; 1987; KÖVECSES, 1990; LEWIS; WEIGERT, 1985).

The field has three distinguished pioneers: Thomas Scheff, Theodore Kemper, and Arlie Hochschild (BERICAT, 2016). Scheff (1977) is among the first sociologists who dared to meddle with emotions. He posits those social rituals form a cathartic effect among individuals, and affective unity with group members arise after sharing a common experience. Kemper (1978) is recognized for investigating two universal elements of social interaction, status and power. He theorized that the kind of emotion interaction depends on the power relations between actors. This research takes most from Hochschild, whose concept of *emotion management* (1975) explained how feelings are kept privately, altered in display, or completely transformed to conform to the emotion norms of a culture. In *Emotion Work, Feeling Rules, and Social Structure* (1979), Hochschild expanded the use of *feeling rules* to explain how cultures define acceptable norms of feeling toward objects, people, and events. In *The Managed Heart* (1983), she deepened the use of these terms by use of *emotional*

labor to explain how feelings are commodified in jobs especially in the service industry, which oblige workers to manage emotions to carry out corporate goals.

2. DEFINING EMOTIONS

Emotions are ceaseless human experiences but still appear to be very obscure. Defining emotions in the vernacular (AVERILL, 1980; FRIJDA; MARKAM; SATO; WIERS, 1995) is inadequate (GORDON, 1981; THOITS, 1984; FRIJDA, 1988) for social scientists as they must be precise in description and distinctions must be perceptible. In sociology, emotions occur when four components are present: (a) appraisals of a situational stimulus; (b) changes in physiological sensations; (c) the free or inhibited display of expressive gestures; and (d) cultural label/s applicable to the specific assemblages of the first three components. For emotional experience to be recognized, all four components are necessary (THOITS, 1989). But Scherer (2005) posits that the presence/absence of these elements does not sufficiently resolve the notorious problem of defining emotions from a social-psychological perspective. To resolve this, sociologists attempted to differentiate concepts used interchangeably with emotion. Among various terms, feeling is most interchangeably used with emotion. Feelings and emotions are both regarded as identity enactments (DENZIN, 1984) and people express them according to one's role in a social situation (STRYKER, 1987). Thoits (1989) later delineated feelings as less specific emotional states; and emotions as feelings that have been already socially processed and given meaning. In this sense, feelings are motivators of socially induced action. When expressed or performed, feelings become socially identifiable emotions (KEMPER, 1987; 1990). In this research, the terms emotion and feeling are also used interchangeably. As with Hochschild (1979; 1983), this interchangeability (a) acknowledges that the person consciously recognized the affective phenomenon being spoken of[5] (*saloobin,* internal feelings or *hayag*, expressed emotions); and (b) limits the scope of this study from meddling with moods, which are less tied to social situations; and from sentiments, which are bound to past (*ala-ala* or memory) appraisals of events and relationships rather than reactions to social situations, systems, and structures (THOITS, 1989).

3. EMOTIONAL LABOR: FROM SOCIAL ALLIANCES TO MUNDANE VIOLENCE?

The innocence of emotions (PIWONI, 2020) has lasting appeal for people trying to appreciate their feelings. Often, we forget that emotions are produced by structures of interaction and cultural frames in which they are talked about and understood (HOCHSCHILD, 1979; 1983; LUTZ; ABU-LUGHOD, 1990; KUSENBACH; LOSEKE, 2013). Emotions can be identified into three types of social emotions (BERICAT, 2012): (a) interactional emotions, which include the affective dispositions, emotional states, and emotional processes in the social arrangement; (b) group and collective emotions, those that individuals experience by being a member of a social unit; and (c) emotional climates, which are the transient emotional states shared in a specific social unit.

In understanding social emotions, it is important to note that agreement to feeling norms, responsiveness to group emotions, and surrender to affective climates can be seen as the strongest indicator of group integration, solidarity (DURKHEIM, 1995), and (intergroup) alliances

5 While this study acknowledges Theodosius' (2006) argument that there are both conscious and unconscious emotions, I have no training in Psychology to identify, examine, and analyze unconscious and subconscious emotions. These "unconscious emotions" are instead analyzed in terms of how it may have surfaced or permeated emotion management efforts thereby presenting itself in interactions. I asked interlocutors to "look back" and reflect (*saloobin,* internal feeling) if there was anything that they would have changed in the moment of interaction or affective experience.

(PÉREZ, 2015). In these respects, emotions are used by power holders to ensure conformity (MOON, 2013). Having the same emotions indicate a shared morality (SHILLING; MELLOR, 1998). This Durkheimian take on emotions within solidarity puts into perspective how feelings are useful channels and worthwhile ends for social order, and it would be fascinating to know how this plays out in everyday realities in an atypical setting such as the jail and among officers who are rarely given attention when we speak of conditions in penal facilities.

To further the nuances of how emotion binds people and is regulated within groups or cultures, this study will utilize Hochschild's emotion management framework (1979; 1983). Hochschild argues that emotion management is based on important *emotion norms* that determine what feelings are acceptable to be experienced by; and to whom and how these emotions can be expressed. In specific exchanges, emotion norms are expressed in digestible forms called *feeling rules* (HOCHSCHILD, 1979; 1983), which are learned and exercised via formal education/training or through informal social channels such as socialization or transference.

Nearly all jobs require some form of *emotion management*. We also practice it in our personal lives (DITTON, 1980). Emotional management is relevant in the social order and in the continuity of social relations. In the literature, the selection of emotion management strategies varies across the workplace's organizational features and employee's personal characteristics. Broadly, workers employ two types of emotion management strategies namely: (a) *behavioral strategies* and (b) *cognitive strategies*. Behavioral strategies correspond to Hochschild's concept of *surface acting*, which depicts the processes of modifying bodily expressions *to appear* like what is demanded by the emotion norm. Surface acting can be performed by changing bodily gestures through changes in bursts of energy, smile, or language. At work, surface acting is usually performed to suppress negative responses (DIEFENDORFF; RICHARD; YANG, 2008) and distress (BROTHERIDGE; GRANDEY, 2002). Cognitive strategies are identified with Hochschild's *deep acting,* which depicts the profound process of how raw emotions are transformed to the mandates of the emotion norm. An employee's mastery and ease of deep acting are positively correlated to factors such as number of years on service (GRANDEY, 2000) and quality of time spent interacting with clients (BROTHERIDGE; LEE, 2003).

Taking from the Goffmanian tradition (1971), emotion norms are relevant in work contexts because it systematizes emotions in interactions according to organizational customs of co-mingling. As an actor in the setting, the individual forms social patterns of feelings and expressions, actively negotiates courses of action, reconciles discrepancies, and confronts situations. To avoid troubles, co-actors must share a definition of the situation and react according to expectations. When all interaction rules are satisfied within and between groups, public order is achieved. However, when disruptions occur, actors renegotiate and determine whether sanctions should be invoked from the relational order (TAVORY, 2020). Individuals are reminded or reprimanded for not acting or feeling a particular way, which has disrupted group order.

But for Hochschild, thoughtful attention must be given when concerns on public order are obscured for organizational identities and purposes, because each moment of social contact have lasting effects in the individual's public and private life (BOLTON, 2005; SISLEY; SMOLLAN, 2012; LIN; TSAI; LIN; CHEN, 2014). Hochschild (1983) criticized industries for imposing emotion management on its workers and aligning feelings for pay, which she called *emotional labor*. Emotional labor is extrinsic and problematic because emotions are commodified (COSSETTE, 2009). It also violates the feeling self because it limits, interferes, and fabricates human emotion (HOCHSCHILD, 1983).

To push further earlier findings on the lack of emotional autonomy among individuals, I also ask whether the subjection to emotional labor could be rendered as a form of mundane violence. The concept of mundane violence depicts forms of coercion and subjugation in everyday, normalized, and accepted (SHAHANI, 2003; THOMAS, 2017) practices. Mundane or everyday violence are not necessarily observable actions against persons (such as verbal or physical aggression) but are inflictions subtle enough to be rationalized and excuse perpetuating systems from implication. Mundane violence is entrenched in ideas, systems, and relations that are normalized, reified, and founded on structural and systemic inequalities embodied in norms, mores, and persons.

Mundane violence are the micro manifestations of larger systematic oppression (e.g., economic, social, and political) wherein groups in positions of authority (consciously or unconsciously) subject weaker groups to forms of aggression and agony. Subjugation of weaker members of the group are naturalized to make resistance undesirable (THOMAS, 2017) while celebrating submission and temperance. In such an arrangement, while victims may agonize over the hardships they suffer from these invisible aggressions, they may be unconscious and unable to detect that they have already become willing victims as they too have already accepted (and defended) it as a constitutive aspect of life. However, while most of the literature on structural violence focuses on its effects on the marginalized, it is important to note that this oppression being systemic in nature affects all members of the social strata. Through socialization and transference, the "other side" of the strata are also forced to conform to the ideals of the prevailing system to survive (KLEINMAN, 2000). For example, heteronormative society socializes boys to "act like men" to carry-on patriarchy and a capitalist society rewards the capitalists to encourage further accumulation of more profit. Similarly, in this study, I ask how jail officers who are agents of social control are socialized on how to handle emotions and in turn become tools of oppression as previous studies suggested (O'DONNELL; EDGAR, 1998; EDGAR; O'DONNELL; MARTIN, 2003). Mundane violence circumvents amongst us. Because mundane violence need not come in spectacular forms, crude force, or tactless words, there should be wariness toward emotional labor.

In prison settings, all forms of violence are powerful means to redefine and renegotiate relationships among inmates and inmates with staff (SCOTT, 2006; MARTIN; JEFFERSON, 2019; EDGAR; O'DONNELL; MARTIN, 2012). Specifically, mundane procedures of violence in prison settings are embedded in the relationality, wherein rituals of subordination are enacted (MARTIN; JEFFERSON, 2019). Marked by rivalry, assertion of identity and status, earlier exploration of mundane violence in prisons reveal how powerful social organization and culture affect the ordinariness of violence in everyday prison life (EDGAR; O'DONNELL; MARTIN, 2003).

While mundane violence in prisons has already been tackled by existing studies, which focused on routine victimization within and between prisoner populations and staff members, what I am interested in is how emotion management dynamics translate to mundane violence that hone working procedures and professional relationships, from a systemic and institutional perspective of jail work. I see mundane violence as a fitting lens to push earlier arguments about how lack of emotion autonomy leads to burnout (BROTHERIDGE; GRANDEY, 2002; NÄRING; BRIËT, 2006; BROUWERS, 2006), low job satisfaction (BROTHERIDGE; LEE, 2002), and poor commitment (LAMBERT; HOGAN; GRIFFIN, 2007). Interrogating emotional labor alongside mundane violence is relevant because both concepts render visible social control. Examining emotional labor from the perspective of mundane violence is moreover beneficial to enrich acuities in identifying how banal practices' vehement tendencies are veiled in common interactions, relations, and even celebrated in traditions.

RESULTS

1. EMOTION MANAGEMENT IN THE PHILIPPINE CARCERAL CONTEXT

The site of study is a city jail located in Metro Manila operated by the BJMP. The facility, which was only a courtyard situated at the back of a police precinct, was never renovated for carceral purposes. Its walls are only 10meters high, non-compliant to the building code, and unlikely to withstand calamities. With more persons committed than released, 12 detainees share a *lungga* (box-like space). *VIPs* (very important prisoners) can rent a *kubol* (bunk) for a small fee. It is in its many crevices that contraband trade and weapon-making thrive.

The BJMP Operations Manual (2015) sets the standard officer-detainee ratio to 1:7. As of the first quarter of 2018, the city jail operates at an officer-detainee ratio of 1:80.[6] However, the figure does not accurately depict daily jail operations as the workforce is further divided into four shifts, leaving only five officers manning the gates. Four are assigned at the towers, and only two officers rove around the courtyard and the dorms, while others attend to administrative duties. A typical officer works 48-60 hours per week, mostly spent in jail premises and in close contact with detainees. Officers from the provinces "stay-in" and only go home every few months. However, since the COVID-19 pandemic erupted in March 2020, all officers had to go on-duty for 28 days straight, wherein the first 14 days is dedicated for quarantine. An officer who has specialized duties in another city jail even stayed for 15 months straight. The precarity of Philippine penal facilities is indeed heightened by the pandemic, forcing the bureau to find measures before this epidemiological "landmine" explodes and wreak havoc in overpopulated facilities and slum areas that usually surround them (NARIO-LOPEZ quoted in PATAG, 2021).

To prepare potential officers and refresh seasoned officers for protracted work hours, the National Jail Management and Penology Training Institute (NJMPTI) offers six types of courses given at different career points. This is where they imbibe "the most intricate cognitive knowledge, skills, and proper attitude required in performing the duties and responsibilities" of an officer (NJMPTI, 2015). Here, officers prepare for the occupational culture, learning *how things are done here*. The occupational culture in Philippine jail work is circumscribed by its institutional mandates (BJMP, 2015) and translated into its two main job deliverables: protective service and welfare care. In their role as protective workers, officers ensure the security and safety of PDLs. Within facilities, they try to maintain order, implement regulations, and enforce court issuances. This role expects officers to be unyielding. Likewise, the job entails welfare care because of their responsibility to provide "safekeeping and development" (BJMP, 2015) for PDLs in the form of rehabilitation programs. As care workers, officers need calm temperaments, openness, and empathy (AULENBACHER; LUTZ; RIEGRAF, 2018). Officers need to "toughen up" to maintain an image of credibility and power. Raw personal emotions cannot be expressed haphazardly. Emotionality is discouraged; display of positive feelings should be regulated, and negative emotions should be suppressed. Specifically, embarrassment, shame, and anger are unfitting for an officer. Officers use emotion management strategies to transform feelings into normative ones.

From the focus group discussions, I was able to identify the surface acting strategies that officers practice: (a) smiling to set a pleasant mood; (b) joking around (*biruan*) to lighten or ease frustrations; (c) downplaying all emotions (*emosyon lang iyan*); (d) indirect communication through

6 Actual jail population and officer workforce figures were not mentioned to avoid identifying the field site.

ambiguity (*pasaring*). Deep acting techniques used by officers focused on the cognitive reframing of the situation, such as (a) invalidation of one's own opinions or feelings; (b) rationalizing discomfort as just a symptom of physical exhaustion; (c) justification of their emotional struggle as something they must get used to; and (d) valuing resilience as part of character-building.

1.1 ARGUMENT 1: PAGLULUGAR SA SARILI — RANK AS EMOTIONAL CAPITAL AND FIXED POINT IN EMOTION NAVIGATION

City jail officers deploy emotions based on calculations of intersubjective social positions. In this section, I introduce evidences of howe motion management can become a social practice that is not only interactive (HOCHSCHILD, 1983) and relational (CRAWLEY, 2004), but also intersubjective (ZAHAVI; OVERGAARD, 2013). In the city jail, intersubjectivity is steered by a durable and fixed structural indicator in emotion navigation: the ranking system.

Ranks in BJMP represent wisdom, credibility, and achievement. They have heavy symbolic value. Senior officers are esteemed because their position represents a summative range of experiences, wherein the experiences are essentialized as hardships (*mgapinagdaanan*) and are therefore praised. Ranks define the officers' *lugar* (place, position) in the jail system. It dictates how one must be alluded to, conversed with, and treated. Through acculturation, lower-ranking officers learn emotion management routes by considering the honor stripes worn by personnel they Interact with. Young officers are socialized into conventions of rank via positive reinforcement.

Rank as a *fixed point in emotion navigation* is evident in the nuancing of display rules. Knowing their place marks an officer's limitations (*doon ka lang*) in expressing certain degrees of positive and/or negative emotions. Toward senior officers, officers try to give-off poised dispositions for agreeability. Toward co-ranks, officers maintain a consistent flow of positive emotions to sustain harmony. Toward PDLs, seen as the lowest social position in the context, officers need to perform authority. Officers said it was easy to manage their emotions in this regard, because they always remind themselves: *huwagkangtataas pa!* (never cross the line). They are always expected to remain modest (*mapagkumbaba*).

Kemper (1978; 1987) and Hochschild's (1979; 1983) analysis on the structural components of emotion help us understand the intersubjectivity of emotional labor based on rank. Common in their analysis is the regard for power and status as emotion-solicitors. Across the power strata, emotional experiences vary. In the jail, negative feelings are often directed downward while positive feelings could only be directed upward (LIVELY; POWELL, 2006). This is exemplified by experiences of new officers, wherein their seniors unreservedly expressed disdain. These new officers, in turn, are expected to express humility and promise that the cause of disappointment will not happen again. It is never acceptable for a lower ranking officer to express disagreement or any other negative emotion to a senior. As rank clearly defines emotion expectations, it can be argued that one's social position can earn exemptions from emotional labor. Status garners compliance voluntarily, as officers have learned to value subservience as part of Filipino tradition. Power, meanwhile, is usually solicited from detainees in the form of influence, coercion, threat, and fear.

Crawley (2013) posited that every organization has varying emotion zones, or spaces within the workplace that are used according to the type and degree of socially-acceptable forms of emotion (HEARN, 1993). For jail officers, however, these emotion zones are not limited to physical spaces. Emotional freedoms are carried by the person who owns the rank and possesses currencies for autonomy in self-expression. For a lower-ranking officer, sensitivity to others' emotion freedom is a

delegated skill known as *paglulugar sa sarili* (knowing your place). As with other norms, non-compliance receives sanctions. For example, an officer who dares to express antagonism comes-off as *ma-ere* (arrogant) and called-out for being *walasalugar* (not in-place). Emotion freedom is formally used by the bureaucracy to align interpretations of emotive experiences to the imposition of affective structures to microsocial order (VON SCHEVE, 2012).

The practice of *paglulugar sa sarili* is also interesting from the viewpoint of gender analysis. Jail officers are taught how to display masculine self-comportment. However, when interacting with seniors, their relative position toward higher ranks mandates rendering of feminized traits, such as docility, patience, and servitude. One officer said, when I asked if tough dispositions seem to conflict with traits that need to be displayed to signal subservience to rank, he simply said it is just how it is (*ganun talaga iyon*) — normalizing and reifying reverence to rank. When I asked if the expectation to submit to higher authorities emasculates him, the officer said: *hindi iyon nakakalalaki* (it is not emasculating) and added that deference to rank is cogent to be a good officer (*dapat marunong ka rumespeto lalo na kung uniformed,* you need to learn how to respect especially uniformed personnel).

Cottingham (2016) offers a valuable take in analyzing these findings about *paglulugar sa sarili* (finding your rightful place). Cottingham suggested that it would be more productive if we treat emotion management separate from emotional capital. By seeing that emotion management as a social process and social capital as a resource that directly links "macro structures and micro-resources" (COTTINGHAM, 2016), we can understand why senior officers enjoy emotional freedom. As with Cottingham's (2016) findings, emotional capital in the context of the bureau's occupational culture is *not gendered.* All officers value and pursue emotional capital, with heavy reliance on the longstanding tradition for rank objectification. However, in the context of the city jail, I view rank as emotional capital that marks eligibility to defer from emotion management and not necessarily the competence to better manage emotions (COTTINGHAM, 2016). Based on the narratives of officers, senior officers have the emotional capital that privileges them to haphazardly express emotions because respect (and amenability) is due no matter what emotions they display. And indeed, officers shared that there are no guarantees that higher ranks are better managers of affective states.

As emotional capital, rank determines an officer's habitus and steers affective dispositions. As with medals that symbolize it, rank is robust. Rank as emotional capitalist used in the city jail as a trans-situational resource that is accumulated, embodied, and *activated* as power and privilege in interactions. Though the ranking system is permeable through promotions, intersubjective appreciation across rank is not negotiable in the occupational culture of the bureau.

1.2 ARGUMENT 2: EMOTION REGIMES — APPRAISALS OF SISTEMA AND KALAKARAN

Previously, I discussed how officers arrive at a sense of place (*paglulugar sa sarili)* after following emotion management routes based on intersubjectivities. *Paglulugar sa sarili* underpins the acceptance of three types of predicaments that officers had accepted as perpetual facts of jail life. First, officers accept that despite the need to strive for universal jail standards, such as the United Nations Nelson Mandela Rules (UN GENERAL ASSEMBLY, 2015), scarcities in jail come with restrictions and consequences. To them, this does not mean lowering benchmarks, but a matter of *pagiging ma-abilidad* or having competence that is marked with ingenuity and persistence to confront limitations strategically. Second, officers see themselves as bearers of justice who must *discipline humanely* by being firm yet understanding (*matigas pero nakakaintindi*). Among the narratives, a very strong source of deep acting technique are mantras depicting a moralization of emotional labor as means to rehabilitate detainees despite frustrating jail facilities and personal

emotion obstacles. The two predicaments relate to the third, wherein officers can be negotiated (*napapakiusapan*) within terms of following custodial mandates, as long as they see it as beneficial to detainees' living conditions and rehabilitation (e.g., giving permits for small appliances to better living conditions for PDL).

Regimes depict routines, associations, operational policies, and access to services within facilities. It is largely determined by the character of leadership and political climate among prison staff. In the site of the study, these regimes are *sistema* and *kalakaran*. In Filipino colloquial language, *sistema* and *kalakaran* are denotatively synonymous with each other. Both refer to the character and process of how things are "made to work" (*nagagawan ng paraan)* despite predicaments. In jail life, however, these are connotatively nuanced from each other. Each regime has differences in qualifying practices according to its selective ethical qualities by which the labeling of a practice (whether it is a *sistema* or *kalakaran*) is based.

Sistema. Officers depicted *sistema* (system) as routine practices that are not exactly "by the book", but also not entirely detrimental. *Sistema* is a satisfactory way to get something done (*pwede na*). Though substandard in outcomes, *Sistema* is considered as a form of "social innovation" because it carries the bureau's good intentions, and gets the job done despite limitations. It is tantamount to their "best efforts." In the higher ranks, the warden and unit heads recognize the value of *sistema* as part of their humanitarian and efficiency credo (CRAWLEY, 2004). *Sistema* is seen in how officers deploy *pangkat* (gangs) in the sustenance of jail provisions (allowing entry of food, medicines, and visitors for psycho-social and moral support of PDL) and in supplementing manpower via the employment of jail trustees and other duty bearers (*nanunungkulan*). *Sistema* is compassionate, yet some would question that its brutal pragmatism causes backlash to jail governance.

Kalakaran. While *sistema* is widely accepted, there are also personnel who exploit these practices. In jail language, they are called *sistemador*. A *sistemador* is an officer who, because of their position to lodge a *sistema*, has turned into accomplices for detainees' entry of non-essential appliances, mobile gadgets, prostitutes, and contrabands for pay (*padulas,* meaning bribe). Emotional capital is used to mobilize individual interest (ERICKSON; STACEY, 2013). This system is called *kalakaran*, derived from the Filipino word *lakad* (to walk). In colloquial use, if you are *nagpapalakad* (asking someone to "walk" or do something for you), you capitalize on patrimonial relationships to get ahead. *Pagpapalakad* is a form of patrimonialism, considered a longtime flaw in Filipino relationships and a major cause of corrosion in governance (MCCOY, 2009). *May mgaganyantalaganggalawan* (these maneuvers are a part of reality), as one officer explained — verbalizing its reification. *Sistemadors* had lost sight of the good intentions of *sistema,* shared another staff member. *Kalakaran* depicts a mode of operation that is largely meandering, corrupt, and undeniably unethical.

Despite glaring violations, *kalakaran* continues to exist for three reasons. First, some justify *kalakaran* based on claims of reciprocity in relationships — a part of getting along (SYKES, 1958) — since some detainees deserve the incentive for taking part in the efficiency credo (CRAWLEY, 2004). Second, a very straightforward reason, some officers accept *pampadulas* (bribery)[7] for extra income. And lastly, one senior officer bravely revealed that some participate in *kalakaran* for the nostalgia it brings. The unit head even explained the many ways to do *kalakaran* prevalent decades

7 In Filipino everyday language, means lubricant. Lubricant is needed to loosen-up things; so, to loosen up stringent rules, bribery as *pampadulas* is needed.

ago. It has a feel of tradition, and *sistemadors* believe that in *kalakaran*, they become a part of the elite.

Notwithstanding a clear clash of concessions between those who rationalize *sistema* and excuse *kalakaran*, diplomacy is present in the city jail. I noticed that co-ranking officers never mentioned names despite the sensitivity of this finding. Boundaries are maintained and there is respect for each other's working personality. In times of disagreement, officers arrive at *paglulugar sa sarili* by maintaining distance and avoiding confrontation to show respect toward their differences. It is more complicated, however, when a boss is involved in *kalakaran*. Having a *sistemador* boss is disappointing because officers believe that their seniors should have integrity and honor. Generally, junior officers react to *kalakaran* in leadership in the following ways: (1) some feel a sense of denial that questionable officials could exist; (2) they only deal with their bosses out of respect for the position they are holding (and not the person) due to loss of faith in the leadership; and (3) they feel it was harder for them to be "alright" with *sistemador* leaders than *sistemador* peers. There is a common fear that when a leader gets beholden by a *kalakaran*, everybody else down the bureaucracy line needs to fall from grace, engage in corruption, or at the very least channel evil's banality (ARENDT, 1963).

Officers who experienced meandering regimes shared that they had to process raw emotions intensely and with a wider variety of behavioral and cognitive strategies. Some anecdotes include officers "keeping their head down" or "looking the other way" when interacting face-to-face with such bosses. Some cannot help but bring home stories of grief about bosses who made them accomplish unreasonable tasks and defeat for having to work for a circuitous regime. Officers found it harder to build relationships with someone they do not trust but need to obey.

In the city jail, *kalakaran* — who runs it, and who else is involved — is regrettably not open to public conversations, even among senior officers. Dominant in the narratives, however, is there markable finding that officers take having an intuitive "bad feeling" (*masama ang kutob*) toward things, people, and events as *clues to morality*. Officers are more open to discussing this. When someone says *masama ang kutob ko diyan* (I have a bad feeling about that), it means that the officer does not want to be involved with it or must be prepared to deal with whatever it is. This confirms Katriel's (2015) earlier work on the link of morality to feeling.

In terms of group solidarity, circuitous regimes negatively affected the mood and solidarity within the organization such that they found themselves into factions and even wanting to leave service. Despite this, conviviality between inmates and staff remains essential in prison survival (CRAWLEY, 2004). And while Darke (2018) notes the importance of inmate solidarity to convey stakes to management, the officers in this study point that loyalty between uniformed personnel is *also* relevant in maintaining command.

Whatever the type of regime, officers have to and do willingly subvert their emotions to abide by principles of professionalism. From the narratives of officers, they see professionalism as a contribution (*ambag*) to the institutional goals of the bureau.

1.3 ARGUMENT 3:"PROPESYONALISMO"AS EMOTION CULTURE

Jail work culture is different from other occupations (SYMKOVYCH, 2018), because entering the service, new recruits must immediately cope with "culture shock" (CRAWLEY, 2004). Shocks aredue to fear of being bristled by "dangerous criminals," be rung down by boisterous gang leaders, and being bombarded with riots and escapes (KALINICH; PITCHER, 1984). Officers confirm these earlier findings, adding that levels of shock depend on the type of prison regime initially

encountered. They recount being defamed, terrorized, and designated to shoddier facilities as chastisement by their bosses. They said that despotic regimes may confuse, compel, or shackle even an old-timer.

Acculturating to unpredictable emotion climates is complex and exasperating. Officers experience a mix of panic, self-doubt, and anxiety whenever there are changes in assignments and leadership. Thus, officers put a premium to their emotion culture maxim—*propesyonalismo* (professionalism). To be professional means that they need to unfailingly observe the following practices integrative to jail service: (a) preparation; (b) letting go of civilian mentality; (c) following orders; (d) following due process; and (e) tenacity.

Prepare yourself. Self-preparation (*Ihanda mo ang iyong sarili!*) helps officers in two ways: (a) for juniors, in acculturating to the "shock" of jail life; and (b) for seniors, strengthening their service throughout their career. For young officers, being prepared means knowing what is expected from them. For example, Officer K shared that during her early years, her boss suddenly scolded her upon seeing that she made herself a cup of coffee: *Oh! Bakit hindi mo akokinuhanan? Sipain kita diyan eh!* (Oh! Why didn't you make a cup for me too?! I might kick you!). Stunned by her boss' harsh language, she almost cried. Yet a few days later, Officer K realized that the incident was her fault because she did not carry what was expected of her. Another officer was redesignated to a jail for no apparent reason and upon leaving the old facility, a gossip spread that she allegedly impregnated a female PDL, being a lesbian. Now looking back, she said that she now just laughs it off because the gossip died down any way, not minding that what happened is actually a form of bigotry and discrimination. Others shared similar stories of distress as new recruits, but they eventually got accustomed to it as natural demands of jail work, namely: (a) developing patience to understand that their bosses' treatment must not be taken personally; (b) having perceptiveness to detect deception from devious detainees; (c) hiding signs of emotionality to avoid being the butt of jokes and the target of confrontations. For senior officers, being prepared means having the right mindset. Preparation develops their *abilidad* (competence) to lead and make sound decisions for their unit. Preparation, according to Officer A, begins even before they enter the gates. It starts as they carefully iron their blue-gray uniforms, shine their badges, and top their caps on their heads. Preparation starts with a ritual to gather clarity of thought. The warden even shared that he developed an instinct for things about to happen in the facility by honing his mindset (*para bang kalkulado mo na*, it is like you can already calculate what is about to happen).

"Let go of civilian mentality". Donning uniforms that carry ranks, officers consider themselves as "paramilitary".[8] Generally, they affiliate themselves with other uniformed public servants, such as the military, police, and firemen. They see themselves as *magkakabaro* (of the same attire, dress) because they have similar features in job training, organizational structures and goals, lifestyles, and beliefs. They have a shared sense of identity in upholding their duties as fundamental in an orderly and peaceful society. For them, letting go of "civilian mentality" is essential in accomplishing their responsibilities. This means officers must always be disciplined to serve as exemplar protectors of the law. Being disciplined means being in command — of yourself, your life, and your mundane inklings (*kababawan*), which are seen as products of emotions.

8 BJMP's origins and present composition take from the Philippine National Police's martial quality. Many high-ranking officials take pride in this because they were trained in the national police academy.

Officers say that unlike civilians who are "free to express" how they feel, uniformed personnel must be in control of traits unbecoming of their uniform. They explained that for common folk this may seem like curbing liberties. But to them, this is strength, because it enables them to distinguish feelings from principles. Feelings and principles are antagonistic forces in uniformed service because they believe that: (a) emotions treat the self as the absolute point of reference in assessing situations, events, or objects; (b) while principles are logically grounded other-centered beliefs that beget beneficial outcomes for many. Thus, officers associate emotionality as a self-centered (solipsistic) attribute, while being principled as other-centered (*makatao*). The delineation of emotions from principles resonates the longstanding dichotomy between emotionality and rationality in social theory (ILLOUZ; FINKELMAN, 2009). However, officers' rationalizations speak more of collectivist consciousness rather than pragmatic ends — consistent with the premises of SP (ENRIQUEZ, 1976; 1994) about Filipino consciousness and social logics.

Follow orders. Through preparation and acceptance of the demands and eagerness to contribute (*ambag*) in "uniformed service", it became easier for officers *to take orders willingly.* However, there are instances when officers experienced the need to follow orders despite their disagreement, such as the case of being led by depraved regimes. Officer A said: "*kasi sa* bureau*, basta sundin mo nalang*" (in the bureau, just follow). He added that officers have learned how to separate their professional life from their personal preferences, conveniences, and moralities. They need to accept the order (*accept ka lang*). This again affirms how officers can have tough but docile dispositions. Even though they feel degrees of repudiation or negation, they still choose to endure the sacrifices (*magtiis*) over their conveniences. Unwavering obedience to orders is key to professionalism and proves the officers' allegiance to the institution.

Follow due process. Another part of professionalism is the vow to always follow due process. If something is of concern to officers, they cannot simply vent these out informally. Whether these involve their superiors, co-officers, or detainees, concerns should be written down and coursed through bureaucratic channels. Officers see three benefits in pursuing their concerns via formal channels. First, they learn how not to hastily act upon their emotions. The time needed to process complaints allows officers to calm frayed nerves, "be pulled back to rationality" and realize that "*hindi pala lahat ng bagay, puro galit*" (anger is not always productive). Second, following due process allows officers to regain composure, "*para matauhan*" (to come back to one's senses, be human or *tao* again). By being calm, one can hear all sides of the conflict. Through this, they develop a deeper sense of understanding each other's experiences and courses of action become pluralistic. Third, officers find that following due process enables them to be human-centered and compassionate (*kasi kailangan makatao*), since the deliberative process maintains an outlook of impartiality. This assists the BJMP's long standing goal of "humane safekeeping" (BJMP, 2015). But what happens when the colleague under question is a superior involved in *kalakaran*? According to the officers, *kalakaran* does not exist in all jail leaderships. If it does, the officer may file a concern against the immediate boss in question to higher offices, but this runs the risk of being demeaned or formally sanctioned for by passing authority. So, it becomes the common recourse that the aggrieved officer is left to fend for his own, let the time pass, and not file any cases formally.

Tenacity. Officers admittedly describe their workplace as difficult. To them, the only way to survive is to be tenacious. As a senior officer, who has been with BJMP for more than 20 years shared, many had come and gone. Other officers agreed, saying that they are understaffed because many cannot withstand jail conditions and pressures at work. BJMP's low retention rate led to universal understaffing despite unceasing public recruitment efforts. To stay in service, tenacity

must be practiced in three broad areas of work: (a) in stretching and replenishing patience; (b) in continuing despite the hindrances, challenges, and repeated shocks; (c) in focus and persistence to get the job done.

These five features of professionalism — preparation, letting go of civilian mentality, following orders, following due process, tenacity — allow officers to be in command of their emotions. Emotion labor in jail serves both individual and collective purposes.

DISCUSSION

In this article, I laid out three arguments as an engagement to Hochschild's emotion management framework and enrichment of Crawley's empirical work. Insights from officers in a Metro Manila city jail demonstrate how the deprived carceral environment shapes the dynamics of feeling modification rules, transactional systems, regimes, and value for emotional labor.

I forwarded three key points in the analysis of findings. First, the process of emotional management is compounded by predicaments on positionality where rank is a fixed navigation point, and each officer is expected to be responsible for *paglulugar sa sarili* (finding their place). Second, emotion norms are not only determined by the occupational culture's interactional scripts but are also delimited by the officers' agreement to the values impinged in the practices of the regime (*sistema* or *kalakaran*). Lastly, officers need to accept any type of regime as public service, wherein professionalism renders emotional labor as an armor in jail life.

Findings of this research show that in the case of jail officers in a Philippine carceral facility plagued with material deprivations and bureaucratic chasms, emotional labor becomes an endowing toolkit by which officers traverse through the difficulties of work while maintaining positive dispositions that furthers the interaction order. Emotional labor is endowing in two respects: first, emotional labor protects social relations by curbing stressors, deescalating stressful situations, and eliminating sources of conflicts; second, emotional labor enables psychological distance, emotional energy efficiency, and confidence in delivering their duties.

The narratives of officers on the perceived endowment of emotional labor reveal a discourse on public service. First, the jail officers share the belief that sacrifices and hardships are inherent in public service. Second, officers endure sacrifices because they see it as an opportunity to earn a dignified living that is also somehow heroic. And third, public service in jail work fulfills nationalist ideals to help develop the country and protect Filipino society. Through professionalism, emotional labor is appreciated as endowments in delivering public service.

Loyal to its attempts to contribute theoretically and methodologically, this research's use of SP divulged the layers and textures of Filipino emotions and feeling management by engaging indigenized terms. The richness and peculiarity of officers' emotive dispositions and experiences are put at the forefront to clarify western theoretical departures. Contrary to existing literature and empirics, jail officers in this study do not feel that emotional labor is detrimental to them. In fact, when asked if they have experienced emotional dissonance after intense and protracted episodes of emotion management, the officers said that they do not.

Further, SP provides sharp insights in analyzing this conclusive finding. Relevant here is SP's suggestion that Filipinos have unique relational platforms and place utmost importance to strong and close interpersonal relationships. First, it is possible that the jail officers see the emotional laboring they do is *not* a guileless imposition upon their individuality or personhood. The officers already laid claim to their view that managing emotions is their contribution to the bureau's core objectives as an institution that assists in nation building. In such rationalization, enduring emotional labor

is valued beyond solipsistic suppression of raw personal emotions. Second, because officers feel a sense of community within the uniformed service, they feel less lonely in their emotions for they trust that they are not alone in this. Knowing that what they are upholding is a heritage of strength and camaraderie for public service reenergizes tired spirits. Third, sympathy over others (specifically toward the detainees) also obscures the strains, pressures, and anxiety that their work conditions bring. This analysis of jail officers' emotional labor, through SP, proves further that Filipinos do take collectivist rather than individualist standpoints in assessing social experiences and appreciating affective involvements.

1. EMOTIONAL LABOR: A PRECURSOR TO MUNDANE VIOLENCE?

The officers' narratives show how emotional labor can be both threatening and benign; it also has the potential to empower. However, I caution that seeing emotional labor neutrally is double--edged. On one hand, emotional labor as defense allows officers to plow through their jobs and be productive whilst facing many challenges. But on the other hand, emotional labor can be deeply moralized within discourses of public service to the point that officers no longer recognize if it has a toll on their own emotional health. We must assess *until when* and *up to what extent* can officers endure such "public service" obligation.

To me, the perversion of emotional labor for institutional goals remains unjustified. Hochschild (2000) asked: "What emotions would we experience if we weren't working ourselves to death?" I agree that emotions should neither be used for profit, for the image of the organization, nor for the glorification of public service. Whenever an entity takes control of what an individual feels and expresses, it is not only the emotion that is taken away from the individual—the individual is also taken away from the emotion. It is not only work that gets dehumanized but the emotion itself. From the narratives of officers, we are affirmed that emotional labor is deeply entrenched jail work culture, applied as a prescript and postscript to individual action, and carried over as personal aspirations.

I fear mundane violence for the jail workers for three reasons. First, it struck me how much the officers alluded to their "paramilitary" training as a pivotal experience for them to willingly submit to rank. Among low-ranking officers, agential capacities seem to be heavily arbitrated by what they learned in training and as they continuously become "better" officers. Emotional labor in the context of jail work in the Philippines deserves attention because, as with mundane violence, its impositions come from social structures, flow through, and can be amplified by actors who (may or may not) unknowingly dispense inequalities to unaware subjects (SHAHANI, 2003; CORCORAN, 2005; THOMAS, 2017). The findings of this study heavily resound Kleinman's (2000) argument that socialization is a decisive tool in hiding nodules of oppression. Second, mundane violence allows hegemonic groups to subject weaker groups by making resistance undesirable (THOMAS, 2017). All officers are deeply socialized to conform and even advocate for, or defend, prevailing bureau "traditions," ideals, and regimes to survive. All aspire for rank. And third, even though channels are made available to them via "due process," reform is kept to a minimum.

These lead me to an overarching fear and worry: I ask whether the officers in my study only value emotional labor because they have unconsciously internalized oppressive conditions and situations as "natural" in public service. I am troubled because I believe that having impoverished conditions, being in the third world, should never be an excuse for controlling human feeling. *There should be no suffering in public service*. And, even in affluence, we must be wary of contexts where *subservience is not only praised but prized* because this is where mundane violence thrives.

RECOMMENDATIONS

I suggest two trajectories of research to deepen the findings of this study. First, I encourage scholars to refine conceptualizations on the interplay between emotion management and emotional capital to reveal how else social expectations reify social inequalities. Second, I recommend studies to look in to how structural conditions mirror micro-manifestations of systemic oppression. I see these research trajectories fundamental in formulating propositions on how mundane violence can be surfaced further and confronted in bureaucratic settings.

Finally, I recommend administrators and policy makers adopt more critical views and proactive lines of action to alleviate the consequences of destitute carceral conditions. In addition, attention must be given to the ways in which bureau policies and informal cultural expectations/traditions aggravate the demands for officers to succumb to emotional labor. I advocate those resources be made available in the bureau to ensure emotional equanimity and wellbeing of officers. I hope that justice systems finally see the relevance of jail and prison work in the success of rehabilitative goals, beyond manning gates and appeasing riots.

REFERENCES

AMERICAN SOCIOLOGICAL ASSOCIATION. **American Sociological Association Code of Ethics**, 1997. Disponível em: https://www.asanet.org/sites/default/files/savvy/images/asa/docs/pdf/CodeofEthics.pdf. Acesso em: 26 jun. 2021.

ARENDT, Hannah. **Eichmann in Jerusalem:** The Banality of Evil. New York: *[s.l.]*, 1963.

ASHBURN, Franklin. Some Recent Inquiries into the Structure-Function of Conflict Gangs in Manila City Jail. **Asian Studies Journal**, *[s.l.],* vol. 3, n. 1, p. 126–144, 1965.

AULENBACHER, Brigitte; LUTZ, Helma; RIEGRAF, Birgit. **Introduction: Towards a Global Sociology of Care and Care Work**, *[s.l.],* vol. 55, n. 4, p. 495-502, 2018.

AVERILL, James R. A Constructivist View of Emotion. *In*: PLUTCHICK, Robert; KELLERMAN, Henry. **Emotion: Theory, Research, and Experience**. New York: Academic Press, 1980. p. 305–339.

BARBALET, Jack. A Characterization of Trust, and Its Consequences. **Theory and Society**, *[s.l.],* vol. 38, n. 4, p. 367–382, 2009.

BERDIN, Reynaldo. **The Problem of Jail Congestion in the Bureau of Jail Management and Penology: An Assessment**. National Defense College of the Philippines: Quezon City, 1999.

BEREZIN, Mabel. Exploring Emotions and the Economy: New Contributions from Sociological Theory. **Theory and Society**, *[s.l.],* vol. 38, n. 4, p. 335-346, 2009.

BERICAT, Eduardo. The Sociology of Emotions: Four Decades of Progress. **Current Sociology**, *[s.l.],* vol. 64, n. 3, p. 491–513, 2016.

BERICAT, Eduardo. Emotions. **Sociopedia.isa**, *[s.l.],* p. 1-13, 2012.

_____. La cultura del horror en las sociedadesavanzadas: de la sociedadcentrípeta a la sociedadcentrífuga. **Revista Española de InvestigacionesSociológicas (REIS)**, *[s.l.],* vol. 110, n. 1, p. 53-89, 2005.

BOLTON, Sharon. **Emotion Management in the Workplace**. [s.l.]: Macmillan International Higher Education, 2005.

BOSWORTH, Mary. **Engendering Resistance: Agency and Power in Women's Prisons**. London: Routledge, 1999.

BROTHERIDGE, Céleste; LEE, Raymond T. Development and Validation of the Emotional Labour Scale. **Journal of Occupational and Organizational Psychology**, *[s.l.],* vol. 76, p. 365-379, 2003.

_____; LEE, Raymond T. Testing a Conservation of Resources Model of the Dynamics of Emotional Labor. **Journal of Occupational Health Psychology**, *[s.l.],* vol. 7, n. 1, p. 57, 2002.

_____; GRANDEY, Alicia A. Emotional Labor and Burnout: Comparing Two Perspectives of "People Work". **Journal of Vocational Behavior**, *[s.l.],* vol. 60, n. 1, p. 17-39, 2002.

BUREAU OF JAIL MANAGEMENT AND PENOLOGY (BJMP). **BJMP Comprehensive Operations Manual Revised 2015**. Quezon City: Department of Interior and Local Government, 2015.

BURKITT, Ian. Complex Emotions: Relations, Feelings and Images in Emotional Experience. *In*: BARBALET, Jack. **Emotions and Sociology**. Oxford: Blackwell, 2002. p. 151-167.

BUSTINERA, Jayrex. **Reducing the Re-offense Rate of Inmates: A Strategy for the Bureau of Jail Management and Penology-Quezon City Jail, Quezon City**. Asian Institute of Management, Makati, 2016.

CHARMAZ, Kathy; MILLIGAN, Melinda J. Grief. *In*: STETS, Jan; TURNER, Jonathan. **Handbook of the Sociology of Emotions**. Boston: Springer, 2006. p. 516-543.

CLEMENTE, Jose Antonio. An empirical analysis of research trends in the Philippine Journal of Psychology: Implications for Sikolohiyang Pilipino. **Philippine Social Sciences Review**, *[s.l.],* vol. 63, n. 1-33, 2011.

CORCORAN, Mary. Researching Women Political Prisoners in Northern Ireland: Ethnographic Problems. *In*: SKINNER, Tinner; HESTER, Marianne; MALOS, Ellen. **Researching Gender Violence: Feminist Methodology in Action**. Oregon: Willan Publishing, 2005. p. 125–145.

COSSETTE, Michel. Role of Organizational Factors on Emotional Labour Strategies. **Annual Conferences of the Administrative Science Association of Canada,** *[s.l.],* vol. 30, p. 1-16, 2009.

COTTINGHAM, Marci. Theorizing Emotional Capital. **Theory and Society**, *[s.l.],* vol. 45, n. 5, p. 451-470, 2016.

CRAWLEY, Elaine. **Doing Prison Work**. New York: Routledge, 2013.

_____. Emotion and Performance: Prison Officers and the Presentation of Self in Prisons. **Punishment &Society**, *[s.l.],* vol. 6, n. 4, p. 411-427, 2004.

CRESWELL, John W. **Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Traditions**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.

CREWE, Ben. **The Prisoner Society: Power, Adaptation and Social Life in an English Prison. Oxford: Oxford University Press.** Oxford: Oxford University Press, 2009.

CULLEN, Francis; JONSON, Cheryl Lero; ECK, John. The Accountable Prison. **Journal of Contemporary Criminal Justice**, *[s.l.],* vol. 28, n. 1, p. 77-95, 2012.

CURATO, Nicole. Respondents as Interlocutors: Translating Deliberative Democratic Principles to Qualitative Interviewing Ethics. **Qualitative Inquiry**, *[s.l.],* vol. 18, n. 7, p. 571-582, 2012.

DARKE, Sacha. Inmate Governance in Brazilian Prisons. **The Howard Journal of Criminal Justice**, *[s.l.],* vol. 52, p. 272-284, 2013.

DARKE, Sacha. **Conviviality and Survival**: Co-producing Brazilian Prison Order. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2018.

DEMERTZIS, Nicolas (org.). **Emotions in Politics**: The Affect Dimension in Political Tension. London: Palgrave Macmillan, 2013.

DENZIN, Norman. **On Understanding Emotion**. San Francisco: Jossey-Bass, 1984.

_____; LINCOLN, Yvonna S. **Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2000.

DIEFENDORFF, James M; RICHARD, Erin M; YANG, Jixia. Linking Emotion Regulation Strategies to Affective Events and Negative Emotions at Work. **Journal of Vocational Behavior**, *[s.l.],* vol. 73, n. 3, p. 498-508, 2008.

DITTON, Jason. **The View from Goffman**. London: The MacMillan Press, 1980.

DURKHEIM, Émile. **The Elementary Forms of Religious Life**. New York: Free Press, 1995.

EDGAR, Kimmett; O'DONNELL, Ian; MARTIN, Carol. **Prison Violence: Conflict, Power and Victimization**. New York: Routledge, 2012.

_____; O'DONNELL, Ian; MARTIN, Carol. **Prison Violence: The Dynamics of Conflict, Fear and Power**. Cullompton: Willan Publishing, 2003.

ENRIQUEZ, Virgilio. **Pagbabangong-dangal: Indigenous Psychology and Cultural Empowerment**. Quezon City: Akademya ng Kultura at Sikolohiyang Pilipino, 1994.

_____. Filipino Psychology in the Third World. **Philippine Journal of Psychology**, *[s.l.],* vol. 10, n. 1, p. 3–18, 1977.

_____. Sikolohiyang Pilipino: Perspektibo at Direksyon (Filipino Psychology: Perspective and Direction). *In*: ANTONIO, Lilia. **Ulat ng Unang PambansangKumperensya sa Sikolohiyang Pilipino**. Quezon City: PambansangSamahan sa Sikolohiyang Pilipino, 1976. p. 221-243.

ERICKSON, Rebecca; STACEY, Clare. Attending to Mind and Body: Engaging the Complexity of Emotion Practice Among Caring Professionals. *In*: GRANDEY, Alicia; DIEFENDORFF, James; RUPP, Deborah. **Organization and Management. Emotional Labor in the 21st Century: Diverse Perspectives on Emotion Regulation at Work**. New York: Routledge, 2013. p. 175-196.

FLAM, Helena; KLERES, Jochen (orgs.). **Introduction:** Methods of Exploring Emotions. London: Routledge, 2015.

FRIJDA, Nico. The Laws of Emotion. **American Psychologist**, *[s.l.],* vol. 43, n. 5, p. 349-358, 1988.

_____; MARKAM, Suprapti; SATO, Kaori; WIERS, Reinout. Emotions and Emotion Words. *In*: RUSSELL, James A. *et al.* (ed.). **Everyday Conceptions of Emotion**: An Introduction to the Psychology, Anthropology and Linguistics of Emotion. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1995. p. 121-143.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. **Discovery of Grounded Theory**: Strategies for Qualitative Research. Mill Valley, CA: Sociology Press, 1967.

GOFFMAN, Erving. **Relations in Public: Microstudies of the Public Order**. New York: Basic Books, 1971.

_____. **The Presentation of Self in Everyday Life**. New York: Doubleday Anchor, 1959.

GORDON, Steven. The Sociology of Sentiments and Emotions. *In*: ROSENBERG, Morris. **Social Psychology**: Sociological Perspectives. New York: Basic Books, 1981. p. 562-569.

GRAHAME, Peter. Ethnography, Institutions, and the Problematic of the Everyday World. **Human Studies**, *[s.l.],* vol. 21, n. 4, p. 347–360, 1998.

GRANDEY, Alicia A. Emotion Regulation in the Workplace: A New Way to Conceptualize Emotional Labour. **Journal of Occupational Health Psychology**, *[s.l.],* vol. 5, p. 95-100, 2000.

GRIFFIN, Marie. The Influence of Organizational Climate on Detention Officers' Readiness to Use Force in a County Jail. **Criminal Justice Review**, *[s.l.],* vol. 24, n. 1, p. 1–26, 1999.

GRIFFIN, Marie; HOGAN, Nancy; LAMBERT, Eric. Doing 'People Work' in the Prison Setting: An Examination of the Job Characteristics Model and Correctional Staff Burnout. **Criminal Justice and Behavior**, *[s.l.],* vol. 39, n. 1, p. 1131-1147, 2012.

GROSSI, Renata. Understanding Law and Emotion. **Emotion Review**, *[s.l.],* vol. 7, n. 1, p. 55-60, 2015.

HEARN, Jeff. Emotive Subjects: Organizational Men, Organizational Masculinities and the (De) Construction of "Emotions." *In*: CZARNIAWSKA, Barbara. **Emotion in Organizations**. London: Sage, 1993. p. 148-166.

HECHANOVA, Ma Regina. Deconstructing Emotional Labor. **Philippine Journal of Psychology**, *[s.l.],* vol. 44, n. 1, p. 76-89, 2011.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. **Why Are You Rushing?** Oprah.com, 2000. Disponível em: <https://www.oprah.com/spirit/why-are-you-rushing>. Acesso em: 26 jun. 2021.

HOCHSCHILD, Arlie R. **The Managed Heart**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1983.

_____. Emotion Work, Feeling Rules, and Social Structure. **American Journal of Sociology**, *[s.l.],* vol. 85, n. 3, p. 551-575, 1979.

_____. The Sociology of Feeling and Emotion: Selected Possibilities. *In*: MILLMAN, Marcia; KANTER, Rosabeth M. **Another Voice**: Feminist Perspectives on Social Life and Social Science. New York: Doubleday, 1975. p. 280-307.

HOGAN, Nancy L; LAMBERT, Eric G; JENKINS, Morris; WAMBOLD, Suzanne. The impact of occupational stressors on correctional staff organizational commitment: A preliminary study. **Journal of Contemporary Criminal Justice**, *[s.l.],* vol. 22, n. 1, p. 44-62, 2006.

HOGAN, Nancy; LAMBERT, Eric; GRIFFIN, Marie. Loyalty, Love, and Investments: The Impact of Job Outcomes on the Organizational Commitment of Correctional Staff. **Criminal Justice Behavior**, *[s.l.],* vol. 40, n. 1, p. 355-375, 2013.

ILLOUZ, Eva; FINKELMAN, Shoshannah. An Odd and Inseparable Couple: Emotion and Rationality in Partner Selection. **Theory and Society**, *[s.l.],* vol. 38, p. 401-422, 2009.

INTERNATIONAL SOCIOLOGICAL ASSOCIATION. **Code of Ethics**. Madrid: International Sociological Association, 2001. Disponível em: https://www.isa-sociology.org/en/about-isa/code-of-ethics. Acesso em: 26 jun. 2021.

JAKOBY, Nina. Grief as a Social Emotion: Theoretical Perspectives. **Death Studies**, *[s.l.],* vol. 36, n. 8, p. 679-711, 2012.

JEFFERSON, Andrew; GABORIT, Liv. **Human Rights in Prisons**: Comparing Institutional Encounters in Kosovo, Sierra Leone and the Philippines. London: Palgrave Macmillan UK, 2015.

KALINICH, David B; PITCHER, Terry. Dealing With Organizational Stress. **National Criminal Justice Reference Service**, Illinois: 1984.

KATRIEL, Tamar. Exploring Emotional Discourse. *In*: FLAM, Helena; KLERES, Jochen. **Methods of Exploring Emotions**. London: Routledge, 2015. p. 57-66.

KEMPER, Theodore D. (org.). **Research Agendas in the Sociology of Emotions**. *[s.l.]*: Suny Press, 1990.

_____. How Many Emotions are There? Wedding the Social and Autonomic Components. **American Journal of Sociology**, *[s.l.],* vol. 93, n. 2, p. 263–289, 1987.

_____. Toward a Sociology of Emotions: Some Problems and Some Solutions. **The American Sociologist**, *[s.l.],* vol. 13, n. 1, p. 30–41, 1978.

KITZINGER, Jenny. The Methodology of Focus Group: The Importance of Interaction Between Research Participants. **Sociology of Health & Illness**, *[s.l.],* vol. 16, n. 1, p. 103-121, 1994.

KLEINMAN, Arthur. The Violences of Everyday Life, the Multiple Forms and Dynamics of Social Violence. *In*: REYNOLDS, Pamela; KLEIMANN, Arthur; RAMPHELE, Mamphela. **Violence and Subjectivity**. Berkeley: UC Press, 2000. p. 226-241.

KÖVECSES, Zoltán. **Emotion Concepts**. New York: Springer-Verlag, 1990.

KUSENBACH, Margarethe; LOSEKE, Donileen R. Bringing the Social Back in: Some Suggestions for the Qualitative Study of Emotions. **Qualitative Sociology Review**, *[s.l.],* vol. 9, n. 2, p. 21-38, 2013.

LAMBERT, Eric; PAOLINE, Eugene. Exploring Potential Antecedents of Job Involvement: An Exploratory Study Among Jail Staff. **Criminal Justice and Behavior**, *[s.l.],* vol. 39, n. 1, p. 264-286, 2012.

LAMBERT, Eric; HOGAN, Nancy; JIANG, Shanhe. Exploring Antecedents of Five Types of Organizational Commitment Among Correctional Staff: It Matters What You Measure. **Criminal Justice Policy Review**, *[s.l.],* vol. 19, n. 1, p. 466-490, 2008.

LAMBERT, Eric; HOGAN, Nancy; GRIFFIN, Marie. The Impact of Distributive and Procedural Justice on Correctional Staff Job Stress, Job Satisfaction, and Organizational Commitment. **Journal of Criminal Justice**, *[s.l.],* vol. 35, n. 6, p. 644-656, 2007.

LAWLER, Edward J. Bringing Emotions into Social Exchange Theory. **Annual review of sociology**, *[s.l.],* vol. 25, p. 217-244, 1999.

LEIP, Leslie; STINCHCOMB, Jeanne. Should I Stay or Should I Go? Job Satisfaction and Turnover Intent of Jail Staff Throughout the United States. **Criminal Justice Review**, *[s.l.],* vol. 38, n. 2, p. 226-241, 2013.

LEWIS, J David; WEIGERT, Andrew. Trust as a Social Reality. **Social Forces**, *[s.l.],* vol. 63, n. 4, p. 967-985, 1985.

LIEBLING, Alison. Moral Performance, Inhuman and Degrading Treatment and Prison Pain. **Punishment & Society**, *[s.l.],* vol. 13, n. 5, p. 530-550, 2011.

LIEBLING, Alison. Prison Officers, Policing, and the Use of Discretion. **Theoretical Criminology**, *[s.l.],* vol. 4, n. 3, p. 333-357, 2000.

LIEBLING, Alison; ARNOLD, Helen. **Prisons and Their Moral Performance**: A Study of Values, Quality, and Prison Life. Oxford: Clarendon Press, 2004.

LIN, Wei-Lun; TSAI, Ping-Hsun; LIN, Hung-Yu; CHEN, Hsueh-Chih. How Does Emotion Influence Different Creative Performances? The Mediating Role of Cognitive Flexibility. **Cognition & Emotion**, *[s.l.],* vol. 28, n. 5, p. 834-844, 2014.

LIVELY, Kathryn; POWELL, Brian. Emotional Expression at Work and at Home: Domain, Status, or Individual Characteristics? **Social Psychology Quarterly**, *[s.l.],* vol. 69, n. 1, p. 17-38, 2006.

LUTZ, Catherine; ABU-LUGHOD, Lila. **Language and the Politics of Emotion (Studies in Emotion and Social Interaction)**. Cambridge: Cambridge, 1990.

MARCELINO, Elizabeth. Towards Understanding the Psychology of the Filipino. *In*: ROOT, Maria; BROWN, Laura, **Diversity and Complexity in Feminist Therapy**. New York: Routledge, 1990. p. 105-128.

MARTIN, Tomas Max; JEFFERSON, Andrew M. Prison Ethnography in Africa: Reflections on a Maturing Field. **Politique Africaine**, *[s.l.],* n. 3, p. 131-152, 2019.

McCOY, Alfred. **An Anarchy of Families**: State and Family in the Philippines. Madison, WI: University of Wisconsin Press, 2009.

MOON, Dawne. Powerful Emotions: Symbolic Power and the (Productive and Punitive) Force of Collective Feeling. **Theory and Society**, *[s.l.],* vol. 42, n. 3, p. 261-294, 2013.

NÄRING, Gérard; BRIËT, Mariette; BROUWERS, André. Beyond Demand–control: Emotional Labour and Symptoms of Burnout in Teachers. **Work & Stress**, *[s.l.],* vol. 20, n. 4, p. 303-315, 2006.

NARIO-LOPEZ, Hannah Glimpse. Doing Qualitative Research on Emotional Labor in a Philippine City Jail: Some Methodological Reflections. **Philippine Social Sciences Review**, *[s.l.],* vol. 70, n. 1, p. 75-97, 2018.

_____. **Emotional Labor Among Officers in a Philippine City Jail**. Quezon City: University of the Philippines Diliman, 2017.

NATIONAL JAIL MANAGEMENT & PENOLOGY TRAINING INSTITUTE (NJMPTI). **Philippine Public Safety College**. Disponível em: <http://ppsc.gov.ph/2015-03-27-03-54-36/201504-03-00-28-17>. Acesso em: 25 jul. 2020.

NAVARRETE, W. **Job Satisfaction of Bureau of Jail Management and Penology Personnel**. Philippines: Virgen Delos Remedios College, Olongapo City, 1999.

NICOLAS, J. **Social Factors Related to Gang Affiliation and Tattooing among Detainees**. Department of Sociology, University of the Philippines, 1988.

O'DONNELL, Ian; EDGAR, Kimmett. Routine Victimisation in Prisons. **The Howard Journal of Criminal Justice**, *[s.l.],* vol. 37, n. 3, p. 266-279, 1998.

PATAG, Kristine. Pandemic Locks PDLs' Families Out of Prisons. **Philstar.com**, 2021. Disponível em: <https://www.philstar.com/headlines/2021/05/28/2101441/pandemic-locks-pdls-families-out-prisons?fbclid=IwAR3poWd5n5GSVtFoKhPPLek3RTPC3uq8ZtT5dEZK7ZYt3aRYVnbhHVdrTn4>. Acesso em: 26 jun. 2021.

PE-PUA, Rogelia; PROTACIO-MARCELINO, Elizabeth A. Sikolohiyang Pilipino (Filipino Psychology): A Legacy of Virgilio G. Enriquez. **Asian Journal of Social Psychology**, *[s.l.],* vol. 3, p. 49-71, 2000.

PÉREZ, Alberto Martín. Emotional Alliances in Bureaucratic Encounters. *In*: FLAM, Helena; KLERES, Jochen. **Methods of Exploring Emotions**. London: Routledge, 2015. p. 144-152.

PIWONI, Eunike. Mass-mediated Discourse on Emotion, and the Feeling Rules it Conveys: The Case of the Sarrazin Debate. **Current Sociology**, *[s.l.],* vol. 68, n. 3, p. 390-407, 2020.

RETZINGER, Suzanne. Shame, Anger, and Conflict: Case Study of Emotional Violence. **Journal of Family Violence**, *[s.l.],* vol. 6, n. 1, p. 37-59, 1991.

SCHEFF, Thomas J. The Distancing of Emotion in Ritual. **Current Anthropology**, *[s.l.],* vol. 18, n. 3, p. 483-490, 1977.

SCHERER, Klaus R. What are Emotions? And How Can They be Measured? **Social Science Information**, *[s.l.],* vol. 44, n. 4, p. 695-729, 2005.

SCHERVISH, Paul G; HALNON, Raymond J; HALNON, Karen Bettez. Culture and Emotion in Christmas: The Elementary Forms of Spiritual Life. **International Journal of Sociology and Social Policy**, *[s.l.],* vol. 16, n. 9/10, p. 144-170, 1996.

SCOTT, David. **Ghosts Beyond Our Realm**: A Neo-Abolitionist Analysis of Prisoner Human Rights and Prison Officer Occupational Culture. 2006. Disponívelem: <http://clok.uclan.ac.uk/7864/1/Scott,%20David%20%20Ghosts.pdf>.

SHAHANI, Nishant. **'Resisting Mundane Violence': Feminism and Queer Identity in Post-Colonial India**. Arbor, MI: MPublishing, University of Michigan Library, 2003.

SHILLING, Chris; MELLOR, Philip A. Durkheim, Morality and Modernity: Collective Effervescence, Homo Duplex and the Sources of Moral Action. **British Journal of Sociology**, *[s.l.],* vol. 49, n. 2, p. 193-209, 1998.

SISLEY, Richard; SMOLLAN, Roy. Emotional Labour and Self-Determination Theory: A Continuum of Extrinsic and Intrinsic Causes of Emotional Expression and Control. **New Zealand Journal of Employment Relations**, *[s.l.],* vol. 38, n. 2, p. 41, 2012.

SMITH, Dorothy E. **The Everyday World as Problematic, A Feminist Sociology**. Toronto: University of Toronto Press, 1987.

STOHR, Mary K; HEMMENS, Craig; KIFER, Misty; SCHOELER, Mary. We Know it, We Just Have to Do it: Perceptions of Ethical Work in Prisons and Jails. **The Prison Journal**, *[s.l.],* vol. 80, n. 1, p. 126-150, 2000.

STRYKER, Sheldon**.** Identity Theory: Developments and Extensions. *In*: YARDLEY, Krysia; HONESS, Terry. Self and Identity: Psychosocial perspectives. *[s.l.]*: John Wiley & Sons, 1987. p. 89-103.

SYKES, Gresham. **The Society of Captives**: A Study of a Maximum Security Prison. Princeton: Princeton University Press, 1958.

SYMKOVYCH, Anton. Negative visibility and 'the defences of the weak': The interplay of a managerial culture and prisoner resistance. **Theoretical Criminology**, *[s.l.],* vol. 24, n. 2, p. 1-20, 2018.

TAVORY, Iddo; FINE, Gary Alan. Disruption and the Theory of the Interaction Order. **Theory and Society**, *[s.l.],* vol. 49, p. 365-385, 2020.

THEODOSIUS, Catherine. Recovering Emotion from Emotion Management. **Sociology**, *[s.l.],* vol. 40, n. 5, p. 893-910, 2006.

THOITS, Peggy. The Sociology of Emotions. **Annual Review of Sociology**, *[s.l.],* vol. 15, p. 317-342, 1989.

_____. Coping, Social Support, and Psychological Outcomes: The Central Role of Emotion. **Review of Personality & Social Psychology**, *[s.l.],* vol. 5, p. 219-238, 1984.

THOMAS, Kimberley. The "Mundane Violence" of International Water Conflicts. **Education About ASIA**, *[s.l.],* vol. 22, n. 2, p. 36-41, 2017.

UN GENERAL ASSEMBLY. **United Nations Standard Minimum Rules for the Treatment of Prisoners (the Nelson Mandela Rules)**. Vienna, Austria: The Secretariat UN General Assembly, 2015. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/GA-RESOLUTION/E_ebook.pdf>, 2015. Acesso em: 26 jun. 2021.

VAN MAANEN, John. **Tales of the Field**: On Writing Ethnography. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

VON SCHEVE, Christian. The Social Calibration of Emotion Expression: An Affective Basis of Micro-social Order. **Sociological Theory**, *[s.l.],* vol. 30, n. 1, p. 1-14, 2012.

WESTMARLAND, Louise. Blowing the Whistle on Police Violence. Gender, Ethnography, and Ethics. **British Journal of Criminology**, *[s.l.],* vol. 41, n. 3, p. 523-535, 2001.

YACAT, Jay. Tungo sa Isang Mas MapagbuongSikolohiya: Hamon sa Makabagong Sikolohiyang Pilipino. **Daluyan: Journal ng Wikang Filipino**, *[s.l.],* vol. 19, n. 2, p. 5-32, 2013.

ZAHAVI, Dan; OVERGAARD, Søren. Intersubjectivity. *In*: LAFOLLETTE, Hugh (ed.). **International Encyclopedia of Ethics**. *[s.l.]*: Wiley-Blackwell, 2013. p. 1-11.

Declaration of No Conflict of Interest: The author declares that she has no conflict of interest.

Data Availability Statement and Additional Ethical Measures: Since the conduct of this study, jail officers who participated in the study have been assigned to different posts. The author ensures that traceability of identities are protected by close observation of anonymity, confidentiality, and belated publication of this research. All copies of classified jail documents under the custody of the researcher during the data gathering stage have been destroyed.

Funding: The author received funding for her MA thesis, which served as the 'main data gathering stage' of this study, from the Commission on Higher Education, Philippines, University of the Philippines-Diliman Office of the Vice Chancellor for Research and Development, and Philippine Social Sciences Council.

IMPLICAÇÕES ONTOLÓGICAS DAS REDES SOCIAIS: ASPECTOS DA ALIENAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Recebido em 12/04/2021, aprovado em 26/05/2021
10.30612/mvt.v8i14.14470
José Wilson Assis Neves Júnior[1]

RESUMO: O presente artigo tem por intuito problematizar os impactos decorrentes do atual estágio de desenvolvimento das redes sociais de comunicação Facebook e o Instagram no âmbito social do ser, abordando o objeto a partir da percepção ontológica do materialismo histórico-dialético proposta por George Lukács. No que tange ao Facebook, indicou-se tanto o seu potencial de articulação política e social que, em determinados casos, viabilizaria transformações efetivas nas relações de dominação quanto a sua apropriação como mecanismo de isolamento do ser em relação à totalidade da vida social, contribuindo para o aprofundamento das tendências alienantes. No caso do Instagram, por sua vez, evidenciou-se a sua consolidação enquanto um espaço digital que possibilita a completa distorção da realidade concreta do sujeito singular, potencializando não só a reprodução de uma lógica de resignação do ser social em relação às pressuposições de uma realidade de ideologia única, como também a ascensão de espaços de fuga dos problemas materiais, que aprofundam o caráter alienante do ser social na conjuntura contemporânea.

Palavras-chave: Facebook.Instagram.Alienação.

ONTOLOGICAL IMPLICATIONS OF SOCIAL MEDIA: ASPECTS OF CONTEMPORARY ALIENATION

ABSTRACT: This paper problematizes the impacts of contemporary development stages of social medias Facebook and Instagram to the social sphere of the Being, approaching the object an ontological perspective of historical dialectical materialism proposed by George Lukács. Regarding Facebook, the potential of political and social mobilization in some cases enables real transformations at domination relations as well as it's appropriation as an mechanism of isolation of the Being from the totality of social life, contributing to deepening the alienations tendencies. In the case of Instagram, evince shows the consolidation of a digital space that makes possible the complete distortion of the singular subject from the concrete reality, potentiating the reproduction of a

1 Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília). Mestre e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pesquisador vinculado ao Grupo de Pesquisa sobre Pensamento Político Brasileiro e Latino-Americano (Unesp/Marília) e ao Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR-UEL). E-mail: nevesjr1991@gmail.com.

resignation logic on the social Being in relation to reality assumption of the unique ideology, as well as the rising of scape spaces from material problems that deepens the alienation aspects of the social Being on the contemporary conjuncture.

Keywords: Facebook. Instagram.Alienation.

IMPLICACIONES ONTOLÓGICAS DE LAS REDES SOCIALES: ASPECTOS DE LA ALIENACIÓN CONTEMPORÁNEA

RESUMEN: El propósito de este artículo es problematizar los impactos derivados de la actual etapa de desarrollo de las redes de comunicación social Facebook e Instagram en el ámbito social del ser, abordado el objeto desde la percepción ontológica del materialismo histórico-dialéctico propuesto por George Lukács. Con respecto a Facebook, se señaló tanto su potencial de articulación política como social, lo que, en ciertos casos, permitiría transformaciones efectivas en las relaciones de dominación y su apropiación como mecanismo de aislamiento del ser con relación a la totalidad de la vida social, contribuyendo a la profundización de tendencias alienantes. En el caso de Instagram, en cambio, se evidenció su consolidación como un espacio digital que permite distorsionar por completo la realidad concreta del sujeto singular, potenciando la reproducción de una lógica de resignación del ser social en relación a los presupuestos de una realidad de ideología única y también el surgimiento de espacios de evasión de los problemas materiales que profundizan el carácter alienante del ser social en la coyuntura contemporánea.

Palabras Clave: Facebook. Instagram. Alienación.

INTRODUÇÃO

As primeiras décadas do século XXI foram marcadas pela difusão, em distintos níveis sociais, de uma forte crença no potencial democratizante que as novas tecnologias de informações, em especial aquelas decorrentes do surgimento e popularização da internet, ofereceriam para os mais distintos países. Manuel Castells (2017) classifica esta etapa conjuntural como "sociedade em rede", evidenciando o caráter dinâmico que perpassa a transmissão de informações em uma rede ampla de indivíduos interconectados, alheios aos parâmetros geográfico-espaciais que limitavam as comunicações entre sujeitos sociais, inclusive no passado recente.

Assim, revestido pelo manto da pressuposta marcha democratizante internacional, o desenvolvimento acelerado das tecnologias de comunicação virtuais possíveis de disponibilização à sociedade civil, cujas redes sociais são o estágio contemporâneo mais avançado do processo no âmbito de acesso da sociedade civil, obteve massivo e rápido êxito na aceitação das condições que os sujeitos singulares necessitam para adentrar neste universo.

Entretanto, o caráter destas tecnologias de comunicação digitais e as imprecisões quanto às múltiplas possibilidades de impactos que podem advir do seu desenvolvimento em realidades particulares é, ainda, uma relevante demanda de estudos para o campo das ciências sociais, evidenciando que "é precisamente esse grau de incerteza que impõe a necessidade de uma reflexão pragmática e normativaorientada para possíveis impactos da internet, positivos e negativos, sobre a democratização da sociedade contemporânea" (EISENBERG, 2003, p. 492).

Tendo em vista estademanda analítica, este trabalho visa problematizar as implicações de determinadas ferramentas de interação entre sujeitos singulares no âmbito da totalidade do ser social, partindo de uma abordagem abstrata e qualitativa das formas de interação que permeiam a inserção dos sujeitos singulares nas redes sociais Facebook e Instagram, buscando, assim, apreender as implicações ontológicas deste fenômeno (positivas ou negativas).

Para tanto, apropriou-se como horizonte teórico-metodológico a perspectiva de análise ontológica do materialismo histórico e dialético de matriz lukácsiana, o que demanda reconhecer as formas dinâmicas assumidas pelos distintos e múltiplos componentes da vida social. Assim, apreende-se as redes sociais e as formas como os sujeitos sociais as apropriam como produtos e produtores das particularidades que caracterizam a inserção das diversas sociedades no complexo de complexos da produção internacional de capital (LUKÁCS, 2018a; 2018b).

Visando contribuir qualitativamente para esta temática de análise e não objetivando esgotar as discussões acerca do problema, o presente trabalho encontra-se dividido em três partes. Na primeira são traçadas conceituações básicas a respeito do complexo ideológico que perpassa a interpretação ontológica de Lukács (2018a; 2018b) sobre a vida social. Em seguida, aborda-se o caso dual que perpassa o surgimento e difusão do Facebook enquanto ferramenta de comunicação virtual contemporânea. Por fim, atenta-se às particularidades que caracterizam o Instagram como uma das ferramentas com maior potencial de aprofundamento das tendências alienantes[2] do ser social.

VIDA SOCIAL E ALIENAÇÃO

O trabalho é apreendido por Lukács (2018a; 2018b) como categoria fundante da vida social parte do pressuposto que a partir da divisão social do trabalho os sujeitos sociais organizam suas relações, sendo justamente esta capacidade de transformação metabólica da natureza (teleológicaprimária) o elemento que caracteriza e diferencia a humanidade. Em decorrência desta peculiaridade, os sujeitos singulares vislumbram a possibilidade de colocar em prática projetos de desenvolvimento da sociedade que viabilizem as transformações da natureza que favoreçam determinados tipos de desenvolvimento humano, esbarrando-se, com isto, na necessidade de criar sistemas de pensamento que induzam os demais sujeitos singulares a adequarem-se aos modelos de divisão do trabalho que caracterizam estas distintas vias de desenvolvimento humano (pôr teleológico secundário). É necessário considerar que:

> [...] o ser social, em sua estrutura ontológica fundamental, representa algo unitário: seus "elementos" últimos são as posições teleológicas dos seres humanos que, em sua qualidade ontológica fundamental, o interior e no exterior da esfera econômica, não exibem nenhuma marca distintiva por princípio diferente. Naturalmente, essa constatação não significa nenhuma homogeneidade dessas posições. Em outras conexões foi seguidamente apontado que posições que são imediatamente dirigidas ao metabolismo entre sociedade e natureza, essencialmente se diferenciam, tanto subjetivamente quanto objetivamente, daquelas cuja intenção direta é a alteração da consciência de outros seres humanos; também estas podem mostrar diferenças qualitativas, tudo depende de quão amplas são as mediações das visadas alterações

2 Em concordância com Lessa (2018), a pesquisa deu preferência à utilização do termo "alienação" em lugar do usual "estranhamento", tendo em vista que, apesar de perpassar o fenômeno da alienação, o estranhamento não corresponde à sua totalidade, considerando que este implica a existência de um determinado nível de consciência do sujeito singular acerca dos problemas alienantes que permeiam a determinada atividade em questão.

> na consciência com o problema direto da reprodução dos seres humanos, e qual é o conteúdo dessas alterações (LUKÁCS, 2018b, p. 337).

Disto decorre a necessidade de apreender as particularidades das vias de desenvolvimento[3] das sociedades,assim como as múltiplas configurações que perpassam a conjuntura que se ambiciona apreender. As formas como os sujeitos singulares se organizam no âmbito social é dinâmica e complexa, perpassando tanto a relação que se estabelece com o modo de produção vigente, quanto com as construções de ideias e instituições necessárias para viabilizar sua reprodução na vida social. Este fenômeno complexo provém justamente do fato de que:

> O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação (MARX, 2008, p. 258-259).

Constata-se, pois, que a forma dinâmica que se materializa na vida social decorre, em grande medida, das relações que se estabelecem entre o complexo de produção (relação de transformação da natureza pela capacidade de previa ideação da humanidade) e o complexo ideológico (mediações postuladas para dirigir as interações entre os sujeitos singulares no cotidiano). Estes dois complexos devem ser entendidos tanto como produtos quanto reprodutores um do outro – as distintas formas ideológicas são construtos do pensamento humano, condicionadas e limitadas pelo estágio de desenvolvimento que ambicionam reproduzir ou superar, da mesma forma como as capacidades de transformação da natureza são limitadas e determinadas pela capacidade do gênero humano em um dado estágio de desenvolvimento (VAISMAN, 2010).

Esbarra-se, assim, com a necessidade de conceituar o que se entende, neste trabalho, como "ideologia". Apesar de evidenciar a forma como a(s) ideologia(s) de uma conjuntura perpassa(m) de modo amplo todas as formas de pensar e agir dos sujeitos singulares e, especialmente, se enraízam nas instituições construídas para a manutenção e reprodução da ordem (religião, política, direito, entre outras), Lukács (2018b) traça um criterioso crivo para a classificação de uma forma de pensar como sendo ou não ideologia. Para o filósofo húngaro:

> ideologia é antes de tudo, aquela forma de elaboração intelectual da realidade a qual serve para fazer consciente e capaz de ação a práxis social dos seres humanos [...] Pois, em um modo disso inseparável, a ideologia é um meio das lutas sociais, que caracteriza toda sociedade (LUKÁCS, 2018b, p. 398-399).

É relevante, neste ponto, atentar-se à percepção da ideologia (enquanto posicionamento teleológico secundário) como elemento intrínseco do antagonismo de classes. As diferentes formas que esta construção reflexiva da humanidade pode assumir nas mais diversas e múltiplas conjunturas permeiam, portanto, um processo de lutas entre dominantes e dominados. É importante ressaltar

3 As vias de desenvolvimento são caracterizadas por projetos políticos e econômicos de longo prazo que perpassam os objetivos de transformação sociais, políticos, econômicos e culturais que adequam a mencionada sociedade à um determinado modelo de produção, interna e externa à comunidade (LUKÁCS, 1970).

que a situação de dominante viabiliza a construção e apropriação de instrumentos mais sofisticados para a difusão do consenso em prol de determinada concepção de mundo (que pode se limitar ou fundamentar-se na ideologia vigente).[4]

É justamente dentro deste imbricado complexo ideológico, muito característico das sociedades modernas, que se desenvolve e se aperfeiçoa a *alienação* – componente essencial para a manutenção e reprodução de uma ordem de dominação nos parâmetros capitalistas de desenvolvimento. Neste contexto, não se pode deixar de explicitar que:

> [...] consideramos a alienação como um fenômeno exclusivamente histórico-social, que emerge em determinados níveis do desenvolvimento existente, tomando desde então formas historicamente sempre diferentes, sempre mais incisivas. Sua qualidade, portanto, nada tem a ver com uma *condition humaine* geral, muito menos que ela possuiria uma generalidade cósmica (LUKÁCS, 2018b, p. 501).

A alienação, deste modo, não pode ser tomada enquanto um fenômeno estático cuja superação dar-se-ia pelo mero acúmulo de conhecimento crítico sobre determinados aspectos que a perpassam. Muito pelo contrário, a alienação também permeia a imbricada teia das transformações dinâmicas que caracterizam o desenvolvimento das sociedades humanas e, por conseguinte, das configurações que o antagonismo de classes assume em determinadas conjunturas. Isto, contudo, não limita o estabelecimento de determinados princípios que viabilizam uma apreensão abstrata das formas que o fenômeno pode assumir na vida social cotidiana. Por exemplo, é possível aferir que:

> [...] primeiro, toda alienação é um fenômeno fundado social-economicamente; sem mudança decisiva na estrutura econômica nenhuma ação individual pode alterar algo essencial nessa base. Segundo, toda alienação, a partir dessa base, é antes de tudo um fenômeno ideológico cujas consequências cercam de muitos lados e solidamente a vida de cada ser humano participante; que sua superação subjetiva apenas como ato do respectivo indivíduo pode ser realizada na prática. É, portanto, absolutamente possível que seres humanos singulares sejam capazes de enxergar através da essência da alienação teoricamente e, todavia, permaneçam alienados em seus modos de vida [...] Terceiro, há no ser social apenas alienações concretas (LUKÁCS, 2018b, p. 551-552).

Estas "regras" para a apreensão da alienação, em verdade, servem mais para elucidar sua complexidade do que traçar estratégias de superá-la – como o próprio trecho transcrito da ontologia lukácsiana indica, reconhecer o caráter alienante de um fenômeno não implica necessariamente o início de um processo de superação.[5] O processo de individualização do ser social, assim, constitui etapa crucial para o desenvolvimento e aprofundamento da alienação nas sociedades modernas (LUKÁCS, 2020). Nesse sentido, é importante ressaltar que:

> A contradição dialética entre o desenvolvimento da capacidade e o desenvolvimento da personalidade, portanto a alienação, por toda a sua importância, jamais abarca a completa totalidade do ser social dos seres humanos; por outro lado, jamais se deixa (quando muito em desfiguração subjetiva) ser reduzida a uma contraposição abstrata de subjetividade e objetividade, a uma contraposição de ser humano singular e sociedade, de individualidade e socialidade. Não há nenhuma espécie de subjetividade que, nas raízes e determinações mais profundas de seu ser, não

> seja social. A mais simples análise do ser humano, do trabalho e da práxis, mostra isto em um modo irrefutável (LUKÁCS, 2018b, p. 510).

Apesar de Marx (2011) atribuir ênfase ao modo como a alienação típica da sociedade capitalista distorce a relação do sujeito singular com o produto de seu trabalho, fragmentando o conhecimento sobre a totalidade dos processos, compreende-se que suas contribuições servem de base para apreender a complexidade que a alienação pode assumir nas múltiplas configurações da vida social – não deixando de reconhecer que, em última instância, todas as dimensões da alienação objetivam interferir nas relações de produção e, subsequentemente, de dominação. O caráter essencial da alienação (a função social que desempenha no cotidiano, em termos de análise da ideologia),[6] reside justamente na incompreensão da totalidade dos processos que permeiam um determinado ato transformador, ou reprodutor, realizado pelos sujeitos singulares no cotidiano. A partir disto, partilha-se do princípio de que:

> [...] quanto mais intensamente a alienação se apoderar de toda a vida interior do trabalhador, tanto mais tranquilamente pode funcionar o domínio do grande capital. Portanto, o aparato ideológico do capitalismo, quanto mais desenvolvido, mais intensamente está preparado para fixar solidamente tais formas de alienação nos seres humanos singulares (LUKÁCS, 2018b, p. 544).

É com o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, especialmente, em decorrência da corrida armamentista que se estabeleceu durante o período de Guerra Fria (1945-1991) entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que o desenvolvimento tecnológico assumiu uma forma altamente acelerada. É justamente neste contexto da segunda metade do século XX que as tecnologias de comunicação passam a receber grandes incentivos para o seu aprimoramento, concomitantemente com o processo de cooptação para integrar o aparato ideológico das vertentes políticas e econômicas em disputa. Deste modo:

> As novas tecnologias de comunicação e informação surgem a partir de 1975 com a fusão das telecomunicações analógica com a informática possibilitando a veiculação, sob um mesmo suporte – o computador -, de diversas formatações de mensagens. Esta revolução digital implica, progressivamente, a passagem do *mass media* (cujos símbolos são televisão, rádio, imprensa, cinema) para as formas individualizadas de produção, difusão e estoque de informação (LEMOS, 2004, p. 68).

Dentro desta proposta de problematização, compreende-se que, no âmbito da conquista ideológica que permeou a disputa da Guerra Fria, a mídia de massa (*mass media*) se consolidou como uma relevante ferramenta do aparato ideológico, tendo em vista que o objetivo era a conquista de sujeitos singulares para o compartilhamento de uma determinada concepção de mundo. Em outras palavras, enquanto componente do aparato ideológico, a mídia de massa foi apropriada no sentido

6 A análise da ideologia nos parâmetros ontológicos propostos por Georg Lukács pressupõe a elucidação da função social que a mesma desempenha na realidade cotidiana concreta, ao passo que uma ideologia só pode ser concebida como tal quando direciona as ações de sujeitos singulares a partir de projetos de por vir que se relacionam com as disputas entre classes (CHASIN, 1978; LOVATTO, 2010) – componente do complexo ideológico, a alienação pode, também, ser abordada desta forma.

de universalizar princípios basilares da ideologia dominante (em níveis nacionais e internacionais, nos mais diversos países), para a consolidação de um consenso relativo que, em longo prazo, viabilizou a construção, em grande parte do globo, do projeto classificado por István Mészáros (2014, p. 13) como "Estado de ideologia única".[7]

Por outro lado, tendo sido relativamente consolidado o consenso da ideologia única,o aprofundamento da alienação do ser social se apresenta como nova estratégia para a manutenção e reprodução da ordem conquistada. O período que sucedeu a Guerra Fria e a pretensa vitória do capitalismo contra o socialismo foi marcado por acelerados processos de individualização dos sujeitos singulares. No mundo da "Pós-Modernidade", os conceitos de verdade se distorcem, se relativizam e as convicções do sujeito singular passam a exercer cada vez mais soberania sobre a forma como este age no âmbito social, cada vez mais fragmentado (LIMA, 2019). Inclusive, é relevante considerar que "[...] a alienação é um dos fenômenos sociais mais decididamente centrados no indivíduo" (LUKÁCS, 2018b, p. 507).

Dentro desta etapa particular do desenvolvimento das sociedades contemporâneas, a ascensão e aprimoramento das ferramentas digitais de comunicação passaram a exercer papel fundamental no processo de reprodução da ordem. Chega-se, assim, ao debate mais específico sobre as formas assumidas pelas ferramentas do complexo ideológico capitalista, em nível internacional. Destacam-se, dentro deste prisma, as redes de comunicações sociais abertas, criadas nas últimas décadas para acesso via internet que possibilitam níveis amplamente ativos de interação entre os sujeitos singulares mediados por mídias sociais, como é o caso do Facebook e Instagram.

Estes espaços virtuais podem ser caracterizados como os mais dinâmicos aparelhos de difusão ideológica já elaborados pelo sistema de produção capitalista,[8] ao passo que permitem, por um lado, uma relação muito mais dinâmica de disputas e, por outro, obtêm um nível de alcance jamais visto para difusão de elementos do complexo ideológico que favorecem a reprodução da ordem e, por conseguinte, contribuem para o aprofundamento das tendências alienantes do ser social.

A DUALIDADE DO FACEBOOK

Fundado em 2004, nos Estados Unidos da América, por cinco alunos de Harvard,[9] o Facebook surge com a proposta de consolidação enquanto plataforma de integração entre pessoas, disponibilizando um espaço para publicação de fotos, vídeos e ideias. A rede social rapidamente se tornou um dos maiores fenômenos digitais das duas primeiras décadas do século XXI,[10] sendo que, de acordo com o relatório de investimentos disponibilizado pela empresa, em abril de 2020, a rede registrou uma média mensal de aproximadamente 2.60 bilhões de usuários ativos (FACEBOOK INC., 2020).

7 Protagonizado pelos EUA, o mencionado projeto do Estado de ideologia única permeia a construção, e difusão, do consenso social da incapacidade de criação de vias de desenvolvimentos alternativas ao modelo capitalista de produção (MÉSZÁROS, 2014), preconizando, assim, um gradual processo de auto-resignação dos sujeitos singulares que contribui para o aprofundamento das tendências alienantes do ser social.

8 O sistema de produção capitalista é entendido como um complexo de complexos (MÉSZÁROS, 2014), no qual diferentes vias de desenvolvimento possibilitam um processo de divisão internacional do trabalho que se transforma de modo dinâmico, possibilitando a ascensão e o aperfeiçoamento de distintos modelos de exploração da natureza e da força de trabalho (LUKÀCS, 1970).

9 Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Andrew McCollum, Dustin Moskovitz e Chris Hughes.

10 Posteriormente, aFacebook Inc. passou a adquirir e incorporar outras redes sociais de comunicação digitais (como Instagram, WhatsApp e outros), tornando-se um dos cinco maiores conglomerados de tecnologia contemporâneos.

Pesquisas realizadas, nos últimos anos, nas áreas das Ciências Humanas e Sociais constataram o grande potencial de mobilização que pode ser atribuído ao Facebook e outras ferramentas de sociabilidade virtuais enquanto plataforma de articulação a partir de pautas (políticas, sociais, culturais, entre outras), tanto no sentido da democratização, quanto da desdemocratização da sociedade. Assim, se por um lado o acesso em massa às redes de comunicações digitais viabilizou a ascensão de formas estratégicas de pressões progressistas no espaço político (SAMPAIO, 2010; CUNHA; 2017), por outro também favoreceu uma crescente polarização dos grupos em disputa, apresentandotendência ao fortalecimento de grupos antidemocráticos (AVRITZER, 2018; HANSEN; FERREIRA, 2018).

Além das potencialidades políticas democráticas ou antidemocráticas destas plataformas digitais, é necessário, também, atentar-se as implicações de suas configurações concretas para o ser social inserido na atual conjuntura do estado de coisas. Mais especificamente, busca-se apreender como esta plataforma virtual, que pressupõe a integração entre sujeitos e ideias, insere-se no âmbito da alienação do complexo ideológico contemporâneo. Dentro desta perspectiva, não se pode deixar de problematizar "que a superação prática da alienação é inconcebível em termos exclusivamente políticos, tendo em vista o fato de que a política é apenas um aspecto *parcial* da totalidade dos processos sociais, por mais importante que possa ser em situações históricas específicas [...]" (MÉSZÁROS, 2006, p. 91).

A grande questão que se coloca, no âmbito ontológico, sobre as dimensões assumidas na configuração atual desta plataforma é que ela possibilita a ascensão de espaços de encastelamento para as distintas concepções de mundo que caracterizam a dinâmica das disputas ideológicas nas sociedades capitalistas. Uma das principais ferramentas, aperfeiçoadas pela FacebookInc. para viabilizar determinado fenômeno são os algoritmos, mecanismo que por intermédio das reações dos usuários a determinados conteúdos elenca as informações de maior ou menor relevância para cada integrante da rede social (PARISIER, 2012) – o mecanismo é utilizado tanto no Facebook quanto no Instagram.

Além da classificação pela reação do sujeito ao conteúdo, os usuários da plataforma podem também indicar por conta própria o grau de interesse em determinadas páginas e perfis, o que implica na viabilidade de gradualmente impedir a apresentação de sugestões de contatos, grupos e informações divergentes dos gostos ou convicções no *feed* de notícias do usuário, sob o pretexto de personalizar esta página de acordo com o perfil de cada indivíduo (CARLSEN; BIRKBAK, 2017).

Deste modo, inseridos no Facebook, os sujeitos singulares contemporâneos esbarram-se com a possibilidade de se refugiar em espaços de debates exclusivamente concomitantes com suas formas de apreensão da realidade, não só as limitando como favorecendo uma crescente distorção e fragmentação da totalidade da vida social. Em outras palavras, estes espaços virtuais podem tornar-se territórios de predomínio quase absoluto de concepções de mundo específicas, viabilizando um rompimento dos sujeitos singulares com os demais elementos da realidade concreta (entendida como síntese de múltiplas determinações). Nesta perspectiva, "[...] a alienação de cada ser humano singular brota imediatamente de suas interações com sua própria vida cotidiana" (LUKÁCS, 2018b, p. 556).

Dentro desta problemática, é relevante atentar-se a duas formas de construção do pensamento humano historicamente formuladas e aperfeiçoadas que caracterizam as configurações contemporâneas das posições teleológicas secundárias: o irracionalismo (LUKÁCS, 2020) e a razão miserável (COUTINHO, 2010). Enquanto o irracionalismo parte do princípio de romper completamente com as cadeias lógicas de construção cartesiana da reflexividade, centrando-se nas convicções

exclusivamente individualistas do sujeito singular (LUKÁCS, 2020), a razão miserável apropria-se de elementos fragmentados da realidade, por vezes os distorcendo, para a construção de uma lógica reflexiva que atribua validade às concepções de mundo partilhadas por determinados grupos sociais (COUTINHO, 2010).

Farias, Cardoso e Oliveira (2020) demonstram a forma como esses espaços digitais contemporâneos, como Facebook, favorecem, inicialmente, a proliferação dos princípios de pós-verdade e, em seguida, a massiva difusão das *fake news*.[11] Assim, tanto no âmbito das perspectivas conservadoras, quanto das progressistas, as tendências alienantes do ser social podem ser aprofundadas nos parâmetros de socialização dos espaços virtuais consolidados pelo Facebook. Se, por um lado, esta plataforma disponibiliza aos grupos detentores de concepções de mundo menos complexas e a viabilidade de reforçar o irracionalismo, desatribuindo os sujeitos que partilham de seus pressupostos de enfrentarem concepções divergentes de mundo, por outro, também favorece que grupos defensores de percepções mais complexas da vida social, inclusive progressistas, apreendam a realidade de forma cada vez mais fragmentada e imprecisa.

No caso do fenômeno contemporâneo de ampla difusão das *fake news*, por exemplo, as posições teleológicas secundárias irracionalistas vislumbraram a possibilidadede validar, ao menos para si e para seus pares, suas convicções e juízos de valores (por mais distorcidos e nocivos para a realidade que o sejam)[12] – o inicial negacionismo da pandemia Covid-19, a refutação da eficácia das vacinas e outras formas decontestação de evidências científicas servem para ilustrar as implicações contemporâneas deste aspecto das redes sociais. Já o caso da razão miserável se torna um pouco mais delicada, contudo, é possível indicar que, em determinada medida, as efetivas e massivas conquistas políticas e econômicas consolidadas por grupos antidemocráticos na última década (2011-2021) devem-se, entre outros aspectos, ao encastelamento de grupos progressistas que, inseridos em bolhas de pares, recusaram-se a reconhecer o caráter volátil dos Estados democráticos.

Apesar de haver se consolidado como um dos maiores espaços de reprodução da pós-verdade que ameaçam não só a manutenção das ordens democráticas internacionais, a FacebookInc. tem demostrado publicamente interesse e esforços para romper com essa distorcida apropriação de suas ferramentas na contemporaneidade. Também é relevante considerar que a plataforma ainda se consolida como espaço de difusão das mais diversas perspectivas políticas e ideológicas[13] – inclusive, este próprio artigo, que critica os efeitos nocivos das ferramentas da FacebookInc., pode se apropriar destas mesmas plataformas para ser publicizado e difundido. Assim, retomando os aspectos alienantes do ser social na contemporaneidade, é impossível inferir que, nolongo prazo, o Facebook não possa vir a se consolidar como uma das múltiplas ferramentas necessárias para a conquista da superação das tendências alienantes do ser e do subsequente processo de emancipação humana.

Por outro lado, não se deve deixar de explicitar que durante sua década e meia de existência, o Facebook engendrou processos de aprimoramento, passando não só a possibilitar a interação com outras redes sociais, como também, ainda mais relevante, integrar mecanismos de propulsão

11 Reconhecendo a existência de divergências no âmbito da definição do que se caracteriza efetivamente como *fake news*, Kalsnes (2018) indica que o fenômeno comumente se distingue pela vinculação com estratégias de mobilização sociais, políticas ou financeiras.

12 Apesar de não deixar de reconhecer o papel essencial exercido pelo *WhatsApp* neste processo, o trabalho enfatiza a inviabilidade de adentrar esta problemática no presente momento, reservando o interesse de dar continuidade a esta discussão em produções posteriores.

13 Sem deixar de indicar que, no plano concreto da conjuntura contemporânea, o*Facebook* e outras ferramentas digitais vêm sendo apropriadas pelos serviços de inteligência estado-unidenses para a realização das chamadas Revoluções Coloridas em países da antiga União Soviética, de modo a atender os interesses hegemônicos do capital internacional (KORYBKO, 2018).

de propagandas comerciais de grandes e pequenas empresas de produtos e serviços que também se fundamentam no princípio de algoritmos (SRNICEK, 2017). Especialmente, essa apropriação da rede social para a reprodução da lógica de consumo expressa outro dos elementos alienantes do Facebook.

Os mecanismos de identificação inteligente de interesses por algoritmos não é uma exclusividade doFacebook, poisperpassam amplamente a interação dos sujeitos singulares inseridos nas plataformas virtuais contemporâneas, direcionando produtos e conteúdos que estão adequados às vontades e preferências em potencial dos usuários. No esquema cotidiano da vida social, o objetivo de determinados mecanismos é amplificar nos sujeitos singulares a percepção da necessidade urgente de consumo dos produtos e serviços apresentados.

Assim, o acúmulo de bens materiais (por vezes fúteis e, quase sempre, irrelevantes) torna-se um imperativo determinante no direcionamento das ações cotidianas dos sujeitos singulares, que passam a adequar-se aos padrões de produção que os subjugam em prol da obtenção de bens dos quais não necessitam.Estes espaços digitais, nos quais os mecanismos de direcionamento de propaganda por algoritmos se desenvolvem, constituem locais extremamente dinâmicos para o aprofundamento das tendências alienantes do ser social. Enfatiza-se, contudo, que apesar de se estender para outras plataformas virtuais (como Google e Facebook), este fenômeno evidencia-se de forma muito mais expressiva no Instagram. Deste modo, torna-se relevante estender nossas análises para este outro componente do conglomerado FacebookInc.

O CASO DO INSTAGRAM

Lançado no ano de 2010, o Instagram foi criado por Kevin Systrom e Mike Krieger, sendo posteriormente adquirido pelo grupo FacebookInc. no ano de 2012, tendo como proposta disponibilizar uma plataforma diferenciada para o compartilhamento de fotos de seus usuários, apresentando filtros e mecanismos para o tratamento das imagens. Atualmente, a rede social conta com mais de umbilhão de usuários ativos, destacando-se enquanto uma das principais plataformas do FacebookInc. Com o seu processo de aperfeiçoamento, a plataforma passou a possibilitar o compartilhamento de vídeos, ao mesmo tempo em que se apropriou das ferramentas de algoritmos para identificação inteligentede interesses dos usuários buscando não só direcionar as mencionadas propagandas de produtos e serviços, como também indicar perfis e conteúdo interno concomitante com as últimas pesquisas e reações do usuário.

Conforme indicou-se no tópico anterior, estes mecanismos de direcionamento de propaganda por algoritmos exercem um papel primordial no processo de fomento das demandas de consumoexacerbado em meio à conjuntura contemporânea. O objetivo de reproduzir e induzir, nos sujeitos singulares,a sensação de necessidade de consumo dos produtos e mercadorias encontra, nas plataformas digitais, vias de difusão amplamente ágil e de baixos custos (quando comparado com os veículos de propaganda do período de hegemonia da mídia de massa). Dentro desta perspectiva, enfatiza-se que, dentro da plataforma Instagram, estas ferramentas assumem uma forma extremamente dinâmica, quando comparada às congêneres (como Facebook).

Assim, é interessante atentar-se ao fato de que o Instagram apropria-se de um mecanismo de direcionamento de conteúdo por algoritmos que inunda o visor do usuário com vídeos e imagens que potencialmente podem interessá-lo. Este mecanismo exerce uma dupla função: em primeiro lugar, a da difusão de propagandas voltadas para fomento do consumismo exacerbado; em segundo, para garantir a ampliação do tempo despendido pelo sujeito na plataforma. Em decorrência destas

especificidades, todo o conteúdo veiculado na plataforma torna-se uma mercadoria em potencial, desde os efetivos produtos e serviços oferecidos, até os supostos estilos de vida escolhidos pelos usuários. Determinada particularidade gera fenômenos e efeitos específicos que decorrem diretamente das dimensões que este espaço da vida social assume em relação ao ser na contemporaneidade.

Destaca-se, em um primeiro momento, a reformulação de valores preconizados e difundidos por consequência da ascensão do Instagram enquanto rede de interação social. Os inúmeros filtros e ferramentas disponibilizados por esta plataforma digital cristalizaram, em meio a uma multiplicidade de sujeitos singulares, o desejo de atingir padrões estéticos corporais incondizentes com a natureza da própria espécie humana. Estes valores recém consolidados, é claro, abastecem distintos mercados de produtos e serviços (desde vestimentas e produtos de beleza, até as efetivas intervenções cirúrgicas para transformação das características naturais do sujeito).[14] Não se defende, obviamente, que este fenômeno é uma especificidade decorrente do Instagram; pelo contrário, se reconhece que a busca pela transformação das características naturais do sujeito singular para se adequar a padrões de beleza hegemônicos de uma época é um elemento que se constrói de forma social, cultural e histórica. Neste sentido, inclusive, torna-se relevante considerar que:

> [...] valores surgem apenas através da exteriorização-objetivação; a simples objetividade é, por princípio, indiferente ao valor; apenas na medida em que, de algum modo, é incorporada ao sistema das objetivações-exteriorizações pode conter um valor, p. ex., quando uma porção de natureza se torna uma paisagem para os seres humanos. Que este ser-posto tem sua base nos reais momentos objetivos da porção de natureza concernente, compreendeu-se por si próprio; não supera, todavia, este estado de fato: altas montanhas estavam por longo tempo dadas antes que um determinado desenvolvimento humano as tivesse feito uma paisagem em sentido social. Seria, todavia, de todo equivocado enxergar, agora, nesses próprios atos de posição algo de valoroso. Eles são simples momentos de ser do ser social e podem, por isso, igualmente, ser valoroso ou avesso-ao-valor, são, portanto, de modo necessário, vinculados a um tornar-se consciente cujo desfecho depende do seu concreto ser-precisamente-assim e não toca seu caráter ontológico – no interior do ser social –, pode-se mesmo dizer: apenas porque cada exteriorização-objetivação constitui em si um componente do ser social, desencadeia de modo necessário, simultaneamente com seu tornar-se existente, valores e, na sua consequência, avaliações (LUKÁCS, 2018b, p. 361).

A questão que se coloca, portanto, é apreender as especificidades que estes valores assumem em decorrência da inserção do ser social na rede virtualInstagram. Assim, busca-se problematizar que no atual estado de coisas, possibilitado pelo bombardeamento de conteúdo "de interesse" dos sujeitos singulares, os valores estéticos, especialmente corporais, assumem dimensões gigantescas no cotidiano da vida do sujeito singular, fomentando fanatismos e obsessões pela perseguição de uma imagem de ser que, no âmbito da realidade concreta, pode ser construída ou mantida apenas com a aplicação de inúmeros filtros e ferramentas de modificação de imagens. Sem ambicionar prolongar

14 Apesar de reconhecer o rico potencial de uma análise das transformações de valores estéticos consolidados pelas redes sociais virtuais contemporâneas à luz das contribuições de Lukács para a temática, é necessário reconhecer os limites cabíveis à proposta aqui apresentada.

as discussões no campo da estética, é possível retomar neste ponto as implicações deste fenômeno para o âmbito das tendências alienantes do ser social.

Conforme indicou-se anteriormente, a alienação é o elemento da vida social mais decididamente centrado no indivíduo, seu objetivo é deslocar o sujeito singular do âmbito social, isolar os indivíduos para enfraquecer a classe e prevenir possíveis articulações sociais que objetivem a superação da ordem de dominação. Dentro desta perspectiva, torna-se necessário enfatizar que o Instagram, atualmente, pode ser considerado como uma das mais bem aprimoradas ferramentas do aparato capitalista para a exaltação da individualidade. As formas como os distintos sujeitos singulares tendem a interagir nesta plataforma em específico constituem-se praticamente como verdadeiras odes às pretensas particularidades da individualidade.[15] Assim, inserido na plataforma Instagram, o sujeito singular apresenta fortes tendências a isolar-se do seu âmbito social, especialmente quando se levaem consideração a totalidade da dimensão social do ser, alienando-ado mundo exterior que perpassa a concretude de sua efetiva realidade. Dentro desta questão, é forçoso indicar que:

> Também aqui repetimos que a alienação nunca deve ser considerada como um fenômeno independente ou mesmo imediato, ontologicamente central, na vida dos seres humanos. Ela cresceu, sob todas as circunstâncias a partir da estrutura econômica como um todo da respectiva sociedade, confundindo-se com ela, jamais é separável do patamar de desenvolvimento das forças produtivas, do nível das relações de produção (LUKÁCS, 2018b, p. 663).

Em outras palavras, o caráter específico que a alienação assume no Instagram relaciona-se diretamente com o atual estágio de produção da humanidade, assim como das condições materiais que caracterizam a totalidade do complexo de complexos da divisão internacional do trabalho. Assim, é justamente em decorrência dos aspectos virtuais que o trabalho pode apresentar na sociedade dos serviços e do empreendedorismo, que esta plataforma digital obtém tamanho sucesso na reprodução e aprofundamento das tendências alienantes do ser social.[16] Outro elemento do empreendedorismo, amplamente vendido e difundido na sociedade contemporânea, é o da obtenção de riquezas por meio do trabalho imaterial, a exemplo de profissões hoje denominadas como "youtubers", "instagramers", entre outros.

A partir da ascensão de inúmeros casos de sujeitos singulares que obtiveram êxito na escalada econômica e social a partir da mera veiculação de suas imagens e, por vezes, pontos de vista (por mais descompromissados com os fatos ou com a própria realidade em si) cristalizou-se em meio à sociedade civil contemporânea a valorização destes métodos imateriais de garantia da subsistência – sem que se problematize, ao menos de forma complexa, a insustentabilidade de manutenção destes setores de trabalho que não contribuem para o processo de produção e reprodução do capital em sentido concreto e que, portanto, servem apenas como ilusões fátuas, fadadas à obsolescência.

15 Em concordância com a corrente teórica que a fundamenta, esta pesquisa compartilha do reconhecimento da existência de elementos únicos que tornam os sujeitos sociais singulares, mas, ao mesmo tempo, afirma a impossibilidade de conceber um sujeito como emancipado de uma conjuntura social.Todas as características que tornaram este sujeito singular em relação aos demais foram condicionadas por elementos conjunturais de sua realidade concreta (LUKÁCS, 2018a; 2018b).

16 Conforme demonstra Antunes (2018) o trabalho assume formas muito ímpares na conjuntura contemporânea do capitalismo, especialmente quando se considera a revitalização e difusão da perspectiva de empreendedor autônomo, que adentra o campo da prestação de serviços com a falsa percepção de autogestão do próprio trabalho, submetendo-se a condições paupérrimas e retrógradas dos direitos trabalhistas.

Em grande medida, as condições para o sucesso de um perfil no território virtual do Instagram residem na exposição de um estilo de vida que representa gostos e interesses de parcelas da população, exposição esta que deve fundamentar-se em padrões irreais de beleza, riqueza e outros elementos que compõem a materialidade da vida social. Em outras palavras, as formas como a vida destes sujeitos singulares é exposta na plataforma, não condiz com a realidade efetiva na qual se encontram inseridos: estão fragmentos do cotidiano e são, assim, moldados e reformulados a partir dos interesses e anseios do sujeito singular para serem expostos ao mundo virtual como a realidade que o sujeito construiu para si no plano de idealização.

Deste modo, indica-se que o Instagram consolida-se enquanto um espaço virtual no qual os sujeitos singulares vislumbram a possibilidade de se refugiar dos problemas inerentes à sua condição de subalternidade na dinâmica da divisão do trabalho na sociedade capitalista, moldando, ficcionalmente, realidades alternativas de existência que não condizem com as condições materiais a eles impostas. Em sentido ontológico, determinado fenômeno compele o indivíduo a alienar-se cada vez mais das efetivas relações concretas da vida social, rompendo com as possibilidades de tomada de consciência de classe, o que a longo prazo viabilizaria um efetivo processo de emancipação das relações de dominação.

Isto nos leva a problematizar que "todas as manipulações econômicas, sociais e políticas dominantes tornam-se, com isso, instrumentos mais ou menos conscientes para acorrentar o ser humano a sua particularidade e, com isso, ao seu ser alienado" (LUKÁCS, 2018b, p. 700). Deste modo, estes sujeitos singulares devem ser considerados como vítimas e, ao mesmo tempo,como reprodutores desta distorcida lógica de auto resignação e de aprofundamento das tendências alienantes do ser social que prolifera e difunde-se nas plataformas digitais – com ênfase para o Instagram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como proposta problematizar as potenciais implicações ontológicas que o aprimoramento e difusão das redes sociais virtuais Facebook e Instagram exercem na vida social contemporânea. Mais especificamente, buscou-se apreender, a partir da perspectiva ontológica lukácsiana, como estas plataformas de relacionamento digitais atuam no sentido de aprofundar as tendências alienantes do ser social.

No que tange ao Facebook, indicou-se a dualidade que coexiste no espaço virtual consolidado pela plataforma. Por um lado, concretamente esta rede social vem demonstrando constituir-se enquanto local de fragmentação e isolamentos dos grupos de classe a partir de concepções concomitantes de mundo que distanciam os sujeitos singulares da totalidade da vida social, favorecendo a cristalização de posições teleológicas secundárias que se embasam nos princípios do irracionalismo ou da razão miserável e, por consequência, contribuindo para o aprofundamento das tendências alienantes do ser social. Por outro lado, apesar da problemática do direcionamento e do controle de conteúdo por algoritmos e do caráter privado da plataforma, existem pressupostos democráticos que caracterizam este espaço digital eatribuem um relativo potencial de mobilização e articulação popular a partir da unificação de pautas, o que direciona a considerar o Facebook como uma das possíveis ferramentas necessárias à incorporação para a difusão de uma concepção de mundo emancipadora das relações de dominação contemporâneas.

O Instagram, por sua vez, foi apresentado como uma das mais aperfeiçoadas ferramentas de alienação desenvolvidas pelo capitalismo. O território virtual consolidado por esta plataforma fundamenta-se em princípios de exaltação da individualidade e distorção da realidade concreta imposta aos sujeitos singulares no cotidiano da vida social. São diversos os aspectos nocivos desta

plataforma para o ser social, desde a busca por padrões irreais de beleza até o completo afastamento do sujeito singular das capacidades de apreender e enfrentar os problemas concretos de sua realidade. Inseridos nesta plataforma específica, os sujeitos singulares encontram, assim, a possibilidade de expor virtualmente um estilo de vida que não seja condizente com suas efetivas condições materiais, deturpando assim não só a sua própria realidade como, também, favorecendo a cristalização do consenso da ideologia única e da resignação do ser social às condições de dominação impostas.

Não se deve deixar de evidenciar, também, a forma como as duas plataformas da FacebookInc. são incorporadas pela lógica do mercado capitalista, sendo utilizadas como ferramentas de difusão do consumismo exacerbado, favorecendo métodos ágeis e dinâmicos para a criação de necessidades em meio aos sujeitos singulares cada vez mais distantes das efetivas demandas de subsistência do gênero humano. No âmbito da alienação, este processo contribuí ideologicamente para que os sujeitos sociais se resignem aos mais absurdos padrões de exploração da força de trabalho, desde que a remuneração possibilite saciar os desejos que se difundem.

Por fim, é necessário enfatizar que as problematizações expostas neste artigo perpassam um processo reflexivo inicial de um fenômeno recente que se transforma de modo dinâmico. Deste modo, reforça-se o caráter qualitativo das análises aqui expostas e indica-se que, muito distante de pretender esgotar as discussões sobre esta temática, o presente trabalho objetivou incitar a construção de novas pesquisas sobre estes objetos de análise que têm demonstrado grande capacidade de interferir no cotidiano da vida social contemporânea.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, vol. 37 n. 2, p. 273-289, 2018.

CARLSEN, Hjalmar A. B.; BIRKBAK, Andreas. The world of Edgerank: rethorical justifications of Facebook's news feed algorithm. **Computational Culture**, Copenhagen, vol. 5, 2016.Disponível em: https://static-curis.ku.dk/portal/files/185069826/Computational_Culture.pdf. Acesso em: 12 fev. 2021.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Comunicação**. 2ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

CHASIN. José. **O Integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hipertardio. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1978.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CUNHA, Magali. Política, mídia e religião: o ativismo progressista entre evangélicos brasileiros por meio do Facebook e do Twitter. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, vol. 39, n. 3, p. 217-244, 2017.

EISENBERG, José. Internet, Democracia e República. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 46, n. 3, p. 491-511, 2003.

FACEBOOK. **Facebook Reports First Quarter 2020 Results**. California, 2020. Disponível em: https://investor.fb.com/investor-news/press-release-details/2020/Facebook-Reports-First-Quarter-2020-Results/default.aspx. Acesso em: 15 fev. 2021.

FARIAS, Luiz A. de; CARDOSO, Ivelise; OLIVEIRA, Paulo R. N. de. Comunicação, opinião pública e os impactos da revolução digital na era da pós-verdade e Fake News. **Organicom**, São Paulo, ano 17, n. 34, p. 71-81, 2020.

HANSEN, Jaqueline R; FERREIRA, Maria A. S. Da polarização à busca pelo equilíbrio: as relações entre internet e participação política. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, vol. 9, n. 1, p. 5-20, 2018.

KALSNES. Bente. Fake News. *In:* **Oxford Research Encyclopedia of Communication**, Oxford, p. 01-24, set. 2018.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LESSA, Sérgio. Nota da Tradução. *In:* LUKÁCS, Georg. **Aparato Crítico 2018**: obras de Georg Lukács volumes 13 e 14. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

LIMA, Francisco Renato. *Fake news* **e campanhas de vacinação**: a experiência com projetos de intervenção pedagógica na Educação Básica. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019

LOVATTO, Angélica. **Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960**: um projeto de revolução brasileira. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista**: sobre a particularidade como categoria estética. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. **Prolegômenos e Para a ontologia do ser social**. Volume 13. Maceió: Coletivo Veredas, 2018a.

_____. **Para a ontologia do ser social**. volume 14. Maceió: Coletivo Veredas, 2018b.

_____. **A destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã e seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O Capital**: Livro I. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

PARISER, Eli. **O filtro Invisível**: O que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SAMPAIO, Rafael C. Participação política e os potenciais democráticos da internet. **Revista Debates**, Porto Alegre, vol. 4, n. 1, p. 29-53, 2010.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Polity Press: Cambridge, 2017.

VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. **Verinotio revista online**, Belo Horizonte, n. 12, ano VI, p. 40-64, outubro de 2010.

A TERCEIRIZAÇÃO NA UFGD EM TEMPOS DE PANDEMIA DO SARS-COV-2

Recebido em 31/03/2021, aprovado em 13/05/ 2021
10.30612/mvt.v8i14.15020
João Gustavo Jara Russo[1]
Vinicius Farias de Souza[2]

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo abordar a terceirização na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), especificamente em tempos de pandemia do Sars-CoV-2 (COVID-19) no intuito de dar visibilidade à questão e aos trabalhadores terceirizados. Há um quadro de tendência global em que a terceirização no mundo do trabalho se apresenta como reflexo da implementação de políticas neoliberais, resultando em negação e perda de direitos laborais, fragmentação da classe trabalhadora, degradação do trabalho, desvalorização, desrespeito, invisibilidade e exclusão do trabalhador terceirizado. O referencial teórico metodológico utilizado será o da sociologia do trabalho, a partir de uma revisão bibliográfica com natureza exploratória, não objetivando esgotar a temática (considerando que o enfrentamento à pandemia não se findou), com enfoque na situação da terceirização anteriormente à pandemia, bem como através da técnica de pesquisa da análise documental de documentos públicos emitidos pela UFGD na atualidade pandêmica sobre a questão. A princípio será apresentado um breve panorama da terceirização na Administração Pública brasileira, bem como a posição da UFGD neste cenário, utilizando dados coletados de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia que analisou o processo de terceirização na instituição de ensino. Em um segundo momento, será abordada, através da análise de documentos públicos institucionais, os aspectos que implicam na conjuntura da terceirização na instituição durante a pandemia. Os resultados demonstram o reforço da questão da precarização do trabalho por diversos aspectos, dentre os quais a invisibilidade e exclusão do trabalhador terceirizado do quadro da comunidade acadêmica.

Palavras-chave: Terceirização. Precarização. Pandemia.

OUTSOURCING AT UFGD IN PANDEMIC TIMES OF SARS-COV-2

ABSTRACT: This article aims to address outsourcing at the Federal University of Grande Dourados (UFGD), specifically during the Sars-CoV-2 (COVID-19) pandemic, in order to turn visible the

1 Mestre pelo programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) (2019). Especialista em Direito e Processo do Trabalho pelo Damásio Educacional (2016). Graduado em Direito pelo Centro Universitário da Grande Dourados (2013). Advogado (2014). Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9005-6475. Email: (joao.gustavo_jr@hotmail.com).

2 Graduado em Direito pela Universidade Federal da Grande Dourados (2014). Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal da Grande Dourados (2016). Mestrando pelo programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (2020). E-mail: souza.viniciusf@gmail.com

issue of outsourcing and outsourced workers. The global tendency of labor outsourcing is a reflection of the implementation of neoliberal policies resulting in denial and loss of labor rights, fragmentation of the working class, degradation of work, devaluation, disrespect, invisibility and exclusion of outsourced workers. The theoretical and methodological framework is based on a bibliographic review of sociology of labor and exploratory investigation, focusing on the situation of outsourcing prior to the pandemic and a research technique of documentary analysis of public documents issued by UFGD in the current pandemic. It's worth mentioning that the article does not present a definitive overview of this issue, as the confrontation with the pandemic has not yet ended. At first, a brief overview of outsourcing in the Brazilian Public Administration will be presented, as well as UFGD's position in this scenario, based on data from a master's research carried out in the Postgraduate Program in Sociology that analyzed the outsourcing process in the educational institution. In a second moment, the aspects that imply the situation of outsourcing in the institution during the pandemic will be addressed, through the analysis of institutional public documents. Our results show the reinforcement of precarious work, due to several aspects, as invisibility and exclusion of the outsourced worker in the academic community.

KEYWORDS: Outsourcing. Precarious Work. Pandemic.

TERCERIZACIÓN EN UFGD EN TIEMPOS DE PANDEMIA DE SARS-COV-2

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo abordar la subcontratación en la Universidad Federal de Grande Dourados (UFGD), específicamente en tiempos de la pandemia Sars-CoV-2 (COVID-19), con el fin de dar visibilidad al tema de la subcontratación y a los trabajadores subcontratados, considerando un marco existente de tendencia global que la subcontratación en el mundo del trabajo es un reflejo de la implementación de políticas neoliberales, resultando en la negación y pérdida de los derechos laborales, fragmentación de la clase trabajadora, degradación del trabajo, devaluación, falta de respeto, invisibilidad y exclusión de trabajadores subcontratados. El marco teórico y metodológico utilizado será el de la sociología del trabajo, a partir de una revisión bibliográfica de carácter exploratorio, no con el objetivo de agotar el tema, considerando que el enfrentamiento con la pandemia no ha terminado, centrándose en la situación de la subcontratación previa a la pandemia, así como a través de la técnica de investigación de análisis documental de documentos públicos emitidos por la institución UFGD en la actual pandemia. En un primer momento, se presentará un breve panorama de la subcontratación en la Administración Pública Brasileña, así como la posición de la UFGD en este escenario, utilizando datos recopilados de una investigación de maestría realizada en el Programa de Posgrado en Sociología que analizó el proceso de subcontratación en el institución educativa. En un segundo paso, se abordarán, a través del análisis de documentos públicos institucionales, los aspectos que implican en la coyuntura de la subcontratación en la institución durante la pandemia, y el reforzamiento del tema de la precariedad del trabajo, por varios aspectos, entre ellos, la invisibilidad y exclusión del trabajador subcontratado en la comunidad académica.

Palavras Clave: Tercerización. Trabajo Precario. Pandemia.

A REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA: NEOLIBERALISMO E A TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

A configuração adotada pelo mundo do trabalho, nas últimas décadas, pós-crise do Fordismo, nos traz efeitos postos pelo neoliberalismo que, aqui, vamos tratar como um conjunto de ideias

e políticas públicas, conforme expõe Filgueiras (2021), em uma reestruturação produtiva e de flexibilização das relações de trabalho. Ricardo Antunes (2000, p. 35) nos ensina que esses efeitos de caráter destrutivo são "entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza". Neste, particular Antunes (2000, p. 35) ainda refere que a lógica que conduz essa marcha é "prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada"e, neste patamar, "entre tantas destruições de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há também, em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que encontra-se hoje na condição de *precarizada* ou *excluída*" (ANTUNES, 2000, p. 37-38).

Vale lembrar que o contexto referido do capitalismo contemporâneo é de uma crise estrutural, com sua lógica destrutiva cada vez mais evidente. Antunes (2000) resume as tendências que surgem neste contexto de crise estrutural do capital, a saber: a substituição do padrão produtivo taylorista e fordista por formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas; o modelo de Estado de bem estar social presente nos países centrais que vem sendo derrubado pela desregulação neoliberal, privatizante e anti-social. O autor nos expõe, ainda, que esse ideário neoliberal foi primeiramente implementado pelos países centrais e, logo após, os países subordinados foram contemplados, em específico com a agenda de reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento estatal, políticas fiscais e monetárias em sintonia com órgãos mundiais de hegemonia do capital, como o Fundo Monetário Internacional (FMI): "com a enorme expansão do neoliberalismo a partir de fins de 70 e a consequente crise do *welfare state*, deu-se um processo de regressão da própria social-democracia, que passou a atuar de maneira muito próxima da agenda neoliberal" (ANTUNES, 2000, p. 40). A viabilização da terceirização como forma de contratação no Brasil foi estabelecida neste panorama, segundo Krein (2007), no contexto de uma crise econômica, abertura comercial e financeira com a valorização cambial, redefinição do papel do Estado, reestruturação e opção política pelo neoliberalismo.

O Brasil, no início da década de 1990, passava por diversas incertezas político-econômicas como a recente redemocratização do país após um conturbado período de Ditadura Empresarial-Militar, com cenário econômico desfavorável e o impeachment do Presidente Collor. Carinhato (2008) descreve o momento que o Brasil passava, no início da década de 1990, como a sintetização de desafios e contradições centrados em um regime de altíssima inflação e incertezas quanto à condução política que seria tomada para uma nova tentativa de arrefecimento desse fenômeno econômico. Durante o mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, eleito com forte discurso de viés neoliberal, de redução da máquina estatal e de reforma do Estado, foi emitido o Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, que dispôs sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, se possibilitou que as chamadas atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem a área de competência legal do órgão ou entidade (as chamadas "atividades-meio") fossem objeto de execução indireta. O mesmo texto normativo trazia ainda as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações como atividades a serem preferencialmente exercidas por meio de terceirização.

Não tardou a serem extintos diversos cargos na esfera pública federal, em específico aqueles definidos como os de "nível C", cuja escolaridade mínima para o cargo era o ensino fundamental

completo. A Lei nº 9.632/1998, que dispôs sobre a extinção de cargos na Administração Pública Federal, extinguiu os cargos de apoio operacional, como auxiliar de serviços gerais, eletricista, pedreiro, encanador, marceneiro, pintor, serralheiro, entre outros. A esses cargos eram atribuídas as funções, em nível federal, de asseio, conservação, limpeza, vigilância, ou seja, aquelas mesmas que constavam no Decreto nº 2.271. O resultado foi a impossibilidade de realização de novos concursos públicos para provimento destes cargos, não restando alternativa senão a contratação de empresa privada "especializada", terceirizando a atividade para a devida continuidade desses serviços. Com a eventual vacância de cargos anteriormente providos por concurso e extintos pelas medidas supracitadas, ocasionados por diversos fatores como aposentadoria, exoneração, demissão ou óbito dos servidores públicos que ocupavam essas funções, restou como alterativa às instituições públicas unicamente a possibilidade de fazer uso da terceirização no intuito de garantir a manutenção de seus serviços relativos às funções de motorista, de limpeza, de jardinagem, de copa e de recepção, de portaria e de vigilância, por exemplo.

No contexto da aprovação da Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017 – a chamada "Lei da Terceirização" – foram ampliadas as possibilidades legais de terceirização até mesmo às atividades-fim. O Decreto nº 2.271 foi revogado, entrando em vigência o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispôs sobre a execução indireta, mediante contratação de serviços, de atividades pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional, bem como pelas empresas públicas e pelas sociedades de economia mista controladas pela União. O texto normativo em questão amplia as funções que podem ser objeto de terceirização, incluindo as atividades-fim. Cabe destacar, ainda, que a discussão sobre a inconstitucionalidade da utilização da terceirização pela Administração Pública ainda não é tema pacificado nas áreas do Direito Constitucional, do Direito Administrativo e do Direito do Trabalho. De modo geral, neste contexto, Antunes (2000, p. 38) categoricamente coloca que:

> É preciso que se diga de forma clara: desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo "mundo empresarial", são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extinguí-lo.

Por todo o exposto, temos que a terceirização nasceu no bojo de crises do capital que buscava reestruturar seu modo de produção, flexibilizando as relações de trabalho num cenário de ideias e políticas públicas do neoliberalismo. Portanto, a relação entre terceirização e neoliberalismos é umbilical.

A TERCEIRIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

À priori, cabe aqui destacar que a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) foi instituída pelo desmembramento da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e pela emancipação do Centro Universitário de Dourados da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (CEUD-UFMS), através da Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005. Desde

então, a UFGD tem se consolidado enquanto instituição de ensino superior na região. Sua expansão é intrinsecamente ligada à sua inclusão no Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), no ano de 2007. Com o REUNI, foi possível a ampliação da oferta de vagas, criação de novos cursos e aumento do número de servidores docentes e técnicos administrativos. Como resultado desse crescimento, houve ainda o aumento das demandas das atividades de asseio e conservação da infraestrutura, de modo que se permita que o público possa utilizar as dependências institucionais de forma efetiva e segura para que desenvolvam as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas.

Enquanto pessoa de direito público e como parte da Administração Pública indireta, a UFGD está sob o crivo do Decreto nº 9.507/2018, sendo, portanto, obrigada a terceirizar os serviços que fujam de seu objeto finalístico desde a sua criação. Os contratos de prestação de serviços terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra na UFGD são referentes à prestação dos serviços de limpeza e conservação; jardinagem e roçada; copa e recepção; vigilância patrimonial; portaria; motoristas; manutenção elétrica; manutenção predial (RUSSO, 2019).[3] Tais atividades estão, conforme o organograma do órgão, sob o planejamento, a fiscalização e a gestão da Prefeitura Universitária (PU-UFGD). Havia, ainda,na instituição, a execução dos serviços terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra sob a responsabilidade da Divisão de Eventos (especialistas em equipamentos de sonorização) e trabalhadores do campo (trabalhadores de apoio rural) na Fazenda Experimental de Ciências Agrárias (FAECA-UFGD) que não estão sob a responsabilidade da PU-UFGD, mas que também são executadas por trabalhadores terceirizados.

Russo (2019) descreve o patamar que se encontrava a terceirização na instituição de ensino superior, observada no primeiro momento deste artigo. Essa marcha acompanha a tendência mundial da mercantilização e privatização do ensino superior, de acordo com o autor, em um contexto mundial de crises nas instituições de ensino superior e no cenário de reestruturação produtiva do capital através da implementação de políticas neoliberais. O reflexo se traduz em negação e perda de direitos laborais (como férias, benefícios do Instituto Nacional de Seguro Social/INSS e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço/FGTS e etc.), fragmentação da classe trabalhadora, degradação do trabalho nas universidades, desvalorização, desrespeito, invisibilidade e exclusão do trabalhador terceirizado da comunidade acadêmica. Há disparidade entre o relatório da UFGD e a pesquisa de Russo (2019): enquanto o estudo apontou cerca de 239 trabalhadores exercendo suas funções no *campus II,* em atividades de apoio da Prefeitura Universitária, no Relatório de Gestão 2018 da UFGD mais de trezentos "colaboradores" terceirizados trabalham em todos os *campi*.

> Para desempenhar suas atividades adequadamente, a UFGD necessita contratar empresas prestadoras dos serviços de vigilância, higienização e limpeza, portaria, copeiragem, motorista, auxiliar rural entre outros, o que **leva a instituição a ter um total de mais de trezentos colaboradores terceirizados** (UFGD, 2019, p. 24, grifo nosso).

Apesar de serem "mais de trezentos colaboradores terceirizados", não há, nas bases normativas da instituição, menção a tal grupo. No artigo 58 de seu Estatuto, a UFGD estabelece, em rol taxativo, a composição da Comunidade Universitária: docentes, discentes e servidores técnico-administrativos:

3 Essas conclusões constam na pesquisa de mestrado intitulada *Processo de Terceirização na Universidade Federal da Grande Dourados Unidade II: Um Estudo de Caso*, concluída em Maio de 2019, de João Gustavo Jara Russo realizada âmbito no Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

"Art. 58. A Comunidade Universitária será constituída pelos professores, estudantes e servidores técnico-administrativos, diversificados em suas atribuições e unificados em seus objetivos" (UFGD, 2012, p. 18).No mesmo sentido, o Regimento Geral da UFGD, enumera exaustivamentenos três capítulos do Título XI, "Da Comunidade Acadêmica": (I) Corpo Docente; (II) Corpo Técnico-administrativo; (III) Corpo Discente. O trabalhador terceirizado, embora presente em todos os meios da instituição, não faz parte de sua comunidade acadêmica regimentalmente definida: é invisibilizado. A terceirização é, de modo geral, sinônimo de precarização do trabalho. Ainda que a Academia se proponha como ambiente plural e democrático, apenas parte dos que a frequentam usufruem de suas benesses, quais sejam, alunos, técnicos e professores.O quadro de empregados terceirizados está à margem do que formalmente se estabelece no regimento da instituição como sendo a comunidade acadêmica:

> A defesa da terceirização pelas empresas e a ofensiva do empresariadobrasileiro pela sua desregulamentação sustentam-se no discurso da modernização organizacional, da especialização e focalização, e da criação de empregos, negando que ela traz precarização e, quando admitida, é justificada pelas "más empresas" ou "maus empresários", não se configurando como regra geral. Trata-se de um discurso que não se sustenta diante das evidências e das realidadesdo trabalho terceirizado pesquisadas (DRUCK; FILGUEIRAS, 2014, p. 110).

Nota-se que a terceirização, diferentemente do discurso defendido pelo empresariado (forma de modernização organizacional, especialização e fonte de empregos), não prospera. Pelo contrário, não há a mínima estabilidade no emprego para o terceirizado que tem, constantemente, seus direitos básicos negados e depredados, seja pela empresa prestadora de serviço, seja pelo que se dispõe em lei específica sobre a temática:

> Nos anos 2000, mesmo com a mudança da conjuntura econômica internacional e a retomada do crescimento, em uma conjuntura favorável às empresas de todos os setores, a terceirização continua crescendo, atingindo também o setor público, numa clara demonstração de que não se trata de uma estratégia empresarial de resposta a uma conjuntura de crise (DRUCK; FILGUEIRAS, 2014, p. 109).

A precarização a que o trabalhador terceirizado é acometido é um tema fulcral para a sociologia do trabalho. Conforme nos ensina Antunes (2018, p. 157),

> Em todas as dimensões e modalidades de precarização do trabalho no Brasil, conforme classificação de Franco e Druck, a terceirização está presente como fenômeno central. Assim, quando se examina a dimensão 'mercado de trabalho', isto é, as formas de mercantilização da força de trabalho, encontra-se uma condição de heterogeneidade e segmentação, marcada por uma vulnerabilidade estrutural que se reconfigura, com formas de inserção (contratos) precárias, sem proteção social, com salários mais baixos, presentes na terceirização de forma exemplar e cujo crescimento exponencial pode ser observado em diferentes segmentos da classe trabalhadora.

Ademais, o autor destaca que os trabalhadores terceirizados percebem remuneração inferior aos trabalhadores não terceirizados, possuem maior jornada de trabalho, tem maior instabilidade em relação ao vínculo de trabalho e gozam de menos direitos do que os trabalhadores que possuem a

relação clássica e bilateral de contratação, sendo os que mais morrem e se acidentam na execução de suas atividades laborais. Essas vulnerabilidades são fruto justamente dessa condição mais precária de trabalho (ANTUNES, 2018).

Neste contexto, a UFGD, enquanto instituição federal de ensino superior criada com o intuito de promover democraticamente a educação e os princípios de cidadania, ao utilizar mão de obra terceirizada, reproduz, institucional e paradoxalmente, a lógica do capital de cortar custos financeiros às custas do trabalhador, trabalhador este que também é um cidadão e contribuinte brasileiro.

A disseminação da terceirização, nos moldes relatados, se mostra uma verdadeira epidemia no mundo do trabalho, com seu crescimento descontrolado tanto nos setores públicos quanto privados. Druck e Filgueiras (2014) em artigo chamado corroboram com este entendimento no livro *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III*. Crescendo de modo descontrolado, a terceirização tem se alastrado pelo mundo do trabalho de modo epidêmico, em concomitância com a pandemia do Sars-coV-2. Os trabalhadores terceirizados enfrentam em dose dupla as epidemias que dificultam ainda mais sua vida. Percebe-se que uma epidemia (a da terceirização), de cunho laboral, afeta os trabalhadores no sentido de precarização do trabalho e a pandemia do novo coronavírus os prejudica ainda mais, em uma condição constante de precarização sanitária. Com efeito, o trabalhador terceirizado é um dos que mais sofrem em decorrência da pandemia sanitária do Sars-coV-2, conforme nos diz Druck em entrevista para a EPSJC/Fiocruz (2020, *online*):

> Embora não se tenha estatísticas oficiais sobre terceirizados no país, pesquisas mostram que eles estão em sua imensa maioria na área de serviços. E, portanto, fazem parte dos setores mais atingidos pela pandemia. Inúmeros estudos qualitativos indicam que, diante de qualquer crise econômica, os primeiros a serem penalizados são os mais vulneráveis e, dentre esses, estão os terceirizados. No caso dos serviços públicos, por exemplo, cada corte de recursos do governo implica a redução das despesas de custeio, o que tem levado à demissão de terceirizados.

A pandemia trouxe complicações e desrespeito ainda maiores que reforçam a precarização do trabalho já existente no Brasil. Na UFGD, tem-se uma realidade que não é diferente. Em especial, ao desrespeito às normas de saúde no trabalho e de biossegurança, peculiares da pandemia do Sars-coV-2. Evidencia Druck (2020, *online*), em entrevista para a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, publicada no sítio eletrônico Outras Palavras:

> Entre os trabalhadores que permaneceram trabalhando em atividades consideradas essenciais na pandemia, uma grande parte é de terceirizados. São enfermeiros, técnicos em enfermagem e médicos nos hospitais e UPAs [Unidades de Pronto Atendimento]; **nos serviços de limpeza, recepção e segurança nas universidades**, escolas, bancos, hospitais e outros. Uma gama de serviços que não pode parar, cujos trabalhadores estão expostos à contaminação diariamente, sem proteção suficiente, já que muitas das empresas que os contratam não oferecem condições seguras de trabalho. Muitos já foram contaminados, parte sobreviveu, outros morreram, ou estão adoecidos pelas jornadas excessivas e pela tensão permanente (grifo nosso).

Há, portanto, dois fenômenos (terceirização e pandemia da corona vírus) que, em concomitância, aumentam a vulnerabilidade do terceirizado, tornando ainda mais oportuna a exploração do seu trabalho pelo capital, deixando um ambiente propício para a incidência de prejuízo e corrosão da classe, resultando na famigerada precarização do trabalho.

A CONTÍNUA INVISIBILIDADE E EXCLUSÃO DO TRABALHADOR TERCEIRIZADO DA COMUNIDADE ACADÊMICA EM MEIO À PANDEMIA

Cabe contextualizar que, em 11 de março de 2020, o diretor-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) Tedros Adhanom declarou que a organização elevou o estado de contaminação à pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). O anúncio se deu em razão de haver mais de 115 países com casos declarados de infecção. O Ministro da Saúde à época, Luiz Henrique Mandetta, declarou inicialmente que tal fato não alteraria as medidas no Brasil, que realizaria o monitoramento das áreas atingidas e a adoção dos protocolos até então anunciados. Na data, já haviam 52 casos confirmados de infecção pelo Sars-Cov-2 no país. Não havia, ainda, contaminados no Mato Grosso do Sul (AGÊNCIA BRASIL, 2020). Em 12 de Março de 2020, foi instituído na UFGD o Comitê Operativo de Emergência (COE/UFGD), cujo objetivo era deliberar sobre ações da instituição no combate à propagação da pandemia. Suas resoluções têm sido divulgadas à comunidade acadêmica por meio de atas de reuniões, disponibilizadas no sítio eletrônico da instituição. Tais atas serão objeto de análise do estudo, constituindo-se documentos de fonte primária.

O bloco documental formado através de documentação oficial expedida pela própria UFGD, em seu sítio oficial, por meio das atas do Comitê Operativo de Emergência e no Boletim de Serviços demonstram a resposta institucional da UFGD frente a pandemia até o momento, recebendo enfoque no trabalhador terceirizado. Ao se enumerar o bloco dos arquivos documentais a serem estudados, mister se faz a elaboração de um inventário exaustivo, bem como uma seleção criteriosa da informação disponibilizada (CELLARD, 2008, p. 298). Para efeitos de análise, serão considerados os documentos emitidos de março de 2020, início da pandemia, até fevereiro de 2021. Foram realizadas, até a elaboração deste artigo, cinquenta e três reuniões do COE, sendo a última realizada ao 5º dia de fevereiro de 2021.

Em 12 de março de 2020, a UFGD designou o Comitê Operativo de Emergência (COE/UFGD), conforme a Portaria n.º 190 de 12 de março de 2020 da Reitoria/UFGD em atendimento à Portaria MEC n.º 329 de 11 de março de 2020 (UFGD, 2020a). Destaca-se que o referido Comitê foi composto somente pela alta gestão da instituição, todos com cargos de livre nomeação pela reitoria, sem a participação de membros representantes das categorias sindicais administrativa, docente, discente ou dos trabalhadores terceirizados. O Comitê foi formado, então, pela Reitora Pro Tempore, Vice Reitor Pro Tempore, Pró-reitores[4], Chefe de Gabinete, Prefeito Universitário, Ouvidor, Relações Públicas, Assessora de Comunicação Social e Relações Públicas, Diretor Geral Pro Tempore Do Hospital Universitário, Chefe da Unidade de Suporte às Urgências (USU) e Coordenadora de Desenvolvimento e Assistência ao Servidor. Quaisquer questões relativas aos trabalhadores terceirizados caberiam, neste comitê, à princípio, somente à "representação" dada pelo Prefeito Universitário.

A primeira reunião do COE/UFGD se deu em 13 de março de 2020, sendo deliberada a suspensão de viagens de servidores e discentes, de eventos, reuniões e a elaboração de planos para possível trabalho à distância para os servidores, com o evidente intuito de evitar a contaminação entre trabalhadores administrativos e docentes (ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DO COE/UFGD, 2020b). Não há menção às atividades dos trabalhadores terceirizados. A primeira citação aos terceirizados veio somente na 3ª r**eunião do Comitê Operativo de Emergência, em** 17 de março de 2020, e, após debate, deliberou ser:

4 Pró-reitora de Gestão de Pessoas (PROGESP), Pró-Reitora de Avaliação Institucional e Planejamento (PROAP), Pró-Reitora de Extensão e Cultura (PROEX), Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROAE), Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa/PROPP, Pró-Reitor de Administração/PRAD, Pró-Reitora de Ensino de Graduação/PROE

> desnecessária a publicação de Instrução Normativa pela PRAD a respeito dos procedimentos direcionados aos terceirizados devido as Recomendações referentes ao COVID-19 sobre Contratos de prestação de serviços terceirizados, postado no Portal de Compras do Governo Federal, publicadas em 16 de março de 2020 (ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DO COE/UFGD, 2020b).

Sublinha-se que, na mesma reunião, foi deliberada a suspensão do calendário acadêmico por 30 (trinta) dias, com possibilidade de prorrogação, com o objetivo de prevenir o contágio entre discentes e docentes. No dia 21 de março de 2020, a Prefeitura Universitária (PU), publicou no Boletim de Serviços n. 4.024, a Instrução Normativa (IN) nº 1 de 20 de março de 2020 (UFGD, 2020c). Na referida instrução, houve a determinação de que os "colaboradores" terceirizados pertencentes ao chamado "grupo de risco" deveriam ser colocados preventivamente em quarentena domiciliar, atendendo às portarias vigentes, podendo ser convocados presencialmente para atuar em acaso de incidente ou atividade caso fosse necessário (IN nº 1, de 20/03/2020, PU/UFGD). O sítio oficial da UFGD, em 24 de março de 2020, repercutiu a referida IN nº 1/2020, com ênfase na execução das atividades de limpeza, que passou a realizar a desinfecção sanitária dos ambientes possivelmente contaminados:

> Um dos serviços terceirizados que tem mais visibilidade e trânsito entre a comunidade acadêmica é o de limpeza. Conforme a IN, essas atividades terão turnos flexibilizados e serão feitas em forma de plantão. A limpeza interna dos blocos será realizada em todas as salas e, posteriormente, as mesmas serão devidamente trancadas. Caso alguma atividade administrativa ou de pesquisa seja realizada em algum recinto, quem a fizer deverá comunicar aos vigilantes, para que as equipes plantonistas possam executar a limpeza nos referidos ambientes. O procedimento de aviso deverá ser feito mesmo que o usuário permanecer no recinto por alguns instantes, visando manter os prédios desinfetados. Já a higienização externa dos setores será realizada em escala, podendo ocorrer em dias alternados (UFGD, 2020d).

Em 25 de março de 2020, em seu sítio oficial, a UFGD apresentou um panorama com as novas rotinas na execução das atividades, pormenorizando as atividades do COE/UFGD. Dentre essas novas rotinas, foram incluídas suspensão do calendário acadêmico, realização de bancas examinadoras de qualificação e de defesa de mestrado e de doutorado por videoconferência, cancelamento e adiamento de eventos presenciais, suspensão do atendimento da Biblioteca e adoção do modelo de teletrabalho, "[...] pelo qual os servidores permanecem em suas casas e continuam cumprindo suas cargas horárias e atribuições, a distância" (UFGD, 2020e, *online*). Mantiveram-se em atendimento presencial apenas as funções consideradas essenciais, como Serviço de Protocolo, Almoxarifado e Patrimônio. Atendimento ao público em geral e assistência estudantil deveriam ser feito por via remota. Foram suspensos, ainda, os serviços de Restaurante Universitário e Brinquedoteca, de cursos e eventos de extensão e cultura, de convocações para concursos, vestibulares e outros processos seletivos. Foram estabelecidas novas rotinas de trabalho dos trabalhadores terceirizados, com destaque ao protocolo de contato e identificação obrigatórios com o vigilante no campus II e a desinfecção de ambientes realizada pelos trabalhadores terceirizados da limpeza. Por fim, a instituição menciona

medidas informativas que estariam sendo repassadas aos trabalhadores terceirizados, porémsem aprofundá-las:

> Todos os trabalhadores estão recebendo diariamente as orientações repassadas pelas autoridades de saúde sobre como protegerem a si e a outras pessoas contra o contágio. A UFGD também está em diálogo com os representantes das empresas terceirizadas para encontrar as melhores maneiras de atenuar os efeitos da pandemia (UFGD, 2020e, *online*).

Cabe destacar aqui que o teletrabalho, também comumente chamado de *home office*, é objeto de estudos na área da sociologia do trabalho e, em específico, na forma como foi viabilizado aos servidores da instituição, apresenta aspectos a serem analisados em estudos posteriores quanto à precarização da atividade laboral, como a utilização de telefones pessoais, o aumento da jornada, o estabelecimento de metas individualizadas e até mesmo o custeio dos meios de trabalho como energia elétrica, conexão à Internet e telefone."Cada servidor tem um plano de trabalho definido com metas individuais e deverá estar inteiramente à disposição da administração da UFGD durante todo o horário de sua jornada regular, inclusive com seus telefones pessoais em atividade" (UFGD, 2020e). Destaca-se, no entanto, que há evidente preocupação institucional quanto à questão sanitária em relação aos membros de sua comunidade acadêmica, a qual não é composta pelos trabalhadores terceirizados.

A próxima menção aos trabalhadores terceirizados se deu somente na vigésima oitava reunião do COE/UFGD, realizada em 16 de abril de 2020, sendo um dos itens de pauta a retomada do pagamento do auxílio-alimentação aos trabalhadores terceirizados da UFGD, que havia sido suspenso em atenção às Recomendações no Portal de Compras do Governo Federal. Foi deliberado que:

> Com a publicação de novas orientações do Ministério da Economia e dada à situação atual de calamidade, que seja mantido o auxílio-alimentação durante o período de suspensão. Proposta posta em votação, sendo aprovada a retomada do pagamento do auxílio-alimentação aos trabalhadores terceirizados da UFGD (ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DO COE/UFGD, 2020b, *online*).

No mesmo dia, foi publicada "Nota sobre a prestação de serviços terceirizados durante a pandemia de COVID-19" no sítio oficial da instituição, reiterando as medidas já anunciadas na IN nº 01/2020-PU/UFGD, informando que as empresas prestadoras de serviços foram notificadas a proceder campanha interna de conscientização sobre os riscos e as medidas de prevenção ao COVID-19 e vedando"o desconto de salário referente a faltas decorrentes da situação de calamidade atual, na forma do art. 3º da Lei nº 13.979/2020". A Nota salienta que:

> As empresas prestadores de serviços foram notificadas a proceder campanha interna de conscientização dos riscos e das medidas de prevenção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), observadas as informações e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde (UFGD, 2020f, *online*).

A nota reiterou as recomendações constantes no Portal de Compras do Governo Federal, que deu discricionariedade para a manutenção do repasse do pagamento de auxílio-alimentação para

as empresas que manifestem o interesse em manter tal benefício, o que motivou a deliberação do COE/UFGD:

> Adicionalmente, tendo em vista discricionariedade recentemente conferida pelo documento *Recomendações COVID-19 - Contratos de prestação de serviços terceirizados*, a UFGD informa que manterá o pagamento da rubrica de vale-alimentação para a empresa que optar por manter o pagamento do benefício ao trabalhador afastado devido à COVID-19 (UFGD, 2020f, *online*).

A última menção aos trabalhadores terceirizados nas atas do COE/UFGD se deu na q**uadragésima segunda reunião do COE/UFGD, de**5 de junho de 2020, momento no qual foi "determinado que a equipe da Unidade de Suporte à Urgência da UFGD (USU/UFGD) providencie orientações e acompanhamentos com o pessoal da Prefeitura Universitária, servidores e terceirizados que realizam trabalho presencial". Não há menções posteriores sobre como se deu tal orientação e acompanhamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que fechamos este artigo, a questão da pandemia no Brasil ainda está em aberto. A análise do bloco documental apresenta evidencias no sentido de que o trabalhador terceirizado está sendo reiteradamente excluído das políticas institucionais tomadas para a prevenção de infecção e de contágio pelo novo coronavírus. Ressalva-se, todavia, que o bloco documental ora disponível pode não ter analisado todos os documentos internos indisponíveis no sítio oficial do órgão, como trocas de e-mails entre servidores ou memorandos. O COE/UFGD, órgão excepcional criado para "gerenciar questões inerentes a assuntos sensíveis de repercussão nacional, no âmbito da UFGD"(UFGD, 2020a), em específico, a pandemia, não possui representantes de discentes, de servidores docentes ou de servidores administrativos e tampouco possui representantes dos sindicatos dos trabalhadores terceirizados que desempenham suas funções na Universidade.

Apesar de afastar da execução das atividades os profissionais pertencentes aos chamados "grupos de risco", a instituição estabelece protocolos como o de acesso ao campus II, que torna obrigatório o contato com os vigilantes patrimoniais, por exemplo, deixando-os expostos à contaminação. Outro protocolo que merece destaque é o de que caso haja quaisquer atividades administrativas ou de pesquisa realizadas em algum ambiente, quem realizou esta atividade deverá comunicar aos vigilantes, expondo-os, para que a equipe de trabalhadores da limpeza possa realizar a limpeza do ambiente: "O procedimento de aviso deverá ser feito mesmo que o usuário permanecer no recinto por alguns instantes, visando manter os prédios desinfetados" (UFGD, 2020e), diz a normativa, demonstrando preocupações maiores com a desinfecção do ambiente imobiliário do que do profissional terceirizado que terá contato com a área possivelmente contaminada.

Destaca-se ainda que a UFGD somente tomou determinados posicionamentos, como o afastamento da execução das atividades presenciais aqueles pertencentes aos grupos de risco ou a manutenção do repasse do auxílio-alimentação do trabalhador terceirizado para a empresa que optar por fazê-lo, após recomendações de órgãos superiores, como as Recomendações do Portal de Compras Governamentais do Governo Federal ou determinações do Ministério da Economia. Esse posicionamento institucional, apesar de legal, demonstra como é frágil a posição do trabalhador terceirizado em relação à instituição em que executa suas funções.

Com o recrudescimento da pandemia e o surgimento de novas variantes, bem como a

intensificação das medidas de austeridade propostas pela agenda neoliberal do governo federal, o panorama que se apresenta no horizonte não é animador. A Lei do Orçamento Anual (LOA), ainda não foi aprovada até o encerramento deste artigo, e já conta três meses de atraso de seu prazo regulamentar. Considerando a tendência de cortesno orçamento tanto do Ministério da Educação quanto no orçamento da UFGD, tendência esta manifesta há anos, pode haver dificuldades para que os órgãos públicos mantenham suas despesas não-obrigatórias, dentre os quais figuram os contratos de prestação de serviços terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, aumentando ainda mais a precarização do trabalho e gerando mais insegurança para o trabalhador terceirizado.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo.Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. *In:* GENTILI, Pabelo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **La Ciudadania Negada**. Políticas de Exclusión em la Educación y el Trabajo. Buenos Aires: CLACSO, 2000. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf. Acesso em: 17 mai. 2021. p. 35-48.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 - Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Brasília, 7 jul 1997. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2271.htm>. Acesso em: 27 jul. 2019.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Congresso Nacional. Lei nº 9.632, 7 de maio de 1998 - Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. Brasília, 7 mai 1998. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9632.htm>. Acesso em: 27 jul. 2019.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília, 31 de março de 2017. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm>. Acesso em 27 jul. 2020.

_____; Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018. Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Brasília, 21 de setembro de 2018. Disponível em <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/42013574/do1-2018-09-24-decreto-n-9-507-de-21-de-setembro-de-2018-42013422>. Acesso em 27 jul. 2020.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, Reforma do Estado e Políticas Sociais nas Últimas décadas do Século XX no Brasil. **Aurora**, *[s.l.],* ano II, n. 3, 2008.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean. **A Pesquisa Qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 295-316.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Vitor. A Epidemia da Terceirização e a Responsabilidade do STF. **Rev. TST**, Brasília, vol. 80, no 3, jul/set 2014.

DRUCK, Graça; ANTUNES, Ricardo. A Epidemia da Terceirização. *In:* ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III.** São Paulo: Editora Boitempo, 2014. p. 13-24.

DRUCK, Graça. Hora de examinar a fundo a terceirização. Entrevistadora: Viviane Tavares. **Outras Palavras**, 14 out. 2020. Disponível em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/hora-de-examinar-a-fundo-a-terceirizacao/>. Acesso em: 29 mar. 2021.

KREIN, José Dari. **Tendências recentes nas relações de emprego do Brasil:** 1990-2005. 2007. 329 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2007.

ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde declara pandemia de coronavírus. **Agência Brasil**, Brasília, 11 mar. 2020. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-03/organizacao-mundial-da-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 28 de mar. 2021.

POLÍTICA AO QUADRADO. Cortes do P2 – - #15 Vitor Filgueiras - "O que é liberalismo?". **Youtube**, 27 de abr. de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dXaKUqxTGR8. Acesso em: 17 mai. 2021.

RUSSO, João Gustavo Jara. **Processo de terceirização na Universidade Federal da Grande Dourados Unidade II: um estudo de caso.** 2019. 108 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS. 2019.

UFGD. Universidade Federal da Grande Dourados. **Regimento Geral.** 2007. Disponível em: https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/COUNI/Regimento%20Geral%20da%20UFGD_22_1_2007-.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2020.

_____. **Estatuto.** 2012. Disponível em <http://files.ufgd.edu.br//arquivos/portal/ufgd/arquivos/aufgd/estatuto.pdf>. Acesso em 26 mar. 2020.

_____. **Relatório de Gestão 2018**. 2019. Disponível em <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/PRESTACAO-DE-CONTAS/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%20-%20exerc%C3%ADcio%202018.pdf>. Acesso em 26 mar. 2020.

_____. **Portaria nº 190 de 12 de março de 2020**. 2020a. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/CORONAVIRUS/Portarias%20e%20Instru%C3%A7%C3%B5es%20Normativas/Portaria%20n.%C2%BA%20190.2020%20Comit%C3%AA%20Operativo%20Emerg%C3%AAncia%20-%20UFGD.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

_____. **Deliberações do COE/UFGD.** 2020b. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/secao/coronavirus/deliberacao-do-coe-ufgd>. Acesso em: 28 mar. 2021.

_____. **Boletim de Serviços n. 4.024. Instrução Normativa nº 1 de 20 de março de 2020**. 2020c. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/CORONAVIRUS/Portarias%20e%20Instru%C3%A7%C3%B5es%20Normativas/IN%20n%C2%BA%201%20-%20Prefeitura%20Universit%C3%A1ria.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

_____. **Funcionários terceirizados pela UFGD também cumprirão quarentena.** 2020d. Disponível em <https://www.ufgd.edu.br/noticias/funcionarios-terceirizados-pela-ufgd-tambem--cumprirao-quarentena>. Acesso em: 28 mar. 2021.

_____. **Na prevenção à covid-19, UFGD adota novas rotinas em todos os setores.**2020e. Disponível em <https://www.ufgd.edu.br/noticias/na-prevencao-a-covid-19-ufgd-adota-novas-rotinas-em-todos-os-setores>. Acesso em: 28 mar. 2021.

_____. **Nota sobre prestação de serviços terceirizados durante a pandemia de covid-19.** 2020f. Disponível em <https://portal.ufgd.edu.br/noticias/nota-sobre-prestacao-de-servicos-terceirizados-durante--a-pandemia-de-covid-19>. Acesso em: 28 mar. 2021.

E ESSA TAL LIBERDADE? PARADOXOS DE IMIGRAÇÃO E TRABALHO

Recebido em 2/04/2021, aprovado em 18/06/2021
10.30612/mvt.v8i14.15021
Julia Ferreira Scavitti1

RESUMO: O presente artigo procura discutir as migrações internacionais contemporâneas a partir da correlação entre a teoria da mobilidade do trabalho, referenciada aqui em Jean Paul de Gaudemar e Saskia Sassen, e os estudos migratórios, principalmente a partir da teoria de Abdelmalek Sayad, que procuram entender os deslocamentos humanos a partir da perspectiva do mercado internacional laboral. A partir de uma análise crítica do papel do Estado-Nação como produtor de leis e regulamentação sobre a imigração, a reflexão pretende entender como se constrói a figura do/da imigrante na sociedade de destino, sua participação nas economias dessas sociedades, bem como a produção de estigmas de legalidade/ilegalidade que recaem sobre essas pessoas, afetando sua inserção e reprodução em novos territórios pelo mundo. Para sua elaboração foram consultadas produções teóricas principalmente no campo dos estudos migratórios, bem como notícias produzidas e divulgadas por diferentes meios de comunicação que possuem páginas online de periodismo.

Palavras-chave: Imigração. Estado-Nação. Capitalismo. Trabalho imigrante.

[WHAT ABOUT FREEDOM? IMMIGRATION AND LABOR PARADOXES]

ABSTRACT: This article seeks to discuss contemporary international migrations based on the correlation between the theory of labor mobility, referred here in Jean Paul de Gaudemar and Saskia Sassen, and migratory studies, mainly based on the theory of Abdelmalek Sayad, who seek to understand the human displacement from the perspective of the international labor market. Based on a critical analysis of the role of the nation-state as a producer of laws and regulations on immigration, the reflection intends to understand how the immigrant figure in the destination society is constructed, i.e. their participation in the economies of these societies, as well as the production of legality/illegality stigmas that fall on these people, affecting their insertion and reproduction in new territories around the world. Theoretical productions in the field of migratory studies were consulted mainly, as well as news produced and disseminated by different media that have online periodical pages.

Keywords: Immigration. Nation State. Capitalism. Immigrant work.

1 Licenciada em Ciências Sociais pela Unicamp, mestre em Ciências Sociais pela UNIFESP e doutoranda na *Universidad Autónoma de San Luis Potosí,* no México, cuja pesquisa é financiada pela agência mexicana CONACyt. Foi professora de sociologia da rede pública do estado de São Paulo e atuou junto a movimentos sociais no âmbito do direito à educação e à migração internacional. E-mail para contato: ju.scavitti@gmail.com.

¿QUÉ TAN LIBERTAD? PARADOJAS DE INMIGRACIÓN Y TRABAJO.

RESUMEN: El presente artículo busca discutir las migraciones internacionales contemporáneas a partir de la correlación entre la teoría de la movilidad laboral, a la que se hace referencia aquí en Jean Paul de Gaudemar y Saskia Sassen, y los estudios migratorios, principalmente basados en la teoría de Abdelmalek Sayad, quienes buscan comprender el desplazamiento humano desde la perspectiva del mercado laboral internacional. A partir de un análisis crítico del papel del Estado-nación como productor de leyes y normativas sobre inmigración, la reflexión pretende comprender cómo se construye la figura del inmigrante en la sociedad de destino, su participación en las economías de estas sociedades, así como la producción de estigmas de legalidad / ilegalidad que recaen sobre estas personas, afectando su inserción y reproducción en nuevos territorios alrededor del mundo. Se consultaron principalmente producciones teóricas en el campo de los estudios migratorios, así como noticias producidas y difundidas por diferentes medios que cuentan con páginas periódicas online.

Palavras Clave: Inmigración. Estado-Nación. Capitalismo. Trabajo Inmigrante.

INTRODUÇÃO

Em 2019, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o número de imigrantes chegou à cifra de 272 milhões de pessoas: um aumento de 51 milhões, desde 2010. Os/as imigrantes representam uma média de 3,5% da população mundial, com contínua tendência ascendente: 2,8%, em 2000, e 2,3%, em 1980.[2] São pessoas que, por diversos motivos, vivem em países e territórios diferentes dos de onde nasceram.

Mantendo mente esse impalpável número, proponho o exercício (não inédito) de imaginarmos, em um país como os Estados Unidos da América, a possibilidade de todos/as homens e mulheres imigrantes desaparecerem, de um dia para outro, de forma misteriosa,. Imagine um cenário no qual pessoas documentadas e indocumentadas, regulares e irregulares, simplesmente deixassem de fazer parte da reprodução sistemática da vida social cotidiana estadunidense. Quais seriam os efeitos, para essa grande economia mundial e principal destino das imigrações no mundo, se não houvesse força de trabalho imigrante para colher laranja, organizar jardins, construir casas e tantas outras coisas que homens e mulheres fazem ao acordar e ir trabalhar?[3] Esta situação já foi imaginada anteriormente. Em 2004, o cineasta Sergio Arau estreou o filme *A day without a mexican,* que se passa nos Estados Unidos da América. O filme supõe um cenário onde todos os mexicanos e mexicanas do país desaparecem da noite para o dia, gerando consequências diretas e "em cascata" para todo o conjunto da sociedade.

Vivendo no México, me aproximei de vasta produção teórica com relação à imigração e, em um contexto da pandemia do novo coronavírus, sars-cov-2 ou covid-19, vi o presidente deste país comemorar o aumento, em 2020, das remessas que milhões de imigrantes mexicanos que vivem

nos Estados Unidos enviam todos os meses às suas famílias (AMLO, 2021). Quando penso no filme distópico e absurdo de Arau (2004), consigo entender alguns sentimentos que provavelmente tocaram o diretor e tocariam milhões de pessoas nos Estados Unidos ao perceber que, de forma

2 Esses dados estão presentes em publicações e informes oficiais da ONU, disponibilizados em seu site oficial (ONU, 2021).

3 Calcula-se que, embora com os salários mais baixos e postos mais precarizados, trabalhadores/as provenientes do México sustentem por volta de 10% da economia estadunidense (REDONDO, 2017).

física e imediata, a ausência das e dos imigrantes do país acarretaria em um impacto gigantesco para a sociedade – inclusive de maneira afetiva, já que a sociedade estadunidense é, em parte, latina.

Em minha pesquisa de mestrado estudei a relação entre a imigração latino-americana ao Brasil e a indústria de vestuário, uma das mais fortes da região sudeste do país, unindo-me a uma série de reflexões que buscavam entender os nexos entre imigração e atividades econômicas na sociedade de destino (SCAVITTI, 2017; VILLEN, 2015; CÔRTES, 2013; SOUCHAUD, 2012, FREIRE, 2008). Agora, desenvolvendo minha pesquisa de doutorado, estudo migrações internacionais no Brasil e no México a partir das gestões de fronteiras e dos ativismos políticos migrantes.

Essa reflexão procurará relacionar as migrações internacionais contemporâneas ao mercado mundial de trabalho a partir das teorias da mobilidade da força de trabalho, em uma perspectiva crítica com relação ao capitalismo, a nível mundial. Esse exercício envolverá pensar a realidade a partir de algumas contradições e perversidades existentes no regime das imigrações e suas conexões com a lógica capitalista de organização das sociedades.

Para isso, me convidei a sentar-me à mesa para um diálogo com autores como Saskia Sassen (1993), Jean Paul de Gaudemar (1977) e Abdelmalek Sayad (1998), tomando como referência suas teorias para aportar na compreensão sobre a imigração contemporânea, marcada por aspectos de desigualdades estruturais e de legalidade/ilegalidade que geram sensações de (des)pertencimento, medo e insegurança, ao mesmo tempo em que homens e mulheres imigrantes, de carne e osso, contribuem de maneira significativa para sustentar em seus ombros, apesar de todos os estigmas, parte da responsabilidade que nos permite a todos e todas reproduzir nossa vida material cotidianamente.

Buscarei refletir sobre a construção da figura do/da imigrante na sociedade de destino com relação à gestão da mobilidade a partir de critérios discursivos e regulatórios desde o Estado-nação. Esse exercício ocorrerá através da análise bibliográfica sobre acontecimentos recentes, em um contexto no qual a pandemia tem sido justificativa do fechamento de fronteiras pelo mundo, de maneiras distintas.

Primeiro, apresento uma discussão sobre a constituição da imagem e significação da pessoa imigrante, passando pelo debate acerca da mobilidade do trabalho através das migrações e então as considerações finais.

Ressalto que a principal motivação para tal reflexão é política. Como o que ocorreu ao sociólogo Jose de Souza Martins (2014) em seu campo de estudo, que fundamentou o livro *A sociedade vista do abismo*, muitas vezes, nas ciências humanas, é preciso que a/o pesquisador/a "tome um lado" de forma crítica, com relação àquilo ou àqueles junto aos quais se pesquisa. Nesse sentido, o que mais me motiva a seguir o trabalho acadêmico/ativista no campo das migrações é, primeiro, a indignação com a ilógica escrachada de sua governança, indignação com uma sociedade e seus governos eleitos que banalizam a morte e produzem violação sistemática de direitos humanos de milhares de pessoas todos os anos, que morrem e se arriscam em projetos migratórios.

Por outro lado, porque sou convicta de que a humanidade é potencialmente maravilhosa – e isso me mostra justamente o intercâmbio de vida que se produz a partir das migrações – ressalto que, ainda que violentados e vulnerabilizados, milhões de homens e mulheres imigrantes pelo mundo todo produzem, transformam e criam possibilidades de sociedades que transcendem os muros militarizados, de arame farpado e medo, que são erguidos em nome da segurança.

Espero poder contribuir de forma crítica e argumentativa à exposição sobre os efeitos de uma globalização capitalista perversa (SANTOS, 2001), que celebra as rápidas interconexões globais na era dos direitos humanos e da solidariedade, ao mesmo tempo em que impede, literalmente, o direito de viver a vida de milhões de homens e mulheres pelo mundo todo, maquiando a realidade

de maneira a ocultar que a raiz das contradições entre poder/não poder mover-se pelo mundo está apodrecida, pois funciona a partir da lógica do lucro, da expropriação e da banalização da vida humana em nome de algo que já nem sabemos mais o que é.

A FRONTEIRA QUE DEFINE: IMIGRANTE E/OU ILEGAL

A definição "crua" da palavra migração está presente no *Glosario sobre Migración* desenvolvido pela Organização Internacional para a Migração (OIM), que a caracteriza como um:

> movimento populacional até o território de outro **Estado** ou dentro do mesmo território que abarca todo movimento de pessoas seja qual for o seu tamanho, composição ou causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas, migrantes econômicos[4].

Nessa definição fica evidente a pressuposição do Estado/território com relação à migração. Afinal, ademais do movimento migratório em si, são os Estados-nação os responsáveis, desde a ideia do poder soberano sobre o território circunscrito pelas fronteiras, pela elaboração e aplicação de leis e políticas públicas com respeito à imigração com palavras e textos que gerarão as condições reais de toda a mobilidade humana: o sair, o deslocar-se, o entrar, o ficar.

A regulamentação imigratória passa pela noção de fronteira, definida etimologicamente como: "1. Zona de território imediata à raia que separa duas nações; 2. Linha divisória, raia, confins." (DICIONÁRIO PRIBERAM, 2021, *online*). Para além de aspectos mais filosóficos relacionados ao conceito de fronteira, sabemos que, na geopolítica do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1976)[5], ela está absolutamente vinculada ao território entendido como "uma porção de espaço geográfico que coincide com a extensão espacial de jurisdição de um governo. É recipiente físico e suporte do corpo político organizado sobre uma estrutura de governo" (GOTTMAN, 2012, p. 523). Essa porção do planeta delimitada pelas linhas imaginárias das fronteiras, chamada de país, possui cada um uma estrutura que organiza e de diversas maneiras significa a sociedade, sendo a forma mais recorrente de organização política a do Estado-Nação, através do qual atuam governos que o ocupam, gerindo os recursos captados, produzindo e cuidando de leis e políticas públicas. Através do Estado é que se administra, cuida e zela por esse território e pelas populações que vivem nele.

O Estado é produtor da condição/status de permanência de imigrantes dentro do país, permitindo ou não, de forma reconhecida, a existência de determinadas pessoas no território do qual é soberano, produzindo assim situações de legalidade e ilegalidade através das fronteiras e das legislações. Isso não quer dizer que não existam acordos e tratados a nível internacional, mas que quando nos debruçamos sobre o tema percebemos que o que vem imperando no que diz respeito aos deslocamentos humanos internacionais é a produção de legislações a nível local, com semelhanças e diferenças entre si.

Para pensar a específica construção da imagem jurídica da/do imigrante através do Estado-Nação, dialogarei com Abdelmalek Sayad (1998) que, a partir de um estudo profundo da imigração argelina à França, desenvolveu uma teoria social na qual a imigração é entendida como um fato

4 Texto original: "Movimiento de población hacia el territorio de otro Estado o dentro del mismo que abarca todo movimiento de personas sea cual fuere su tamaño, su composición o sus causas; incluye migración de refugiados, personas desplazadas, personas desarraigadas, migrantes económicos".

5 Aqui faço referência ao conceito desenvolvido por Immanuel Wallerstein em seu livro publicado em 1976, *The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*, no qual o autor explica o processo de expansão e consolidação do capitalismo a nível planetário, no que se constituirá como um sistema-mundo através do qual se integram e se relacionam os países de diferentes maneiras.

social total, isto é, um processo de deslocamento que envolve desde a sociedade de origem até a sociedade de destino – aquela em que a pessoa escolheu assentar-se. Essa afirmação, por simples que possa parecer, significa analisar os deslocamentos humanos a partir de contextos políticos e econômicos que envolvem relações geopolíticas no nível dos Estados-nação, de empresas privadas e de sociedades inteiras, a partir de interesses distintos.

O paradoxo da imigração se constituiu na fronteira do Estado-Nação, na qual o movimento de emigrar/imigrar gera uma marca específica na *condição de ser* do/da imigrante, cuja existência se configura em "estado provisório que se prolonga indefinidamente ou um estado duradouro onde se vive com um sentimento de provisoriedade" (SAYAD, 1998, p. 45). A pessoa imigrante nunca sabe completamente se será bem-vinda ou não numa sociedade de destino e por quanto tempo dura esse sentimento. E isso decorre do poder, permeado por interesses econômicos e políticos, que possui o Estado-nação em sua produção de leis e discursos em categorizar as identidades, nesse caso diferenciando imigrantes em oposição aos "nativos", nacionais daquele Estado, ou seja, não se é e nem se permanece *imigrante* à toa, pois se constitui uma nova estratificação hierárquica na sociedade de destino: a existência de estrangeiros/estrangeiras e nacionais (cidadãos/cidadãs).

Essa condição de provisoriedade da/do imigrante, segundo Sayad, derivaria ainda do fato de que eles/elas são vistos nessa geopolítica como potencial força de trabalho: uma força de trabalho disposta, por diversos fatores, a mover-se. Agora, se olhamos as sociedades de origem que vivem diferentes contextos de desigualdade, violência, pobreza e expropriação de onde mais emigram pessoas, entendemos que o cálculo para a saída, em que pesem todos os perigos e incertezas do processo migratório, torna-se uma decisão de vida ou morte. Estar disponível para migrar é, em muitas vezes, a única possibilidade de viver.

Ao cruzar a cautelosa linha imaginária das fronteiras de um país, a pessoa se vê marcada por outra condição de existência: a de ser um/uma imigrante – legal ou ilegal. Um verdadeiro processo de conversão da pessoa (um Eu) em estrangeiro/estrangeira. O Eu (aquele que cruza) torna-se estrutural e legalmente um/uma Outro/Outra diante da sociedade em que chega, passando a serem governado/a por códigos e regras específicas que marcam de forma desigual as diferenças existentes entre essas pessoas: étnicas, culturais, nacionais, linguísticas. A geografia política do mundo não se esconde e é aqui uma das suas materializações mais perversas: as diferenças são vistas com desconfiança e medo, algo a sempre estar atento e vigilante.

Levando em consideração a perspectiva da migração como "fato social total", é preciso considerar que o peso da desigualdade econômica e social que existirá entre os diferentes Estados-Nação muitas vezes gera a relação de dominação e exploração em nome de uma economia global capitalista que se materializa na vida do/da imigrante e que influencia sua condição de existência, principalmente no "contrato" que é efetuado acerca da sua entrada e manutenção num determinado país.

Do Estado-nação se estrutura a legislação e políticas públicas desde interesses políticos e econômicos conjunturais que versarão sobre a entrada e inserção do/da imigrante e suas possibilidades de permanência e existência na sociedade de destino. Através de uma espécie de balanço entre Estado e capital privado, diz Sayad (1998), figura o "mecanismo da provisoriedade", se mede custos e vantagens em se ter trabalhadores e trabalhadoras imigrantes num determinado momento: cálculo

e dispositivos jurídicos estão baseados na característica implícita a essas pessoas que imigram[6]: "um imigrante é *essencialmente* uma força de trabalho, e uma força de trabalho temporária, em trânsito" (SAYAD, 1998, p. 54).

Em sua discussão sobre as leis de imigração da Espanha, promulgada pela primeira vez em 1985 e da Itália, em 1986, Kitty Calavita (2006) argumentará que em ambas vigora a visão da imigração e das pessoas imigrantes como um componente visível da força de trabalho. Como essas leis, o Estatuto do Estrangeiro de 1981, que vigorou no Brasil, até 2017, era um documento que sempre atrelou a imigração a dois aspectos: ao da segurança nacional e ao trabalho produtivo:

> Parágrafo único. A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão de obra especializada aos vários setores da economia nacional visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento de produtividade, e à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos (BRASIL, 1981, *online*).

Atualmente temos em vigor outra lei, a de nº 13.445, de 2017 que, diferente do Estatuto do Estrangeiro, fala em regulamentação da migração a partir de uma linguagem pautada pela agenda dos direitos humanos, de direitos e deveres do migrante e do visitante (BRASIL, 2017), o que não significa que no país não exista também o cálculo do qual fala Sayad com relação à presença imigrante. Por fim, temos ainda o exemplo histórico da migração nos Estados Unidos da América que "se han pensado a sí mismos desde hace tempo como 'país de inmigración'" (CALAVITA, 2006, p. 202) e que tem uma realidade econômica e perceptiva do trabalhador imigrante similar a dos países europeus analisados.

Nos anos 1920 começou a haver restrições, nos Estados Unidos, com relação à imigração europeia, que passou a ser substituída pela imigração mexicana, devido à necessidade de sua força de trabalho. Na perspectiva política e social da formação do país a partir de um pensamento racista, se supunha que essas pessoas, finalizado seus trabalhos, retornariam ao seu país de origem – é nesse contexto que surge, por exemplo, o *Programa Braceros,* que durou entre 1942 e 1964 através de acordos bilaterais entre Estados Unidos e México (CALAVITA, 2006, p. 203).

Ainda que tenha havido incentivo para que se contratassem trabalhadores que passassem pelos controles do programa, isto é, que tivessem permissão oficial para entrar no país,

> Las investigaciones académicas y los informes del gobierno estaban constantemente revelando que los empresarios violaban los contratos, y que los sueldos bajaron y el desempleo de incrementó entre los trabajadores locales en áreas en las que operaba el *Programa Braceros* (ANDERSON, 1983; GALARZA, 1964; PRESIDENT'S COMISSION ON MIGRATORY LABOR, 1951 apud CALAVITA, 2006, p. 204).

Com o fim do programa, a migração indocumentada aos EUA continuou aumentando, em que pese o fato de durante sua vigência estima-se que foram levados cinco milhões de trabalhadores mexicanos para os EUA de maneira *legal*, porém de forma concomitante tenha havido em torno

6 Aqui é importante ressaltar que a discussão de Sayad pode parecer um pouco limitada se pensamos modalidades de migração causadas por questões ambientais, guerras e motivos maiores que de alguma maneira escapam às pessoas que emigram/imigram. No entanto, também é possível, dentro de sua mesma teoria, fazer o exercício de pensar que inclusive as dinâmicas mais violentas podem ser ocasionadas ou, ao menos, representar e atender os interesses econômicos capitalistas que existem globalmente. Assim, nessa chave de interpretação se deixa evidente que ainda que um/uma imigrante seja refugiado/refugiada, ele/ela é também força de trabalho em potencial, numa estrutura econômica e política que lhe "vê" assim também.

de cinco milhões de trabalhadores indocumentados no país para o mesmo período. Isso demonstra que a produção de uma regulamentação que passou a gerir e, portanto, permitir (ou não) a entrada de pessoas aumentou o deslocamento populacional para a região ao mesmo tempo em que gerou oficialmente a categoria de imigração não legal, possibilitando a construção da imagem da/do imigrante ilegal/indocumentada/o.

As leis não são coisas estáticas, pois também representam anseios e realidades de sociedades inteiras em contextos e lugares diferentes pelo mundo. No entanto, o que podemos observar com relação à imigração internacional é que existem algumas tendências que se repetem, principalmente se as analisamos no marco do capitalismo contemporâneo neoliberal, isto é, após uma série de transformações e adaptações que o modo de produção vem sofrendo ao propor-se como projeto hegemônico para o mundo (HARVEY, 2002, 2004, 2005). Esse modo como organizamos nossa vida: como se produz, distribui e se consome as mercadorias de diferentes tipos tem relações específicas com os deslocamentos humanos a nível internacional e, nesse sentido, é possível traçar causas e consequências, em processos complexos, entre a necessidade de trabalho humano e o deslocamento de pessoas pelo mundo.

Por exemplo, Calavita (2006) aponta que as leis migratórias em Espanha, Estados Unidos e Itália passaram historicamente por diversas reformas. No entanto, no caso específico das leis europeias, a autora afirma que parece permanecer um princípio de que o fluxo de imigrantes de "Terceiro Mundo" deve ser controlado ou, ao menos, administrado, inclusive porque esses dois países se converteram em uma espécie de "porta dos fundos" da Europa para a imigração que, por sua vez, busca formas de contenção no acesso à "fortaleza europeia". Outro aspecto central e contínuo dessas leis é a leitura dos deslocamentos humanos como potencial migração laboral. Essa tendência se repete nos Estados Unidos também, segundo a autora.

O/A imigrante é uma pessoa que entende que sua força de trabalho (e o que ela representa potencialmente) é o que lhe vai possibilitar a reprodução de sua vida, sua sobrevivência naquele novo lugar de origem. Essa força de trabalho quer a todo custo se realizar. Imigrantes sabem que precisam ganhar dinheiro e economizar, pois só assim alugarão casas, comprarão comida, se deslocarão para outros lugares. Tais imigrantes sabem também que suas vidas estão agora perpassadas por essa estrutura hierárquica e dicotômica de nacional/estrangeiro na qual sua força de trabalho está de alguma maneira mais vulnerabilizada.

A condição de provisoriedade impacta numa série de outros direitos civis, políticos e sociais que acabam restritos ou inacessíveis às populações imigrantes, o que por sua vez gera situações de maior exposição a violações, empurrando-os/as a uma espécie de corda bamba da existência, entre fronteiras e territórios diferentes, ainda que sejam pessoas de carne e osso. Como conclui Saskia Sassen (1993, p. 65) em um estudo sobre a mobilidade do trabalho e a imigração, "quando os trabalhadores estrangeiros são privados de direitos sociais e políticos, isso mina a classe trabalhadora, segmenta-a". Essa estruturação da identidade imigrante na sociedade de destino torna sua força de trabalho mais facilmente explorável. Se acrescentamos à essa equação o elemento da indocumentação/irregularidade migratória, conseguimos pensar mais uma subdivisão entre trabalhadores/as.

Para Calavita (2006, p. 192), as próprias legislações construíram ilegalidade através de uma série de elementos que se sobrepõem, sendo um dos mais importantes a natureza temporária e contingente do status de legalidade. Assim, ao se criar a categoria legal de imigrante, consequentemente também se gera a categoria de ilegal. Por sua vez, sobre essas categorias se desdobram as diferentes estratégias e formas de vivência tanto da parte das e dos imigrantes, como da parte do capital – esse último movido avidamente pelo seu eixo central de existência: a obtenção de lucro.

As consequências práticas para as e os imigrantes das leis migratórias é, muitas vezes, o fato de serem desfavorecidos/as nas relações econômicas precisamente porque muitos empregadores, atentos ao mecanismo da provisoriedade, se recusam a formalizar contratos de trabalho, já que isso lhes geraria mais despesas oficiais decorrentes das contratações. Não é incomum então que os/as próprios/as imigrantes prefiram muitas vezes esquemas de contratação sem registro junto ao Estado, uma vez que para contratar "oficialmente" muitos empregadores transferem os encargos trabalhistas aos/às imigrantes como sua responsabilidade, fazendo com que os valores recebidos despenquem no final de suas jornadas de trabalho. Assim, para não perderem mais dinheiro, imigrantes acabam por assumir a indocumentação e informalidade como responsabilidade pessoal e oportunidade para si mesmos, algo provisório enquanto vão economizando para "mudar de vida" (PALACIOS; RUBIO, 2004; SCAVITTI, 2017).

São muitas as reportagens que falam das condições de trabalho imigrante, como a matéria *Los trabajadores mexicanos que sustentan la economía estadunidense,* publicada em fevereiro de 2017 por Mónica Redondo, ou *La realidad sobre el trabajo de personas indocumentadas en EE.UU.* publicada em dezembro de 2018 por Miriam Jordan. Nessas matérias os dados apontam entre 8 e 14 milhões de indocumentados/indocumentadas nos EUA que de alguma maneira participavam do mercado laboral do país, segundo institutos de pesquisa locais.

Os/As nacionais de um país, os/as imigrantes autorizados/as a entrar, governantes, ativistas, e economistas, juristas, etc.: todos sabemos da existência dos deslocamentos migratórios, principalmente daqueles que envolvem condições perigosas e que mais tiram vidas, porque essas migrações servem de indigesto alimento a uma mídia que não se cansa de fotografar o sofrimento e informar mortes através de discursos frios e impessoais: três migrantes morrem afogados próximo às ilhas canárias, diz um jornal (TRÊS MIGRANTES, 2021); menina morre após ser resgatada, diz outro (MENINA DE DOIS ANOS, 2021). São discursos e usos de imagem que demonstram a banalização da morte de pessoas que, pouco a pouco, de diferentes maneiras, apagam identidades e tudo aquilo que lhes/nos conforma enquanto humanos: pessoas se transformam em corpos sem direito à história, nome, sonhos.

Ainda assim, em que pesem as variadas restrições e a militarização de fronteiras, as migrações seguem: verdade incontestável que salta aos olhos quando nos dedicamos aos estudos migratórios ou navegamos pelo *feed* do Facebook. Apesar dos muros altos e do arame farpado, as e os imigrantes seguem dizendo, com seus corpos e vozes: vamos seguir migrando. As Ilhas Canárias, território espanhol, viram a imigração, caracterizada pelo governo espanhol como irregular, aumentar em oito vezes em 2020 com relação ao ano anterior. O número de detenções na fronteira do México com os Estados Unidos praticamente dobrou nos últimos cinco meses (2021/2020), se comparados ao mesmo período passado[7]. No entanto, o que muitos governos expressam diante disso é continuar querendo contê-los ou impedi-los. Olham para os seus umbigos, desde suas fortalezas, mas não olham o que seus braços e ganância causam para além dos seus muros nesse mundo globalizado.

Calavita fala em uma *construcción de la Otredad*, ao pensar a identida de imigrante. Salta aos olhos a contradição entre o desprezo implícito na construção do/da Outro/Outra como ameaça e perigo: são elementos a serem barrados, ao mesmo tempo em que essas mesmas sociedades são as que estão gerando condições, globalmente, para que a migração chegue ou passe por ali. Existem

7 Essas notícias podem ser vistas em: https://oglobo.globo.com/mundo/numero-de-imigrantes-sem-documentos-que-chegaram-as-canarias-aumentou-mais-de-oito-vezes-em-2020-24822631 e https://oglobo.globo.com/mundo/numero-de-detencoes-de-imigrantes-na-fronteira-entre-eua-mexico-dobra-em-comparacao-com-2020-24927299. Acessos em: 25/03/2021.

padrões migratórios porque eles se conformam materialmente na realidade: a imigração expressiva de mexicanos que vão aos Estados Unidos se conformou historicamente e tem a ver com necessidades econômicas de diversas naturezas. Ainda assim, as sociedades se vêem constantemente entre os discursos de direitos humanos e seus tratados, assinados em banquetes fartos em paralelo ao ódio, medo e aversão ao estrangeiro/estrangeira, constantemente empurrando-os/as à existência incerta sobre a qual se desconfia.

Encontramos-nos com a conclusão de Calavita (2006, p. 202), para quem "Los inmigrantes son útiles a los empresários precisamente porque son diferentes a los autóctones. (...) su exclusión social y económica es un ingrediente crítico de su flexibilidad". Como trabalhadores e trabalhadoras estrangeiros possuem deveres e direitos específicos. Como marcados pela condição da provisoriedade são (pouco) compreendidos, vistos como algo a parte que, acoplado à sociedadede destino sem muita firmeza, podem(devem) retirar-se a qualquer momento. Os imaginários são ainda alimentados por uma série de narrativas que se baseiam em preconceitos e medos quando associam imigrantes a criminosos, ladrões, violentos, irresponsáveis, instáveis, traficantes, todo tipo de adjetivo pejorativo que alimentam aeterna suspeita ao "de fora", estranho/a ou estrangeiro/a.

Da provisoriedade gerada na e pela fronteira do Estado-nação, emerge o paradoxo da imigração em sua suposta liberdade de mover-se pelo mundo, como escrito e contemplado na Declaração dos Direitos Humanos, que em seu 13º artigo diz: "1. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado. 2.Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país" (ONU, 1948, *online*). Eis que se desenha a gritante inconsistência entre a palavra e o real: por que seguem migrando?

A metáfora desenhada por Sayad (1948) fornece a imagem do seguinte cenário da vida orgânica do nosso planeta: imigrantes, representados/as por *grãos de areia*, vão sendo separados/as da "rocha-mãe", uma imensa pedra composta de centenas de milhares desses grãos, por um *vento que sopra numa longa tempestade***.** O vento, contínuo e imparável, representa a economia capitalista, cujos efeitos se desenrolam e reverberam na vida de todos os indivíduos, de todos os grãos daquela areia condensada ou solta, gerando movimentos entre as sociedades pelo mundo: de mobilidade, "de transferência de um campo econômico para outro, de um país para outro, de um continente para outro (...)". (SAYAD, 1998, p. 72). Segue ventando e muito.

MOBILIDADE DO TRABALHO: SOMOS LIVRES, PERO NO MUCHO

O modo de produção capitalista se expandiu e vem se transformando de acordo com suas necessidades e com as especificidades locais e temporais dos diferentes lugares do planeta. Uma de suas premissas mais básicas é, não sem uma carga de ironia amarga, a constituição do chamado trabalho assalariado *livre*, aquele em que a pessoa a partir de sua vontade e de sua liberdade de escolha vende sua força de trabalho em troca de um salário. As relações de produção requerem, então, uma dinâmica de deslocamentos espaciais, em diversos níveis e intensidades, entre pessoas e mercadorias produzidas a partir do trabalho humano, através de mais trabalho humano, para que o mundo se sacie.

De acordo com Sassen (1998), com as transformações ocorridas no modo de produção capitalista nos últimos trinta anos, estamos agora diante de uma economia global com processos de produção mundializados que requerem, no entanto, territórios nacionais para seu funcionamento.

Tais processos requerem também força de trabalho, precisamente porque se alimenta disso – sem trabalho[8] não há possibilidade de produzir uma grande parte do que é necessário para a vida humana.

Assim, chegamos à teoria da mobilidade do trabalho desenvolvida pelo economista Jean Paul de Gaudemar (1977), cuja perspectiva epistemológica se assenta nos escritos de Karl Marx, principalmente em sua teoria do valor-trabalho, baseada na observação de que para a produção de mercadorias – e, portanto, de valor – é necessário que exista trabalho executado por pessoas. Nessa teoria, as migrações se configuram como uma das formas de mobilidade que constituem o modo de produção capitalista e, por isso, "não podem ser encaradas fora da realidade do trabalho social, e sim como pressupostos econômicos do mesmo." (PÓVOA-NETO, 1997, p. 19).

Nessa perspectiva, os processos migratórios são entendidos a partir da relação dialética entre as questões estruturais do sistema capitalista e os desdobramentos nas vidas e ações de sujeitos concretos. A percepção das migrações como movimento, inscrito em um contexto estrutural global de sistema-mundo capitalista, nos permite questionar *como* se constitui a liberdade individual de homens e mulheres no mundo. Garota propaganda do discurso neoliberal, a pergunta a ser feita aqui é sobre qual o conteúdo que preenche a liberdade. Em outras palavras, colocamos em questão o escrito direito humano de deslocar-se, mover-se e o feito: os muros e campos de concentração, também conhecidos como campos de refugiados. Que liberdade é essa, afinal de contas?

As fronteiras migratórias que vêm sendo construídas atualmente, como o muro prometido por Trump e a ser pago pelo México,[9] são a materialização cruel dessa dúvida com relação ao sentido de liberdade que vemos ser perpetuado no mundo. A contradição reside justamente em que se trata de uma liberdade condicionada ao mercado, portanto regulada e controlada por interesses econômicos e sociais alheios à maioria de nós. Gaudemar desenvolve a reflexão através de uma teoria econômica, geográfica e política em que não nega a agência dos indivíduos, reconhecendo sua inserção num determinado sistema que regulamenta a vida humana (e não humana) de diversas formas.

Viver em sociedade gera tensionamentos. Dimensões do indivíduo e subjetividades, e macroestruturais, a nível de sociedade, Estado-nação. As teorias sociais que procuram localizar-se na contradição e no tensionamento são as quepodem proporcionar melhores entendimentos sobre como o mundo se apresenta e é percebido por nós, como ele é em sua concretude, em suas vísceras, e as possibilidades do que ele poderia vir a ser. A reflexão teórica que busca entender essas correlações e contradições produz melhores formas de intervenções na sociedade.

Por que é importante frisar esse aspecto de potência transformativa desde a análise de Gaudemar? Porque sua teoria que explica o mundo não o totaliza nem o condena aos terríveis diagnósticos que por vezes encontramos como conclusão de nossos estudos e reflexões: vemos a fome, a miséria, a morte. As centenas de barcos cruzando o mar, as centenas de barracas de acampamento nas bordas do Rio Grande, na fronteira México/EUA. A realidade é essa e então podemos concluir que liberdade é um conceito preenchido de relações sociais de poder gestadas em contextos históricos e geográficos e, por isso mesmo, é preciso admitir que existem muitas formas possíveis de ser (e não ser) livres.

8 O objetivo do texto passa longe de discutir filosoficamente o conceito de trabalho. Para os fins aqui expostos, considero trabalho humano como o ato de transformar e criar o mundo em que vivemos e aquilo que o constituiu, bem como tudo aquilo que nos é necessário para viver, desde um ponto de vista material e imaterial, isto é, sem distinções dos diferentes tipos de trabalho.

9 Uma de suas maiores promessas da campanha de Donald Trump à presidência nos EUA foi a construção de um muro, que de fato foi iniciada, em toda a fronteira com o México, e que além de tudo seria pago pelo país vizinho (BASSETS, 2017).

A liberdade, em um contexto capitalista, se constitui no processo de formação e reprodução desse sistema, originado no território europeu e alimentado pela colonização empreendida por diversos países do continente a lugares como a América e África. Os/as trabalhadores/as que se tornaram *livres* nesses territórios o foram através de expropriação de suas terras e meios de trabalho, de diferentes formas de violência e, desde um ponto de vista "jurídico", com o fim do estatuto da servidão[10], ou ainda, no caso da colonização, através também da escravização de povos originários desses territórios: liberdade irá aparecer como a oposição a esse modo de exploração do trabalho humano[11]. Projeto político e econômico de expansão pautado então pela ideia de trabalho *livre.*

A liberdade concedida a trabalhadores escravizados e/ou em relações de servidão é uma liberdade real do ponto de vista de sua condição anterior. Há, a partir desse processo, a possibilidade de mover-se pelas estruturas da sociedade, sem o peso da determinação social que existiam nas relações anteriores, dando lugar à *livre* associação e ao salário. Há, ainda, um estatuto jurídico e ideológico (discursivo) que afirma serem todos os indivíduos da sociedade *iguais,* produzindo uma ideia de simetria dentro das relações sociais de produção, simbolicamente. São homens e mulheres que dispõem de si mesmos, isto é, de sua força de trabalho para viver: apenas e tudo isso.

Assim a liberdade, sobretudo discursiva. Uma liberdade que, de um ponto de vista ideológico se apresenta a todos nós humanos, como uma das premissas básicas de nossa vida a de "liberdade de ir e vir" ou liberdade de escolha. Somos assim convidados a ir a um restaurante novo, viajar a uma cidade ou país, andar de avião, de ônibus e de trem, nos deslocar pelo mundo, mesmo que seja pela internet, e convidados a sermos livres. O que acontece então em algum outro lado do mundo em que também convidados a ser livres, imigrantes são detidos, presos, deportados, forçados a voltar. Voltar para onde?

E de onde saíram essas pessoas, não saíram porque eram livres, livres para sair e ir aonde quisessem? E foram livres para entrar? Para passar? Para escolher ficar? Meu argumento é que nossa liberdade, essa dos direitos humanos, é uma liberdade inscrita no processo histórico de conformação e expansão contínua do modo de produção capitalista e isso significa não somos todos nós que podemos ser assim, livres. Se toda liberdade não é um conceito por si só, isto é, se a liberdade tem conteúdo, a nossa está condicionada ao lucro, recheada de ganância e violência. Tem caras, classe, raça, gênero, nacionalidade. É a liberdade perversa, apenas um lado da moeda que nos faz propaganda e convida a viver o mundo: o bonito, rico, luxuoso. Essa liberdade é também a ocultação de que o outro lado da moeda é comer da terra sagrada de tantas outras pessoas que, expulsas de seus territórios, ficaram livres para sair e viver o mundo.

Marcada pela desigualdade econômica que existe a nível mundial entre nações, ao tentar agir com liberdade, ao materializá-la em migração e trabalho, ela tem se convertido em morte, dor, exploração e desgaste de milhares de vidas humanas. Quando falamos então que se trata de uma liberdade de mercado, significa a liberdade da fronteira aberta às mercadorias do mundo, do morango produzido nos Estados Unidos, do vinho que vem do Chile ou do café do Brasil. O passeio de um fim de semana de uma família francesa ao bonito mar azul da Grécia, enquanto corpos afundam e se perdem no grande cemitério que vem construindo a Europa ao sul do continente no Mar Mediterrâneo.

10 Uma importante referência para entender esse processo inserido o continente europeu é o historiador Edward Thompson em seu livro *A formação da classe operária inglesa*.

11 Aqui, recomendo a leitura de um historiador europeu, Tzvetan Todorov e seu livro *A conquista da América*..

A liberdade de agir como queira, então, será praticada em marcos, com restrições, com delimitações de toda sorte. Uma dessas delimitações é como se demandará a força de trabalho vivo e onde ela poderá ser realizada: em qual país ou setor econômico. Independentemente de suas condições materiais, para sobreviver os indivíduos precisam dispor da liberdade em um mercado onde possam vendê-la, uma vez que o processo de expropriação dos meios de produção gerou como uma de suas consequências o não controle do trabalhador sobre o processo total produtivo e a distribuição de riqueza na sociedade.

Na sociedade capitalista ao perder o controle sobre o processo produtivo, agora fragmentado, significa que o trabalhador ou trabalhadora se transforma também em uma espécie de mercadoria: para viver, precisa trabalhar. Se não encontrarem trabalho em um lugar e souberem de possibilidades de outros, muitas pessoas irão construir projetos de deslocamento – é assim que Estados Unidos se converte em um lugar de atração, porque é assim que esse país se apresenta ao mundo. A terra das oportunidades, a moeda mais forte. De fato, foi Andrés Manuel López Obrador (AMLO), no México, que saudou em seu discurso esse ano os compatriotas que seguem enviando dinheiro ao país? Em dólar!

O desenvolvimento do sistema capitalista, por ocorrer de forma desigual pelo mundo, torna pessoas os/as trabalhadores/as excedentes que precisam deslocar-se espacialmente em busca de trabalho. O Capital, que se alimenta de trabalho humano para gerar lucro, precisa de trabalhadores/as que estejam livres e dispostos a trabalhar e a deslocar-se. Nessa perspectiva, os autores Raul Delgado Wise e Humberto Márquez Covarrubias (2007) refletem sobre a relação histórica entre Estados Unidos e México a partir da migração, propondo um enfoque teórico para entender essa relação a partir de um modelo exportador de força de trabalho, com o qual de alguma maneira parece corroborar também Ana María Aragonés Castañer y Uberto Salgado Nieto (2015) em sua análise desses dois países.

Ainda que se trate de dois estudos localizados geograficamente, é importante o exercício de refletir sobre quais elementos parecem estar em forte diálogo entre as análises feitas aqui expostas. Se revisarmos notícias e trabalhos teóricos com relação às características do exercício da liberdade de migrar para garantir possibilidades melhores de trabalhar e viver, encontramos diversos pontos em comum como característicos da mobilidade do trabalho e dos interesses e conteúdos que preenchem a *liberdade* de emigrar/imigrar, principalmente em contextos de desigualdades sociais brutais entre diferentes países que marcam muitos homens e mulheres imigrantes.

Assim, analisando o cenário estadunidense e o que caracterizam como "substituição de força de trabalho nacional por mexicana" em alguns setores da economia dos EUA, Wise e Covarrubias (2007) apresentam um dado assustador para a indústria manufatureira em 2003: para empregos formais, no México o salário por hora nessa indústria equivalia a 2.57 dólares, enquanto nos EUA equivalia a 16.45 dólares. No caso de trabalhadores/as imigrantes indocumentados/as, no entanto, o salário nos EUA pode cair até 5 dólares por hora. A conclusão é que "Debido al reemplazo de la fuerza laboral mejor pagada, experimentada y sindicalizada (generalmente la nativa), los trabajadores mexicanos cumplen el objetivo de disminuir los costos de operación para aumentar la competitividad global" (WISE; COVARRUBIAS, 2007, p. 18).

Há, mais uma vez, a expressão da perversidade capitalista, a forma manifesta em que o trabalhador imigrante é interessante ao país, ao mesmo tempo em que é interessante que existam desigualdades entre nações inteiras! Wise e Covarrubias (2007), quando falam do/da trabalhador/a

imigrante utilizam o conceito de transnacional, também usado para caracterizar o modo de operação da economia capitalista, através das empresas transnacionais e investimentos/acordo/comércio entre países. Assim, dizem os autores

> Para la transnacionalización del mercado laboral, un elemento crucial es el mantenimiento y ampliación de la brecha salarial entre México y Estados Unidos, acorde con la estrategia de reestructuración productiva basada en la reducción de costos laborales. (WISE; COVARRUBIAS, 2007, p. 30).

Castañer e Nieto (2015), em estudo sobre os 20 anos do Tratado de Livre Comercio da América do Norte (TLCAN) e seus efeitos para a economia e o padrão migratório México/EUA, afirmaram que tanto as migrações laborais quanto os padrões de acumulação se determinam historicamente (e se modificam) de acordo com as necessidades de reprodução do capital definidas em e desde o centro, em uma relação centro-periferia (dos países com relação ao capitalismo) que é contraditória: "(...) al estar los patrones migratorios vinculados a los mercados laborales internacionales, las características cambiantes de los flujos migratorios se explican en tanto que responden a las insuficiencias de los mercados laborales internacionales" (CASTAÑER; NIETO, 2015, p. 284).

"Por eso nuestro reconocimiento a los paisanos, a los migrantes, muchas gracias por su **apoyo, solidaridad**, por su confianza, por **no olvidar a su patria**" (apud GUTIÉRREZ, 2021, *online,* grifos nosos), disse o presidente mexicano AMLO em seu discurso. Castañer e Nieto (2015) refletem sobre a importância das remessas para o país como uma importância contraditória. Segundo a conferência matutina na qual AMLO deu as informações, em dezembro as remessas ultrapassaram os 40 milhões de dólares, o que significa um incremento de 16.3% em relação ao ano anterior. Já em novembro o incremento foi de 15.6%, algo em torno de 900 milhões de pesos, o que coloca o envio de remessas como a principal fonte de ingressos do México, segundo o presidente.

Para os autores supracitados, uma das piores consequências do TLCAN ao México foi uma maior subordinação econômica aos EUA e o aumento extraordinário dos fluxos ao país (CASTAÑER; NIETO, 2015, p. 285). A política recomendada desde Washington para o crescimento econômico foi baseada em exportações com liberalização comercial e desregulação, de caráter fortemente neoliberal e sem enfrentar resistências internas no país. De um ponto de vista macroeconômico, a funcionalidade das remessas é apoiar a estabilidade macro do modelo neoliberal, contexto na qual as remessas aparecem como complementares às políticas de governo mexicano, pois aumentam o montante de reservas internacionais do país, reduzindo o déficit da balança de pagamentos: uma forma de gerar um panorama de certeza e estabilidade aos investidores estrangeiros, fazendo o México figurar como um país atrativo para investimentos e projetos econômicos com participação estrangeira (CASTAÑER; NIETO, 2015, p. 294).

As remessas, segundo concluem os autores, em um longo prazo acabam por servir apenas para reforçar a posição do país na economia global de dependência de investimentos estrangeiros, pois figuram como um componente de demonstração de estabilidade e de um ponto de vista prático e imediato, servem muito mais às famílias que as recebem, que investem em despesas básicas como pagar suas contas e comprar comida, e pouco ajudam em investimentos a longo prazo que fariam desenvolver a economia local numa perspectiva de, a largo prazo, torná-la mais independente e conectada às necessidades das populações locais.

A desigualdade que se conforma entre diferentes países que aderem ao mesmo projeto mundial é mais um aspecto que caracteriza a perversidade da globalização, como nos demonstrou tão bem

Milton Santos (2001) em seu livro *Por uma outra globalização*. Vê-la desde esse outro lado do discurso bonito, do quão conectado está o mundo hoje em dia, nos serve para entender melhor os mecanismos econômicos e políticos por trás da mobilidade do trabalho em seus aspectos aqui discutidos: a *vulnerabilização* da/do imigrante em sua condição de trabalho, através de aspectos jurídicos e discursivos que restringem a mobilidade humana.Diversas vêm sendo as estratégias de internacionalização produtiva, a partir da atuação de empresas transnacionais que se estabelecem nos países, bem como de formas de precarização dos mercados laborais em uma perspectiva neoliberal. No caso da região latino-americana, temos como exemplo o modelo implantado ao final dos anos 1970, a partir da ideia de "abertura e integração" promovida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que se consumou através da operação de diversos organismos internacionais e das classes sociais dominantes tendo como suposto objetivo o aumento da competitividade econômica entre os países da região e em relação com outros lugares do mundo e que, no limite, vem se alimentando em partes dessa força de trabalho imigrante para sustentar países capitalistas dominantes no mercado mundial como os mais competitivos (WISE; COVARRUBIAS, 2007; CASTAÑER; NIETO, 2015). Assim, a *liberdade* que caracteriza o trabalho livre através do qual se relacionará e atuará essa força de trabalho, de seres humanos em mobilidade, está de maneira determinante condicionada pelas necessidades fantasiosas e gananciosas do capital, cujo funcionamento é a obscena necessidade de extrair lucro, querer ter mais e mais.

APONTAMENTOS FINAIS: VIGORA A FRONTEIRA COMO VIOLÊNCIA

No dia 14 de fevereiro de 2021, centenas de imigrantes de diferentes nacionalidades tentaram sair caminhando do Brasil para o Peru, na cidade brasileira de Assis (AC) onde há uma ponte figurando como fronteira. Impedidos de passar pelo exército peruano, uma vez que o país decretou fechamento das fronteiras por razão da pandemia, os e as imigrantes se estabeleceram na ponte em um acampamento, reivindicando o direito à passagem para seguirem rumo ao destino mais mirado: Estados Unidos da América (GADELHA, 2021). Desde o primeiro dia em que as e os imigrantes se instalaram no local, se recusaram a sair enquanto não pudessem passar e a postura institucional sempre foi de intimidação e ostentação de um aparato de violência.

A resposta do governo federal brasileiro foi, durante dias, o silêncio. Ainda que diversos setores da sociedade demandassem do Estado uma resposta humanitária ao que se desenhava como crise, quando esta chegou o tombo foi grande: a Advocacia Geral da União entrou na Justiça contra os e as imigrantes que identificou como líderes da ocupação, para solicitar a reintegração de posse da ponte, com a alegação de que sua obstrução estava prejudicando seriamente o trânsito de mercadorias, já que muitos caminhões carregados de produtos não conseguiam cruzar a fronteira para chegar no Peru (AGU, 2021).

O paradoxo da imigração descrito na sessão um se explicita no choque provocado entre nacionais e não-nacionais, isto é, os supostamente diferentes irreconciliáveis, sendo assim um desafio ao conservadorismo político e social e aos discursos de "pureza nacional". Apesar de ser parte do processo constitutivo da sociedade, o que em tese lhe daria um status de "normalidade", a imigração coloca em contradição o fato e o direito.

Quando contemplamos a situação ocorrida na fronteira Brasil/Peru, onde não foi possível passar e em que a única preocupação do governo dessas nações tenha sido deixar transparente o fato de que essas pessoas não são bem-vindas ou não representam sequer objeto de preocupação humanitária, entendemos o que se quer dizer a constituição do Outro/Outra impuro/a ao nacional. Isso também

se reflete na continuidade das deportações de imigrantes nos Estados Unidos (MERCHANT, 2021): apesar da vice-presidente ser uma mulher filha de imigrantes, a identidade manipulada pela campanha eleitoral que levou Bidden a vencer Trump e não refletiu uma efetiva melhoria nas condições de emprego e renda de imigrantes. Isso nos faz questionar, amargamente: Onde está a *gratidão* desse lado do muro, como é grato AMLO desse lado aqui?

Segundo dados de diversas reportagens midiáticas a partir de pesquisas da área, nos Estados Unidos os setores de trabalho que mais empregam trabalhadores imigrantes (documentados e indocumentados) são setores relacionados à prestação de serviços domésticos, comércio e serviços de alimentação, construção civil e agricultura. Os dados de migração regular e irregular também figuram nas estatísticas como, por exemplo,uma quantidade total de 15 milhões de trabalhadores mexicanos nos EUA, sendo mais ou menos 24% irregulares, segundo o U.S. Bureau of Labor Statistics, e 10% a estimativa de participação desses trabalhadores no PIB estadunidense[12].

Os tipos de trabalhos que em geral figuram como aqueles que absorvem a força de trabalho imigrante são aqueles que parecem despertar pouco ou nenhum interesse da população autóctone. Por exemplo, o trabalho na agricultura foi descrito nas pesquisas aqui lidas como um dos que mais atrai imigrantes porque são rechaçados pela população nativa por se tratar de trabalhos muitas vezes temporários, de grande intensidade de trabalho, desgaste, cansaço e baixas remunerações. A agricultura é, ainda, um dos setores que mais emprega imigrantes "irregulares" como mais uma forma dos empregadores *economizarem gastos.*

Elementos como temporalidade do trabalho, subcontratação e terceirização, sistema de remuneração por produção, peça produzida ou por dia trabalhado, trabalhos manuais intensos, contratação irregular sem registro junto a órgãos públicos e sistemas de seguridade social e, portanto, sem nenhuma proteção à integridade física da pessoa, ausência de pagamento de impostos e tributos (tanto da parte do empregador quanto da/do trabalhador/a), condições de trabalho insalubres, enfim, características específicas se combinam para gerar o cenário perfeito de exploração do trabalho imigrante, em especial aquele que se encontra com alguma irregularidade em sua situação migratória.

As pesquisas nos demonstram então as conexões entre o regime exclusivo da vida imigrante através das leis do Estado-Nação, os interesses econômicos a nível mundial e local do ponto de vista capitalista: a contratação de força de trabalho barateada pela sua condição específica de existência aumenta o lucro dos empresários locais, enquanto num cenário capitalista global aumenta a capacidade de competitividade no mercado. Nesse cenário aforça de trabalho imigrante (regular e irregular) é precarizada e empurrada a uma condição de vulnerabilidade que violenta milhares de vidas pelo mundo todo (Calavita, 2006; Wise e Covarrubias, 2007; Castañer e Nieto, 2015; Scavitti, 2017).

Discursivamente nesse mercado global, precarização e violação de direitos traduz-se em aumento de competitividade e balança comercial favorável. A mesma moeda com suas duas caras que se alimentam reciprocamente, miséria e riqueza, luxo e nada. Perversidade, necessária palavra que

12 Disponível online: https://www.bbc.com/mundo/noticias-50048191, também em: https://www.nytimes.com/es/2018/12/13/espanol/migrantes-indocumentados-trabajo.html. Outra matéria: https://hipertextual.com/2017/02/mexicanos--sustentan-economia-estadounidense.

amarga a celebração de um mundo interconectado onde as distâncias se encurtam, se celebram acordos internacionais de troca e incentivo, países apertam as mãos e derrubam barreiras ao turismo internacional, a globalização é enfeite de discursos pelo mundo todo em nome do progresso e da era humana.

A fronteira nessa lógica está desenhada guardandoe assegurando o território. Mas a fronteira não precisa ser isso, essa sentença de transformar o Eu em um/uma Outro/Outra que pouco importa, que é uma ameaça a ser seguida com o canto dos olhos. A fronteira não precisa ser intransponível, e tampouco é uma linha de chegada democraticamente intransponível. A fronteira se abre ao capital, mas não se abre a todos os humanos de forma igual. A alguns tipos de humanos a fronteira se torna o fim da linha, ou a incansável espera de ser permitido ou não, reconhecido ou não em sua dor e história de vida, como o é com as pessoas refugiadas que passam anos vivendo uma espécie de limbo da existência.

De cara com a fronteira fechada em fortaleza, ainda assim homens e mulheres se apresentam como sujeitos, criam e recriam modelos e estratégias, materializam-se como mobilidade do trabalho: o trabalho de cruzar a fronteira, a economia disso. O estoque de desejos de vida que servem como combustível, na resiliente coragemcom a qual empreendem seus projetos migratórios. Por outro lado, o desejo insaciável do capital por lucros se alimenta, sedento, das vidas.A criminalização, operada desde as fronteiras e que vulnerabiliza a pessoa migrante, serve aos interesses de baratear seu custo enquanto força de trabalho.

Aliado à barreira física e militar,são produzidos discursos desumanizantes com relação àqueles/àquelas que migram. Se atribui os riscos e os perigos das rotas às suas responsabilidades. Forja-se uma existência que merece desconfiança, pois seria uma existência ambígua, um desvio do ideal de nação/pertença a esse território artificial guardado sobre as fronteiras do poder capitalista: ambiguidade da qual se deve desconfiar, pois o/a imigrante representa o ser "daqui", a sociedade de destino; e ser "de lá", a sociedade de origem; mas também uma "dupla ausência": não ser daqui, nem ser de la (SAYAD, 1998, p. 45).

Assustados com sabe-se lá o que, Estados Unidos, Espanha, Peru, Brasil, México e tantos outros países possuem governos que atuam através da lógica da militarização e do fechamento de fronteiras para impedir algo que também não nos fica muito evidente. Discursos nebulosos, modos de operar confusos, falta de participação efetiva da população imigrante e demais setores engajados com o tema, se traduzem na contínua e falida política de fechamento e geração de vulnerabilidades que marcam as migrações internacionais do último século.

É necessário reconhecer a responsabilidade colossal que possuem esses Estados nacionais, nas figuras de homens e mulheres que ocupam os mais altos cargos de governo e também de empresas internacionais, no que diz respeito às condições atuais da mobilidade humana e à exploração da força de trabalho. As migrações nos evidenciam isso de muitas formas, muitas delas infelizes, como vem sendo tomar conhecimento de assustadoras cifras de mortes, detidos e deportados imigrantes pelo mundo todo. Também nos demonstra em aspectos positivos, quando vemos os intensos ativismos, pesquisas acadêmicas e trocas culturais que se materializam nas sociedades de destino em decorrência da imigração.

A liberdade – de ir e vir, de trabalhar e, em suma, de viver – deve ser defendida como uma condição humana, e precisa ser percebida dentro de um contexto histórico e político a ser caracterizado de forma aberta e franca, captado e exposto em suas contradições mais internas, a fim de que possamos avançar num projeto de sociedade e mundo alternativo a esse que se apresenta a nós cheio de barreiras, restrições, privilégios e hierarquias. Que as fronteiras sejam lugares de encontro, de pontes e não de muros; que a liberdade seja anticapitalista, em consonância com o respeito à todas as formas de vida que existem no

mundo. A liberdade que não se alimente do lucro, pois o lucro se alimenta precisamente de uma não-liberdade. A liberdade que não seja saturada pelo medoao Outro, ao estrangeiro, ao próprio humano em sua múltipla existência.

REFERÊNCIAS

BARRÍA, Cecilia Barría. Los latinos en Estados Unidos: en qué trabajan realmente, cuánto dinero ganan y cuál es su poder económico. BBC. 8 de novembro de 2019.Disponível em: https://www.bbc.com/mundo/noticias-50048191.Acesso em: 01/03/2021.

CALAVITA, Kitty. Contradicciones estructurales em la política de inmigración: los casos de la Europa del Sur y de los Estados Unidos. **REIS:** *Revista española de investigaciones sociológicas***.** Madrid: n. 116, p. 185-212, 2006.

CASTAÑER, Ana María Aragonés e NIETO, Uberto Salgado. La migración laboral México-Estados Unidos a veinte años del Tratado de Libre Comercio de América del Norte. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales.** Cidade do México**:** Nueva Época, año LX, núm. 224. p. 279-314. 2015.

CÔRTES, Tiago Rangel. **Os migrantes da costura em São Paulo: retalhos de trabalho, cidade e Estado**. 2013. 277 f. Trabalho de conclusão de curso (dissertação). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2013.

.

DOMÍNGUEZ, Charlene Domínguez. Aumento de remesas enviadas a México em 2020 se debe a apoyos del gobierno, señala estudio. Dallas News, 2 de novembro de 2020. Disponível em:https://d.elhorizonte.mx/finanzas/envio-de-remesas-a-mexico-aumenta-durante-pandemia/2970052. Acesso em: 02/03/2021.

.

FREIRE DA SILVA, Carlos. **Trabalho Informal e Redes de Subcontratação: Dinâmicas Urbanas da Indústria de Confecções em São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2008.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Editorial Estampa, 1977.

Gottmann, Jean. "A evolução do conceito de território". **Boletim Campineiro de Geografia**. Campinas: vol. 2, no. 3, p. 523-545, 2012.

.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** Editora Loyola, 2002.

_____. **O Novo Imperialismo**. Editora Loyola, 2004.

_____. **O neoliberalismo. Histórias e implicações**. Editora Loyola, 2005.

JORDAN, Miriam. La realidad sobre el trabajo de personas indocumentadas en EE.UU. New York Times, 13 de dezembro de 2018. Disponível em: https://www.nytimes.com/es/2018/12/13/espanol/migrantes-indocumentados-trabajo.html. Acesso em: 01/03/2021.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. Contexto, 2014.

PALACIOS, Simón Pedro Izcara e RUBIO, Karla Lorena Andrade Rubio. Inmigración y trabajo irregular en la agricultura: trabajadores tamaulipecos en Estados Unidos y jornaleros magrebíes em Andalucía. **Revista Mundo Agrario.** La Plata, Argentina: Universidad Nacional de La Plata, vol. 4, nº8, p. 2004.

PÓVOA-NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: novos desafios para a análise. **Revista e Experimental**, São Paulo: n.2, p. 11-24, 1997.

REDONDO, Mónica Redondo. Os trabalhadores mexicanos que sustentan la economía estadunidense. Hipertextual, 2 de fevereiro de 2017. disponível online: https://hipertextual.com/2017/02/mexicanos-sustentan-economia-estadounidense. Acesso em: 01/03/2021.

RINCÓN, Sebastián. Remesas de EU hacia países de Latinoamérica, dispares en la pandemia. Portada/ Economía Y Finanzas. Forbes, 9 de outubro de 2020. disponível em: https://www.forbes.com.mx/economia-remesas-eu-latinoamerica-dispares-pandemia/. Acesso em: 01/03/2021.

SASSEN, Saskia. **La movilidad del trabajo y del capital. Un estudio sobre la corriente internacional de la inversión y del trabajo.** Centro de publicaciones del Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1993.

_____. **As cidades na economia mundial**. Studio Novel, 1998.

SAYAD, Abdelmalek, **A imigração e os paradoxos da alteridade**. EDUSP, 1998.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Editora Record, 2001.

SCAVITTI, Julia Ferreira. **SUPERARSE/SUPERARME: Os paradoxos da liberdade no trabalho dos imigrantes na indústria de costura no capitalismo contemporâneo**. Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2017.

SOUCHAUD, Sylvain. **A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo? Imigração Boliviana no Brasil /** Rosana Baeninger (Org.). – Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

Envío de remesas rompe récord en 2020, paisanos actuaron como héroes, dice AMLO. Televisa News, 6 de janeiro de 2021. Disponível em: https://noticieros.televisa.com/ultimas-noticias/envio-de-remesas-rompe-record-en-2020-paisanos-actuaron-como-heroes-dice-amlo/. Acesso em: 01/03/2021.

Thompson, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Paz e Terra, 1987.

Todorov, Tzvetan. **La conquista de América**. Siglo Veintuno Editores, 1987.

.

VILLEN, Patrícia Meirelles Alves. **Imigração na modernização dependente: braços "civilizatórios" e a atual configuração polarizada.** 2015. Trabalho de conclusão de curso (Tese). Universidade estadual de Campinas – UNICAMP, 2015.

.

WISE, Raúl Delgado e COVARRUBIAS, Humberto Márquez Covarrubias. Para entender la migración a Estados Unidos. El papel de la fuerza de trabajo barata mexicana em el mercado laboral transnacional.*Problemas del Desarrollo, Revista Latinoamericana de Economía***.** Cidade do México: Vol. 38, n.149, p. 11-34, 2007.

O TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE: BREVE REVISÃO TEÓRICA DO DEBATE ENTRE OS CONTEMPORÂNEOS

Recebido em 26/03/2021, aprovado em 9/06/2021
10.30612/mvt.v8i14.15022
Cesar Sanson[13]

RESUMO: Teóricos dos estudos sobre o mundo trabalho identificam três mudanças em curso que vem provocando rupturas na sociedade do trabalho: a evolução das forças produtivas, o enfraquecimento do Estado como regulador da assimetria entre o capital e o trabalho e a financeirização da economia. Há uma crescente percepção que a sociedade salarial em sua versão fordista caracterizada pelo pleno emprego, estabilidade, renda satisfatória e previdência social já não consegue incluir todos. O presente artigo apresenta uma breve síntese das abordagens teóricas, sobretudo no debate acadêmico, acerca da crise da sociedade salarial a partir de autores contemporâneos.

Palavras-chave: Trabalho. Sociedade assalariada. Inclusão social.

WORK IN TIME OF CRISIS: BRIEF THEORETICAL REVIEW OF THE DEBATE AMONG CONTEMPORARY AUTHORS

ABSTRACT: Theorists of studies on the world of work identify three changes in progress that have been causing disruptions in the labor society: the evolution of the productive forces, the weakening of the State as a regulator of the asymmetry between capital and labor, and the financialization of the economy. There is a growing perception that the wage society in its fordist version characterized by full employment, stability, satisfactory income and social security is no longer able to include everyone. This article presents a brief synthesis of theoretical approaches, especially in the academic debate, about the crisis of the salaried society in contemporary authors.

Keywords: Work. Waged society. Social inclusion.

EL TRABAJO EN TIEMPOS DE CRISIS: BREVE REVISIÓN TEÓRICA DEL DEBATE ENTRE CONTEMPORÁNEOS

RESUMEN: Los teóricos de los estudios sobre el mundo del trabajo identifican três câmbios en curso que vienen provocando disrupciones em la sociedad laboral: la evolución de lãs fuerzas

13 Doutor pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor Associado, vinculado ao Departamento de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Área de pesquisa: Sociologia do Trabalho. E-mail: cesarsanson@gmail.com

productivas, el debilitamiento del Estado como regulador de la asimetría entre capital y trabajo y la financiarización de la economía. Existe una percepción cada vez mayor de que la sociedad asalariada em su versión fordista caracterizada por el pleno empleo, la estabilidad, los ingresos satisfactorios y la seguridad social ya no es capaz de incluir a todos. Este artículo presenta una breve síntesis de los enfoques teóricos, especialmente en el debate académico, sobre la crisis de la sociedad asalariada de autores contemporáneos.

Palavras Clave: Trabajo. Sociedad asalariada. Inclusión social.

INTRODUÇÃO

Por muito tempo, ao menos a partir de meados do século XX, respirava-se certa convicção entre os pesquisadores do mundo do trabalho que caminhávamos para uma sociedade inclusiva, na qual o trabalho assalariado desempenharia papel central. Acreditava-se que o pêndulo capital *versus* trabalho chegaria a um ponto de equilíbrio, sobretudo pelas lutas operárias e pelo papel regulador do Estado. O pleno emprego associado a um rol de direitos, renda satisfatória e previdência social se estenderiam a todos e garantiriam uma sociedade socialmente justa sob a perspectiva da distribuição de renda. O que melhor representou essa ideia foi a sociedade fordista, período do pós-guerra que perdurou até os anos 1970, denominado de anos dourados do capitalismo. Há sinais, entretanto, que a sociedade fordista encontra-se em crise e não retornará mais. O assalariamento é cada vez mais escasso, o Estado se afasta do seu papel de árbitro contencioso na regulação entre o trabalho e o capital e a previdência social se torna distante para um crescente número de pessoas. A vida no mundo de trabalho se faz cada vez mais pela intermitência, ganhos rebaixados e perda de direitos. A precarização no trabalho deixou de ser exceção e se tornou regra. Estamos diante de uma crise terminal da sociedade salarial? É possível retomar o pleno emprego? O Estado retomará o seu papel de regulador na assimetria trabalho-capital? Qual é o lugar do trabalho e a sua função social na sociedade hoje?

Esse debate – escancarado ainda mais pela pandemia do coronavírus – tem sido objeto de análise, entre outras áreas, na economia, na sociologia e no direito. Percebe-se uma crescente concordância entre os estudiosos da sociedade do trabalho que as mudanças em curso estão associadas a três fatores: a evolução das forças produtivas, o enfraquecimento do Estado como regulador da relação capital-trabalho e a financeirização da esfera produtiva. Esses três movimentos simultâneos colocam em reviravolta a sociedade fordista. Assiste-se em todo o mundo a uma crescente instabilidade que ameaça a ideia do trabalho assalariado como porta de entrada para a inclusão social.

O presente artigo expõe uma breve síntese do debate teórico acerca da crise da sociedade salarial a partir de autores contemporâneos. Apresenta-se, mesmo que sumariamente, as abordagens que se veem no debate, sobretudo acadêmico, acerca da crise da sociedade do trabalho. Incorpora-se nessa discussão, no contexto da pandemia da Covid-19, o debate da retomada da proposta de uma Renda Básica Universal (RBU) não apenas como mitigadora temporária dos efeitos da crise sanitária, mas como uma política pública permanente para responder à crise na sociedade do trabalho.

CRISE DA SOCIEDADE SALARIAL: REVISÃO TEÓRICA DO DEBATE ENTRE OS CONTEMPORÂNEOS

O trabalho regulado por um contrato em que se estabelece uma relação de troca – trabalho por salário – é datado historicamente. É a Revolução Industrial quem dá origem ao assalariamento.

> A história já foi contada inúmeras vezes: como a expansão dos mercados, a presença do carvão e do ferro, assim como de um clima úmido propício à

> indústria do algodão, a multidão de pessoas despojadas pelos novos cercamentos do século XVIII, a existência de instituições livres, a invenção das máquinas e outras causas interagiram de forma tal a ocasionar a Revolução Industrial. Já se demonstrou, conclusivamente, que nenhuma causa única merece ser destacada da cadeia e colocada à parte como 'a' causa daquele acontecimento súbito e inesperado (POLANYI, 2000, p. 58-59).

Castel (1995) revela que a verdadeira descoberta que o século XVIII promove não é o da necessidade do trabalho, mas a da necessidade da liberdade do trabalho uma vez que a servidão é incompatível com os princípios liberais da burguesia emergente, ou seja, o trabalho doravante passa a ser vendido no mercado como outra mercadoria qualquer, porém, num âmbito de liberdade e não compulsoriedade como foi a servidão. O autor afirma que agora com o advento da Revolução Industrial o trabalho obedece à lei da oferta e da procura em que a relação que une o trabalhador a seu empregador tornou-se uma simples 'convenção', isto é, um contrato entre dois parceiros que se entendem sobre o salário. Esta transação, destaca, não é mais regulada por sistemas de coerção ou de garantias externas à própria troca. O mundo do trabalho vai mudar de base. É uma revolução na Revolução.

O trabalho regulado aos poucos vai se impondo e transformando a sociedade em uma sociedade salarial. O trabalho assalariado passa a ocupar um lugar central na vida das pessoas e marca decisivamente as relações de produção. Ainda mais, é através do trabalho que cada um tem a obrigação de dar um sentido à sua vida e à própria humanidade, como observa Saint-Simon, que viveu o alvorecer da Revolução Industrial:

> O homem deve trabalhar. O mais feliz dos homens é aquele que trabalha. A família mais feliz é aquela na qual todos os seus membros empregam utilmente o seu tempo. A nação mais feliz é aquela na qual há menos desocupados. A humanidade gozaria toda a felicidade a que pode pretender se não houvesse ociosos (SAINT-SIMON apud GUYADER, 2005, p. 150).

O trabalho na sociedade industrial é elevado à condição de centro organizador da vida individual e coletiva: "Ele estrutura não somente a nossa relação com o mundo, mas também as nossas relações sociais. Ele é a relação social fundamental" (MEDA, 1995, p. 26). Essa foi a grande transformação que se processa no final do século XVIII com a Revolução Industrial e intensifica-se no século XIX. O sistema de produção fordista no século XX é o coroamento da sociedade salarial em que a "sociedade se tornou fábrica" (NEGRI; HARDT, 2001).

O círculo virtuoso do fordismo – produção-renda-consumo – é um elemento distintivo da lógica do capital do século XX frente ao capital dos séculos XVIII e XIX. O capitalismo, em sua origem, não tinha como horizonte incluir os trabalhadores. Já o fordismo considera a inclusão dos trabalhadores, via consumo de massa, condição indispensável para o seu virtuosismo. O fordismo correspondeu aos anos dourados do capitalismo[14] e, mais do que um simples modo de organizar

14 A expressão "anos dourados do capitalismo", período que vai do final dos anos 1940 até o início da década de 1970, é do historiador inglês Eric Hobsbawm (1997)ao comentar o crescimento virtuoso das economias americana e européia após a Segunda Guerra Mundial. Essas economias entraram num ciclo acelerado de crescimento tendo em sua base a sinergia entre o aumento de produtividade, salários e geração de empregos.

a produção, correspondeu a um modo de vida. O capitalismo procura legitimar-se diante dos trabalhadores, fazendo do fordismo um sucesso que vincula um sistema de sociedade a um Estado regulador.

> O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significa consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 2003, p. 121).

O fordismo, no seu momento histórico, encontra nas teses *keynesianas*[15] – a necessidade de um Estado ativo e protagonista na regulação econômica – uma complementaridade. O fordismo fortalece o pensamento de Keynes e vice-versa, na medida em que o primeiro se propõe a estimular a produção, o consumo e o emprego; e o segundo sugere, para a supressão dos ciclos de depressão da economia, a pronta intervenção do Estado através de pesados investimentos. As ideias de Keynes, associadas ao fordismo e ao movimento operário em ascensão fundaram o Estado do Bem-Estar Social, com um leque de obrigações.

> Na medida em que a produção em massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção (HARVEY, 2003, p. 129).

A junção de dois movimentos poderosos – o fordismo e o *keynesianismo* – alavancaram um consistente e permanente desenvolvimento, principalmente no pós-guerra. É essa sociedade, a sociedade fordista, que agora se encontra em reviravolta. Dentre os principais fatores destacados pelos teóricos contemporâneos que estudam o trabalho três fatores simultâneos estão reconfigurando radicalmente a realidade da sociedade do trabalho. O primeiro deles é a ofensiva do capital frente ao trabalho. Assistimos a uma reversão daquilo que foi denominado de Estado de Bem-Estar Social do pós-guerra. O capital não admite mais a regulação e age para que toda a normatização da legislação que estabelece as regras entre o capital e o trabalho seja abolida. Cada vez mais as empresas passam a contar com uma legislação que permite ajustar sua produção, emprego, salário, jornada laboral e condições de trabalho ante as flutuações da economia. Observa-se um processo crescente de desregulamentação e eliminação de direitos.

15 Referência a **John Maynard Keynes** (1883 – 1946), economista britânico. Sua grande contribuição teórica, revisitando os clássicos da economia, foi a de demonstrar que o estado normal da economia é o desequilíbrio e não o equilíbrio, e que a racionalidade individual leva a uma irracionalidade coletiva. Partindo do princípio de que Estado e mercado são duas instituições complementares, defende a ideia de que a "mão invisível" do mercado necessita da "mão visível" do Estado.

O segundo fator da desestruturação da sociedade salarial é a evolução das forças produtivas, particularmente a Revolução informacional e a Revolução 4.0, ambas, revoluções produtivas de grande envergadura. A Terceira Revolução Industrial, também denominada de Revolução Informacional ou Revolução Tecnológica tem o seu início a partir dos anos 1970. Surge da contracultura dos *campi* de universidades americanas, do desenvolvimento do parque industrial da Universidade Stanford e do Vale do Silício na Califórnia (EUA). Segundo Castells (1999), essa revolução reúne as seguintes características: 1 – Tecnologias que agem sobre a informação e não apenas informações para agir sobre a tecnologia, como foi o caso das revoluções tecnológicas anteriores. 2 – Penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias – o novo meio tecnológico incide na existência individual e coletiva das pessoas. 3 – A lógica das redes – a possibilidade de estruturar o não estruturado, de criar interação. 4 – A flexibilidade – as novas tecnologias permitirão a reestruturação das organizações sociais. 5 – Convergência das tecnologias para um sistema altamente integrado. Empresas tornam-se uma só: eletrônica/telecomunicações/engenharia genética. A Quarta Revolução Industrial, também denominada de Revolução 4.0, é uma revolução do século XXI e distingue-se das anteriores pela capacidade de estabelecer a fusão de tecnologias e a interação entre os domínios físicos, digitais e biológicos. Entre as principais inovações em curso, encontram-se: inteligência artificial, robótica, internet das coisas, veículos autônomos, impressão em 3D, ampliação de pesquisas e inovações nas áreas de nanotecnologia e biotecnologia. Essas inovações estão em curso e vêm alterando significativamente a sociedade do trabalho. Embora, os seus resultados não sejam ainda perceptíveis em seu conjunto, é incontestável a potência da introdução desses novos recursos tecnológicos. Tome-se como exemplo as plataformas digitais, resultantes da inteligência artificial, que deram origem a categoria dos trabalhadores de aplicativos.

Essas revoluções produtivas de grande monta são comparáveis em seus impactos às mudanças produzidas pela Revolução Industrial. Ao contrário, entretanto, da Revolução Industrial do século XVIII que empregou milhares de pessoas, essas revoluções produtivas não requerem mais o trabalho de todos. Elas se fazem na crescente dispensa de trabalho particularmente na indústria e o crescimento de trabalho no setor de serviços. Os novos empregos desse setor são, porém, majoritariamente precários, como se veem, por exemplo, nos *calls centers* e nas plataformas de trabalho digital como trabalhadores de aplicativos.

O capitalismo produtivo que permanece ancorado nas indústrias, por sua vez, exige sempre e cada vez mais mão de obra qualificada, que tenha capacidade de agregar conhecimento ao processo produtivo na perspectiva do aumento da produtividade, condição indispensável num mercado altamente competitivo. É a denominada economia do imaterial, uma economia que transfere importância, em termos de valorização, para os ativos imateriais, aqueles relacionados ao universo da intangibilidade, ou seja, ao conhecimento, às ideias, ao domínio das novas tecnologias da informação. Esses ativos são recursos cada vez mais utilizados no processo produtivo. Situam-se, porém, nessa condição de domínio do trabalho imaterial poucos trabalhadores, aqueles que trabalham em nichos produtivos de alta tecnologia. Logo, o que vemos com a mudança no paradigma produtivo é a desestruturação do mercado ocupacional. Observa-se que a sociedade homogênea do trabalho fordista cede lugar a uma crescente instabilidade em que trabalhadores são substituídos por máquinas, ao mesmo tempo em que se instala a precariedade, intermitência, flexibilização de direitos e ganhos reduzidos.

Finalmente, outra mudança que corrói a sociedade do trabalho destacada pelos estudiosos é a supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo. As empresas, hoje, principalmente as grandes corporações, respondem sempre e cada vez mais aos interesses de investidores e acionistas.

Na sociedade industrial clássica, o empresário retornava parte do seu lucro para a sociedade através do pagamento de salários e geração de empregos com a abertura de novas unidades fabris. Agora, com uso intensivo de tecnologia, as empresas aumentam a produtividade, pagando menos salários e empregando menos. O dinheiro que, antes, voltava parcialmente para a sociedade, é transferido para o mercado financeiro.

Resumindo, verifica-se que desde os finais dos 1970 mudanças significativas se processam no capitalismo conforme caracterizado por Castells (1999): a) fortalecimento do capital frente ao Estado – manifestadamente perceptível na integração global dos mercados financeiros; formação de blocos econômicos; b) concorrência econômica global acompanhada pela descentralização das empresas, com o objetivo de globalizar sua produção para aumentar seus ganhos; c) erosão do Estado-Nação e o seu (re)direcionamento para desfazer o contrato do bem-estar social; d) desintegração do mercado de trabalho associada a dois movimentos: a crise do chamado processo de produção padronizado e a irrupção da produção flexível e a desregulamentação do aparelho normativo das leis que sustentavam um determinado tipo de organização do trabalho; e) transformação da estrutura ocupacional, na qual se assiste a um declínio do emprego industrial em benefício do emprego precário no setor de serviços; f) papel e lugar da política que sofre um processo de fragilização; na redefinição de valores culturais que colocam em crise as instituições.

O caráter das mudanças em curso na sociedade industrial e o seu significado assumem na literatura sociológica contemporânea várias denominações: "sociedade pós-industrial", "pós-fordista" em Lazzarato e Negri (2001), Virno (2002) e Rulani (1998); "capitalismo cognitivo" em Vercellone (2011), Corsani (2003), Moulier-Boutang (2003), Cocco (2003); "sociedade do conhecimento" em Gorz (2005); "sociedade informacional" em Castells (1999) e Lojkine (1999); "era do acesso" em Rifkin (2001); "segunda modernidade" em Giddens (2002); "pós-social" em Touraine (2006); "pós-modernidade" em Harvey (2003); "novo capitalismo" em Sennett (2006); "modernidade líquida" em Bauman (2001) e "sociedade do risco" em Beck (2010). Esses conceitos, entre outros, expressam não necessariamente uma oposição entre si, mas antes de tudo, formas próximas para dar conteúdo a um mesmo acontecimento: o enfraquecimento do paradigma da sociedade salarial/industrial.

As mudanças em curso no capitalismo re-colocaram, portanto, em debate o lugar que o trabalho ocupa na organização econômica e social da sociedade. Esse debate, particularmente do enfraquecimento e da crise da sociedade salarial, surge nos países centrais, sobretudo na França, estimulado principalmente pela produção teórica de Gorz (1987). De acordo com Langer (2003) Gorz parte da tese de que historicamente o trabalho nem sempre foi aquilo que ele é hoje. O que nós nos acostumamos a chamar de trabalho subsumido ao emprego é uma criação da modernidade. A forma sob a qual o conhecemos, praticamos e o situamos no centro da vida individual e social, foi criada, e em seguida generalizada com a sociedade industrial. A racionalização do trabalho para sua vertente emprego segundo Gorz (1998, p. 36),

> foi uma revolução, uma subversão do modo de vida, dos valores, das relações sociais e da natureza, em essência, a invenção no sentido pleno do termo de algo que nunca havia existido. A atividade produtiva foi esvaziada de seu sentido, de suas motivações e de seu objeto para tornar-se simples meio de ganhar um salário. Ela deixou de fazer parte da vida para tornar-se o meio de 'ganhar sua vida'. O tempo de trabalho e o tempo de viver foram separados; o trabalho, seus instrumentos, seus produtos adquiriram uma realidade separada da do trabalhador e a depender de decisões estranhas.

O que está em crise é, pois, uma determinada forma de trabalho, o emprego, o assalariamento, e não o trabalho no sentido antropológico. De acordo com Gorz as razões da crise do trabalho assalariado, do emprego, encontram-se, sobretudo na evolução das forças produtivas, da instauração da Revolução Informacional que maximiza a produtividade e poupa mão de obra. Na perspectiva *gorziana* a sociedade do pleno emprego não retornará mais:

> É preciso ousar querer o Êxodo da 'sociedade do trabalho': ela não existe mais e não voltará. É preciso querer a morte desta sociedade que agoniza, com o fim de que outra possa nasce sobre seus escombros. É preciso aprender a distinguir os contornos desta sociedade diferente detrás das resistências, das disfunções, dos becos sem saída dos quais está feito o presente (GORZ, 1997, p. 11).

Entre os autores que "acompanham" a argumentação de Gorz acerca crise do assalariamento podemos identificar, entre outros, Rifkin (1995), Offe (1995), Méda (1995), Gollain (2000), Robin (1993), Sue (1997). Esses autores, grosso modo, estão de acordo com Gorz e afirmam que as transformações do capitalismo mundial, particularmente a partir da evolução das forças produtivas e da perda da força política do Estado como regulador do mercado de trabalho, levaram a uma crise do trabalho assalariado em que os anos dourados do capitalismo ficaram para trás e a sociedade do pleno emprego não retornará.

Essa tese da crise da sociedade salarial, do assalariamento, ou ainda do emprego não é acompanhada, entretanto, por uma série de outros autores. Destaca-se aqui, sobretudo Castells (1999) que contesta as "profecias apocalípticas" daqueles que afirmam que estamos diante do fim do emprego. Castells concorda que se assiste a uma redução do emprego industrial, resultante da Revolução Informacional, mas que esse declínio do assalariamento industrial é compensado pela ampliação de postos de trabalho no setor de serviços, sobretudo naquele potencializado pela nova dinâmica da economia informacional. Ainda entre os autores que contestam a perda da centralidade do trabalho e, para ficar em mais dois exemplos, um da França e outro do Brasil, encontram-se Castel (1995) e Antunes (1999)**.** Castel reconhece que a centralidade do trabalho vem sendo colocada em questão e com ela todo o suporte de identidade social e pertencimento à sociedade. O autor comenta que há um novo crescimento de "vulnerabilidade de massa" que se pensava afastado. Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológicas da evolução do capitalismo moderno, diz ele. Três pontos da cristalização da nova questão social podem ser distinguidos afirma Castel (1995): 1 - desestabilização dos estáveis: classe operária integrada e assalariados da pequena classe média ameaçadas (a mobilidade ascendente se desfaz); 2 - instalação da precariedade: trajetórias erráticas feitas de alternância de emprego e não emprego; 3 - déficit de lugares: trabalhadores que não têm mais lugar no processo produtivo. O núcleo da questão social seria hoje, segundo Castel, o retorno dos desfiliados – aqueles que estão fora da sociedade salarial. Porém, indaga: O surgimento da nova questão social nos permite afirmar que a sociedade salarial morreu? É possível recolocar no jogo social as populações invalidadas pela conjuntura e acabar com uma hemorragia de desfiliação que ameaça deixar todo exangue o corpo social? Segundo Castel, estamos diante de uma bifurcação: aceitar uma sociedade inteiramente submetida às exigências da economia ou reconstruir um Estado Social à altura dos novos desafios. Isto porque, diz ele, nas últimas décadas o Estado que na Revolução Industrial moderna ganhou papel de regular as relações mercado-trabalho, hoje perde esta função e a economia se autonomizando desagrega a condição salarial. Castel, portanto, acredita na possibilidade de reconstituição da

inclusão via o trabalho a partir de um decisivo papel do Estado que interceda para o equilíbrio em sua relação com o capital.

Antunes (1999), por sua vez, também reconhece que há uma desestruturação da sociedade salarial. Segundo o autor, a classe trabalhadora no século XXI, em plena era da globalização, é mais fragmentada, mais heterogênea e ainda mais diversificada. Acrescenta que neste processo acentua-se uma perda significativa de direitos que em sintonia com o caráter destrutivo do capital vigente tornou o trabalho ainda mais precarizado, intensificando os níveis de exploração para aqueles que trabalham. A partir dessa conformação mais fragmentada e mais heterogênea, o autor sugere uma noção ampliada de trabalho que define como o conceito 'classe-que-vive-do-trabalho' para configurar a nova classe trabalhadora. Antunes incorpora os que estão fora do assalariamento tradicional, como os trabalhadores informais, no conjunto dos assalariados sob o argumento de que também vendem a força de trabalho. Logo, o autor sugere uma leitura do trabalho em que não haja uma dicotomização entre assalariamento e não assalariamento porque compreende, principalmente a partir das economias periféricas, que essa divisão é redutora do conceito de classe trabalhadora.

Destaque-se que a diferença de análise entre os autores citados e os anteriores é a interpretação sobre a crise do assalariamento. Enquanto Gorz e outros consideram que caminhamos para o fim do assalariamento tal qual se convencionou no fordismo; Castells, Castel e Antunes discordam dessa tese e reafirmam que embora seja incontestável o processo de reestruturação do capitalismo a partir do último quarto do século XX, não se pode falar em fim do assalariamento.

Entre os autores que acentuam a desestruturação da sociedade salarial fordista destaca-se Harvey (2003). O autor inaugura o conceito da 'acumulação flexível', um padrão de produção que se ajusta a nova dinâmica do capitalismo a partir da crise do fordismo dos anos 1970. Segundo o autor, esse padrão produtivo

> se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2003, p. 140).

De acordo com o Harvey, as características desse novo modo produtivo são as seguintes: 1 - a organização industrial que antes se pautava na produção em larga escala passa por uma drástica transformação e a produção em escopo passa a superá-la; 2 - essa forma de produção em pequenas quantidades ancoradas no método *just in time* permite alcançar públicos cada vez mais específicos e acompanhar as rápidas transformações dos padrões de consumo; 3 - a esta tendência está aliado o fenômeno da subcontratação e as fusões de grandes corporações; 4 - a subcontratação possibilita uma maior flexibilidade dos contratos, como a grande empresa não tem um vínculo direto com o trabalhador, dispensá-lo é muito simples; 5 – as empresas combinam quantidade de empregados em tempo integral com habilidades facilmente encontradas no mercado de trabalho que se caracteriza por uma alta taxa de rotatividade, bem como os de profissionais altamente capacitados, que ganham altos salários mas substituem, com suas habilidades de operar e fiscalizar linhas de produção automatizadas, grandes quantidades de trabalhadores fixos sem qualificação.

O debate da reestruturação do capitalismo até então lastreado no padrão flexível de produção e as suas consequências, é também intenso entre os estudiosos brasileiros com a particularidade de que destacam que essa nova dinâmica é ainda mais devastadora na estrutura ocupacional de economias periféricas. Entre outros autores, muito ativos nesse debate, destacam-se: Antunes (2013), já

citado**;** Braga (2012) Pochmann (2001)**,** Leite (1994)**,** Krein (2001; 2019)**,** Alves (2000)**,** Ramalho e Santana (2009)**,** Véras (2011), Druck (2007), Filgueiras (2004). Todos eles acentuam a ofensiva do capital frente ao trabalho destacada por Harvey e sinalizam para um trinômio deletério: flexibilização, terceirização e precarização, tudo isso chancelado pelo Estado, que num processo gradativo, desde os anos 1980, subordina-se aos interesses do capital. O que há em comum na leitura desses autores é o fato de que as mudanças em curso na sociedade do trabalho indicam uma ruptura com o período industrial anterior que distribuía os ganhos de produtividade através do assalariamento. Segundo os autores, assistimos a uma ofensiva nas últimas décadas do capital frente ao trabalho que se manifesta através da alteração das normas que se ajustam às condições do mercado: contrato de trabalho, remuneração e jornada de trabalho. Simultaneamente, alertam, vemos o crescimento da ideologia do empreendedorismo onde a *uberização*[16] do trabalho vai se tornando a nova lógica em que a regra é a ausência de regras. Esses autores não falam em esgotamento da sociedade salarial, mas admitem a sua severa crise e propugnam na linha de Castel (1995) que é imprescindível a retomada do papel do Estado como um agente indutor do equilíbrio social que reconstitua o seu papel em defesa do trabalho. O problema, afirmam, é que cada vez mais se observa a retirada do Estado em sua função de contenção da exacerbação dos interesses do capital. É nessa perspectiva que acentuam que as Reformas, entre elas e, principal, a Reforma Trabalhista[17], como emblemática de uma nova ordem de aniquilação da proteção ao trabalho. Não está explícito e necessariamente não há uniformidade entre os autores, mas percebe-se que os mesmos defendem a retomada do 'sistema do trabalho fordista' que recupere a ideia da estabilidade no trabalho, ou seja, a regularidade e não a intermitência; renda satisfatória e a reconstituição do rol de direitos de proteção ao trabalho, incluindo a previdência social.

Acerca das mudanças na sociedade do trabalho há uma particular reflexão, sugerida por Sennett (1999, 2006). O autor não entra em cheio no debate sobre a crise ou não do assalariamento, mas destaca as mudanças de caráter ético-cultural advindas das transformações em curso. Sennett destaca que a velha ética no mundo do trabalho está sendo substituída por outra ética. Segundo o autor, se anteriormente o trabalho era caracterizado por um processo padronizado – fordista – na qual se exigia um trabalhador especializado e a produtividade era alavancada pela somatória das performances individuais, hoje se busca uma organização social do trabalho flexível. A percepção de Sennett é que, sob a perspectiva ética, a nova sociedade do trabalho, resultante das mudanças estruturais do capitalismo, bagunçou tudo. A vida do trabalho perdeu sua narrativa linear. De acordo com Sennett (1999, 2006), as novas características da sociedade de trabalho são: 1 - A deriva, a nova maneira de organizar o tempo de trabalho é que se acabou o "longo prazo". O emprego está sendo substituído por "projetos' e "campos de trabalho". Não há mais longo prazo e a sua ausência corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo. 2 – Instala-se o sentimento do "fantasma da inutilidade", a ideia de que as pessoas são facilmente substituíveis, sejam pelas máquinas, seja pela insuficiência de qualificação. 3 - A rotina. A sociedade moderna, diz Sennett, está em revolta contra o tempo rotineiro, burocrático. A rotina pode degradar, mas também proteger; pode decompor o trabalho, mas

16 Conceito que denota a veloz tendência das novas modalidades e condições de trabalho oriundas das inovações tecnológicas, transformadas em aplicativos que possibilitam a prestação de serviços através da interação entre o digital, o físico e o biológico. A condição de trabalho na *uberização* é caracterizada pela ausência de regulação. É intrínseco ao modelo a não vinculação com direitos trabalhistas tal e qual se conheciam na sociedade industrial fordista. Comumente, associa-se *uberização* ao conceito de precarização que manifesta, além da ausência de direitos regulados, baixa remuneração e jornadas de trabalho extensas.

17 Reforma aprovada em 2017 pelo Congresso brasileiro e sancionada pelo governo de Michel Temer que alterou substancialmente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

também compor uma vida. Hoje, no novo mundo do trabalho, ganha centralidade a necessidade de indivíduos flexíveis, que estejam sempre à disposição da lógica do mercado. 4 - A flexibilidade. Agora todos são instados a serem flexíveis. Ser flexível significa aqui se adaptar a circunstâncias variáveis, trata-se de assumir uma postura de administração do tempo, o 'flexi-tempo'. 5 - O risco. Essa é outra característica do novo mundo do trabalho. O risco torna-se uma necessidade diária, pois a instabilidade das organizações flexíveis impõe aos trabalhadores a necessidade de correr riscos, de assumir iniciativas que nem sempre apresentam perspectiva de segurança que darão certo. 6 - O fracasso. Outro aspecto presente no novo mundo do trabalho. Pergunta Sennett, "como se sentem os demitidos"? Segundo a narrativa do autor, no início, se sentiam vítimas passivas da empresa, num segundo momento culpavam a economia global, e por último, expressam o fracasso pessoal com a carreira pelo fato de não terem tomado esta ou aquela decisão no decorrer de sua vida profissional. A percepção de Sennett (1999) é a de que no novo mundo do trabalho há uma "corrosão do caráter", ou seja, a construção identitária em torno do trabalho durante quase dois séculos está se esvaindo.

Segundo Sennett, as mudanças em curso alteram a estabilidade no trabalho que se via no fordismo a partir várias dinâmicas. Agora, a vida no trabalho se faz cada vez mais de intermitências, as atividades laborais são de breve contratação definida na maioria das vezes por tarefas, empreitadas, projetos como se vê através da denominada *pejotização* do trabalho, situação na qual o trabalhador deve ser tornar um empreendedor e estabelecer contrato com o contratante para trabalhos terceirizados e majoritariamente de caráter temporário. A interpretação de Sennett, portanto, é a de que no novo mundo do trabalho há uma "corrosão do caráter", ou seja, a construção identitária em torno do trabalho constituída durante quase dois séculos está se esvaindo.

Outro debate sobre as mudanças de fundo da sociedade salarial/industrial é aquele que se vincula ao conceito do "capitalismo cognitivo", "pós-fordismo" ou "sociedade pós-industrial". Autores, entre outros, como Negri e Hardt (2001), Lazzarato (2001), Corsani (2003), Virno (2002), Cocco (2003) destacam que no epicentro do deslocamento do capitalismo industrial para o pós-industrial, encontra-se a economia do imaterial e do trabalho imaterial com profundas inflexões sobre a sociedade do trabalho. Em contraponto ao 'trabalho morto' da sociedade industrial assiste-se a emergência do 'trabalho vivo'. A essência do capital produtivo da sociedade pós-industrial, sugerem os autores, se vale cada vez menos de um controle sobre os corpos e as vidas e investe nas vidas e nos corpos como capacidades produtivas singulares – o 'trabalho vivo'. Investe não mais para subordiná-los, adestrá-los e controlá-los, mas para ativar sua cooperação subjetiva e possibilitar a produção do *comum* – a somatória das performances individuais que torna possível o *plus* produtivo numa economia extremada pela competitividade. O caráter "revolucionário" do trabalho imaterial, destacado pelos autores citados anteriormente, é reafirmado por Hardt e Negri (2005, p. 156) ao citarem que o trabalho agora se assenta no fato de que "as formas centrais de cooperação produtiva já não são criadas pelo capitalista como parte do projeto para organizar o trabalho, mas, emergem das energias produtivas do próprio trabalho". Esses autores não discutem a crise do trabalho assalariado, mas ao indicarem o deslocamento da natureza do trabalho que hoje se realiza, evidenciam que o modelo fordista se esgotou. Destacam, os autores, que com o advento do capitalismo cognitivo, a teoria valor marxista tende a ser deslocada para diferentes formas de trabalho que rompem com as horas de trabalho efetivamente verificadas para coincidir cada vez mais com o tempo geral da vida. Em outras palavras, o conceito emprego enquanto unidade pré-estabelecida de uma jornada de trabalho padrão com produtora de valor (mais valor) rompeu-se.

Ainda sobre os transtornos que sofre o trabalho assalariado-industrial identifica-se outra posição no debate teórico. Trata-se daquele propugnado pelos autores que abordam a emergência

do capitalismo financeiro que se sobrepõe ao capitalismo produtivo e passa a "organizar" a economia. Encontram-se aqui autores como Roggero (2009), Vercellone (2011), Fumagalli (2010) e Marazzi (2009). Para eles, a financeirização assumiu as rédeas da economia real, do capital produtivo. Ainda mais: a financeirização de uma função suplementar ao capital produtivo passou a incidir e decidir a econômica real, subordinando-a. Nesse sentido, a financeirização – deixou de contrapor-se à economia real com algo dicotômico – e assumiu a forma econômica capitalista por excelência. O capitalismo produtivo não se dissocia mais do capitalismo financeiro e antes disso, é o segundo que estabelece a dinâmica do primeiro. Fumagalli (2010) destaca que no paradigma atual do capitalismo cognitivo, o mercado financeiro, deixou de ser o local de rendimento parasitário improdutivo e passou a ser o motor da economia. Segundo ele, a centralidade do mercado financeiro se manifesta em duas dinâmicas:

> Eles [mercado financeiro], de fato, proveem o financiamento da atividade de acumulação, sobretudo no caso das produções cognitivas imateriais (conhecimento e espaço) e, em segundo lugar, na presença de mais-valias, desenvolvem o papel de multiplicador da economia e de redistribuição da renda. Trata-se de um multiplicador financeiro que induz uma distorção da renda diversamente daquele real keynesiano baseado no '*deficit spending*' (FUMAGALLI, 2010, p. 11).

Ou seja, doravante vivemos uma relação permanente de débito-crédito em que o risco de insolvência das dívidas é constitutivo ao crescimento da base financeira e ao mesmo tempo em que sufoca a base produtiva, desloca o papel antes exercido pelo Estado na oferta dos serviços públicos para a esfera privada com mercantilização dos mesmos serviços.

CRISE DO TRABALHO, PANDEMIA E ALTERNATIVAS

Como observamos anteriormente, através de diferentes autores, assiste-se nas últimas décadas a uma radical reconfiguração da sociedade do trabalho. A essa reconfiguração soma-se uma crise sanitária que atingiu severamente o já fragilizado mundo do trabalho. Em todo o mundo milhares de trabalhadores foram impedidos de continuar o seu trabalho e afastados de suas atividades, muitos foram demitidos e tantos outros sofreram mutilações salariais (IBGE, 2021). A pandemia Covid-19 agravou a condição daqueles que dependem do seu trabalho para sobreviver, sobretudo nos países mais pobres. A devastação provocada pela crise sanitária na sociedade do trabalho colocou em relevo a necessidade de políticas públicas de mitigação àqueles que ficaram sem renda. Neste contexto foi retomado o debate sobre a proposta da criação de uma Renda Básica Universal (RBU), também denominada de Renda Básica Cidadã (RBC) ou Renda Mínima Universal (RMU). A ideia, grosso modo, é de que as pessoas recebam uma renda mensal satisfatória para prover a vida em suas condições básicas uma vez que se encontram sem trabalho.

A instituição em muitos lugares de uma renda emergencial e temporária em função da situação de calamidade provocada pela pandemia Covid-19 recolocou em discussão a proposta de uma renda permanente para todas as pessoas. Um dos primeiros propositores da ideia foi Gorz (2004) para quem se tornou insustentável vincular renda ao emprego em função da crise do assalariamento. Gorz sugere então uma espécie de mínimo vital, uma renda universal e incondicional desvinculada do trabalho assalariado. A ideia parte do pressuposto de que cada vez haverá menos empregos e as

pessoas precisam continuar vivendo. O interesse por essa proposta ganhou espaço sobretudo nos países desenvolvidos ou ricos ao longo da última década – há várias experiências em curso –e mesmo nos países mais pobres ou em desenvolvimento se têm versões inspiradas nessa ideia, como o caso do Bolsa Família brasileiro. Destaque-se, porém, que há uma distinção entre renda mínima e auxílios emergenciais e temporários que são políticas compensatórias voltadas para os que se encontram em situação de extrema pobreza e a renda básica que, por sua vez, se propõe universal, incondicional e permanente. Essa renda seria destinada a todos, num valor razoável e capaz de garantir acesso às exigências básicas para uma vida satisfatória.

Entre os autores propagadores e defensores da proposta se encontram Van Parjis (2006), Raventós (2014) e Standing (2017). Em comum, os autores argumentam que a proposta de uma Renda Básica pode se constituir num programa que assegure para todas as pessoas da sociedade, independente de trabalhar ou não, um rendimento de inclusão social, uma espécie de salário social, provido pelo Estado que dê as pessoas o mínimo de autonomia e independência.

CONCLUSÃO

A Revolução Industrial com o advento do assalariamento deu forma a um potente mecanismo de inclusão social, àquele que se realiza através de uma atividade laboral estável, com renda satisfatória e um conjunto de direitos. Essa construção social se constituiu de meados do século XVIII até o penúltimo quarto do século XX. O *Welfare State* é a melhor expressão desse construto e passou a ser um modelo a ser perseguido, ou seja, a tríade Capital-Trabalho-Estado se retroalimentando e produzindo inclusão e justiça social. Duas características marcam decisivamente o caráter do *Welfare State*: o pleno emprego e a previdência social.

Esse modelo, entretanto, dá sinais crise. A sociedade salarial encontra cada vez mais dificuldades em incluir todos, considerando-se o crescente contingente daqueles que estão fora do assalariamento. O breve resgate do debate teórico entre autores contemporâneos apresentada nesse artigo revela essa constatação. Entre os autores citados há denominadores comuns; o principal deles, o de que aquela sociedade industrial se encontra em radical metamorfose. As mudanças em curso, como se pode verificar no debate estão vinculadas a três movimentos: 1- a anulação do papel do Estado como árbitro no contencioso entre o capital *versus* o trabalho. 2 – a evolução das forças produtivas que alteram substancialmente o modo produtivo permitindo produzir mais e empregando menos e, 3 – a financeirização da economia real, um processo no qual há um deslocamento dos investimentos do capital produtivo para o capital financeiro.

A partir dos autores citados pode se depreender do conjunto do debate que a sociedade salarial-industrial já não consegue ou encontra severas dificuldades em sua função, até então histórica, de incluir as pessoas pelo emprego, pela renda assalariada e pela previdência social. A questão de fundo que se coloca, portanto, é o debate sobre o que eventualmente poderia socorrer a sociedade salarial em sua incapacidade de oferecer oportunidade a todos. É nesse debate e, impulsionada pela pandemia da Covid-19, que ressurge com força a proposta da Renda Básica Universal; não apenas como mecanismo de mitigação temporária aos efeitos devastadores da crise sanitária, mas como instrumento permanente de atender ao crescente número de pessoas que já não conseguem sua inclusão social via assalariamento convencional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni Alves. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo.**Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECK, Ulrich. **Sociedade do Risco – Rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo; (Orgs**). Capitalismo cognitivo**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipóteses do capitalismo cognitivo. *In*: GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Orgs). **Capitalismo cognitivo**.Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003. p. 15-32.

DRUCK, Graça. **Perda da Razão Social do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela. O conceito de informalidade: problema ou solução – um exercício de aplicação empírica dos conceitos. **Caderno CRH**, Salvador, vol. 17, n. 41, p. 211-229, 2004.

FUMAGGALI, Andrea. As finanças no comando bioeconômico do trabalho vivo. In: Biocapitalismo e trabalho. Novas formas de exploração e novas possibilidades de emancipação. **IHU ON-LINE**, São Leopoldo, ano X, n. 327, p.11-13, 2010.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOLLAIN, Françoise. **Une critique du travail: entre** écologie **et socialismo**. Paris: La Découverte, 2000.

GORZ, André. **Adeus ao Proletariado:** para além do socialismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

_____. **Misères du présent. Richesse du possible**. Paris: Galilée, 1997.

_____. **Métamorphoses du travail**: quête du sens. Critique de la raison économique. Paris: Galilée, 1988.

_____. **O imaterial**. São Paulo: Annablume, 2005.

GUYADER, Alain Le. Claude-Henri de Saint-Simon: nascimento do intelectual orgânico da sociedade industrial. *In*: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan. (orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2005. pp. 137-166.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 13ª ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. O breve século XX 1914-1991. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

IBGE. **Pnad Covid-19**. Disponível em: https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/. Acesso em: 26 jun. 2021.

KREIN, José Dari. **O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 90**. Dissertação (Mestrado em Economia Social e do Trabalho) - Programa de Pós-Graduação em Economia Social e do Trabalho, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, jan. 2001.

_____; VERAS, Roberto (orgs). **Reforma Trabalhista no Brasil: Promessas e Realidade**. São Paulo: Editora Remir, 2019.

LANGER, André. **Pelo êxodo da sociedade salarial: a evolução do conceito de trabalho em André Gorz**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – São Leopoldo, RS, dez. 2003.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio**. Trabalho imaterial**. DP&A Editora: Rio de Janeiro, 2001.

LEITE, Márcia Paula. **O Futuro do Trabalho**. São Paulo: Scritta, 1994.

LOJKINE, Jean. **A Revolução Informacional**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

MARAZZI, Christian. **O Lugar das Meias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MÉDA, Dominique. **Le travail: une valeur en voie de disparition**. Paris: Aubier, 1995.

MOULIER-BOUTANG, Yann. O território e as políticas de controle do trabalho no capitalismo cognitivo. *In*: GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Orgs). **Capitalismo cognitivo**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, p. 33-61.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Império**. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2001.

_____. **Multidão**. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2005.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. 2. ed., 1. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 1995.

POCHMANN, Marcio. **A década dos mitos***:* o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. **Sociologia do Trabalho – Ciências Sociais Passo a Passo**. São Paulo-Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

RAVENTÓS, David. **La renta basicaenla era de las grandes desigualdades**. Barcelona: Montesinos, 2014.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.

_____. **A era do acesso**. São Paulo: Makron Books, 2001.

ROBIN, Jacques. Os caminhos para uma sociedade de "plena atividade" e não mais de "pleno emprego". **Revista de debate político**, Salvador, n. 6, p. 135-145, 1993.

ROGGERO, Gigi. Capitalismo cognitivo. A financeirização, em crise, é a sua forma econômica real. *In*: O capitalismo cognitivo e a financeirização da economia. Crise e horizontes. **IHU ON-LINE***,* São Leopoldo, ano IX, n. 301, p.05-09, 2009.

RULLANI, Enzo. Dal fordismo realizzato ao postfordismo possible: la difficile transizione. *In*: RULLANI, Enzo; ROMANO, Luca. **Il postfordismo**. Milão: Etaslibri, 1998. p. 2-80.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter**. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. São Paulo: Record, 1999.

_____. **A cultura do novo capitalismo**. São Paulo - Rio de Janeiro: Record, 2006.

STANDING, G. **Basic Income***:* And How We Can Make It Happen. Pelican Books: 2017.

SUE, Roger. **La richesse des hommes**: vers l'économie quaternaire**.** Paris: Odile Jacob, 1997.

TOURAINE, Alain. **Um novo paradigma**. Para compreender o mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2006.

VANDERBORGHT, Yannick; VAN PARJIS, Philippe. **Renda básica de cidadania**: Argumentos Éticos e Econômicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VERAS DE OLIVEIRA, Roberto. Para discutir os termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização. *In*: OLIVEIRA, Roberto; GOMES, Darcilene; MOREIRA, Ivan (org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. p. 191-228

VERCELLONE, Carlo. **Capitalismo cognitivo**. Buenos Aire: Editora Prometeo, 2011.

VIRNO, Paolo. **Grammaire de la multitude**. Quebéc: Conjectures & l'éclat, 2002.

THE *GREAT RESET* E AS *STARTUPS*: NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Recebido em 5/04/2021, aprovado em 31/05/2021
10.30612/mvt.v8i14.15023
João Fernando de Lima Parra[1]

RESUMO: A ideia do *the great reset,* preconizada pelo 51º Fórum Econômico Mundialde 2021,tem incluído naagenda uma nova forma de se pensar o capitalismo que exigirá uma grande mudança em suas bases estruturais. Este artigo visa contribuir com o debate de como as *startups*, neste contexto, podem ser vistas como um elemento disruptivo por se diferenciarem das corporações tradicionais originando novas relações de trabalho. O objetivo é traçar um percurso teórico que busca entender as bases do surgimento tanto deste modelo de empresa quanto do seus criadores, os empreendedores inovadores. Veremos que assubjetividades desses empreendedores vêm sendo mobilizadas pelo componente ideológico das *startups,* reforçando o seu enquadramento ao capitalismo preconizado pelo Fórum.Conclui-se que, por trás de todo este manto ideológico, os modos de extração de mais-valia se mantém, se diferenciando em sua aparência, mas não em sua essência.

Palavras-chave: *Startups*. Precarização do trabalho. Empreendedores. Fórum Econômico Mundial.

THE *GREAT RESET* AND *STARTUPS*: NEW WORKING RELATIONSHIPS IN CONTEMPORARY CAPITALISM

ABSTRACT: The idea of the great reset advocated by the 51st World Economic Forum in 2021 has included on the agenda a new way of thinking about capitalism that will require a major change in its structural bases. This article aims to contribute to the debate on how *startups*, in this context, can be seen as a disruptive element for differentiating themselves from traditional corporations creating new work relationships. The objective is to outline a theoretical path that seeks to understand the basis for the emergence of both this company model and its creators, innovative entrepreneurs. We will see that their subjectivities have been mobilized by the ideological component of *startups*, reinforcing their framework to the capitalism recommended by the Forum. It is concluded that behind all this ideological cloak, the ways of extracting surplus value are maintained, differing in appearance, but not in essence.

Keywords: *Startups*. Precarious work. Entrepreneurs. World Economic Forum.

1 Bacharel em Marketing e Propaganda pela Universidade Norte do Paraná (2007), Bacharel em Sociologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (2016), Mestre em Marketing e Investigación de Mercados pela Universitat de València (2009), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (2019) e Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual de Londrina. Integrante do Grupo de Estudos sobre Novas Tecnologias e Trabalho (GENTT/UEL). Email: joaoparra@hotmail.com.

THE *GREAT RESET* Y LAS *STARTUPS*: NUEVAS RELACIONES DE TRABAJO EN EL CAPITALISMO CONTEMPORÁNEO

RESUMEN:La idea del *the great reset* que propone el 51º Foro Económico Mundial en 2021 ha incluido en la agenda una nueva forma de pensar el capitalismo que requerirá un cambio importante en sus bases estructurales. Este artículo tiene como objetivo contribuir al debate sobre cómo las *startups*, en este contexto, pueden verse como un elemento disruptivo para diferenciarse de las corporaciones tradicionales creando nuevas relaciones laborales. El objetivo es trazar un camino teórico que busque comprender las bases del surgimiento tanto de este modelo de empresa como de sus creadores, emprendedores innovadores. Veremos que sus subjetividades han sido movilizadas por el componente ideológico de las *startups*, reforzando su marco al capitalismo recomendado por el Foro. Se concluye que detrás de todo este manto ideológico se mantienen las formas de extracción de plusvalía, diferenciándose en apariencia, pero no en esencia.

Palabras Clave: *Startups*. Trabajo precario. Empreendedores. Foro Econômico Mundial.

INTRODUÇÃO

O tema do 51º Fórum Econômico Mundial (FEM), de 2021, foi *the great reset* e incluiu no centro do debate a necessidade de uma grande mudança nas bases estruturais do capitalismo tal como conhecemos. Nas palavras do seu fundador e Presidente Executivo, Klaus Schwab:

> Temos que restaurar um sistema funcional de cooperação global inteligente estruturado para enfrentar os desafios dos próximos 50 anos. The Great Reset exigirá que integremos todos os *stakeholders* da sociedade global em uma comunidade de interesse, propósito e ação em comum. Precisamos de uma mudança de mentalidade, passando do pensamento de curto para o de longo prazo, passando do capitalismo de *shareholder* para a responsabilidade de *stakeholder* (FAVARETO, 2020, *online*).

O modelo de capitalismo que a organização preconiza tem a ver com a transição de um capitalismo de *shareholder,* que visa à lucratividade em curto prazo com foco na rentabilidade dos acionistas, para um capitalismo de *stakeholder* com foco nas empresas, funcionários, clientes e práticas sustentáveis.

Este artigo visa contribuir com o debate de como as *startups,* neste contexto, podem ser vistas como um elemento disruptivo por se diferenciarem das corporações tradicionaisoriginando novas relações de trabalho. Este modelo pode ser definido[2] como: "um tipo de microempresa concei-

2 Há uma imensa dificuldade em encontrar uma definição consensual do termo *startup*. De acordo com um especialista no Vale do Silício - local onde nasceu o termo e ainda é referência para empresas do setor - Reinaldo Normand (2014, p. 9) "pergunte a dez pessoas o que é uma *startup* e você provavelmente obterá respostas diferentes". A definição utilizada aqui toca em duas bases importantes que são a replicabilidade e escalabilidade que, de acordo com o Normand (2014), são aspectos centrais para definir se uma empresa grande e capitalizada pode ou não ser considerada *startup*. Em seu livro *Vale do silício: entenda como funciona a região mais inovadora do planeta* (2014) são apresentados dois exemplos que ajudam a ilustrar essa lógica: o Pinterest ainda é considerado uma *startup,* pois ainda não encontrou um modelo de negócios que gere receitas de formas sustentadas no longo prazo, ou seja, ainda não encontrou a replicabilidade do seu modelo de negócios. No caso do Facebook, seu modelo escalável e repetível já está consolidado e não pode mais ser considerado uma *startup*.

tuada como nascente, com até cinco anos de existência, e destinada à captação de recursos para o desenvolvimento de produtos replicáveis e escaláveis a partir de projetos selecionados por tempo determinado" (BICUDO, 2016, *online*).

Os efeitos mais visíveis de como as *startups* têm revolucionado o capitalismo contemporâneo podem ser vistos nos aplicativos de transporte e entregas, cujos exemplos mais célebressão Uber e Ifood, pois desvinculam, de uma maneira inédita, o empregador do empregado, colocando o aplicativo com uma ponte entre oferta e demanda. O tema da exploração do trabalho nestes aplicativos vem sendo desenvolvido em uma extensa bibliografia (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020, FONTES, 2017).

O objetivo aqui é elucidar não os resultados diretos destes novos tipos de vínculos trabalhistas, mas jogar luz ao trabalho dos criadores das *startups*, os empreendedores inovadores[3]etraçar um percurso teórico que visa entender as bases do surgimento tanto deste modelo de empresa como do empreendedora ela associado. Veremos que mesmo "revolucionando" as dinâmicas capitalistas,suas bases estão calcadas em formas de exploração semelhantes que vestem apenas uma roupagem diferente, relacionando-a a aspectos subjetivoscomo "fazer o bem" ou "mudar o mundo".

Para cumprir com o objetivo proposto, primeiramente será apresentada a definição do capitalismo de *stakeholder* e o contexto em que foi desenvolvido. Após esta etapa preliminar, focaremos nas *startups*, em especial como o seu surgimento ensejou novas relações laboraise modificou o discurso do empreendedorismo. Depois desteenquadramento histórico, nos centraremos especificamente nos empreendedores inovadores enooutro lado das *startups,* com a finalidade de delinear a realidade por trás do discurso idealizado e romântico. Nas considerações finais serão traçados possíveis cenários futuros.

O CAPITALISMO DE *STAKEHOLDER*

Antes de definir as bases conceituais do modelopreconizado pelo FEM, cabe uma breve contextualização da criação do próprio Fórum e sua relevância para o capitalismo mundial.

1. A HISTÓRIA DO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL

O Fórum Econômico Mundial é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1971 por Klaus Martin Schwab e tem como objetivo estabelecer a cooperação público privado através do engajamento dos principais líderes políticos e empresariais para a criação de agendas globais, regionais, industriais e com isso "melhorar a situação do mundo", segundo a definição da própria organização (WORLD ECONOMIC FORUM, 2021, *online*). O FEM é mundialmente conhecido pelo encontro anual na cidade Suíça de Davos, no entanto, o Fórum também organiza um série de outros eventos como a Reunião Mundial dos Novos Campeões, na China e vários outros encontros regionais. Pode-se destacar sua atuação na produção de relatórios de pesquisa em setores específicos, bem como iniciativas de fomento a jovens lideranças eações sociais.

A princípio a organização se chamava Simpósio Europeu de Administração e era exclusivamente focada em intercâmbio de experiências entre empresários europeus e na introdução de modelos americanos de organização empresarial, uma vez que seu criador Klaus Schwabestudou nos Estado

3 Utilizamos a expressão "empreendedorismo inovador" para diferenciar do empreendedorismo "tradicional" vinculados a profissionais liberais/autônomos como cabelereiros, pintores, camelôs, etc. A definição utilizada aqui está relacionada a atividades que se dedicam "à geração de riquezas, seja na transformação de conhecimentos em produtos ou serviços, na geração do próprio conhecimento ou na inovação em áreas como: marketing, produção, organização etc." (LOURES, 2015, p. 93).

Unidos e se mostrava como um grande entusiasta da organização empresarial americana. Foi só a partir de 1974 que a organização ganha os contornos que conhecemos hoje,quando políticos passaram a ser convidados e, assim, se ampliou o âmbito das discussões, incluindo pautas socioeconômicas. Em 1987, a organização mudou seu o nome para Fórum Econômico Mundial e vem ganhando notoriedade desde então. O sucesso não veio isento de críticas, a partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, pois foi alvo de intensos protestos, levando o governo da Suíça a aumentar os gastos com segurança. Como um resultado direto destas críticas foi criada o que podemos chamar de sua antítese: o Fórum Social Mundial, que foi realizado pela primeira vez emPorto Alegre, em 2001.

O FEM, assim como outras organizações internacionais, pode ser enquadrado na categoria de estrutura mundial de poder[4], uma vez que reúne membros de uma elite com poder decisório e influência para formular agendas e políticas públicas. Mesmo sendo considerada uma estrutura de poder (IANNI, 1998), ainda não tem a mesmainfluência das "transnacionais tradicionais, [tais como o Fórum Econômico Mundial/] FMI, Banco mundial, [Organização Mundial da Saúde/] OMS que dispõem de recursos financeiros técnicos e organizacionais, mobilizando ciência e técnica, equipes e aparatos, para diagnosticas, planejar e pôr em pratica decisões que influenciam as economias dos países, e consequentemente a economia mundial como um todo" (IANNI, 1998, p. 29). Embora não disponha da mesmaautoridade a nível político, a capacidade de criação de hegemonia do FEM tem um peso significativo (D'ANDRETA, 2018), pois se trata de uma instituição capitalista que faz críticasàs próprias bases do modelo, tocando em questões nodais como a lucratividade e o interesse dos acionistas.

Veremos que a mudança rumo a outro capitalismo vem diante da necessidade de se fazer frente a um duplo impasse, resultado da maior crise sanitária dos últimos 100 anos e do alto endividamento dos países, sem precedentes em tempos de paz na história mundial (STUBBINGTON, 2019). Nas palavras de Klaus Schwab (2019, *online*) "a pandemia representa uma rara, mas estreita, janela de oportunidade para refletir, reimaginar e resetar o nosso mundo para criar um mundo mais saudável, justo e prospero".

2. THE GREAT RESET

O conceito de capitalismo de *stakeholder* não é novo e acompanha Klaus Schwab desde a criação do Fórum. O autor, na época um jovem acadêmico, via nas atitudes do pai, empresário na cidade alemã de Ravenburg, uma preocupação real com a opinião de seus empregados, com os clientes e fornecedores. Da mesma forma sua empresa, Escher Wyss, tinha um real compromisso com a cidade em que estava instalada, em uma condição de respeito mútuo com as diversas instituições locais. Toda esta experiência de respeito com os diversos *stakeholders* foi descrita em seu primeiro livro, *Modern Company Management in Mechanical Engineering* (1971).

O termo ganhou especial relevância em países social democratas, principalmente os nórdicos, que ainda conservavam as bases do Estado de Bem Estar Social, entre elas o modelo tripartite de negociação trabalhista que incluíam empresários, governos e trabalhadores (SCHWAB, VANHAM, 2021). No entanto, o modelo sofreu impactantes adaptações a partir dos anos 1980 e foi se

4 Organizações, formalmente independente de estados nacionais, que tem a capacidade de estabelecer critérios e diretrizes os quais devem se ajustar-se os governos nacionais (BANCO MUNDIAL, 1996).

extinguindo pela ascensão do neoliberalismo[5] e do chamado capitalismo de *shareholder* baseado nas concepções de Milton Friedman de "the business of business in business"[6], que consolidou a prevalência de um modelo focado em acionistas e na rentabilidade a curto prazo. Segundo Schwab (2019), esta é concepção hegemônica na maioria dos países ocidentais e domina a mentalidade empresarial das corporações.

Diante da janela de oportunidades fornecida pelo atual impasse, o autor reposiciona seu conceito, agora sem as mesmas bases dos anos 1970, sendo convertido em um novo "capitalismo de *stakeholder* do século 21 ou simplesmente capitalismo de *stakeholder*" (SCHWAB, VANHAM, 2021, p.198). O conceito se coloca como uma terceira via[7] entre o atual formato hegemônico nos países ocidentais, mencionado acima, e o modelo de capitalismo de Estado, que confia ao governo a condução da economia. Este formatovem ganhando destaque em muitos mercados emergentes, especialmente na China.

O autor admite que as duas formas geraram um "tremendo progresso econômico nas últimas décadas e nos deixaram com um mundo que é mais próspero do que nunca" (SCHWAB, VANHAM, 2021, p. 194). A questão é que os dois "levaram ao aumento das desigualdades de renda, riqueza e oportunidades; tensões aumentadas entre os que têm e os que não têm; e, acima de tudo, uma degradação em massa do meio ambiente" (SCHWAB, VANHAM, 2021, p. 194). Entre estes dois modelos o capitalismo de *stakeholder* busca fazer frentes as tensões mencionadas e principalmente na concentração de poder, seja dos *shareholder,* na figura dos acionistas, seja na condução centralizada da economia pelos governos.

Esta terceira via permite a existência de certo equilibro entre as partes interessadas sem que nenhuma se sobreponha sobre as demais, além de colocar em perspectiva "um objetivo mais amplo do que os lucros: a saúde e a riqueza das sociedadesem geral, bem como do planeta e das gerações futuras" (SCHWAB, VANHAM, 2021, p. 196). A agenda para a implementação da terceira via, ou melhor, do *the great reset*, pressupõe três componentes: direcionar o mercado para resultados mais justos. Garantir que os investimentos avancem para objetivos compartilhados com equidade e sustentabilidade e aproveitar as inovações da quarta revolução industrial[8] para apoiar o bem público abordando os desafios sociais e da saúde (SCHWAB, 2019). Schwab entende que, além do impasse relacionado à pandemia e a crise fiscal, estamos testemunhando, concomitantemente a este processo, uma mudança comportamental geracional, que ele mesmo denomina como "efeito Greta" (SCHWAB, 2020), se referindo a jovem ativista Sueca Greta Thunberg, que já foi convidada

5 É prudente ressaltar que o debate a respeito do que é o neoliberalismo é amplo e não é o objetivo deste artigo aprofundar no tema. Para mais informações o professor Daniel Pereira Andrade (2019) faz um recorrido interessante sobre as vertentes e o uso do termo no artigo "O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais".

6 A tradução literal seria "O negócio do negócio é o negócio", mas seu significado perpassa a ideia de que as empresas devem funcionar única e exclusivamente com foco na lucratividade.

7 Importante deixar claro que a concepção do autor segue a linha do liberalismo econômico e em nenhum momento se propõe a romper com o livre mercado. Nas palavras do próprio Klaus Schwab "capitalismo na definição tradicional da palavra: indivíduos e as empresas privadas representam a maior parte da economia. Isto é, eu acredito, um requisito para um sistema econômico sustentável: indivíduos privados e as empresas devem ser capazes de inovar e competir livremente" (SCHWAB, VANHAM, 2021, p. 196).

8 Há um amplo debate sobre até que ponto existe a quarta revolução industrial ou ela ainda é uma extensão da terceira (RIFKIN, 2002), ou mesmo algo novo que não pode ser descrito como uma "etapa" das transformações do modelo produtivo desde o séc. 18 (DOWNBOR, 2020), no entanto, Klaus Schwab (2016) em seu livro *A quarta revolução industrial* (2016) sustenta que não se trata somente de um aspecto da terceira e três razões sustentam sua convicção: 1) a velocidade, pois ao contrário das anteriores, esta evolui em um ritmo exponencial e não linear. 2)amplitude e profundidade, pois a revolução não muda apenas "o que" e o "como" fazemos as coisas, mas no limite seus impactos mudaram quem somos e a 3) impacto sistêmico, ela envolverá transformação de sistemas inteiros entre países e dentro deles, em empresas, indústria e toda a sociedade.

por ele duas vezes para discursar no Fórum. Greta representa a geração Z[9], que tem uma especial preocupação com o meio ambiente e a responsabilidade social.

Neste sentido, a continuação,o artigo propõe debater como as *startups* podem ser o novo tipo de empresa que essa configuração necessita,uma vez que elas entram na agenda como forma de utilizar a tecnologia para fazer frente aos desafios atuais,ao representar a nova geração Z em seus empreendedores e buscar este objetivo mais amplo, mencionado por Schwab,de ser que uma empresa que vai além dos lucros.

STARTUPS E AS NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO

O surgimento do modelo de microempresa inovadora, que atualmente conhecemos como *startup*, só foi possível a partir dos anos 1990 (GITAHY, 2016). O modelo surgiu na esteira da globalização (potencializada a partir da queda do muro de Berlim), do advento da internet e da consolidação, a nível mundial, das doutrinas econômicas que podem ser denominadas de neoliberalismo. Contudo, foi só com a popularização da internet a partir dos anos 2000 que as *startups* puderam mostrar o seu lado revolucionário e não seria exagero dizer que nada voltou a ser como antes.

As redes sociais, os aplicativos de interações instantâneas, as plataformas de compartilhamento: tudo isso, aliado à capilaridade que os smartphones ganharam, permitiu ao capitalismo colocar, literalmente, nas mãos de cada indivíduo um mundo infinito de possibilidades. Porém, o aspecto inovador destacado tem a ver com o potencial de transformar indivíduos comuns em "trabalhadores voluntários", borrando assim as linhas entre tempo de vida e tempo de trabalho. Todas as facetas da vida humana passam a ter poder de gerar valor para o capital.

A tese em que o capitalismousa o tempo de lazer do trabalhador como forma de se criar valor não é algo novo: vemos desde a escola de Frankfurt exemplos de como a indústria cultural contribui neste sentido (SILVA JUNIOR, 2019). Os avanços tecnológicos por si só têm o poder de transformar indivíduos em trabalhadores voluntários muito antes da explosão das *startups*. Vemos um exemplo de como este trabalho se concretiza em algo tão comum e corriqueiro como o uso do Internet Banking. Antes da possibilidade de se acessar os serviços por celular, era necessário estar fisicamente presente em uma agência para temas tão banais quanto verificar o saldo, fazer transferências e consultar o extrato da conta. Para abrir uma conta era necessário a interação com um funcionário e os boletos deveriam ser pagos no caixa. Hoje todas essas "tarefas" foram transferidas para o consumidor através da tecnologia, sem que ele o enxergue como tal e, mais importante ainda, se importe em fazê-lo, vendo a ação como uma comodidade. Algumas *startups* souberam aproveitar desse caráter impensado para fazer dele a sua própria razão de existir.

Veja o caso do Facebook, que todas as operações são feitas por usuários de forma gratuita, assídua e espontânea, gerando enormes lucros em forma de dados quantificáveis e que geram publicidade –tudo isso em um empresa que tem como missão "dar às pessoas o poder de criar comunidades e aproximar o mundo" (PAYÃO, 2017, *online*). Neste aspecto "romântico" está a chave para entender o caráter disruptivo por trás da ascensão das *startups* e sua associação com o capitalismo de *stakeholder*: a lógica de transformar empresas em um mecanismo de resistência a este capitalismo

9 A Geração Z é a definição da geração de jovens nascidos após os anos 1990. A peculiaridade desta geração é que seu nascimento coincidiu com o advento da internet, então pode-se afirmar que são a primeira geração a crescer em um mundo totalmente conectado e desde a infância já estão acostumados ao uso de computadores, smartphones, aplicativos de mensagens instantâneas, vídeo games... (SAVAGE, 2006)

que só se importa com a lucratividade, através do uso da tecnologia para resolver problemas reais e mudar o mundo. Este sentido remete as condições que permitiram o surgimento do próprio Vale do Silício, região associada ao surgimento do modelo *startup*, e a ideologia californiana (BARBROOK; CAMERON 1996) a ele relacionada.

Antes de ser mundialmente conhecido como a meca da tecnologia mundial, o Vale do Silício ou, geograficamente, a região da baía de São Francisco, já foi um pequeno povoado de 200 habitantes que foi transformado em cidade pela corrida do ouro do séc. 19 - então pode-se afirmar que o próprio espírito empreendedor daqueles que se arriscavam a fazer fortuna contra todas as estatísticas foi determinante para a fundação do local (NORMAND, 2014). Já no séc. 20, a região foi um importante pólo industrial para a Marinha Americana e, via investimentos estatais, passou a concentrar também centros de pesquisa aeroespacial e de telecomunicações. No entanto, foi apenas com o advento da Universidade de Stanford que ao fundar, em 1951, o polo industrial de tecnologia fez a região florescer atraindo as mentes mais brilhantes do país (NORMAD, 2014).

Em resumo, podemos dizer que o Vale do Silício foi uma convergência entre inovações tecnológicas, grupos de profissionais qualificados e financiamento estatal em uma mistura de contra cultura, utopismo tecnológico e capitalismo liberal, base da ideologia californiana (BARBROOK; CAMERON, 1996) que gerou, com o passar dos anos, uma ideologia que pauta as subjetividades incidindo sobre o "desejo e afeto dos trabalhadores em relação ao próprio trabalho" (ZANON, 2017, p. 52), formando um profissional avesso a hierarquias tradicionais e propenso a fazer do risco um estilo de vida. Além disso, acreditam que um mundo melhor para todos é uma possibilidade reale depende apenas de seu trabalho e em sua fé em que as novas tecnologias levarãoao progresso e a mais liberdade para os indivíduos (BARBROOK; CAMERON 1996).

Este conceitoestá muito presente nos discursos do empreendedores inovadores que buscam um significado para a vida, como uma maneira de serem "desalienados"[10] de um emprego, seguro, bem remunerado que, no entanto, não apresenta nenhum desafio e nenhuma possibilidade de se ver o "produto de seu trabalho". Essa promessa, ou sentido, pode ser considerada a uma nova face da exploração, pois, nas palavras de Deuleuze e Guattari (2011 apud ZANON, 2017, p. 108), a "produtividade do capital encontrou formas de manter-se revolucionária".

Diante do exposto, fica a indagação: como foi possível que as *startups*, um reflexo da nova fase do capitalismo e das novas formas de exploração, conseguiram ser ressignificadas e transformadas em um empreendimento que alimenta os desejos dando ao trabalho um propósito revolucionário?

EMPREENDEDORES DE *STARTUP*

A *startup* como modelo de negócio gira entorno de uma ideia inovadora (BLANK; DORF, 2012; GITAHY, 2016), como ideias são incapazes de se concretizarem sozinhas, a figura do empreendedor é de fundamental importância para entendermos sua inserção no capitalismo contemporâneo. As bases para o que conhecemos como empreendedores inovadores foram colocadas, no início dos anos

10 Este conceito remete a uma transformação da aparência da "alienação" ao sentido de Marx (2005) nos *Manuscritos Econômico-filosóficos*. Como se essa nova relação escamoteasse as dinâmicas de exploração por terem um "sentido" atribuído ao trabalho, introjetando a ideia de que não mais se enquadram mais na categoria de explorados ou pelo menos não se enxergam nessa condição (ZANON, 2017).

1970, nos processos denominados de acumulação flexível[11] que culminaram na terceira revolução industrial e foram posteriormente consolidados com o advento da internet nos anos 1990.

A origem deste novo trabalhador precisa ser esclarecida em duas partes. A primeira delineia as transformações tecnológicas e cientificas base para o que conhecemos como sistema Toyota de produção[12] e as mudanças subjetivas e ideológicas derivadas desse modelo, que são um reflexo das tensões nas relações capital trabalho que transpassavam os aspectos puramente econômicos para pautas relacionadas aos costumes e a liberdade individual (SIQUEIRA; COCCO, 2014, p. 219). A segunda parte é uma consequência destas mudanças agregadas ao corolário das transformações dos anos 1990: a globalização; o surgimento da internet; a popularização dos computadores pessoais e dos *smartphones*, que moldaram as bases para as *startups*se desenvolverem e influenciarem as relações laborais.

1. SISTEMA TOYOTA DE PRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos e científicos significaram, na prática, uma alteração na lógica de produção de uma racionalidade fordista, puramente reprodutiva, de mercadorias padronizadas e produzidas por tecnologiasmecânicaspara um novo modelo, o Toyotismo que tem em seu cerne a questão da inovação aliada a processos tecnológicos (HARVEY, 1992). Este processo alterou uma das questões chave do desenvolvimento do próprio capitalismo, que é a subsunção do trabalho à máquina (PRADO; PINTO, 2014) e foi o primeiro passo rumo à lógica flexível que está presente nos empreendedores inovadores.

As dinâmicas resultantes deste novo sistema de produção não estão regidasapenas pela busca da redução da jornada para aumentar a produtividade, como o modelo Taylorista/Fordista pressupunha. O Toyotismo está fora das amarras relacionadas ao tempo e ligado às práticas flexíveis que propõem que os trabalhadores se sintam parte da empresa e façam uso de recursos intelectuais ligados a criatividades e práticas inovadoras para aumentar a produtividade (ALVES, 2007). Neste contexto, os meios de produção cruciais deixam de ser principalmente as máquinas e os sistemas de máquinas que operam mediante a coerência mecânica. O aspecto mais crucial são os sistemas ativos de organização do conhecimento, que têm por base uma lógica cibernética que combina homens com máquinas (PRADO, 2005, p. 95). Como corolário, vemos que a produção opera com base em um "trabalho imaterial"[13] e que buscam constantemente inovações tecnológicas na qual os trabalhadores detém uma nova racionalidade, derivada diretamente das tensões nas relações capital trabalho desse período.

11 O termo criado por David Harvey (1992) tem como objetivo explicar o processo de transição do Fordismo para o pós-fordismo que ocorreu diante da incapacidade do modelo em conter as contradições inerentes ao capitalismo, principalmente sob influência da primeira crise do petróleo, de 1973. Segundo o autor, a acumulação flexível "é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional". (HARVEY, 1992, p.140)

12 O toyotismo deriva de uma nova engrenagem na intensificação do trabalho sob o modelo de produção flexível ou modelo *just in time*. O modelo se caracteriza pela "polivalência no trabalho em contraposição ao sistema Fordista, que se estruturava sobre a especialização, ainda que limitada a uma operação, a do operário. A polivalência implica um componente a mais de intensificação, à medida que se requer um esforço adicional de trabalho mental, conhecimento de operações diversas, sua lógica de trabalho emotivo, concentração e atenção no controle de máquinas diversas" (DAL ROSSO, 2008, p.67).

13 A expressão trabalho imaterial é utilizada para designar um novo tipo de produção, baseado no conhecimento e em meios de trabalho automatizados. Segundo Gorz (2005, p. 29) esta transição "indica que o próprio conhecimento se tornou a principal força produtiva e que, consequentemente, os produtos da atividade social não são mais, principalmente, produtos do trabalho cristalizado, mas sim do conhecimento cristalizado. Indica também que o valor de trocas das mercadorias, sejam ou não materiais, não é determinado em última análise pela quantidade de trabalho social geral que elas contêm, mas, principalmente, pelo seu contudo de conhecimento, informações, de inteligência gerais".

O caso do Fordismo foi marcado por uma onda mundial de protestos nos anos 1960 e é fundamental para entender aspectos ideológicos vinculados aos trabalhadores que surgiram nesta transição. Houve uma mudança na concepção de sociedade tal como era preconcebida nos anos dourados do *welfare state.* Nesta nova concepção, o indivíduo ganha uma centralidade maior junto com a ideia de liberdade em contraposição a um Estado centralizador e planificado que regulava diversos aspectos da vida em sociedade. Este foco no indivíduo foi uma das bases precursoras da ideologia associada ao empreendedorismo inovador e dominante no mundo das *startups*.

Entre os protestos, as manifestações estudantis de maio de 1968 na França foram os mais emblemáticos e colocaram no centro do debate a crítica ao aspecto regulador do Estado de bem estar social e ao trabalho nas fábricas (BIHR, 2007). Reivindicava-se uma maior liberdade em relação aos costumes esoluções para o desgastante trabalho repetitivo, fazendo com que fosse necessário repensar todo o modo de produção da época (CHESNAIS, 1996).

Foi no bojo de toda essa revolta que o neoliberalismo como ideologia econômica apropriou-se do discurso de "liberdade", a partir dos anos 1980, para difundi-lo no âmbito econômico, consolidando as bases do empreendedorismo que vê o indivíduo como um agente econômico centrado em si mesmo, que conhece os fenômenos normativos do mundo de modo perfeito e objetivo (PRADO, PINTO, 2014). Os indivíduos, segundo a doutrina, são a principal engrenagem de qualquer sociedade por sua capacidade inata de se desenvolver e empreender. Esta concepção foi habilmente utilizada por governos nos anos 1990, quando as políticas neoliberais mostravam seus efeitos mais nocivos em relação ao baixo crescimento das economias e as altas taxas de desemprego (HARVEY, 2014; KATZ, 2016).

O discurso difundido foi que em um mundo globalizado não há mais lugar para pessoas que querem depender de um emprego vitalício, ajuda do Estado ou qualquer outra subvenção a nível individual. Dessa forma, pensando a si próprios como uma empresa (DARDOT; LAVAL, 2016), o próprio indivíduo se torna o responsável pelo seu sucesso e, por uma lógica binária, de seu próprio fracasso, eximindo o Estado de qualquer forma de culpa ou compromisso. Veremos que os empreendedores inovadores compartilham estes valores e fazem deles o seu estilo de vida e, ao invés de enxergarem aspectos relacionados à falta de direitos e a insegurança como debilidades, as vê como algo natural, por exemplo, uma ferramenta para se manterem motivados.

2. O SISTEMA "*STARTUP* DE PRODUÇÃO"

A internet surge como uma invenção militar e começa a crescer vertiginosamente nos anos 1990, principalmente com a popularização dos computadores pessoais. O estrondoso sucesso começou a chamar a atenção das empresas que rapidamente buscaram entrar no ciberespaço e de investidores que passaram a fazer um forte investimento especulativo.[14] O mercado financeiro testemunhava o aumento do valor das ações de empresas de tecnologia como AOL, Yahoo e Amazon, que aumentavam rapidamente seu valor de mercado. O ápice dessa bonança foi compra da Time Warner pela AOL, uma das maiores negociações da história da tecnologia[15]. No entanto, o valor de

14 Nos anos 1990, as indústrias de alta tecnologia e outras relacionadas ao setor da internet tiveram um crescimento exponencial, devido principalmente a grande quantidade de capital de risco disponível e criaram uma onda de crescimento no Vale do Silício. O mercado de ações, como a NASDAQ, onde diversas corporações voltadas para a tecnologia faziam parte da lista, experimentaram uma grande alta no preço de suas ações (MANN; NUNES, 2009 apud ZANON, 2019).

15 A operação está entre as 10 maiores operações de fusões e aquisições da história e ganhou as manchetes dos jornais por se tratar de uma compra não usual, pois uma empresa da nova economia comprava uma tradicional do setor de entretenimento por US$ 165 bilhões (MANZONI, 2017).

mercado das empresas começou a se distanciar da realidade e o estouro da bolha foi só uma questão de tempo. Em março de 2000, foram sentidos os primeiros impactos e grande parte das empresas acabou saindo do mercado e suas ações viraram pó.

Foi sob os escombros desta crise que o empreendedor inovador encontrou a sua razão de ser. Diante da onda de demissões, principalmente de jovens qualificados, foi possível visualizar os primeiros traços deste novo trabalhador. O mercado foi inundado de desempregados que foram contratados sob o otimismo dos investimentos especulativos para inserir as empresas na era da internet e para substituir os trabalhadores menos qualificadosque não estavam adaptados a esta nova realidade. Estes trabalhadores acumulavam em seu currículo conhecimentos "mais qualificados, ligados a uma grande influência da demanda por tecnologia, ao fluxo de informações e a cientificidade do mercado de trabalho" (ZANON, 2019, p. 30).

A comparação entre os desempregos nestas duas fases capitalistas pode ser diferenciada por uma "demanda toyotista intensificada" (ZANON, 2019, p. 31). Os primeiros desempregados deste novo padrão de acumulação foram derivados da substituição da força de trabalho por máquinas e de uma paulatina necessidade de qualificação técnica dos trabalhadores, associados a uma nova concepção de participação na empresa vinculada à criatividade. Já a segunda onda de desemprego provocada pela bolha do ponto.com requereu algo mais que a simples qualificação técnica, pois as empresas cada vez mais passaram a dar privilégio por profissionais que se disponibilizassem a um constante processo de inovação de seus próprios conhecimentos como forma de garantir a sua empregabilidade (ZANON, 2019) que é definido por Hillagee Pollard (1998, p. 12) como:

> A capacidade de se mover de forma autossuficiente dentro do mercado de trabalho para realizar o potencial através do emprego sustentável. Para o individual, a empregabilidade depende dos conhecimentos, habilidades e atitudes que eles possuem, eda forma como usam esses ativos e apresentá-los aos empregadores.

O termo é fundamental para entendermos a afeição ao risco e a empreendimentos com grande chance de dar errado como é o caso das *startups*. A empregabilidade se confunde com a própria personalidade e a sensação é que eles devem se garantir emum mundo onde sempre há uma colocação para os "qualificados". O conceito parte de uma realidade individual e escamoteia muitos aspectos centrais do capitalismo, como consciência de classe, exploração, desigualdades e flexibilização das relações trabalhistas.

Este aspecto ideológico vinculado ao conceito empregabilidade torna possível a hegemonia necessária para racionalizar este novo tipo de trabalhador, tal como Gramsci destacava no clássico *Americanismo e Fordismo* (2001). O fordismo perpassava o espaço da fábrica e abrangia uma faceta cultural dos trabalhadores e somente assim foi viável para o modelo alcançar a hegemonia. Para assegurar a disciplina necessária ao empreendedorismo inovador, a racionalização do processo de trabalho combina a força com relações trabalhistas cada vez mais flexíveis e a persuasão com as possibilidades de êxito na carreira.

O aspecto relacionado à persuasão foi acentuado com a ascensão de *startups* de sucesso e de jovens ficando milionários no processo. Entretanto, a possibilidade de se enriquecer com o empreendedorismo não é novae foi base do próprio capitalismo.No caso das *startups* um novo

elemento entra em cena: a capacidade de ficar rico "fazendo o bem".Este aspecto - que pode ser visto como um movimento de resistência ao capitalismo de *shareholder* - consolida seu novo "espírito" ou "adaptação psicofísica" mencionada por Gramsci (2001).

O Facebook em si é um exemplo de como a ideologia do empreendedor de *startup* se espraiou a nível mundial. A ascensão de Mark Zuckerberg como um dos mais novos bilionários do mundo com história contada no filme *A rede social* (2010) foi simbólica, pois se assemelha às velhas histórias de empreendedorismo visionário, no estilo de Henry Ford, John Davison Rockefeller e Pierre Samuel du Pont, embora com uma roupagem diferente:um jovem estudanteque cria um negócio próprio usando "apenas" uma ideia inovadora e seu computador. A diferença de Zuckerberg para os outros empreendedores é que sua empresa tem como missão "aproximar as pessoas". O criador do Facebook não é visto com a mesma carga simbólica negativa associada a um capitalismo predatório, como um banqueiro, dono de petroleira ou indústria química, sim um capitalista que está a serviço do "bem comum": um "revolucionário" que utiliza a tecnologia para mudar o mundo.

Mesmo que esta mítica não seja comprovada em um teste de realidade, a ideologia por trás das *startups* segue ganhando corações e mentes, inclusive levando o Príncipe Harry da realeza britânica[16] a buscar trabalho em uma *startup* com o discurso de ajudar "a criar um impacto na vida das pessoas" (FOLHA DE S. PAULO, 2021, *online*). A possibilidade de mudar o mundo desde uma garagem atingiu em cheio um mercado dejovens saturados com longas jornadas e trabalhos enfadonhos. Ainda que muitos enxergassem suas funções como criativas, dentro de suas capacidades e com remuneração adequada, o que faziam não os preenchia em sua completude. Eles vêem o seu dia a dia como uma rotina de estresse, burocracia, horários, chefes, reuniões intermináveis, código de vestimentas, metas, *time sheet* e etc. De uma hora para outra, há um mundo diferente lá fora: um mundo sem nenhumas das aflições da rotina em grandes empresas e com a possibilidade ainda de ser o próprio chefe. A frase do maior recrutador de *startups,* Tallis Gomes, é bem esclarecedora neste sentido:

> Cansei de tirar pessoas que trabalham em grandes empresas renomadas para virem trabalhar comigo ganhando a metade do que ganharam. E sempre me perguntam como eu consigo tanta gente boa pagando tão barato. E explico que eles não estão vendo valor que estão recebendo em dinheiro. Eles estão vendo valor em crescimento profissional, em experiência. E aí eles saem de uma empresa, na qual sua principal função era fazer power point e excel, e se mudam para uma empresa que tem como propósito de vida entregar um bem maior para a sociedade (FERNANDES, 2018, *online*).

Estes jovens têm um perfil *sui generis*: são altamente qualificados[17], com curso superior e pós graduação, não raro até em instituições internacionais. Todavia, o que torna este segmento singular

16 Não se pode comparar o Príncipe Harry a massa de empreendedores inovadores sendo *chief impact officer*. O ponto é que de sua cooptação pelo discurso: um representante da monarquia que escolhe um emprego com um "sentido" de propósito de fazer o bem.

17 Segundo a pesquisa Raio X dos Founders (2019), com base no perfil de fundadores de *startup* no Brasil, 100% tem curso superior, sendo 50% em nível de pós graduação no Brasil e exterior. As instituições estrangeiras ganham mais destaque, principalmente Stanford, renomado berço de empreendedores.

é que muitos desistem de bons empregos[18], com direitos e alta remuneração, para se aventurar no mundo do empreendedorismo inovador, ganhando menos, muitas vezes investindo recursos próprios, trabalhando durante anos sem salário algum[19]por um propósito maior que se contrapõe ao trabalho sem sentido em empresas tradicionais.Em uma simples busca no Google, se pode verificar um imenso número de casos de "jovens que largaram o emprego para montar uma *startup*".

Em suma, o modelo "*startup* de produção" soube muito bem cooptar jovens prometendo um trabalho com um sentido e a possibilidade de fazer a diferença. Mas o que estes jovens encontram ao se aventurar no mundo das *startups* é uma realidade inteiramente diferente dos discursos inovadores. Vemos que poucos têm realmente a chance de mudar o mundo, dado que as chances de sucesso de uma *startups* são mínimas. Um estudo conduzido pelo pesquisador Shikhar Ghosh, da Harvard Business School, indica que três de quatro *startups* falham (apud BLANK, 2013, p. 4). Os que conseguem não o fazem sozinho, pois muitas vezes dependem de investidores anjo[20] ou fundos *joint venture*, que acabam se tornado novos chefes (BRUNO, 2018).

O OUTRO LADO DAS *STARTUPS*

Até o momento, foi demonstrado como o modelo de empreendedorismo de *startup* contribui para a visão de um modelo de capitalismo que se assemelha ao mencionado pelo Fórum Econômico Mundial como capitalismo de *stakeholder* e também para uma nova concepção do próprio modo de produção, em um sentido mais revolucionário ligado a "fazer o bem" usando novas tecnologias em contraposição a empresas que só pensam nos lucros.

Ao contrastar com a realidade,é possível auferir que as *startups* estão distantes de representar a mudança que é tão almejada por seus empreendedores. O efeito imediato das forças disruptivas que as *startups* representam são desigualdade social, destruição em massa de direitos e principalmente ampliando a precariedade a que estão submetidos os trabalhadores, principalmente, nas plataformas como Uber e Ifood. Ainda que os empreendedores de *startups* não se encaixem nas condições dos trabalhadores de plataforma e nem de precariedade, no sentido da pauperização econômica, eles também sentem os efeitos das novas formas de acumulação do capital que é qualificado na literatura contemporânea como "precarização social do trabalho" (DRUCK, 2011), no sentido de que eles não sofrem das mesmas condições econômicas dos trabalhadores de plataforma, mesmo assim, o empreendedorismo inovador padece de precariedades semelhantes no tocante a direitos trabalhistas, longas jornadas, falta de estabilidade e de aposentadoria, entre outros benefícios.

É importante deixar claro que a precarização não é um fenômeno que surgiu com o advento das *startups* e das novas plataformas, mas de um fenômeno inerente ao capitalismo. Graça Druck (2011, p. 11) tem uma definição que deixa compreensível este aspecto estruturante: "precarização social do trabalho é um novo e velho fenômeno, por que é diferente e igual, por que é passado e presente e por que é um fenômeno macro e micro social". Mesmo assim, diante da constatação que o fenômeno é uma condição *sine qua non* do próprio capitalismo, ela é mais utilizada para explicar o desenlaces das dinâmicas da acumulação flexível, colocada como "estruturante das relações sociais

18 Em relação à experiência, a Raio X dos Founders (2019), destaca que 44,4% tiveram experiência no mundo profissional antes da criação das empresas, tendo trabalhado em média 6,2 anos.

19 A pesquisa Lado A, Lado B - *startups* de 2015, desenvolvida pelo SEBRAE-SP, com o objetivo de estudar o ecossistema das *startups*, em São Paulo, encontrou que 80% dos empreendedores começaram a empresa com recursos próprios, 50% ficam sem salário por cerca de dois a três anos.

20 O investidor anjo é uma pessoa física que investe na startup em sua fase inicial e ainda auxilia em todo o desenvolvimento da empresa. Não se trata apenas de um investimento financeiro, sua atuação se dá agregando conhecimento e redes de relacionamento, como se fosse um mentor.

do capitalismo contemporâneo" (LIMA, OLIVEIRA, 2017, p.135). Neste contexto foi inserido um "novo" tipo de trabalhador: a camada média do proletariado urbano, formada por jovens que, embora altamente escolarizados, ainda se encontram inseridos em relações laborais precárias em contraposição as condições fordistas de direitos trabalhistas, estabilidade, previdência etc. retratada por Guy Standing (2014) em *O precariado: a nova classe perigosa* sobre trabalhadores europeus na ascensão do Toyotismo.

Desde os anos 1970, o sistema capitalista vem sofrendo transformações significativas no campo do trabalho ligadas à mundialização do capital e à paulatina hegemonia do capital financeiro em contraposição ao capital industrial. A flexibilização e adesregulamentação dos direitos dos trabalhadores foram exigências de um mundo cada vez mais dominado pelas finanças que visam a lógica especulativa (GUTTMANN, 2008), ou seja, do capitalismo de *shareholder*. O curto prazo se transformou em ordem do dia e o trabalho foi submetido a certas condições para atender esse ritmo que exige mudanças rápidas quando o dinheiro se move a nível mundial na velocidade de um clique. É possível entender a precarização, surgida no ocaso do fordismo, como base ideológica para o discurso do empreendedorismo que foi capaz de fazer com que estas novas condições fossem vistas como inexoráveis e, em alguns casos, como atributos positivos para estimular as potencialidades dos indivíduos (ROSENFIELD, 2011). Esta concepção ideológica oculta o caráter nocivo da precarização e pode ser visualizado no discurso empreendedor como uma etapa obrigatória para o sucesso.

A bibliografia que associa o empreendedorismo de *startup* à precarização ainda é incipiente no Brasil e a maior parte da literatura tem o foco nas relações precárias de empreendedores tradicionais (BARBOSA; MAGNO, 2011; OLIVEIRA; MOITA; AQUINO, 2016) e em trabalhadores altamente qualificados (CASTRO, 2012; ROSENFIELD, 2011). Ainda assim, a tese da pesquisadora Breilla Zanon,*Não era amor, era cilada:startups, coworkings e a mobilização do desejo pelo mundo do trabalho (2019)*, faz uma abrangente análise sobre como os empreendedores de *startup* internalizam os discursos do empreendedorismo obliterando as condições de exploração e precarização, em linha com a teses aqui apresentadas.

Na referida tese são conduzidas entrevistas qualitativas com criadores de *startups*de diferentes segmentos. Os resultados da pesquisa revelam a internalização da precarização: "os trabalhadores internalizam as demandas do capitalismo flexível, possibilitando que a instabilidade e a fragilidade que é inerente desse momento do trabalho seja diluída em seus sentidos de autorrealização" (ZANON, 2019, p.171). Esta "autorrealização" está vinculada a uma valorização das fragilidades através de um sentido que este trabalhador dá as suas atividades. As contradições relacionadas à flexibilização não são percebidas como atreladas ao capitalismo pois os sujeitos "tornam-se" responsáveis de seus destinos e empresários de si mesmos, aparentemente permanecendo autônomos em relação as imposições do sistema.

Em uma das entrevistas estacondiçãose dá pela "transformação da aparência da alienação" (ZANON, 2019, p. 157), e fica exemplificada pelo seguinte trecho:

> E aí por ser um pouco menor [a empresa], as pessoas veem 'eu faço diferença'... dá aquele sentimento de: tá eu não sou dono, mas eu posso lidar como se fosse, porque eu gosto desse lugar e eu vou ser reconhecido (ZANON, 2019, p. 157).

Este "lidar como se fosse" é a introjeção de uma necessidade do capitalismo de maior produtividade e do aumento da intensificação do trabalho, que coloca a cobrança de efetividade e do sucesso nas costas dos próprios empreendedores.

Com base na literatura analisada, vemos que os empreendedores de *startups* compartilham muitas das condições do trabalho de plataforma no sentido da flexibilização, ausência de direitos e segurança. A precariedade dos empreendedores está relacionada a um processo de invisibilidade da exploração que passa a ser desconhecida como tal e compreendida e legitimada pelo discurso da empregabilidade com efeitos poderosos, uma vez que transformam o mundo do trabalho "fazendo tábua rasa das conquistas sociais e econômicas resultantes de cem anos de lutas sociais, descritas como arcaísmos e obstáculos à nova ordem nascente" (BOURDIEU; WACQUANT, 2013, p. 82).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito durante todo o percurso teórico foi demonstrar como as *startups*, que se colocam como um elemento disruptivo aliando o discurso do empreendedorismo à inovação tecnológica, podem ser associadas ao modelo de capitalismo preconizado por este *great reset.*A associação ocorre, principalmente, porque as *startups* buscam representar ideologicamente uma noção diferente de empresa e ao mesmo tempo fazem uso das tecnologias como forma de solucionar problemas reais e "mudar o mundo".

As subjetividades dos empreendedores inovadores vêm sendo mobilizadas pelo componente ideológico das *startups* e reforçam o seu enquadramento ao capitalismo de *stakeholder*. Esse novo tipo de trabalho se destaca como forma de "fazer o bem"e a alienação parece não existir, pois "se reconhecem no produto e no processo de seu trabalho e se realizam por meio deles" (ZANON, 2019, p. 171). Porém, conforme demonstrado, a exploração se mantém por trás da roupagem inovadora, jovem, empreendedora, livre e cheia de propósitos. Ainda, é possível encontrar, sob todo este manto ideológico, modos de extração de mais-valia que se diferenciam em sua aparência, mas não em sua essência.

Não é possível terminar o artigo sem destacar a importância deste modelo de empresa que, mesmo sob o manto da precarização social, realiza formas ocultas de exploração e concepção de sucesso distante da realidade.As *startups* são de fundamental importância para o setor de inovação e continuarão crescendo e revolucionando mercados (THIEL, 2014). Como é possível, a partir deste cenário, buscar um desenvolvimento sustentável que alie a inovação e desmistifique o caráter exploratório das relações trabalhistas ensejadas por este novo modelo?

A resposta com certeza não partirá de uma recriação do movimento *Ludista* em relação às novas tecnologias. Pelo contrário, se faz necessário buscar formas de contornar os aspectos deletérios e usar a tecnologia a favor das demandas sociais. Neste aspecto, o professor Antonio Casilli (2021) da Paris School of Telecommunications faz uma análise do contexto atual, traçando cenários possíveis para o futuro. O primeiro cenário destacado pelo pesquisador francês é um movimento que vem ganhando cada vez mais força, que é o enquadramento das empresas, principalmente aquelas vinculadas ao trabalho de plataforma, nos marcos legais. No momento em que escrevo estas linhas a Uber acaba de acatar, parcialmente, uma decisão da suprema corte do Reino Unido e vai reclassificar seus motoristas como empregados com direito a salário mínimo, férias e até um esquema de aposentadoria ligado à empresa (LEE; STRAUSS, 2021). Ainda é cedo para saber o impacto desta decisão para os trabalhadores e, consequentemente, para o futuro da empresa, pois essa decisão, segundo a lógica do capital, poderá encarecer os serviços e torná-los inviáveis do ponto de vista financeiro. Não obstante, é importante salientar que as estruturas estão se alteando muito devido aos processos de luta (BRAGA, 2009).

Outro cenário mencionado é a utilização das plataformas como forma de cooperativas para unificar trabalhadores que utilizariam a tecnologia com ponte. Vejamos um exemplo simples de como isso funcionária. A pandemia do COVID-19 e as políticas de confinamento evidenciaram muitas disparidades e dificuldades para micro e pequenos empresários. Ao mesmo tempo em que há pessoas passando fome nas periferias das grandes cidades, pequenos agricultores acabam tendo que jogar fora seus estoques pela falta defeiras para a comercialização dos seus produtos. Neste caso, uma cooperativa de plataforma seria interessante para uma melhor utilização dos alimentos.

Vemos que ainda há espaço para o romantismo de"mudar o mundo" com uma ideia inovadora. Da mesma forma abusca por um trabalho com sentido ao seu trabalho não pode ser perdida, no entanto, é importante criar um entendimento de que, mesmo qualificados, os empreendedores inovadores não estão imunes a exploração. É preciso criar umaconsciência de classe que abarque formas de preservação de direitos e que seja possível entender que a suaausência é na verdade uma exigência do capitalismo contemporâneo e não uma realidade inexorável.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva** – Ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Editora Praxis, 2007.

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**, *[s.l.]*, vol. 34, n. 1, p.211-239, 2019.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, *[s.l.]*, vol. 39, n. 1, p. 27-43,2020.

A REDE SOCIAL; Direção: David Fincher. Produção: Relativity Média. Estados Unidos: Columbia Pictures, 2010. 1 DVD (120 min.)

BANCO MUNDIAL. **Do plano ao mercado**. Washington, 1996.

BARBOSA, Silva; MAGNO, Attila. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo dotrabalho. **Revista de Sociologia e Política**, *[s.l.]*, vol. 19, n. 38, p. 22, 2011.

BARBROOK, Richard; CAMERON, Andy. The Californian Ideology. **Science as culture,** *[s.l.]*, vol. 6, n. 1, p. 44-72, 1996.

BICUDO, Lucas. (2016) Afinal, O que é uma *Startup*? **Startse Infomoney**, São Paulo. Disponível em: <https://www.startse.com/noticia/*startups*/18963/afinal-o-que-e-uma-*startup*>. Acesso em: 09 fev. 2021.

BIHR, Alain. Maio-junho de 1968 na França, o epicentro de uma crise de hegemonia (parte I). **Mediações,** *[s.l.]*, vol. 12, n. 2, p. 19-54, jul/dez. 2007.

BLANK, Steven. Why the lean *Startup* changes everything? **Harvard Business Review**, *[s.l.]*, vol. 91,n.5, p. 63-72,2013.

BLANK, Steve; DORF, Bob. The *Startup* owner's manual: the step-by-step guide for building agreat company. K&S Ranch, 2012.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT,Löic. O imperialismo da razão neoliberal. **Sociologia em Rede**, *[s.l.]*, vol. 3, n. 3, p. 82-87, 2013.

BRAGA, Ruy. A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo. *In*: BRAGA, Ruy; ANTUNES, Ricardo (orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, v.1, 2009.

BRUNO, Luciana. **Empreendedores de startups e trabalho imaterial no capitalismo cognitivo.** Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CASILLI, Antonio. Entrevista concedida a Digilabour. A uberização é só um dos aspectos do trabalho em plataformas: entrevista com Antonio Casilli. **Digilabour**, laboratório de pesquisa. Edição online. São Paulo, SP, [03/07/2019]. Disponível em: <https://digilabour.com.br/2019/06/03/casilli-a-uberizacao-e-so-um--dos-aspectos-do-trabalho-de-plataforma/>. Acesso em 29 de mar 2021.

CASTRO, Bárbara. **Afogados em contratos**: o impacto da flexibilização do
trabalho nas trajetórias dos profissionais de TI.Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.2012.

CHESNAIS, Françoais. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo:Boitempo, 2008.

D'ANDRETA, Mario. **Davos discourse drives cultural hegemony.** Transnational Institute (TNI). Corporate Power. 2018. Disponível em: <https://www.tni.org/es/node/23882>. Acesso em jun 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Giles.; GUATTARI, Félix. **O Anti-édipo**. Tradução Luiz B. L. Orlandi. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais**. São Paulo: edições SESC São Paulo, 2020.

DRUNK, Graça. TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS:
novos e velhos desafios? **Caderno Crh**, Salvador, vol. 24, n. SPE 01, p. 9-13, 2011.

Estudo SEBRAE-SP.**LADO A, LADO B DAS** *STARTUPS*. 2015 Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/lado_A_B_*startups*.pdf.>Acesso em: mar, 2021.

FAVARETTO, Sonia Consiglio. Capitalismo de Stakeholder, Consciente, Responsável, Sustentável... Vamos simplificar?Valor investe. Blogs. Rio de Janeiro: **Grupo Globo**, [06/10/2020]. Disponível: <https://valor-investe.globo.com/blogs/sonia-favaretto/post/2020/10/capitalismo-de-stakeholder-consciente-responsavel--sustentavel-vamos-simplificar.ghtml>. Acesso em: mar, 2021.

FERNANDES, Daniel. Por que jovens brilhantes estão largando bons empregos para empreender e o que as empresas deveriam fazer para (não) retê-los. **Blog do empreendedorismo**. Estadão. Blogs. São Paulo: Grupo Estado. [13/04/2018]. Disponível em: <https://pme.estadao.com.br/blogs/blog-do-empreendedor/por-que-jovens-brilhantes-estao-largando-bons-empregos-para-empreender/>. Acesso em mar, 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. Príncipe Harry aceita emprego novo: diretor de impacto da BetterUp.Folha de São Paulo. Celebridades. São Paulo: **Grupo Folha**, [23/03/2021]. Diário. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2021/03/principe-harry-aceita-emprego-novo-diretor-de-impacto-da-betterup.shtml>. Acesso em: 29mar 2020.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo,** vol.5, n.8, jan/jun 2017.

GITAHY, Yuri. O que é uma *startup*? **Exame**, São Paulo: [2016]. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/pme/o-que-e-uma-*startup*/>. Acesso em: 26mar. 2021.

GORZ, André. **Imaterial (0)-conhecimento, Valor**. São Paulo: Annablume, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**, vol. 4. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUTTMANN, Robert. **Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças**. Novos Estudos - CEBRAP, São Paulo-SP, n. 82, p. 11-33, nov. 2008.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HILLAGE, Jim. and POLLARD, Emma. **Employability**: Developing a Framework for Policy Analysis. London: DfEE. 1998.

IANNI, Octavio. Globalização e Neoliberalismo. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, vol. 12, n. 2,1998.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. Expressão popular: Perseu Abramo, 2016.

LEE, Dave. STRAUSS, Delphine. Uber define motoristas como trabalhadores do app no Reino Unido. Folha de São Paulo. Mercado. São Paulo: **Grupo Folha**, [16/03/2021]. Diário. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/uber-aceita-mudancas-cruciais-e-define-motoristas-como-funcionarios-no-reino-unido.shtml>. Acesso em: mar, 2021.

LIMA, Jacob Carlos. OLIVEIRA, Daniela Ribeiro. Trabalhadores digitais: as novas ocupações no trabalho informacional. **Soc. estado,** *[s.l.]*, vol. 32, n. 1, 2017.

LOURES, Hamilton Lopes. Empreendedorismo: uma visão política de seus fundamentos. **Negócios em Projeção**, Brasília, vol. 6, n. 2, p. 93-104, 2015.

MANZONI, Leandro. As 10 maiores operações de fusões e aquisições da história. FORBES. Negócios. São Paulo: **Forbes Brasil**, [14/12/2017]. Disponível: <https://forbes.com.br/negocios/2017/12/as-10-maiores--operacoes-de-fusoes-e-aquisicoes-da-historia/#foto9>. Acesso em: mar 2021.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

NORMAND, Reinaldo. Vale do Silício: entenda como funciona a região mais inovadora do planeta. 2014. Disponível em: <http://www.valedosilicio.com>. Acesso em: jun 2021.

OLIVEIRA, Eveline Nogueira Pinheiro; MOITA, Dimitre Sampaio; AQUINO, Cassio Adriano Braz. O Empreendedor na Era do Trabalho Precário: relações entre empreendedorismo e precarização laboral. **Psicologia Política**. *[s.l.],* vol. 16. nº 36. pp. 207-226, 2016.

PAYÃO, Felipe. O Facebook tem uma nova missão, segundo Zuckerberg. **TECMUNDO**. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/facebook/118182-facebook-tem-nova-missao-segundo-zuckerberg.htm >. Acesso em: 31 mar. 2021.

PRADO, Eleutério. **Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria**. São Paulo: Xamã, 2005.

PRADO, Eleutério F. S.; PINTO, José Paulo Guedes. Subsunção do trabalho imaterial ao capital.Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 70, p. 61-74, 2014.

RAIO X DOS FOUNDERS. Estudo ACE *Startups*. São Paulo, 2019

RIFKIN, Jeremy. **A Terceira Revolução Industrial Como o Poder Lateral está Transformando a Energia, a Economia e o Mundo**. São Paulo: M.Books, 2002.

ROSENFIELD, Cínara L. Trabalho decente e precarização. **Tempo Social,***[s.l.],* vol. 23, n. 1, p. 247-268, 2011.

SAVAGE, Sam. The Generation Z Connection: Teaching Information Literacy to the Newest Net Generation. **Red Orbit**, Nashville, TN, USA. [19/02/2006]. Technology. Disponível em: <https://www.redorbit.com/news/technology/397034/the_generation_z_connection_teaching_information_literacy_to_the_newest/>. Acesso em: jun, 2021.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

SCHWAB, Klaus. **What Kind of Capitalism Do We Want?** Project Syndicate. 2019. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/stakeholder-capitalism-new-metrics-by-klaus-schwab-2019-11>. Acesso em: jun. 2021.

_____. **Now is the time for a 'great reset'**. World Economic Forum. 2020. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2020/06/now-is-the-time-for-a-great-reset/>. Acesso em: jun. 2021.

_____. VANHAM, Peter. **Stakeholder Capitalism: A Global Economy that Works for Progress, People and Planet**. Hoboken, New Jersey (USA): John Wiley & Sons, Inc. 2021.

_____. KROSS, Hein. **Modern Company Management in Mechanical Engineering.** Maschinenbau-VerlagGmbH, 1971.

SILVA JUNIOR, Humberto Alves. Indústria cultural e ideologia. **Caderno CRH**, Salvador, vol.32, n.87, p.505-516, 2019.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

STUBBINGTON, Tommy. **Global debt surges to highest level in peacetime**. Financial Times. Londres (Inglaterra): Financial Times Group. [25/09/2019]. Disponível em: <https://www.ft.com/content/661f-5c8a-dec9-11e9-9743-db5a370481bc>. Acesso em: jun 2021.

SIQUEIRA, Mauricio; COCCO, Giuseppe (orgs.). **Por uma política menor:** arte, comum e multidão. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.

THIEL, Peter; MASTERS, Blake. **Zero to one**: notes on *startups* or how to build the future. New York: Crown Bussiness, 2014. 160 p.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Improving the state of the world.**Disponível em: https://www.weforum.org/our-impact. Acesso em: 18 jun. 2021.

ZANON, Breilla. **"não era amor, era cilada"**: *startups*, coworkings e a mobilização do desejo pelo mundo do trabalho. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de pós-graduação em sociologia / Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

Essa pesquisa foi realizada durante o período de pesquisa de doutorado do autor. A pesquisa de doutorado foi financiada pela Coordenação de Apoio ao Pessoal de Nível Superior (CAPES), processo 88887.512478/2020-00.

ASFIXIA MECÂNICA VERSUS CENTRALIDADE DO TRABALHO: A PANDEMIA QUE DESMASCARA A RETÓRICA CAPITALISTA

Recebido em 12/04/2021, aprovado em 11/06/2021
10.30612/mvt.v8i14.14462
Marlene Souza dos Santos[1]
Igor Souza de Abreu[2]

RESUMO: Os debates provocados pelo cenário pandêmico que se instaurou no Brasil e no mundo têm demonstrado muitos dos conflitos de interesses sobrepostos entre a dualidade saúde pública versus economia. A nível mundial, diferentes estratégias foram sendo adotadas por governos de modo a conter a letalidade do vírus e concomitantemente manter as atividades econômicas ativas. No Brasil, ao contrário de outras nações que privilegiaram desde o início as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) quanto ao isolamento e distanciamento social, privilegiou-se o funcionamento da economia, o que acarretou o agravamento da crise sanitária no país, que até a presente data já possui taxa de letalidade superior a 486.000 mil mortos. A cartilha pelo qual tem se orientado o governo Bolsonaro trouxe consequências apenas para área da saúde e também o agravamento das já precárias condições de vida e trabalho da classe trabalhadora brasileira. Tendo como norte que o trabalho desempenha papel central na vida dos trabalhadores e na manutenção do capital, objetiva-se no presente artigo discutir como a pandemia do coronavírus tem enfraquecido ainda mais as condições de trabalho dos profissionais do país ao passo que a precarização sucedida tem sido vantajosa para a máxima capitalista de expropriação de valor do trabalho.

Palavras-chave: Capitalismo. Pandemia. Expropriação. Trabalho.

MECHANICAL ASPHYXIA VERSUS LABOR CENTRALITY: THE PANDEMIC THAT UNMASKS CAPITALIST RHETORIC

ABSTRACT: The debates provoked by the pandemic scenario that took place in Brazil and the world have showed many of the overlapping conflicts of interest between the duality between public health and the economy. Worldwide, different strategies have been adopted by governments to contain the lethality of the virus and keep economic activities active. In Brazil, unlike other nations

1 Mestranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense, polo universitário de Campos dos Goytacazes (UFF/PUCG). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa de Estudos Urbanos e Regionais (Gepur/UENF). Pesquisadora do Grupo de Assessoria ao Trabalho do Assistente Social (GATAS /UFF). E-mail:nenasouza05@gmail.com
2 Mestrando no Programa de Pós Graduação em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Bacharel em Ciências Sociais pela mesma instituição. E-mail: igorsouzadeabreu@gmail.com

and despite the guidelines of the World Health Organization (WHO) regarding isolation and social distance, the economy has been the privileged arena of the government, which has worsened the health crisis in the country, leading to a lethality rate 486.000 thousand deaths by the time of this article was finished. The Bolsonaro government led to consequences for the health area and the worsening of precarious living and working conditions of the Brazilian working class. Bearing in mind that work plays a central role in the lives of workers and in the maintenance of capital, the objective of this article is to discuss how the coronavirus pandemic has weakened the working conditions of the country's professionals, while the precariousness has been advantageous for the capitalist system in expropriating the value of work.

Keywords: Capitalism. Pandemic. Expropriation. Work.

ASFIXIA MECÁNICA VERSUS CENTRALIDAD DEL TRABAJO: LA PANDEMIA QUE DEVELA LA RETÓRICA CAPITALISTA

RESUMEN: Los debates provocados por el escenario pandémico que se dio en Brasil y en el mundo mostraron muchos de los conflictos de interés que se trasladan a la dualidad entre salud pública y economía. Los gobiernos de todo el mundo han adoptado diferentes estrategias para frenar la letalidad del virus y, al mismo tiempo, mantener en marcha las actividades económicas. En Brasil, a diferencia de otras naciones, sehan privilegiado, desde el principio, politicas distintas de las recomendaciones de la Organización Mundial de la Salud (OMS) en cuanto al aislamiento y la distancia social. La economía ha sido privilegiada, lo que ha agravado la crisis de salud en el país, que hasta el día de hoy, tiene una tasa de mortalidad de más de 486.000 muertes. El folleto que guió al gobierno de Bolsonaro tuvo consecuencias no solo para el área de la salud, sino también para el empeoramiento de las ya precarias condiciones de vida y trabajo de la clase trabajadora brasileña. Teniendo en cuenta que el trabajo juega un papel central en la vida de los trabajadores y en el mantenimiento del capital, el objetivo de este artículo es discutir cómo la pandemia de coronavirus ha debilitado aún más las condiciones laborales de los profesionales en el país, mientras que la precariedad procesada se manifestó a Ser ventajoso para el sistema capitalista en la expropiación del valor del trabajo.

Palabras Clave: Capitalismo. Pandemia. Expropiación. Trabajo.

INTRODUÇÃO

A pandemia do Coronavírus trouxe à tona várias discussões em torno da crise econômica gerada pela contaminação e das alternativas para o combate à disseminação do vírus. Nesses debates, um dos temas centrais passou a ser o trabalho, junto com a volta das atividades econômicas do Brasil e reabertura total do comércio. Mais de um ano após a notificação do primeiro caso o Brasil soma até o momento de fechamento deste artigo (junho de 2021), mais de 486.000 vidas perdidas pela doença e os números aumentam vertiginosamente a cada dia.

A imprensa mundial noticia diariamente o caos que se instaurou no sistema de saúde brasileiro e todos os olhos têm se voltado para a não gestão da crise por parte do governo Bolsonaro. Diante do colapso total previsto e exaustivamente alertado por cientistas de todo o país, o que se percebe

claramente é a defesa da doutrina neoliberal por parte do atual governo Bolsonaro/Guedes e a nítida afinidade entre os discursos e falas do presidente e seu ministro e as orientações do Instituto Mises.

Think-tanks ultraliberais têm atacado o *lockdown*, associando a medida a uma espécie de ideologia totalitária, política e fanática. Tucker (2021), ao analisar o *lockdown* como ideologia faz uma analogia ao comunismo, socialismo, fascismo e racismo como "estórias" criadas para chamar a atenção da sociedade e recomenda que se recorra à "história" para que tais teorias sejam refutadas. Ao discutir as regras de distanciamento social,o autor defende o combate ao que denomina *lockdownismo*, que a seu ver está associado a ideia do puritanismo, ferindo e cerceando liberdades e direitos individuais,colocando-se como uma espécie de cárcere domiciliar, impedindo que as pessoas saiam de casa, sobretudo impedindo-as do necessário lazer.O autor conclama a sociedade a combater os *lockdowns*, reitera a importância da economia e da manutenção da propriedade privada, desconsidera e coloca em xeque a ciência e os estudos que comprovam a eficácia do distanciamento e isolamento social para a diminuição do contágio. Em meio a um discurso travestido de modernidade, com a defesa da reabertura do comércio e do incentivo ao consumo, a direita ultraliberal tem promovido o total aviltamento da classe trabalhadora, levando-a ao adoecimento e à morte.

Várias pesquisas vêm tomando corpo no intuito de explicar os rebatimentos da pandemia na economia mundial. No entanto, Santos (2020, s.p.) argumenta que *"a* atual pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade", uma vez que o avanço do neoliberalismo como atual face do capitalismo vem se rendendo à financeirização da economia e à mundialização do capital e, e em decorrência desse quadro, o mundo tem sido atravessado por um contexto de crise permanente. O que temos acompanhado é o significativo aumento da pobreza, potencializando desigualdades que são o resultado de uma economia disfuncional.

A financeirização da economia, segundo Iamamoto (2007) encobre as formas de exploração da mais valia e o caminho que percorre o capitalismo mundial reforça e aprofunda o processo de desvalorização da força de trabalho. Antunes e Druck (2015) destacam que a substituição do trabalho contratado e regulamentado pelos mais diversos modos de terceirização, informalidade e precariedade, e a consequente ampliação dos mecanismos de extração do sobretrabalho tem na atualidade deixado de se tornar exceção para torna-se regra dentro da dinâmica do capitalismo flexível que se instaurou no país e no mundo.

O desmantelamento dos direitos sociais manifestos por meio da informalidade e precarização dos vínculos trabalhistas não tem sido uma novidade para os estudiosos do mundo do trabalho, entretanto as situações provocadas pela pandemia do coronavírus, somados à grave crise política, econômica e social que se instaurou no país, têm promovido importantes perspectivas de se perceber como o gerenciamento ruim da crise (em especial do sistema de saúde) pelo atual governo tem possibilitado em grande escala a morte daqueles que constituem a principal força de trabalho do país: a morte da classe trabalhadora, evidenciando o caráter original e vigente do trabalho de Karl Marx.

Neste sentido, o presente artigo objetiva, tendo como referência o método do materialismo histórico e dialético, resgatar algumas contribuições do autor de *O capital,* de modo a compreendermos como o trabalho abstrato e alienado pelo capital submete os homens ao mercado e à economia capitalista, transformando-os em objetos.

A ATUALIDADE DO TRABALHO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

A principal contribuição para a apreensão da categoria trabalho em sua concepção ontológica é de fundamental importância, tanto para entendermos as especificidades das formas contemporâneas de exploração que vêm moldando otrabalho a partir da sociabilidade capitalista, quanto para demonstrar a atualidade da discussão que propôs Marx.

Trabalho, segundo Marx (2013, p. 255), é "antes de tudo um processo entre ser humano e natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza." Através da sua força vital, o trabalho realizado por seus braços, pernas, cabeça e mãos o homem é capaz de modificar a natureza externa e modifica a si mesmo, a sua própria natureza.

O homem, ao se utilizar do seu próprio corpo realiza um trabalho teleológico, uma vez que age de forma consciente, com a finalidade de suprir suas necessidades. Ao comparar o trabalho de uma abelha ao de um arquiteto, Marx (2013) demonstra o quão importante é o trabalho do homem, sendo somente este capaz de idealizar e transformar a natureza. O autor destaca que "uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera" (MARX, 2013, p. 255).

Marx defende o trabalho como categoria fundante do ser social, a base da sociabilidade humana,

> [...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência" (MARX, 2008, p. 47).

Nossa análise parte da constatação de que a centralidade do trabalho vem sendo amplamente atacada e, aliadas a isso, estão as contradições impostas pelo modo de produção capitalista: as novas formas de exploração da força de trabalho, as desregulamentações impostas pelo Estado e mercado ao abolir direitos trabalhistas e o arrefecimento da luta sindical são ingredientes desse modelo.

Os debates em torno da flexibilização das leis trabalhistas, a partir da década de 1990, ganhou fôlego alicerçados, sobretudo, no processo de globalização financeira com aval do governo Collor e, posteriormente, com mais intensidadeno governo Fernando Henrique Cardoso.Com o intuito de sobrepor o "negociado sobre o legislado" as premissas para a flexibilização das relações trabalhistas eram uma forma de combater o desemprego e a "informalidade, pois se fazia necessário ajustar a regulamentação do trabalho às transformações tecnológicas e de competição contemporâneas" (KREIN, 2018, p. 81). A intensa insegurança provocada pela competitividade, a desregulamentação das leis trabalhistas e a fragilização das instituições públicas, a exemplo a Justiça do Trabalho, abrem espaço para a ilegalidade e novas formas de exploração (KREIN, 2018, p. 95).

Segundo aponta Lessa (2012) o excedente de produção (o consumo não acompanha o crescimento do potencial produtivo), o desemprego, as novas formas de atuação do Estado, dentre outros fatores, têm normalizado a crise e as formas do capital se reproduzir, num processo quase ordinário:

> [...] é essa permanência de uma "crise" convertida em situação de "normalidade" que fornece as bases empíricas imediatas para as teorizações que afirmam haver uma nova relação entre trabalho e sociabilidade, ou mesmo uma sociabilidade que não carece do trabalho como seu fundamento. A destruição de postos de trabalho, a eliminação de profissões tradicionais, a "reestruturação produtiva", a hipertrofia do capital financeiro "globalizado", a generalização dos "trabalhadores hifenizados", o desenvolvimento das comunicações e da "economia pontocom" da internet, além de outras tendências contemporâneas, são os argumentos empíricos dos quais se retira legitimidade a favor das teorizações que postulam não ser mais o trabalho a categoria central do mundo dos homens (LESSA, 2012, p. 38-39).

Contrariando o entendimento de que o trabalho tem perdido sua relevância no mundo contemporâneo, Antunes (2014) indica que apesar do capitalismo ter sido afetado por fortes mutações nas últimas décadas, o que tem se revelado de modo factual e pragmático é apenas uma nova morfologia das relações de trabalho. O autor salienta que, com a reestruturação produtiva desencadeada a partir dos anos de 1970, a classe trabalhadora vem sofrendo uma série de transformações.

A redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado para formas mais desregulamentadas de trabalho, os terceirizados, subcontratados, *part-time* (novo proletariado fabril e de serviços), o aumento significativo do trabalho feminino, a crescente expulsão dos jovens e dos considerados idosos pelo capital (idade próxima aos 40 anos) têm se constituído como a realidade da classe trabalhadora no capitalismo moderno, marcado sobretudo pela informalidade, desemprego estrutural e "trabalhos voluntários" (ANTUNES,2014).

Os mecanismos pelos quais empresas vêm,na atualidade, burlando a legislação social do trabalho, tem contribuído para intensificação do panorama descrito acima aprofundando as contradições do sistema. Além das partições entre trabalhadores estáveis e precários, qualificados e desqualificados, incluídos e excluídos, Antunes (2014, p. 41) indica que "em plena era da informatização do trabalho no mundo maquinal-digital, vem ocorrendo também um processo contraditório, marcado pelo aumento da informalização do trabalho, presente na ampliação dos terceirizados". Assim:

> As novas modalidades de exploração intensificada do trabalho, combinadas com um relativo avanço tecnológico em um país dotado de um enorme mercado consumidor tornaram-se elementos centrais da produção capitalista no Brasil. A articulação complexa existente entre financeirização da economia, neoliberalismo, reestruturação produtiva e as mutações no espaço microcósmico do trabalho e da empresa não poderia deixar de afetar profundamente a classe trabalhadora (ANTUNES,2014, p. 41).

Praun (2020) adverte em base aos dados coletados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o quanto têm crescido os índices de desemprego no país, tendência esta que propende a alastrar-se ainda mais diante do quadro de recessão vislumbrado para a economia mundial. De acordo com a autora, parte desse movimento "já pode ser observado nas quase um milhão

de solicitações de seguro-desemprego registrados pelo Ministério da Economia somente ao longo de maio de 2020" (PRAUN,2020, p. 2). Para além desta tendência, a pesquisa aponta a acentuação da informalidade e consequente precarização do trabalho já tem atingido 40% da força de trabalho brasileira, fenômeno este que tende a agravar-se ainda mais com a pandemia de Covid-19.

A crise provocada pelo coronavírus e sua interconexão com a crise econômica do país, desde logo tem propiciado profundos impactos na classe trabalhadora. Se antes da pandemia o cenário do país indicava, especialmente acerca das novas formas de organização do trabalho associadas aos usos das tecnologias de informação e comunicação (TIC), a cristalização e legitimação da exploração do trabalho, com a pandemia estamos "à beira de um colapso social profundo, sendo o capitalismo, em sua variante ultraliberal, ainda mais corrosivo" (ANTUNES, 2020, p. 115).

De acordo com Praun (2020), a pandemia, assim como as medidas de isolamento e distanciamento social apregoadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), trouxe à tona contradições e desigualdadespré-existentes. O auxílio emergencial, solicitado por mais de 107 milhões de trabalhadores informais (MÁXIMO, 2020) somado a contaminação e letalidade do vírus sobretudo nas periferias dos grandes centros urbanos demonstrou a deficiência e ineficácia de gestão do país a garantir ao menos a sobrevivência daqueles que configuram em sua grande maioria a classe trabalhadora.

Essa falta de articulação entre os setores governamentais deixa claro o pouco interesse destas em relação a questões como a realidade de redução da renda, a dificuldade de acesso às políticas de renda mínima, a deficiência da rede de assistência farmacêutica. O que se percebe é que o poder público desconsidera os determinantes sociais da saúde e as condições de vida da população, transformando-a em números (FIOCRUZ, 2020, p. 40).

O uso de máscaras e o distanciamento social são, segundo cientistas de todo o mundo, a única forma de controle da disseminação do vírus até que toda a população seja vacinada. Segundo dados recentes da Sala de Situação Covid-19 nas Favelas, vinculada ao Observatório Covid-19 da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), "a maior ocorrência da doença nos adultos pode estar associada a maior circulação e contato social desse grupo que trabalha [...] e por essa razão não estão em distanciamento social" (FIOCRUZ, 2020, p. 33).

A flexibilização das atividades com a abertura precoce de vários setores e a volta ao trabalho não essencial é responsável pela maior circulação do vírus e, por conseguinte, ao aumento de pessoas contaminadas, reforçando o entendimento de que a crise sanitária traz à tona a desigualdade social, uma vez que os trabalhadores são obrigados a retornar à atividade mesmo colocando em risco sua saúde (ABREU; SANTOS,2021). Assim, como aponta Antunes (2021, p. 114), a "letalidade da pandemia do capital se estampa em sua aguda tragicidade em relação ao trabalho: se forem laborar, contaminam-se; se ficarem em isolamento, não terão recursos mínimos para sobreviver".

No Brasil, milhares de trabalhadores perderam o emprego antes e durante a pandemia. Os períodos de recessão, a partir de 2015, apresentados pelo Instututo de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (2021), demonstram que o desemprego gerado pela crise não retrocedeu, ao contrário, a pandemia agravou o quadro no país, "que chegou a 70,5% no terceiro trimestre de 2020, ou seja, mais de dois terços da população desempregada num trimestre não conseguiu uma ocupação no trimestre seguinte e se manteve na condição de desempregada" (IPEA, 2021, p. 9).

Os dados chamam a atenção para as características individuais dos desempregados: mulheres, negros e indígenas são os que mais perderam postos de trabalho. O relatório revela, ainda, que somente trabalhadores com alta escolaridade têm conseguido manter-se empregados em função da possibilidade do trabalho remoto (IPEA, 2021). Portanto:

> As respostas do grande capital estão mais do que evidenciadas: um modelo antissocial, fundado na acumulação capitalista e na riqueza privatizada a todo custo, respaldada na ilimitada exploração e espoliação do trabalho, na corrosão completa dos direitos sociais, na destruição da natureza, no racismo, no sexismo, na homofobia, na xenofobia, tudo isso sob o embalo da mais horripilante forma de poder da modernidade, que é a aberração fascista (ANTUNES, 2021, p. 118).

Outro dado relevante é a retração de setores que diminuíram consideravelmente o número de empregados e vêm sendo afetados tanto pela recessão de 2015, quanto pela pandemia. Segmentos como alojamento, trabalho doméstico, alimentação, educação e comércio foram duramente prejudicados, sendo que o trabalho informal sofreu considerável redução em função das medidas de isolamento e distanciamento social (IPEA, 2021).

A precarização das condições de vida e trabalho, a atribuição de um valor superior ao valor real no âmbito dos serviços e a dependência cada vez maior do trabalhador com relação ao mercado, segundo Mota (2017, p. 10-11) são tendências do capitalismo contemporâneo. A mercantilização e privatização dos bens e serviços considerados públicos obriga o trabalhador a suprir tanto suas necessidades básicas quanto se responsabilizar pela sua reprodução social. Dessa forma, o trabalhador passa a ser o único responsável pela sua sobrevivência, ficando o Estado como gestor das políticas de exceção - políticas de transferências de renda - e transferindo para as Organizações Não-Governamentais (ONGs), fundações e associações o papel "caridoso" do enfrentamento da pobreza.

Fica patente que a crise econômica acirrou as desigualdades postas, no entanto a pandemia também escancara a precarização das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora. Pensar a classe que vive do trabalho e como ela se organiza requer reconhecer que existe uma divergência entre o direito legal e sua efetivação.

COVID-19 E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: FACES DE UMA MESMA MOEDA

A reestruturação produtiva e do trabalho em curso, junto com a incorporação da ciência e da tecnologia aos processos de produção e gestão do capital, reconfigurou e vem transformando o setor de serviços, desde a década de 1970.

No atual cenário de pandemia, analisamos, a partir do estudo de Antunes (2021), que essa expansão do trabalho em serviços e esferas não diretamente produtivas, mas que estão intencionalmente relacionadas ao trabalho produtivo, têm ganhado força e contribuído substancialmente para compreendermos a noção ampliada de trabalho. Exemplo desta manifestação pode ser expresso sob o olhar das novas formas de trabalhos remotos e *homeoffice,* que vêm ganhando força nos últimos anos e, sobretudo, na pandemia. Sobre a incorporação da tecnologia como novo modelo de trabalho Praun (2021) destaca o seguinte:

> A tecnologia, apresentada como promessa de uma vida com mais tempo livre e com mais horas em casa, para muitos é tida como possibilidade de livrar-se do controle imposto pelas relações de trabalho tradicionais e, enfim, poder ser patrão de si-próprio. Insinua-se como um sopro de novas possibilidades criativas em um mundo do trabalho cada vez mais desumanizado. Mas, na verdade, o que impele milhares de homens e mulheres, sobretudo os mais jovens, a aderir ao trabalho mediado por tecnologias digitais, hiperflexibilizado, muitas vezes disfarçado de 'autônomo', é a imposição da necessidade de sobreviver (PRAUN, 2021, p. 5).

Diante disso, interessa aqui analisar as diferentes formas a que se adaptam os trabalhadores, inseridos ou não no mercado de trabalho formal, considerando o contexto da pandemia, sobretudo reconhecendo a exploração e precarização do trabalho como armas que sustentam e reproduzem todas artimanhas engendradas pelo capital no intuito de se manter e fortalecer seus meios de apropriação.

As mudanças que o mundo do trabalho vem experimentando ao longo dos últimos anos têm trazido importantes reflexões no que concerne às garantias dos direitos sociais dos trabalhadores ou, melhor dizendo, a sua não garantia. As contradições presentes no capitalismo contemporâneo têm suscitado, especialmente com o advento da pandemia do coronavírus, uma perspectiva mais ampla para entendermos a quantas andam a suposta seguridade dos trabalhadores nacionais, em particular aqueles com vínculos de trabalho formal.

Os servidores públicos que experimentavam, antes da pandemia – pelo menos dentro do imaginário social – uma maior segurança, proteção e estabilidade, para efetivar suas atividades têm agora sido expostos também, apesar da formalidade dos vínculos empregatícios, à precarização em suas condições, tanto de vida, quanto de trabalho.Profissionais da saúde e professores, por exemplo, têm, no atual cenário, demonstrado que as dificuldades que a classe trabalhadora informal experimenta também são passíveis de serem reproduzidas dentro dos postos de trabalho formalizados, obviamente em graus diferentes, variando de acordo com a atividade laboral desempenhada.

Na linha de frente no combate à pandemia, os profissionais de saúde representam de forma clara a precariedade nas condições de trabalho. Segundo dados do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN, 2021), o Brasil responde por um terço das mortes desses profissionais por Covid-19. A contaminação e morte dos profissionais de enfermagem também foi responsável por aquecer o mercado de vagas na área da saúde, o que representa um risco, uma vez que os novos contratados assumem os postos de trabalho sem experiência e com parco treinamento, colocando em xeque valorização da vida humana, corroborando o que Marx (2013) denominou exército industrial de reserva:excedente e necessário ao desenvolvimento do capital.Além do risco de contaminação existe também a sobrecarga de trabalho, que chega a 80 horas semanais quando por lei não poderiam passar de 40 horas. Trabalhadores da área da saúde alertam para o não cumprimento das normas técnicas por parte dos gestores, tanto públicos, quanto privados (COFEN, 2021).

Os dados disponibilizados pela recente pesquisa da Fiocruz, *Condições de Trabalho dos Profissionais de Saúde no Contexto da Covid-19* em todo o território nacional expressam como os direitos destes trabalhadores vêm sendo deixados de lado em nome de uma "solidariedade" aparentemente esperada por parte dos empregadores e da sociedade, uma vez que "os dados revelam [...] que quase 50% admitiram excesso de trabalho ao longo desta crise mundial de saúde, com jornadas para além das 40 horas semanais," e, destes, 45% ainda necessitariam de mais de um emprego para sobreviver (COFEN, 2021, s.p.).

Os direitos vão sendo substituídos por uma espécie de obrigação em nome do amor. A mídia tem associado profissionais de saúde à imagem de heróis e tal imagem foi paulatinamente sendo internalizada pela sociedade, porém a realidade revela que os "heróis" da vida real adoecem, morrem, são explorados, extremamente precarizados e, como expôs Marx (2013), tão logo sejam contaminados ou percam suas vidas são prontamente substituídos. Entretanto, todas as categorias profissionais foram afetadas pelas restrições impostas devido à pandemia e em grande medida a educação foi amplamente atingida, considerando-se o caráter coletivo das atividades desenvolvidas nas escolas. Os professores das escolas públicas e privadas tiveram obrigatoriamente que se adaptar ao trabalho remoto, em *home office,* ao uso das novas tecnologias e a dividir as atividades laborais e privadas em um mesmo espaço.

Essa nova configuração do trabalho traz à tona duas questões: a primeira diz respeito à responsabilização do profissional pelos custos do trabalho, uma vez que o professor trabalha e se utiliza dos meios pagos por ele próprio. A segunda questão diz respeito ao sentido do trabalho discutido por Antunes (2018, p. 338): "uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho". A flexibilização coloca o trabalhador disponível 24 horas por dia, extremamente funcional ao capital, fazendo com que o trabalho dos professores se assemelhe ao que Antunes e Filgueiras (2020) denominam como o processo de uberização do trabalho. De acordo com os autores,

> [...] a chamada uberização do trabalho somente pode ser compreendida e utilizada como expressão de *modos de ser* do trabalho que se expandem nas plataformas digitais, onde as relações de trabalho são cada vez mais individualizadas (sempre que isso for possível) e invisibilizadas, de modo a assumir a *aparência* de prestação de serviços. Mas, os traços constitutivos de sua concretude, como veremos a seguir, são expressão de formas diferenciadas de assalariamento, comportando tanto obtenção de lucro, exploração do mais valor e também espoliação do trabalho, ao transferir os custos para seus/suas trabalhadores/as que passam a depender diretamente do financiamento de suas despesas, que são imprescindíveis para a realização de seu labor (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020, p. 32).

Apesar dos autores se basearem nas relações de trabalho informais para representarem essa dinâmica descrita acima, propomos aqui certa apropriação desta discussão para problematizarmos a seguinte questão: a pandemia tem nos mostrado que novas formas de precarizar o trabalho têm sido engendradas pelo capital de modo a enfraquecer o mínimo de garantias trabalhistas asseguradas (até então) pelos vínculos empregatícios formais. O *home office,* que vem sendo a estratégia adotada pelo sistema educacional para enfrentar os obstáculos produzidos pelo cenário de pandemia, fortalece o estado de desamparo dos profissionais da educação no país.O "professor *delivery*", que vem ganhando forma ao longo dessa conjuntura marcada pela pandemia do coronavírus, tem demonstrado de maneira explícita a linha tênue que se encontra entre o trabalho precarizado formal e informal no país. Ao assumir o *home office* como estratégia, são os professores que têm experimentado os desajustes presentes no mundo do trabalho precarizado.

O aumento de jornada de trabalho e a consequente exploração da mais valia proveniente de sua inteira disponibilidade aos empregadores e alunos (estes também em certa medida empregadores, se considerarmos a educação privada), os desafios operacionais que as aulas online tem proporcionado em suas atividades laborais (dificuldades de conectividade, aquisição de equipamento técnico necessários para aula), além das respostas que demandam a instituição, os pais e a sociedade têm ocasionado à estes profissionais um intenso enfraquecimento de suas garantias trabalhistas, uma vez que ao assumir responsabilidades que vêm sendo impostas pelo Estado e Capital, o profissional acaba incumbindo-se de atribuições que não deveriam ser suas.

Praun (2020) indica que o ensino a distância tem se apresentado como um falso recurso para a continuidade das atividades no ensino básico e universitário. A autora questiona a efetividade do ensino remoto e chama a atenção para o acirramento das desigualdades que se expressam a partir desse modelo,

> As experiências relatadas por docentes, estudantes e seus familiares indicam que, para além do acesso ao material de estudo, que, em alguns casos, passou a ser

> enviado aos estudantes na forma impressa, entram em cena a reprodução de velhas desigualdades, ampliadas no contexto da pandemia e marcadas pelas 'soluções' individualizantes propostas pela cartilha neoliberal. Tal dinâmica pode ser observada, entre tantos outros exemplos, pela experiência de Letícia, mãe de nove filhos e moradora de uma das favelas de Belo Horizonte. Analfabeta, sem condições de auxiliar o acesso de um de seus filhos ao material de estudo impresso, desistiu de buscá-lo na escola. Quantas Letícias se sentirão injustamente responsabilizadas pela interrupção dos estudos de seus filhos e filhas? Que perspectivas de acesso à educação podem oferecer os experimentos que vêm sendo praticados sob a lógica do cumprimento, a qualquer custo, dos cronogramas escolares? Que futuro essas práticas reservam para o trabalho docente? (PRAUN,2020, p. 5)

O mundo digital ocupa um lugar extremamente importante quando se analisa o trabalho e suas contradições. Antunes e Filgueiras (2020) destacam que, contrariamente ao que se acredita, as plataformas digitais hoje controlam todo o processo do capital quando determinam os "formatos exatos dos contratos de trabalho, pagam, mobilizam, ameaçam e dispensam. Os/as trabalhadores/as são induzidos a adotar estes comportamentos [...] se querem permanecer exercendo seu labor" (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020, p. 38).

Com a informalidade, esse cenário tende a se agravar para os trabalhadores, uma vez que o aspecto mais perverso frente à contradição existente na relação capital/trabalho claramente se manifesta. De acordo com Chaves (2020), os trabalhadores informais terminam encontrando um cenário ainda mais precarizado do que o apresentado anteriormente para os professores e profissionais de saúde que, ao contrário destes, passam a ter suas relações de trabalho atravessadas pela imposição latente do desemprego estrutural, determinando sua sujeição à exploração para a sua sobrevivência.

A discussão sobre a exploração e dominação a que vem sendo submetida à classe que vive do trabalho não se esgota no contexto da pandemia, ao contrário, ela se aprofunda. Antunes e Filgueiras (2020) argumentam que o trabalho intermitente e desregulamentado é uma estratégia que atende ao empregador que se desobriga da proteção ao trabalhador.

O discurso proposto na era digital como o alardeado empreendedorismo propõe a autonomia total do trabalhador, sendo este o responsável por gerir seu tempo de trabalho. O mercado vem traçando o perfil ideológico dos trabalhadores de aplicativos e plataformas digitais e, consequentemente, moldando e permitindo intenso controle dessa força de trabalho:

> A ideia de liberdade e flexibilidade (trabalhar quando e onde quiser) propagada pelas empresas constitui, na verdade, a transferência deliberada de riscos para aumentar o controle sobre os/as trabalhadores/as, pois essa liberdade significa ausência de salário garantido e incremento de custos fixos que se convertem em responsabilidade dos mesmos (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020, p. 33).

Exemplo dessa força de trabalho, os entregadores, motoristas de aplicativos e motoboys dão o tom da máxima precarização em tempos de pandemia. Com a desproteção do Estado, a dificuldade e os entraves para receber o auxílio emergencial, esses informais, que somam milhares de pessoas no Brasil "foram colocados frente a trágica escolha entre o vírus e a fome" (BRAGA; SANTANA,2020, s.p). Assim:

> Como em outras áreas, os aplicativos aproveitaram a pandemia para aumentar seus lucros, incrementando seu controle sobre os/as trabalhadores/as. Dado o alto nível de desemprego e informalidade, e com vários setores com atividade paralisada, a categoria, como já vinha ocorrendo nos últimos anos, recebeu um afluxo grande de novos membros o que aumentou o ganho dos aplicativos, aumentando a competição entre os entregadores/as e, consequentemente, reduzindo seus rendimentos. Reativamente, os/as trabalhadores/as passaram a trabalhar por mais horas a fim de mitigar a queda da remuneração. Trata-se de um jogo viciado no qual apenas as empresas ganham (BRAGA; SANTANA, 2020, s.p.).

Acidentes, mortes e adoecimento perpassam o cotidiano desses trabalhadores que não possuem qualquer garantia ou vínculo empregatício e são submetidos a um absoluto controle das atividades por parte de diversas plataformas digitais. Diante dos primeiros dados apresentados por pesquisadores de universidades brasileiras sobre os impactos nas condições de trabalho de entregadores das principais plataformas digitais, fica patente a intensificação da exploração do trabalho e da desresponsabilização dessas empresas por qualquer dano à saúde destes.

Os primeiros resultados revelam que durante a pandemia houve redução no valor pago aos entregadores por hora trabalhada, o que representa aumento nos ganhos das empresas. No que refere a medidas de proteção e à saúde, os próprios entregadores se responsabilizam por sua proteção, isso envolve custos que não são assumidos pelas empresas (MACHADO *et al.*, 2020). Diante do quadro fica clara a necessidade desses trabalhadores que se submetem a longas jornadas de trabalho "para sobreviver, atenuar suas vicissitudes e manter seu vínculo de trabalho, são obrigados a trabalhar por longas horas, suprimir descansos, intensificar suas jornadas" (ANTUNES,2020, p. 38), cumprindo estritamente as ordens da empresa e obrigatoriamente tendo que gerenciar a sua sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capital vem há muito se reorganizando de forma a intensificar ganhos e reduzir gastos. No período vigente, em que a pandemia e o vírus têm ceifado milhares de vidas, discursos como os do professor e economista Boudreaux (2021) ganharam força. A defesa do autor de que o uso obrigatório de máscaras vem cerceando o direito legal e ético "de continuar cuidando de nossas vidas, de continuar trabalhando, de continuar circulando e até mesmo de continuar mantendo nossos afazeres", o que desconsidera o fato que o uso obrigatório de máscaras não é uma escolha, mas sim uma necessidade.

A fala do economista encontra eco em grande parte da sociedade que refuta fortemente a gravidade da pandemia. O negacionismo no Brasil se tornou a tônica das manifestações do presidente Bolsonaro, que reza pela cartilha dos ultraliberais. A classe trabalhadora tem experimentado o acirramento da precarização das formas de trabalho somada a novos desafios impostos pela pandemia. Supressão de direitos, alta letalidade em decorrência do vírus, baixa remuneração, adoecimento, dependência do auxílio emergencial, desresponsabilização do governo frente às necessidades sociais tem ratificado o quão grave o despreparo/perversidade da atual gestão do país se manifesta sob a lógica daqueles que se norteiam e atuam pela lógica do capitalismo financeiro.

As medidas de prevenção ao vírus, provenientes dos direcionamentos da Organização Mundial da Saúde (OMS) que vão desde a higienização das mãos, distanciamento social e isolamento já se mostraram impossíveis de serem realizadas por determinados segmentos da sociedade. A desigualdade

estrutural do país tem paulatinamente demonstrado que a precarização do trabalho tem sido forte aliada ao não cumprimento das medidas de segurança, uma vez que os trabalhadores (especialmente os informais) devido a fragilização dos vínculos empregatícios e dificuldades financeiras tem cotidianamente se exposto ao risco de contaminação em busca de subsistência.

REFERÊNCIAS

ABREU, Igor Souza de; ABREU, Ivan Souza de; SANTOS, Marlene Souza dos. O poder do discurso hegemônico:a influência da narrativa bolsonarista no combate à pandemia da covid-19 no brasil. **Anais do 9º Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**, Campos dos Goytacazes (Rj) Uenf, 2020. Disponível em:<https//www.even3.com.br/anais/coninter2020/286986-O-PODER-DO-DISCURSO-HEGEMONICO--A-INFLUENCIA-DA-NARRATIVA-BOLSONARISTA-NO-COMBATE-A-PANDEMIA-DA-COVID-19-NO-BRASI>. Acesso em: 29 mar. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, *[s.l.]*, vol. 28, n. 81, p. 39-53, 2014.

_____.; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, *[s.l.]*, vol. 18, n. 33, p. 19-40, 2015.

_____. O vilipêndio da Covid-19 e o imperativo de reinventar o mundo. **O Social em Questão**, *[s.l.]*, vol. 1, n. 49, 2021

_____. **A classe-que-vive-do-trabalho**: a forma de ser do trabalhador hoje. In: Os sentidos do trabalho: ensaio sobre afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BOUDREAUX, Donald. Poderiam ao menos ter a decência de parar com as justificativas bizarras para o lockdown. **Mises Brasil**. 23 mar 2021. Disponível em https://www.mises.org.br/article/3335/poderiam-ao-menos-ter-a-decencia-de-parar-com-as-justificativas-bizarras-para-o-lockdown. Acesso em: 15 jun. 2021.

BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. **#BrequeDosApps**: enfrentando o uberismo. 2020.Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/25/brequedosapps-enfrentando-o-uberismo/. Acesso em: 27 mar. 2021.

CHAVES, Andréa Bittencourt Pires. Da Planta taylorista/fordista ao capitalismo de plataforma: as engrenagens da exploração do trabalho. **Research, Society and Development**, *[s.l.]*, vol. 9, n.6, p. e01963473- e01963473, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Brasil representa um terço das mortes de profissionais de Enfermagem por covid-19**. 08 jan 2021.Disponível em :http://www.cofen.gov.br/brasil-responde-por-um-terco-das-mortes-de-profissionais-de-enfermagem-por-covid-19_84357.html. Acesso em: 20 mar 2021.

_____.**A difícil realidade dos enfermeiros diante à pandemia**. 23 mar 2021. Disponível em : http://www.cofen.gov.br/a-dificil-realidade-dos-enfermeiros-diante-a-pandemia_85957.html. Acesso em : 24 mar 2021.

_____.Covid-19: Estudo avalia condições de trabalho na Saúde. 22 mar 2021. Disponível em :http://www.cofen.gov.br/covid-19-estudo-avalia-condicoes-de-trabalho-na-saude_85928.htm Acesso em 24 mar 2021.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo. Cortez, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). CORSEUIL, Carlos Henrique *et al.***Comportamento do mercado de trabalho brasileiro em duas recessões**: análise do período 2015-2017 e da pandemia de Covid-19. Nota técnica 92. Ipea. 2021.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo social**, *[s.l.]*, vol. 30, n. 1, p. 77-104, 2018.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

Relatório Parcial de Pesquisa. ABÍLIO, Ludmila. C.; ALMEIDA, Paula. F.; AMORIM, Henrique; CARDOSO, Ana. C. M.; FONSECA, Vanessa. P.; KALIL, Renan. B.; MACHADO, Sidnei. **Condições de trabalho em empresas de plataforma digital: os entregadores por aplicativo durante a Covid-19**. São Paulo: REMIR**,** 2020. 11 p,

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2008

_____. **O capital:** Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÁXIMO, Wellton. Em dois meses, 107 milhões de pessoas pediram auxílio emergencial. **Agência Brasil**, Brasília, 3 jun. 2020. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-06/emdois-meses-107-milhoes-de-brasileiros-pediram-auxilio-emergencial. Acesso em: 23 jun. 2020.

MOTA, Ana Elizabete. **Sobre as expropriações contemporâneas**: hipótese é reflexões.p. 1a 12.Disponível em: http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC44/mc444.pdf. Acesso em:02 fev. 2021.

PRAUN, Luci. A Espiral da Destruição: legado neoliberal, pandemia e precarização do trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde**, *[s.l.]*, vol. 18, n. 3, 2020.

TUCKER, Jeffrey. Lockdown: a nova ideologia totalitária. **Mises Brasil**. 26, fev, 2021. Disponível em : https://mises.org.br/article/3298/lockdown-a-nova-ideologia-totalitaria

SANTOS, Boaventura Sousa. Vírus: tudo que é sólido se desfaz no ar. **Público**. 18, mar 2019. Disponível em http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/V%C3%ADrus%20-%20Tudo%20o%20que%20%C3%A9%20s%C3%B3lido%20se%20desfaz%20no%20ar_18Mar20.pdf

NARRATIVAS EM REDE: O BREQUE DOS APPS E AS NOVAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DE TRABALHADORES EM PLATAFORMAS DIGITAIS

Recebido em 30/03/2021, aprovado em 5/06/2021
10.30612/mvt.v8i14.15024
Nina Desgranges[1]
Wickson Ribeiro[2]

RESUMO: O presente artigo analisa a divulgação e repercussão nas redes sociais das manifestações de entregadores de aplicativo no Brasil durante a pandemia da covid-19 – os Breques dos Apps, que aconteceram em julho de 2020 – contribuindo para os estudos sobre trabalho em plataformas digitais. Para analisar o uso de redes sociais por entregadores como ferramenta de denúncia da precarização do trabalho e reivindicação de direitos, combinou-se metodologia quantitativa e qualitativa visando análise densa da rede, a partir da extração e observação de 1162 publicações no Instagram contendo a *tag* #ApoioBrequeDosApps, e 50 vídeos na plataforma YouTube. Além da análise de dados, utiliza-se material etnográfico coletado, há mais de dois anos, em canais de YouTube de entregadores-*influencers*. Os dados extraídos apontaram para um êxito na divulgação do Breque e a observação de entregadores-*influencers* e seu público apontam para a constituição de novos elementos e narrativas que permitem arranjos de organização e mobilização diferentes do sindicalismo, características das novas formas de organização do trabalho.

Palavras-chave: Entregadores. Aplicativo. Pandemia. Plataforma. Uberização.

NARRATIVES IN NETWORK: "BREQUE DOS APPS" AND THE NEW WAYS OF WORKERS MANIFESTATION ON DIGITAL PLATFORMS

ABSTRACT: This article analyzes the dissemination and repercussion on social networks of the manifestations of application delivery workers in Brazil during the covid-19 pandemic - the Breques dos Apps, which took place in July 2020 - contributing to studies on platform labour. To unravel the use of social networks by couriers, as a tool for denouncing job insecurity and claiming rights, a quantitative and qualitative methodology was combined for dense analysis of the network, from the extraction and observation of 1162 publications on Instagram containing the tag #ApoioBrequeDosApps, and 50 videos on the YouTube platform. In addition to data analysis, ethnographic material collected over two years on YouTube channels runned by couriers-influencers is

1 Graduanda em Bacharel em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ) e pesquisadora do Laboratório de Estudos Digitais (IFCS). ninadesgranges@gmail.com
2 Graduando em Licenciatura em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ) e pesquisador do Laboratório de Estudos Digitais (IFCS). wickson.m.ribeiro@gmail.com

used. The extracted data pointed to a success in the dissemination of the Breque and the observation of couriers-influencers and their public, points to the constitution of new elements and narratives that allow different organization and mobilization arrangements to unionism, characteristics to the new forms of work organization.

Keywords: Delivery workers. App. Pandemic. Platform. Uberization.

NARRATIVAS EN REDE: EL "BREQUE DOS APPS" Y LAS NUEVAS FORMAS DE MANIFESTACIÓN DE LOS TRABAJADORES EN PLATAFORMAS DIGITALES

RESUMEN: Este artículo analiza la difusión y repercusión en las redes sociales de las manifestaciones de los repartidores de aplicaciones en Brasil durante la pandemia del covid-19 - los Breques dos Apps, que tuvo lugar enjulio de 2020 - contribuyendo a los estudios sobre el trabajo en plataformas digitales. Para desentrañar el uso de las redes sociales por parte de los mensajeros, como herramienta para denunciar la precariedad laboral y reclamar derechos, se combinó una metodología cuantitativa y cualitativa para el análisis denso de la red, a partir de la extracción y observación de 1162 publicaciones en Instagram que contienen la etiqueta #ApoioBrequeDosApps y 50 videos en la plataforma de YouTube. Además del análisis de datos, el material etnográfico recopilado hace más de dos años se utiliza en los canales de YouTube de influencers de entrega. Los datos extraídos apuntan a un éxito en la difusión de Breque y la observación de los repartidores-influencers y su público, apunta a la constitución de nuevos elementos y narrativas que permiten diferentes arreglos de organización y movilización al sindicalismo, características de las nuevas formas de organización del trabajo.

Palavras Clave: Repartidores. Aplicaciones. Pandemia. Plataforma. Uberización.

INTRODUÇÃO

A pandemia da covid-19, que afeta o Brasil desde o final de fevereiro de 2020, colocou o trabalho dos entregadores de aplicativo em evidência. A categoria, que já vinha sendo afetada pelas novas dinâmicas de flexibilização e controle do trabalho trazidas pelas empresas-plataforma, foi arremessada para novos horizontes de fragilidade e insegurança, sobretudo nos (curtos) períodos de *lockdown*[3], quando os motoboys eram dos poucos a circularem pelas ruas, enfrentando não apenas o vírus, como a crescente precarização do seu trabalho. A demanda por serviços – quase imediatos – de entrega, contudo, já estava numa crescente no país antes mesmo da chegada da covid-19. Somado à alta demanda, o aumento do índice de desemprego também levou milhares de brasileiros a se cadastrarem nos aplicativos de delivery, buscando um complemento no ganho ou transformando as entregas em sua única fonte de renda.

O agravamento das condições de trabalho dos entregadores de aplicativo com a pandemia – como descrito em profundidade em Abilio *et al.* (2020) – culminou nos Breques dos Apps, as duas manifestações nacionais de entregadores de aplicativo nos dias 01/07 e 25/07 de 2020, que tinham como objetivo brecar os aplicativos de *delivery* por um dia, na tentativa de trazer à tona as demandas

3 No Brasil, o *lockdown* acabou resumido ao fechamento de comércios não essenciais.

e reivindicações dos entregadores. Através de postagens no Instagram e vídeos no YouTube, os entregadores divulgaram as pautas mobilizadas com o uso da hashtag #ApoioBrequeDosApps. O presente artigo surge como resultado da análise quantitativa e qualitativa da divulgação e repercussão do Breque dos Apps no Instagram e no YouTube.

METODOLOGIA

A pesquisa combina metodologias, buscando uma análise densa da rede produzida por entregadores de aplicativo no YouTube e Instagram, visando compreender como foram conduzidas as mobilizações do "Breque dos Apps" e de que forma a paralisação repercutiu e foi percebida pelos entregadores. A escolha da observação dos desdobramentos da greve de entregadores de aplicativos, a partir das plataformas digitais, corresponde à compreensão de que não é possível tratar os fenômenos sociais como problemas de ordem *online* ou *offline*, uma vez que, tanto a greve e ocupação de vias públicas, quanto publicações de mídia, em apoio ou contra, em plataformas, são artefatos que respondem a uma mesma realidade e experiência humana. Na sociedade contemporânea o lazer, trabalho e relacionamentos são mediados por empresas de softwares de comunicação (LUPTON, 2015), de modo que as plataformas digitais se apresentam como um importante cenário de observação de reivindicações, protestos e disputas de narrativas que merecem destaque nas recentes lutas contra a precarização do trabalho mediada pela ação algorítmica.

A partir de uma etnografia de 20 canais de YouTube de entregadores, conduzida desde 2019, via exame do conteúdo dos vídeos e das interações na rede (comentários, curtidas, compartilhamentos, visualizações...), foi possível extrair, por meio de transcrição completa do áudio, os discursos de entregadores-*influencers*[4]. Através da extração dos comentários nos vídeos, foi possível analisar como se construiu o debate acerca do Breque e dos efeitos da pandemia sobre o trabalho dos entregadores. Os canais de entregadores analisados foram encontrados de maneira orgânica na própria plataforma do YouTube, isto é, buscando manualmente por termos como "iFood", "motoboys", "entregador" e seguindo o algoritmo de recomendação do site ao longo desses dois anos.

As análises aqui concentradas partem da extração e observação de 1162 publicações no aplicativo Instagram e 50 vídeos na plataforma YouTube. O método quantitativo é explorado com o objetivo de metrificação dos conteúdos extraídos, permitindo o ranqueamento de conteúdos, seja pela ótica de alcance, ou pelo engajamento dessas plataformas. A extração de metadados de diferentes plataformas mostrou-se como o grande desafio metodológico da pesquisa, uma vez que foi necessária a utilização e cruzamento de diferentes ferramentas digitais de extração de dados.

As extrações de *posts* do aplicativo Instagram foram realizadas a partir do uso da técnica de *web scraping*, valendo-se de um script em *python*. Por meio deste, foram obtidas de modo anonimizado 1062 publicações contendo número de comentários, curtidas, legendas e hashtags utilizadas. A obtenção de metadados do YouTube foi possível por meio da utilização da ferramenta YouTube Data Tools, disponibilizada pelo laboratório de pesquisa *Digital Methods Initiative* da universidade de Amsterdam, que faz uso da API do YouTube v3 e scripts de *web scraping*[5].

4 A categoria analítica entregadores-*influencers* está sendo usada aqui para designar os trabalhadores de aplicativo que produzem conteúdo para as redes sociais destinado a outros entregadores (como dicas sobre o trabalho), utilizando um léxico bem característico de "blogueiros"ou "influenciadores digitais"que possuem grande visibilidade entre pares,podendo ser considerados influenciadores de opinião nas redes sociais.

5 O termo de uso da API do YouTube v3 permite que desenvolvedores externos realizem consultas nos dados da plataforma em outras aplicações, no entanto, de modo sucinto, pois essas aplicações não podem ferir o direito de marca ou ter impacto negativo na comunidade. Termos de serviço dos serviços da API do YouTube (2021).

Os dados, após a extração, foram tratados pelas ferramentas Gephi e IRAMUTEQ. A primeira nos permitiu, através da extração realizada do Instagram, criar uma rede de associação de hashtags das postagens, ou seja, quais hashtags foram mais mobilizadas em conjunto com a "*tag* semente" (hashtag utilizada como parâmetro de captura) #ApoioBrequeDosApps, assim como visualizar, em modo de grafo, a rede de recomendações formada a partir de vídeos postados no YouTube relacionados ao tema Breque dos Apps. A ferramenta IRAMUTEQ foi utilizada para a realização de uma análise lexical das legendas atribuídas às postagens, possuindo como finalidade indicar os elementos comuns das publicações realizadas com o uso das hashtags analisadas.

A metodologia quantitativa utilizada neste trabalho possui como abordagem a análise de redes sociais (ARS), na qual propõe-se a assimilação do corpo social estruturado como uma rede que possibilita a observação, por meio da análise da sua disposição, das relações entre os atores envolvidos e os sentidos e forças de interações entre os elementos conectados. Ademais, segundo Acioli (2007, p. 5): "[...] Uma questão importante na análise de redes é a identificação de cliques e o estudo de sua organização em grupos, como também a possibilidade de que sejam elos importantes na troca de determinado tipo de informações".

A ARS permite, a partir da análise dos vídeos do YouTube, observar a repercussão e alcance dos protestos realizados pelos entregadores, e ainda a captura da repercussão do Breque no Instagram. As análises de dados digitais oferecidas nesta pesquisa não vislumbram substituir os modos tradicionais das ciências sociais, mas sim potencializar as investigações acerca dos desdobramentos da plataformização do trabalho, proporcionando ao campo uma observação dos dilemas, práticas e a repercussão de suas mobilizações no ambiente virtual, visto que esses constituíram os artifícios utilizados pelos entregadores durante o período da pandemia.

A PANDEMIA DO COVID-19 ATRAVÉS DO DEPOIMENTO DE ENTREGADORES DE APLICATIVO

No final de março de 2020, após o início oficial da quarentena no Brasil, os entregadores-*influencers* começaram a postar os primeiros vídeos que retratavam as mudanças na rotina trazidas pela pandemia. O recifense Jeff Fernandes publicou o vídeo "POR QUE NÃO FICAMOS EM CASA? | TRABALHANDO DURANTE A PANDEMIA", onde explica os cuidados necessários durante a pandemia do covid-19. A câmera mostra a praça de alimentação de um shopping completamente deserta, enquanto o jovem se dirige para uma das poucas lanchonetes que se encontra com as luzes acesas. Depois o take muda para Jeff na rua com o pedido em mãos:

> Então galera, se você ver entregadores na rua, ou trabalhadores indo na condução pros seus trabalhos não os julguem, porque ninguém sabe a situação atual de cada um. Se tem alguma coisa que a gente pode fazer é tá orando pra Deus proteger aquelas pessoas que tem que ir pra rua. Enquanto eu tô aqui, indo pelas pessoas que precisam de alimento, tem o frentista lá no posto que tá por mim que preciso de gasolina. E tem o pessoal do mercado né, que tá lá pra mim que preciso de comida (JEFF FERNANDES, 2020a, *online*).

O motoboy Ticoloko Motoka[6] também registrou as ruas vazias de São Paulo, em março de 2020, e relata que apesar de ser o único da família que exerce atividade remunerada, defende a

6 O canal Ticoloko Motoka conta com 5,31 mil inscritos e 215 vídeos que somam 588.474 visualizações, de acordo com as informações coletadas no dia 30 de marco de 2021 no site (MOTOKA, 2020a).

quarentena, preferindo esperar uma semana em casa e manter sua saúde em boa condição. O entregador confessa não desejar fazer uso do Fundo Solidário fornecido pela iFood durante a pandemia da covid-19[7].

Ticoloko escreveu um recado ao final do vídeo, defendendo a segurança de todos, sugerindo que os entregadores se manifestem seguindo as recomendações do Ministério da Saúde, ou seja, permaneçam em casa:



Figura 1 – Canal YouTube de Ticoloko Motoka
Fonte: Ticoloko Motoka (2020)

Ao se deparar com as problemáticas advindas do surto da covid-19, seu discurso – antes atravessado por uma valorização do espírito empreendedor e do livre mercado – começa a mudar. Em "FUI PRA RUA EM PLENA EPIDEMIA!", Ticoloko explica que ainda não havia voltado a trabalhar para os aplicativos e que saiu de casa apenas para buscar um remédio para mãe. No caminho, demonstra insatisfação com a parceria fechada entre a prefeitura de São Paulo e os aplicativos iFood, Loggi, Uber Eats e Rappi, em que estes se comprometeram em realizar entregas de produtos distribuídos pela prefeitura:

> Tá ligado, que nem eu ouvi o áudio aí do presidente do sindicato, do Gil, tá ligado, quem me conhece aí sabe que eu não faço coligação com sindicato, com a [Associação de Motofretistas de Aplicativos e Autônomos do Brasil] AMABR, nada, tá ligado, não faço, não sou da associação, não sou de sindicato, não sou nada, eu sou motoboy por mim mesmo, tá ligado, eu ando com as minha perna… Mas ele mandou um áudio lá que, mano… eu tenho que concordar com ele, pai… Quer dizer que agora os motoboy vale a pena? Quer dizer que agora os motoboy são os herói? Até um tempo atrás os motoboytavam sendo caçados aí nas ruas… Não concordo 100% do que ele fala nos

7 Diante a pandemia, a iFood disponibilizou um Fundo Solidário de 1 milhão de reais para dar suporte aos entregadores que precisaram ficar de quarentena ao testar positivo para covid-19, e para os entregadores que configuravam grupo de risco e precisariam ficar em casa, sem poder trabalhar, criou o Fundo de Proteção, também no valor de 1 milhão de reais (IFOOD, 2020).

> áudio né mano, mas… Em questão disso dos aplicativo querer ganhar em cima da gente, eu concordo (TICOLOKO MOTOKA, 2020b, *online*).

A negação constante de Ticoloko a qualquer envolvimento com sindicato, ou associação de entregadores, não é um caso isolado entre motoboys. Dentro de um contexto de enfraquecimento das instâncias coletivas, é possível observar uma descrença na ação sindical, somada a um reforço do autogerenciamento de si no trabalho (ABILIO, 2019, DESGRANGES, 2021). Em janeiro de 2020, Márcio Juvino, dono do canal Entregador de Lanches, que já conta com 2.497.515 visualizações em seus vídeos[8], relatou que foi testemunha da iFood contra o Ministério do Trabalho pois não desejava que o trabalho de entregador de aplicativo entrasse para o regime CLT, alegando que não gostaria de perder a liberdade para trabalhar em outros aplicativos e de escolher a hora que deseja trabalhar. Segundo Márcio, o discurso do sindicato não vai de acordo com o desejo da maioria dos entregadores:

> Né, então tem coisa que o sindicato quer tomar frente mas na realidade não é o que a rua pede, então, por eu acreditar nisso, por acreditar que não vai funcionar eu fui defender o pessoal do iFood, fui defender o que eu acredito, né, fui defender o que eu acho mais correto, fui defender o que a maioria quer, que não é ficar preso em aplicativo não, certo manos? Eu garanto pra vocês, se a intenção do sindicato fosse a melhoria pra categoria, se a intenção do sindicato fosse essa, eles teriam que ver o lado de quem tá na rua, sai pra rua mano, sai pra rua, vem trocar ideia com os cara na rua, entendeu? Que que os cara quer? Não é assim mano, a forma que foi feito foi muito, no meu ponto de vista, foi muito por interesse próprio.Na realidade o sindicato não tem, ele não tem aquela… aquela coisa de querer realmente ajudar o trabalhador, pelo menos nessa ação é o que eu vejo, é mais interesse próprio. Então sai pra rua, que que os cara quer? Os caras quer uma taxa justa, uma taxa mínima, é um tempo de espera… Por que que o sindicato não briga por isso? Por que que quer brigar por CLT, sendo que é uma coisa que ninguém quer, né? (ENTREGADOR DE LANCHES, 2020, *online*).

Nos comentários, as críticas ao sindicato persistem:

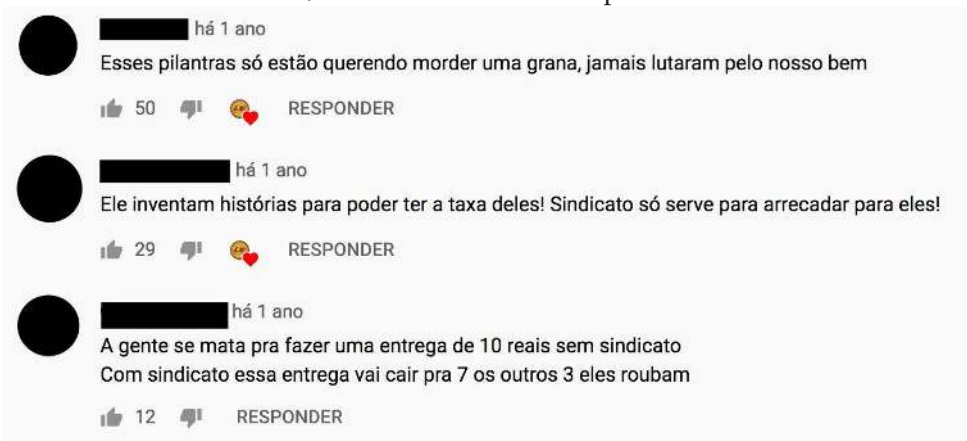


Figura 2 – Canal YouTube de Entregador de Lanches
Fonte: Canal Entregador de Lanches (2020).

8 O canal Entregador de Lanches (2020) possuí 33 mil seguidores e 157 vídeos que somam mais de dois milhões de visualizações, de acordo com informações coletadas no dia 15.03.2021, no site.

O discurso marcado por uma supervalorização do trabalho duro acima de qualquer circunstância, do empreendedorismo e do autogerenciamento em oposição ao sindicato não é uma exclusividade do canal Entregador de Lanches. Dentre os canais de YouTube analisados, a maioria dos entregadores nos vídeos defende um "trabalho sem mimimi" pois, segundo esses entregadores-*influencers,* não adiantaria ficar reclamando das empresas, apenas o esforço individual de cada trabalhador é capaz de superar a precarização. No caso, esse discurso, atravessado pela racionalidade neoliberal, é exaltado com mais intensidade entre os entregadores que trabalham como *nuvem* – uma das categorias nativas de entregadores[9] de iFood, que representa aqueles que trabalham de maneira autônoma, segundo a empresa-plataforma.

No dia 14 de abril de 2020, Ticoloko anunciou que, por necessidade, não pôde mais continuar de quarentena e voltou a trabalhar para os aplicativos, expondo uma realidade, segundo ele, diferente da que mostra a mídia. Ao passar pela Avenida Paulista, filmou uma imensidão de entregadores parados esperando serviço. Ele diz que, com a pandemia, os pedidos de delivery e mercado realmente "levantaram", como dizem os jornais. Mas ressaltou o fato de muitos terem ficado desempregados, aumentando expressivamente o número de entregadores na rua. O motoboy, que só conseguiu realizar quatro entregas no período de 10h da manhã às 14h20m, mesmo estando com cinco aplicativos ligados, revela as dificuldades advindas do aumento da concorrência. Além disso, denunciou outra adversidade da crise: a diminuição considerável do valor das taxas de entrega.

> E outra coisa também, teve um tal de Diego[10] aí do aplicativo do iFood aí né, que ele foi questionado aí no meio da entrevista, perguntaram pra ele: "Ah por que baixou as taxa das entrega?". Ele falou que não, que não baixou taxa de entrega, que a taxa tá normal, tá ligado? Que eles tão dando incentivo para o motoboy. Que incentivo, Diego?! Dois real, mano?! Dois real é incentivo?! Quer dizer que quando chove o incentivo de vocês, o adicional de vocês é cinco, três real, quatro real e agora que é plena epidemia cês querem dá dois real pro motoboy ir pra rua se arriscar, mano? Vem você pra rua, Diego! Eu desafio você a vim pra rua, Diego! Levanta sua bunda da cadeira aí mano e vem aqui fazer entrega! Vem se arriscar no meio dos carro aqui, ó!" (TICOLOKO MOTOKA, 2020c, *online*).

Segundo Ticoloko, os aplicativos têm se aproveitado do desespero das pessoas – sobretudo das que se encontram desempregadas, visto que dependem deles para se sustentarem – para diminuir o valor da taxa das entregas, acusando os aplicativos de enganá-las e obrigá-las a trabalhar ao diminuir bruscamente o preço das corridas.

> Tocou uma pro parceiro meu ali, mano, três km quatro real, mano! Três km quatro real!! Tem condições de você fazer uma entrega dessa??! Não tem, mano! (…) E o cara vem falar pra nós que não, que não baixou o valor das taxa, tá ligado? Que as taxa tá… tá normal. Tá normal aonde, meu amigo? (TICOLOKO MOTOKA, 2020c, *online*).

9 Ao se cadastrarem na iFood, os entregadores podem escolher entre as categorias *nuvem*, *ol* (abreviação de operador de logística) e *fixo*. O entregador *nuvem* trabalha, segundo a empresa, de maneira totalmente autônoma – determinando individualmente quanto tempo permanecerá logado ao aplicativo, sendo a iFood responsável pelo pagamento. Assim, se diferenciando dos *ol* que, por sua vez, são contratados por um operador de logística, precisando então cumprir turnos fixos de trabalho, recebendo uma quantia garantida por turno trabalhado diretamente do seu operador. Já o *fixo* trabalha exclusivamente para um estabelecimento. Para mais detalhes sobre as categorias nativas de entregadores de iFood ver Desgranges (2021).

10 Diego Barreto é CFO e Chief Strategy Officer da iFood de acordo com seu perfil profissional no LinkedIn (BARRETO, 2021).

O aumento do número de entregadores cadastrados nas plataformas, em tempo de pandemia, gerou outro empecilho: a aglomeração em frente aos restaurantes enquanto esperam por pedidos. "Aí fica um monte de motoboy parado na frente dos restaurante, tá ligado? Fazendo aglomeração, correndo o risco de pegar o vírus, pra ganhar dois real de taxa. Dois real a mais. Tá de brincadeira, mano? Tá de brincadeira." (TICOLOKO MOTOKA, 2020c).

Os entregadores que estavam há mais tempo no serviço, sobretudo aqueles que fizeram do motofrete uma carreira muito antes da chegada dos aplicativos, sentiram uma queda considerável no valor das taxas pagas por entrega pelas empresas-plataforma em 2020. Além disso, apesar do número de pedidos ter aumentado com a pandemia, a concorrência no serviço também cresceu, com mais pessoas se cadastrando nas plataformas,de modo que passar horas na rua esperando um pedido se tornou o cotidiano de muitos entregadores:

> Eu sou da época que o iFood, né, era SpoonRocket e tal, o iFood passou, era doze real a entrega mínima. Era doze real, era doze, dezesseis, dezenove, vinte e um, tá ligado? Eu sou dessa época. E hoje tá como? Quatro real, mano. Cê é louco, tio. Eu que fui um cara que sempre protegi, sempre falei bem do aplicativo, tá ligado, do iFood né, mano? Infelizmente mano, hoje não… não tem como eu falar bem. Não tem como eu chegar num cara e falar assim: "Não, se cadastra no aplicativo ali, no iFood ali, mano, cê vai trabalhar, cê vai ganhar dinheiro". Tá ligado? Não tem como (TICOLOKO MOTOKA, 2020c, *online*).

A PRECARIZAÇÃO FICA INSUSTENTÁVEL: EXPLODE O BREQUE DOS APPS

Mesmo com a descrença de muitos entregadores na ação sindical, a latente precarização do serviço, agravada pela falta de amparo diante da pandemia e pela diminuição bruta no valor pago pelas entregas, o contexto vindo dos Estados Unidos revelava a possibilidade de manifestações mesmo na pandemia. O movimento *Black Lives Matter* existe nos EUA desde 2013, contudo, após a morte de George Floyd, um homem negro, por um policial branco no começo de 2020, o descontentamento levou milhares de pessoas às ruas em protesto contra a violência policial e ao racismo estrutural do Estado, integrando ao mesmo tempo ações de rua e ações digitais, através publicações em massa utilizando a hashtag #blacklivesmatter. Essa integração de redes sociais e manifestações de rua durante a pandemia também esteve presente no ato organizado pelas torcidas antifascistas brasileiras. Esses atos, mobilizados pelas posturas autoritárias e a ineficácia do governo no enfrentamento ao coronavírus, aconteceram seis dias antes do primeiro Breque dos Apps, com bastante visibilidade da mídia nacional. Este contexto de viabilidade e visibilidade de manifestações, tanto internacionais quanto nacionais, culminou no "Breque dos Apps", isto é, a primeira manifestação em esfera nacional de entregadores de aplicativo.

Assim, no dia primeiro de julho de 2020, os entregadores realizaram o Breque, que tinha como objetivo paralisar os aplicativos de *delivery* por um dia, na tentativa de trazer à tona suas demandas e reivindicações. Através de postagens no Instagram e vídeos no YouTube, os entregadores divulgaram as pautas mobilizadas, chamando a atenção de jornalistas e movimentos de esquerda, que ajudaram na divulgação da causa. O surgimento do movimento Entregadores Antifascistas e da figura de seu

fundador, "Galo"[11] (isto é, Paulo Lima, entregador que viralizou após o Intercept(2020) compartilhar um vídeo seu onde denuncia as dificuldades de trabalhar para os aplicativos), acabou ajudando a impulsionar as reivindicações nas redes sociais. Alguns dias depois aconteceu o segundo Breque, no dia 25 de julho de 2020.

O Breque dos Apps tinha três pautas principais: aumento do valor por km rodado; aumento do valor da taxa mínima de entrega; fim dos bloqueios indevidos e reativação dos cadastros que foram indevidamente bloqueados. Além disso, pediam pelo fim do sistema de pontuação e restrição de local da Rappi e auxílio pandemia (EPIs e auxílio caso ficassem doentes). Os entregadores alegavam que as empresas-aplicativo estavam "lucrando como nunca", mas não repassavam o valor para eles, "jogando as taxas de entrega lá embaixo" (TRETA NO TRAMPO, 2020). A demanda por aumento do valor da taxa mínima por entrega se deu devido ao grande período que relatam passar esperando as entregas, de forma que se não houvesse uma taxa mínima que compensasse ligar a moto, não haveria possibilidade de trabalhar. Ademais, os aplicativos bloqueiam os entregadores "parceiros" sem nenhum aviso prévio, por tempo indeterminado e sem justificativa, fazendo com que muitos percam, de uma hora pra outra, sua única fonte de renda sem nem saber o motivo.

#APOIOBREQUEDOSAPPS: A MOBILIZAÇÃO NO INSTAGRAM

O perfil no Instagram @tretanotrampo foi um dos principais meios de divulgação dessas pautas, com posts explicativos para outros entregadores e consumidores. A convocação de entregadores para o Breque foi em parte dificultada pelo medo de muitos de sofrerem represálias por participar da paralisação. Galo, líder do movimento entregadores antifascista, já havia denunciado a iFood por rastrear os entregadores que participam das manifestações para bloqueá-los da plataforma depois. A assimetria de informação e a gestão algorítmica do trabalho de plataforma produz novas dinâmicas de precarização e controle (ABILIO, 2020; GUERRA; DUARTE, 2020; DESGRANGES, 2021), tornando a paralisação uma conquista ainda mais difícil. Jeff Fernandes fala da tentativa dos entregadores mais engajados de convencer os demais a aderirem à manifestação, porém, teme os desdobramentos da mesma: "Se houver uma represália por parte dos aplicativos, e esse entregador que não queria aderir à greve perder a conta, por exemplo, quem é que vai se responsabilizar por isso?" (JEFF FERNANDES, 2020b, *online*).

Os entregadores *ol*, isto é, contratados por um operador logístico, foram ameaçados de demissão caso participassem da paralisação pois, apesar de serem contratados, não possuem carteira assinada. O perfil Treta no Trampo fez publicações tentando convencer a adesão dos *ol* ao Breque:

11 Não consideramos Galo um entregador-influencer, pois ele não produz conteúdo sobre o trabalho destinado a outros entregadores se utilizando de um léxico típico de "bloqueiros". Contudo, Galo tem bastante espaço nas redes, produzindo conteúdo político, de modo que o categorizamos como entregador E influencer, e não entregador-influencer.



Figura 3 – Instagram de @tretanotrampo
Fonte: Recorte de captura de tela do instagram @tretanotrampo (2020). Acesso em 1 de jul. de 2020

Além disso, os entregadores que estavam mobilizando o Breque pediram apoio dos consumidores, pois a participação deles seria fundamental para que houvesse uma paralisação de fato dos apps. O perfil Treta no Trampo divulgou cartilhas com instruções para os clientes que desejavam apoiar o Breque. A postagem pedia que os clientes ajudassem divulgando o Breque, imprimindo panfletos, colando cartazes e compartilhando as hashtags #BrequeDosApps e #ApoioBrequeDosApps. Além disso, solicitava que as pessoas avaliassem os apps de delivery com apenas uma estrela na PlayStore e na Apple Store, para manchar a imagem das empresas-plataforma. Também insistia que não fizessem pedidos nos aplicativos no dia do Breque.

> E você aí que é cliente, ajude nós né mano. Porque você que tá aí na sua casa, protegido né mano, fica em casa. (...) Você tá aí seguro, mas nós aqui não tamo, entendeu? Nós aqui na rua, nós tá enfrentando sol, chuva, motorista cabaço, tá enfrentando trânsito, tá enfrentando corona vírus, entendeu? Pra poder levar o pedido até você. Então tenha compreensão, dia primeiro aí, família, você que é cliente, evite de tá pedindo aí nos aplicativos, vamo dá uma resposta pros aplicativos aí, mostrar pros aplicativos aí que vocês clientes, né meu, tem um pouco de compaixão pelo ser humano, pelo próximo né mano (TICOLOKO MOTOKA, 2020d, *online*).

Visando compreender o alcance dessa rede, realizamos a extração de metadados do Instagram por meio da utilização da #ApoioBrequeDosApps como semente, tendo em vista que essa foi a hashtag utilizada pelos entregadores que organizaram o Breque. Através da utilização de *web scraper* aplicado à plataforma, foram obtidas 1162 publicações utilizando a *tag* semente, resultando em

8736 *tags* associadas. Desses, 949 foram postagens de imagens e outros 213 posts de vídeos representando, respectivamente, 81,7% e 18,3% do material coletado entre os dias 01/07 a 23/12 de 2020. A maior parte dos posts coletados ocorreu no dia 01/07, com 711 publicações, e dia 25/07 com 102, ambas datas em que ocorreram os Breques dos Apps.

A observação das métricas de engajamentos da plataforma Instagram aponta para o êxito da mobilização dessa campanha na rede, dado que uma das formas de mensuração usual de engajamento na plataforma é realizado por meio do acompanhamento de curtidas. Houve pouco mais de mil publicações coletadas resultaram em 234.092 curtidas e 1.162 comentários. Ponto importante é a audiência do material em vídeo: apesar de representarem um número menor de publicações, os vídeos tiveram um número total de 260.460 visualizações. O vídeo mais visto possui 33.772 mil visualizações e é do perfil Catraca Livre, no qual é apresentado o depoimento de diversos entregadores que apontam os baixos valores de entregas, falta de suporte e a alta carga horária de trabalho.

As dez postagens mais populares realizadas com uso da *hashtag*, para além da divulgação do Breque dos Apps e suas reinvindicações, também sinalizam para as tensões existentes do trabalho mediado por plataformas digitais. O post com maior engajamento no Instagram possuía 20.719 curtidas, cuja legenda "Operários do novo normal" vai na contramão do discurso da plataforma de entrega que vende um ideal empreendedor, onde todos são "chefes de si", enfraquecendo a identificação enquanto trabalhador (ABILIO, 2020; GUERRA; DUARTE, 2020, DESGRANGES, 2021). A mesma crítica é lançada nas 3ª, 4ª e 6ª publicações mais populares. Outro elemento importante nas publicações é a consciência de que a falta de direitos se agrava na pandemia, visto que uma das reivindicações dos entregadores é a possibilidade de licença para trabalhadores contaminados pelo novo coronavírus. A crítica presente em posts populares do Instagram entra em consonância com Filgueiras e Cavalcante (2021), que apontam como o discurso de novas formas de trabalho favorece a precarização, pois enfraquece os dispositivos de regulamentação do emprego, resultando não só na desestruturação de leis trabalhista, mas também gerando um novo ambiente de trabalho formal sem empregado ou empregadores.

ANÁLISE LEXICAL: INVESTIGANDO AS LEGENDAS NAS PUBLICAÇÕES DE APOIO AO BREQUE NO INSTAGRAM

Ainda que a observação dos posts mais populares já permita um acesso às tensões da mediação do trabalho por plataformas algorítmicas, a análise lexical ajuda a aprofundar o estudo sobre as narrativas presentes no Breque dos Apps. Para tal, 1066 publicações foram utilizadas para a realização de uma análise lexical através do software IRAMUTEQ. O software facilitou categorizar e qualificar o corpus textual das legendas utilizadas por usuários que fizeram uso da *tag* pesquisada em seus posts no Instagram. A partir de uma classificação hierárquica descendente oferecida pelo programa, o corpus textual das legendas é examinado por meio das correlações entre os termos presentes nas mesmas, permitindo observar a intensidade e similitude de termos utilizados entre mobilizadores da *tag*.

Cada legenda de posts coletada foi representada no programa como um texto e submetida a duas formas de análise oferecidas pela aplicação: nuvem de palavras e análise de similitude. No primeiro, com base na frequência, as palavras são organizadas e agrupadas de maneira gráfica permitindo de modo ágil acesso às palavras-chave mobilizadas nas legendas dos posts com a *tag* pesquisada; na segunda, o programa gera um grafo que permite identificar as correlações entre os termos, de modo que permite observar a formação de variados *clusters* (grupos) de co-ocorrência de palavras, ou seja, são formados grupos de palavras que são mobilizadas com frequência em conjunto.

O processamento dos dados, por meio da nuvem de palavras, indica que, para além das hashtags de apoio à mobilização, os termos com mais intensidade evocam uma tríade de "entregador", com 1276 menções, "aplicativo", com 780 menções, e "trabalhador" com 542 menções, envoltas em palavras que expõem a luta por melhores condições de trabalho em consonância com as 10 publicações mais populares utilizadoras da *hashtag*.



Figura 4 – Nuvem
Fonte: autoria dos autores.

Por meio da nuvem de palavras, acessamos os termos-chave presentes nos discursos das legendas e, com a análise de similitude, são expostas as correlações mobilizadas aos principais termos. Os dados inicialmente tratados no IRAMUTEQsão transpostos para o software Gephi, a fim de refinar o grafo gerado pelo primeiro programa. A partir do grafo de correlação de termos é possível observar a geração de cinco *clusters* principais de correlação de palavras, ou seja, deslocamos da simples captura e quantificação de léxicos para uma observação de associação com o contexto da frequência de termos.

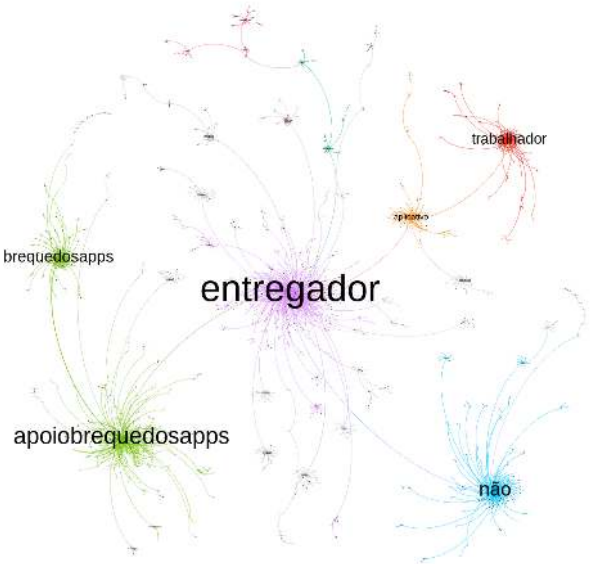


Figura 2 - Rede de correlação de palavras
Fonte: autoria dos autores.

O cluster principal (rosa) é mobilizado em torno da palavra "entregador", cujas correlações mais frequentes indicam um caráter informativo e impulsionador da manifestação dos entregadores, com o uso frequente das palavras "paralisação", "greve", "apoio", "apoiar", "hoje" e "Brasil".

O *cluster* verde agrupa termos de apoio à paralização dos entregadores, mas que não estão relacionados ao Breque. Ainda que as reivindicações dos entregadores sejam exclusivamente ligadas ao trabalho mediado pelas empresas-plataforma, os usuários da *tag* #ApoioBrequeDosApps jogam luz sobre outras possibilidades de mobilização e interpretação. São acionadas nas legendas outras causas sociais como "vidas negras importam", "apoio aos trabalhadores metroviários", ou ainda, o descontentamento com o governo do país, com a menção "mulheres derrubam Bolsonaro" e "stop Bolsonaro mundial".

O *cluster* azul é resultado do agrupamento em torno da palavra "não", representando as legendas que gravitam em torno dos termos "pedir", "empresa", "comida", "delivery", entre outros. Este cluster assinala a promoção do Breque dos Apps através da instrução para os seguidores que desejam apoiar a manifestação, de modo que não solicitem pedidos pelos aplicativos de *delivery*.

O *cluster* vermelho aglutina termos relacionados ao reconhecimento dos entregadores enquanto categoria de trabalhadores e as condições da mesma. Vale notar a presença de termos que evocam as reivindicações dos entregadores como "garantido", isto é, o valor pago aos entregadores que trabalham na categoria *ol* da iFood. Uma forte presença de palavras como "invisibilizados", "superexploração", "precarizado", "terceirização", entre outras, expõe a exploração do trabalho mediado pela plataforma, sobretudo se pensarmos no risco do trabalho durante a pandemia.

O *cluster* Laranja reúne termos relacionados à característica do trabalho mediado pelas plataformas digitais de entrega como "espírito", "pressão", "informalidade" e "tecnologia". Tais termos apontam para publicações que tencionam a ideia comum de "espírito" empreendedor e meritocracia presentes nos discursos das empresas-plataforma, expondo o caráter informal do trabalho realizado e a pressão algorítmica exercida.

As análises de hashtags associadas às legendas são um elemento importante para observação das correlações que são atribuídas pelos usuários da hashtag Breque dos Apps, ou seja, quais são as outras *tags* que são mobilizadas na divulgação do Breque. Essa observação permite o encontro de novas interpretações, movimentos e associações da discussão *online*. O grafo formado das correlações de hashtags é constituído de três grandes *clusters* de associações de *tags*, segundo interesses e origens das postagens. O *cluster* roxo aglutina *tags* relacionadas a partidos políticos de esquerda, expondo o apoio destes ao Breque; o *cluster* verde aponta para outras causas e movimentos associados ao protesto dos entregadores; o terceiro grupo de association chama atenção pelo caráter de solidariedade à causa, contudo, sem tencionar as relações de trabalho, ou protesto a outras causas.

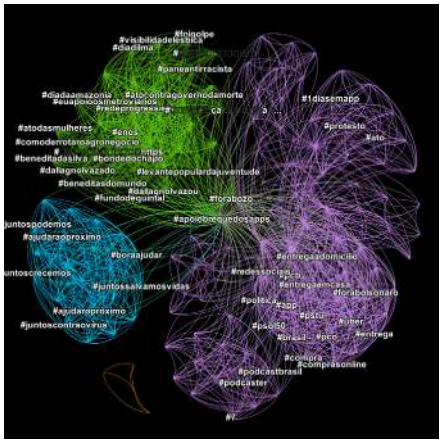


Figura 3 - Rede de correlação de hashtags
Fonte: autoria dos autores.

JEFF FERNANDES: O DISCURSO DO MAIOR ENTREGADOR -INFLUENCER SOBRE O BREQUE

A fim de observar a recepção dessa movimentação dos entregadores em outras mídias, também foram capturados vídeos do YouTube que possuíam no título o termo "Breque dos Apps". Foram encontrados 50 vídeos postados no período de 30/06 a 25/11 de 2020, em grande parcela de canais progressistas que tiveram como audiência 231.884 mil visualizações, com 2.961 comentários e somas de curtidas que chegam a 43.133, em contraposição a 549 *deslikes*.

Tanto a observação de posts do Instagram, quanto dos vídeos específicos sobre o Breque dos Apps no YouTube apontam para o acolhimento dos protestos e reivindicações por parte de outros grupos, movimentos sociais e partidos de esquerda, de modo que esses conseguiram mobilizar mais a discussão a respeito do Breque, sobretudo no Instagram, do que os próprios entregadores. Assim sendo, a etnografia conduzida, há mais de dois anos, em canais de YouTube de motoboys de aplicativo, foi essencial para observar de que forma os próprios entregadores mobilizaram a pauta do Breque, através do discurso de entregadores-*influencer* e dos debates incitados na sessão de comentários dos vídeos.

O canal Jeff Fernandes possui o maior número de seguidores entre os canais de entregadores no Brasil, contando com quase 80 mil inscritos e 201 vídeos que somam 7.773.683 visualizações, sendo o maior canal de YouTube da categoria (FERNANDES, 2021), portanto, adquirindo status enquanto influenciador entre pares, de modo que suas opiniões sobre o Breque ecoam também nos comentários de outros usuários.O jovem recifense, que esperou 1 ano e 9 meses para ser aprovado pela plataforma do iFood, trabalha apenas para a empresa. Além dos vídeos filmados pela câmera do capacete da moto enquanto realiza as entregas, isto é, *motovlogs*, comum a todos os canais de entregadores, ele faz vídeos dentro da estética de influenciadores famosos no YouTube, mostrando o rosto, conversando diretamente com a câmera, com um fundo produzido para os vídeos, mostrando ser um canal mais bem estruturado em comparação com os de outros entregadores. Assim, a análise do discurso de seus vídeos se mostrou fundamental para a compreensão de como as pautas do Breque foram debatidas pelos entregadores no YouTube, rede social que permite uma discussão mais densa devido ao formato da plataforma, em comparação ao Instagram que tem caráter mais expositivo.

Um dia antes do primeiro Breque dos Apps, Jeff Fernandes publicou um vídeo[12] após ler uma matéria onde a BBC entrevistou alguns entregadores a respeito das reivindicações do Breque. Jeff afirma ter tido sua opinião a respeito da paralisação solicitada por pares e prontamente diz que não vai se posicionar em relação ao Breque; apenas vai expor os motivos da manifestação e a resposta das empresas-plataforma. Ao comentar sobre as pautas reivindicadas, defende que – apesar de considerar os bloqueios indevidos "chatos" e inclusive já tendo ele próprio sofrido um – os entregadores não podem exigir o fim dos bloqueios pois eles assinaram os Termos de Uso do aplicativo:

> E galera, só adiantando uma coisa sobre essa situação, sobre esse negócio de bloqueio, e bloqueio indevido, tá, seja lá de 48 horas ou até encerramento de parceria, deixa eu adiantar uma coisa pra vocês, é chato? É. Mas nesse caso aí nos termos de uso do aplicativo tem informando que o entregador, ele poderá ser bloqueado e ele poderá ter a sua parceria encerrada sem aviso prévio, tá? Então não tem como tá exigindo isso deles porque tá lá, tá

12 "RESPOSTA DO IFOOD, UBER E RAPPI SOBRE A PARALIZAÇÃO DOS ENTREGADORES DO DIA 1 DE JULHO" Canal Jeff Fernandes. 30 de jun. de 2020. https://www.youtube.com/watch?v=jis0GkEkuIM

> lá falando, a gente concorda, eu sei que é um negócio chato pra caramba mas se a gente lê e concorda o que que a gente vai poder falar depois, tá? Mas ainda assim não, não posso negar que é uma coisa bastante chata, já aconteceu comigo um bloqueio de 48 horas, eu não soube o porquê e a única coisa que me restou foi esperar (JEFF FERNADES, 2020b, *online*).

Assim, os Termos de Uso conseguem tanto proteger as empresas-plataforma de processos legais, como enfraquecem as reivindicações dos trabalhadores, que podem não se sentir no direito de exigir melhores condições. Além disso, a autorização nos termos para bloquear os entregadores a qualquer momento, sem necessidade de explicação, faz parte de estratégias de gerenciamento do trabalho plataformizado (DESGRANGES, 2021).

Os entregadores pediam também o fim do sistema de pontuação e restrição de local da Rappi, que se apresenta como um elemento básico do processo tido como "gamificação do trabalho", em que a pontuação e avaliação contínua são usadas para impulsionar a produtividade e fazer com que os trabalhadores respondam imediatamente às demandas do mercado (SCHOLZ, 2013; ROSENBLAT; STARK, 2016; DESGRANGES, 2021). A Rappi coloca "missões" a serem cumpridas pelos entregadores que, ao realizarem as tarefas, sobem de nível. Se o entregador não se engaja na plataforma, ou seja, se não fica *online* trabalhando, sua pontuação cai e ele para de receber pedidos, podendo ficar horas e dias sem receber nenhuma entrega, e quanto mais baixa a pontuação, mais restrita a área que o entregador fica habilitado a trabalhar. "Com o sistema de pontuação da Rappi, estamos sendo obrigados a trabalhar no fim de semana pra conseguir juntar os pontos pra trabalhar no resto da semana. A gente tem que poder escolher quando quer ligar o aplicativo e trabalhar!" (TRETA NO TRAMPO, 2020, *online*).

Jeff se mostra indignado com a resposta de um entrevistado pela BBC, que afirmou estar no ramo de motofrete há três anos e que no início ganhava facilmente seis mil reais por mês, mas nos últimos dois meses para conseguir dois mil reais ele precisa trabalhar mais de doze horas todos os dias, sem folga. O jovem afirma que se ele trabalhar no iFood, "essa situação seria revertida com uma questão de *score*" (JEFF FERNANDES, 2020b, *online*). Diferentemente da Rappi, que admite utilizar um sistema de pontuação, a iFood nega a existência do *score*, como analisado em Desgranges (2021). Contudo, os entregadores acreditam que ele exista e opere diretamente na quantidade de pedidos que recebem, moldando suas ações então de acordo com o que julgam serem os critérios para aumentar essa pontuação, tentando autogerenciar um trabalho que é, também, algoritmicamente gerenciado (ABILIO, 2020; GUERRA; DUARTE, 2020; DESGRANGES, 2021). A opacidade algorítmica da plataforma da iFood fica clara na relação dos entregadores com o *score,* evidenciando a falta de informação oficial sobre os mecanismos que operam na gerência do trabalho em plataformas e que afetam diretamente a conduta dos trabalhadores. Jeff não considera que as taxas baixas afetem o rendimento dos entregadores, pois se houver demanda e eles trabalharem muito, vão conseguir trazer dinheiro para casa, de modo que apenas a questão dos bloqueios indevidos o incomodaria.

> Então mesmo que um aplicativo ofereça uma taxa pequena, se a demanda dele for muito grande, se tocar bastante, eu acredito que a maioria dos entregadores, me corrija aí se eu estiver errado, coloca aí nos comentários se eu tiver errado, vocês tem o total direito de discordar de mim, mas se tiver uma demanda legal assim, eu acredito que os entregadores vão fazendo lá o trabalho independente de tá cansado ou não, ele sabe que se ele der um gás ele vai conseguir trazer o dinheiro dele pra casa, e pagar as contas lá todo mês, poder guardar um dinheiro, enfim, seguir a vida de boa (JEFF FERNANDES, 2020b, *online*).

Jeff é jovem e entrou para os aplicativos para conseguir "fazer um dinheiro" enquanto estudava para um concurso público, diferentemente de outros entregadores que transformaram o motofrete em sua carreira antes mesmo da chegada dos aplicativos. Por não almejar continuar como entregador a longo prazo, não se engaja nas reivindicações da categoria, por considerá-las condições inerentes ao serviço de entrega. Contudo, a decisão de largar os aplicativos não parece ser a mais simples, visto que Jeff ainda não largou as entregas como esperado, completando quase dois anos de serviço. Entre os 20 canais de entregadores-*influencer* analisados, mesmo entre aqueles que estão no ramo há mais tempo, pôde se observar uma certa desconfiança ou descrença quanto à efetividade do Breque para melhorias da categoria, somada ao medo de envolvimento sindical em busca de uma futura regulamentação do trabalho.

O jornal Folha de São Paulo (SOPRANA; BRIGATTI, 2017) noticiou o primeiro Breque como uma "manifestação sindicalista"[13] devido aos membros da Associação dos Motofretistas de Aplicativos e Autônomos do Brasil (AMABR) que se engajaram na mobilização.Porém, para convocar mais entregadores para o segundo Breque, foi preciso reforçar que a manifestação não almejava a regulamentação do trabalho via CLT, e que, apesar de terem participado do primeiro Breque, o movimento não tinha relação com sindicatos ou partidos políticos:



Figura 4 - Recorte de captura de tela do instagram @tretanotrampo
Fonte: @tretanotrampo (2020)

A REAÇÃO DAS EMPRESAS-PLATAFORMA AO BREQUE

A iFood, além de ser a maior empresa-plataforma do ramo de delivery no Brasil, pareceu ser a que mais tentou reparar sua imagem pública após os Breques. Depois dos dois Breques, a iFood

13 Informações disponíveis em : https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/protesto-de-entregadores-comeca-com-cerca-de-1000-motoboys-na-marginal-pinheiros.shtml?origin=folha. Acesso em: 19.03.2021

dobrou o Fundo Solidário e de Proteção. Em seu site institucional, a empresa-plataforma afirma já ter destinado "cerca de R$100 milhões dentre todas as iniciativas de proteção e apoio desenvolvidas para entregadores [investimento março de 2020 a fim de janeiro de 2021]" (INSTITUCIONAL IFOOD, 2021). Contudo, segundo a própria empresa, dos R$100 milhões que garantem ter investido, menos de R$400 mil foram destinados aos entregadores parceiros afastados. No site da empresa voltado aos entregadores, há três vídeos contendo o depoimento de pessoas que receberam auxílio do Fundo Solidário ou do Fundo de Proteção. Um desses vídeos é do senhor Luiz Bessa, de 59 anos, que trabalha como *biker* na iFood e recebeu o fundo de proteção pois possui doenças crônicas, configurando então grupo de risco. Ele diz: "Fui contemplado a receber o fundão de proteção iFood, o qual tem me ajudado de uma maneira suave, né, até porque nada, nada, nada, já é um recurso que vem pra me manter em casa e comprar as coisas que eu necessito". O vídeo foi postado em maio de 2020 pela empresa, porém, até o momento da produção desse artigo em 2021, a pandemia do covid-19 não parece próxima de acabar e muitos entregadores têm relatado dificuldades em continuar recebendo o Fundo de Proteção. O site Reclame Aqui acaba sendo um dos únicos meios de conseguirem algum contato com a empresa que, devido a falta de comunicação com os entregadores, é chamada pelos mesmos de "empresa-fantasma".

> Faz uma semana que tento falar com o iFood, pois eles me tiraram do fundo de proteção alegando que eu não respondi o questionário do watts[WhatsApp], [perguntando] se [eu] queria permanecer no fundo de proteção, mas respondi sim e desde já estou tentando entra em contato pelo app do entregador, mas não estão a meresponder (Publicação do dia 19/01/21 no site ReclameAqui).

Muitos afirmam terem sido contemplados pelo fundo em 2020, mas agora a empresa afirma que não são mais elegíveis para o auxílio:

> Diante essa resposta automática que vocês responderam me digam como que eu recebia o fundo de proteção? Tenho todas as provas que recebia o fundo de proteção, que fiz entregas em 2020 e que ingressei na plataforma antes de 15/03/2020!! Diante suas alegações falsas irei procurar um defensor público e vou entrar com uma ação contra vocês!! (Réplica do consumidor publicada no site ReclameAqui no dia 23/02/21)

Além disso, muitos entregadores *ol* reclamam por não poderem ter acesso ao Fundo, obtendo da empresa como resposta:

> "Entendo que esta situação é chata, mais a OL que fica responsável pelos turnos, repasses, e direcionamento para cada entregador. Precisamos lembrar, que seu vínculo é com o seu OL, que presta serviço pra gente" (Resposta da iFood enviada no dia 15/02/21 o site Reclame Aqui).

Apesar dos esforços das empresas-plataforma para melhorarem suas imagens frente aos movimentos sociais antes do Breque do dia primeiro, a avaliação da iFood na PlayStore era 4,5, da UberEats era 4,3 e da Rappi era 4,2. Após o Breque, o Treta no Trampo divulgou que a avaliação desses aplicativos caiu para 3,9; 4 e 3,7 respectivamente (@TRETANOTRAMPO, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação de entregadores-influencers e seu público, aponta para a constituição de novos elementos e narrativas que permitem arranjos de organização e mobilização diferentes do sindicalismo.

O Breque dos Apps é um exemplo dessa tentativa de organização que permite mobilizar pautas comuns, sem visar a criação de um grupo representativo institucional, ou seja, as reivindicações são fomentadas e promovidas por interesses de indivíduos – que desejam continuar se identificando enquanto autônomos e autogerenciados – mas que se mobilizam enquanto grupo, por se reconhecerem enquanto entregadores/motoboys. Ainda assim, a análise da repercussão do Breque indica diferentes formas de percepção dessa organização pelo grande público, com alto número de postagens no Instagram associando os entregadores de aplicativo a operários.

A utilização dos posts, vídeos e respectivos metadados permitiu ter acesso, ainda que do ponto de vista de duas redes socais distintas, ao alcance dos protestos dos entregadores no ambiente *online*. Ademais, também foi possível apontar as conexões que essas manifestações geraram na rede e, por fim, uma lexicografia comum que aglutina diferentes pautas.

O estudo das narrativas produzidas pelos entregadores nas redes sociais, em comparação com uma parcela das publicações de outros usuários do Instagram, aponta para um desencontro entre as reivindicações da categoria e a interpretação do Breque por outros grupos sociais. Enquanto os entregadores reforçavam o caráter autônomo da paralisação, sem almejar vínculo trabalhista, muitas postagens relacionavam diretamente a imagem de motoboys com proletários, associando pautas sindicais ao Breque.

Ainda que o Breque dos Apps tenha sido divulgado pelos entregadores como uma manifestação organizada de maneira autônoma, sem bandeiras de sindicatos ou partidos políticos, essa recepção na rede tem como resultado três desdobramentos: em primeiro lugar, a causa dos entregadores alcançou um novo público, possibilitando que mais pessoas sensibilizem-se com as condições desses trabalhadores; o segundo desdobramento foi a aproximação, ao menos na rede, da luta dos entregadores da de outras classes trabalhadoras; o terceiro foi a possibilidade de uma nova interpretação das relações de trabalho para o público de seguidores, visto que, apesar de reivindicarem melhores condições de trabalho e aumento dos valores pagos por entrega, os protestos não pleiteavam o reconhecimento do vínculo de trabalho com as empresas-plataforma.

Sendo assim, mesmo em um contexto de enfraquecimento das instâncias coletivas e descrença na ação sindical, os entregadores conseguiram mobilizar o Breque, atingindo grande alcance nas redes. A produção de novas formas de manifestação pelos entregadores de aplicativo aponta para as tendências contemporâneas de ações de trabalhadores atravessados pelas plataformas digitais, em que as demandas são outras e o modelo sindical parece não mais se encaixar a elas. Já que não parecem desejar o regime CLT, como viabilizar um trabalho decente em plataformas?Cabe aos pesquisadores que se dispõem a pensar o trabalho plataformizado, atentar para as narrativas em disputa produzidas pelos próprios trabalhadores,seus efeitos e repercussões entre pares. Seria possível trabalhadores se organizarem sem sindicato? Pesquisas sobre cooperativismo de plataforma (SCHOLZ, 2015, HUWS, 2020) apontam para alternativas e experiências no trabalho por plataformas, assim como seus limites.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABILIO, Ludmila Costhek; ALMEIDA, Paulo Freitas; AMORIM, Henrique; CARDOSO, Ana Claudia Moreira; FONSECA, Vanessa Patriota da; KALIL, Renan Bernardi; MACHADO, Sidnei. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, Edição especial – dossiê covid-19, p. 1-21, 2020.

ABILIO, Ludmila. Plataformas digitais e uberização: Globalização de um Sul administrado? **Contracampo**, Niterói, vol. 39, n. 1, p. 12-26, abr./jul. 2020.

ABILIO, Ludmila. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Revista Perspectivas**, vol. 18, n. 03, p. 41-51, 2019.

ACIOLI, Sonia. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**, *[s.l.]*, vol. 12, n. 1esp, p. 8-19, dez. 2007. ISSN 1981-8920. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1784/1520>. Acesso em: 25 jan. 2021. doi:http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2007v12n1espp8.

BARRETO, Diego. **Perfil.** Disponível em:https://br.linkedin.com/in/diegobarreto. Acesso em: 30 mar. 2021.

DESGRANGES, Nina. Os algoritmos do empreendedorismo: A plataformização do trabalho de entregadores de iFood. **Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP**, *[s.l.]*, vol. 9, n. 2, 16 fev. 2021.

FILGUEIRAS, Vitor; CAVALCANTE, Sávio. Um novo adeus à classe trabalhadora? *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 238-268.

GUERRA, Ana; DUARTE, Fernanda. Plataformização e trabalho algorítmico: contribuições dos Estudos de Plataforma para o fenômeno da uberização. **Revista Eptic,** *[s.l.]*, vol. 22, n. 2, maio/ago. 2020.

HUWS, Ursula. **Reinventing the Welfare State**: Digital Platforms and Public Policies. London: Pluto Press, 2020.

INSTITUCIONAL IFOOD. 2021. **Nossa entrega.** Disponível em: https://institucional.ifood.com.br/nossa-entrega/. Acesso em: 10 mar. 2021.

LUPTON, Deborah. **Digital Sociology**. London: Routledge, 2015.

IFOOD anuncia novo fundo solidário com foco nos grupos de risco do Covid-19. **Mercado & Consumo**, Notícias, 31 mar. 2020. Disponível em: https://mercadoeconsumo.com.br/2020/03/31/ifood-anuncia-novo-fundo-solidario-com-foco-nos-grupos-de-risco-do-covid-19/. Acesso em: 15 mar. 2021.

TELLES, Helyon. HISTÓRIA DIGITAL, SOCIOLOGIA DIGITAL E HUMANIDADES DIGITAIS: Algumas questões metodológicas. **Revista Observatório**, *[s.l.]*, vol. 3, n. 5, p. 74-101, 1 ago. 2017. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3810. Acesso em: 15 dez. 2020.

SCHOLZ, Trebor. **Platform Cooperativism**: Challenging the Corporate Sharing Economy. New York: Rosa Luxemburg Stiftung, 2015

YOUTUBE API. Terms of Services. 2021. Disponível em: http://developers.google.com/youtube/terms/api-services-terms-of-service, Acesso em: 10 mar. 2021

Audiovisuais:
Jeff Fernandes. POR QUE NÃO FICAMOS EM CASA? | TRABALHANDO DURANTE A PANDEMIA. 2020a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PyG_mQ0NpI8. Acesso em: 10.03.2021.

Jeff Fernandes. .2020b. RESPOSTA DO IFOOD, UBER E RAPPI SOBRE A PARALIZAÇÃO DOS ENTREGADORES DO DIA 1 DE JULHO. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jis0G-kEkuIM. Acesso em: 10.03.2021.

Entregador de Lanches. PROCESSO IFOOD X MTP SINDICATO/ EU ESTAVA LÁ!!. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=G7qNqSc8ENQ. Acesso em: 11.05.2020.

The Intercept. Conheça Paulo Lima, o entregador de aplicativo antifascista que organiza a categoria. **YouTube.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iTVhpgxH8dY. Acesso em: 01 jul. 2020.

Ticoloko Motoka. IFOOD!! FUNDO DE 1 MILHAO P/ AJUDAR ENTREGADORES. 2020a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=046HZ7mhck4&t. Acesso em: 11.05.2020.

Ticoloko Motoka. FUI PRA RUA EM PLENA EPIDEMIA!. 2020b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uFGKSAikHC0. Acesso em: 11.05.2020.

Ticoloko Motoka. NA TV TA BOMBANDO! NA PRATICA NÃO É ISSO!. 2020c. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ezsV8lf13_M. Acesso em: 11.05.2020.

Ticoloko Motoka. GREVE NACIONAL DOS ENTREGADORES. 2020d. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cYzFM7g9MNU. Acesso em: 10.03.2021.

Treta no Trampo. **Perfil**. Disponível em: http://www.instagram.com/tretanotrampo/. Acesso em: 10.03.2021.

RESPOSTAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS FEMINISTAS À PANDEMIA DE COVID-19: NOTAS PRÉVIAS DE PESQUISA EM PSICOLOGIA SOCIAL

Recebido em 31/03/2021, aprovado em 3/05/2021
10.30612/mvt.v8i14.15028
Mariana Luciano Afonso[1]

RESUMO: O presente artigo trata de notas prévias de pesquisa em andamento. São reflexões preliminares que conjugam elementos de pesquisa de doutorado, finalizada em 2019, com a atual conjuntura da pandemia de Covid-19. A partir da constatação de que a pandemia atinge mais intensamente a população negra e da classe trabalhadora, impactando ainda uma intensificação de sobrecarga no trabalho das mulheres, busca-se refletir sobre os impactos e, especialmente, as respostas psicossociais à pandemia travadas por mulheres da classe trabalhadora – em sua maioria negras –, organizadas em um movimento social feminista na cidade de São Paulo (SP). Nota-se uma sobrecarga de trabalho e emocional, mas também, relações de cuidado e solidariedade que apontam para uma resistência à política hegemônica atual e para horizontes de transformação social.

Palavras-chave: Pandemia de Covid-19. Gênero. Movimentos sociais feministas. Cuidado.

RESPONSES FROM FEMINIST SOCIAL MOVEMENTS TO THE COVID-19 PANDEMIC: PREVIOUS NOTES ON RESEARCH IN SOCIAL PSYCHOLOGY

ABSTRACT: This article is about previous notes on research in progress. The reasonings are preliminary reflections combining elements of a doctoral research in 2019 with the current situation of the Covid-19 pandemic. From the situation that the pandemic affects the Black population and the working class more intensely, also impacting an intensification of overload in the work of women, we aim to reflect on the impacts and, especially, the psychosocial responses to the pandemic waged by working class women – mostly Black women – organized in a feminist social movement in the city of São Paulo (SP). These women face work and emotional overload, and also care and solidarity relations that point to a resistance to the current hegemonic policy and for horizons of social transformation.

Keywords:Covid-19 pandemic. Genre. Feminist social movements.Care.

1 Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo/USP (período sanduíche na Université Paris 13 Sorbonne Paris Cité). Professora da Faculdade de Medicina da Universidade Cidade de São Paulo. Pesquisadora na área de Psicologia Social. E-mail para contato: mariana.l.afonso@gmail.com.

RESPUESTAS DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES FEMINISTAS A LA PANDEMIA DEL COVID-19: NOTAS PRELIMINARES SOBRE INVESTIGACIÓN EN PSICOLOGÍA SOCIAL

RESUMEN: Este artículo trata sobre notas preliminares sobre una investigación en curso. Reflexiones preliminares que combinan elementos de una investigación doctoral, finalizada en 2019, con la situación actual de la pandemia Covid-19. Partiendo de la constatación de que la pandemia afecta más intensamente a la población negra y a la clase trabajadora, también impactando una intensificación de la sobrecarga en el trabajo de las mujeres, buscamos reflexionar sobre los impactos y, especialmente, las respuestas psicosociales a la pandemia impulsadas por las mujeres de la clase trabajadora – en su mayoría mujeres negras – organizadas en un movimiento social feminista en la ciudad de São Paulo (SP). Hay una sobrecarga laboral y emocional, pero también relaciones de cuidado y solidaridad que apuntan a una resistencia a la política hegemónica actual y para horizontes de transformación social.

Palavras Clave: Pandemia de Covid-19. Género. Movimientos sociales feministas. Cuidado.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de notas prévias de pesquisa em andamento com reflexões posteriores à realização da pesquisa de doutorado da autora (AFONSO, 2019)[2]. Estas reflexões preliminares conjugam elementos daquela pesquisa com a atual conjuntura da pandemia de Covid-19. Para tanto, estas notas constituem-se por uma apresentação do quadro teórico, do referencial metodológico e da exposição breve de alguns resultados e reflexões preliminares.

A pandemia de Covid-19 no Brasil vem acompanhada de disputas de versões e narrativas. Interessa-nos, nestas notas, refletir sobre as narrativas, os impactos e, especialmente, as respostas psicossociais de um grupo específico: mulheres da classe trabalhadora – em sua maioria negras –, organizadas em movimentos sociais na cidade de São Paulo (SP).

Este artigo constitui-se, também, como um desdobramento de uma pesquisa de doutorado em Psicologia Social (AFONSO, 2019). Na referida tese foram investigadas as dimensões psicossociais da participação política de mulheres da classe trabalhadora em um movimento social feminista, antirracista e anticapitalista: a Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

Parte-se da premissa de que a desigualdade de gênero se configura como um problema histórico e social, de graves consequências objetivas e subjetivas. Pode-se elencar desde o fenômeno da violência doméstica, que tem as mulheres como principais vítimas; a baixa participação política das mulheres; as exaustivas jornadas de trabalho dentro e fora de casa e a divisão sexual do trabalho que reserva às mulheres as tarefas mais monótonas e sujas (BOSI, 2009); as diferenças salariais entre homens e mulheres, entre outros.

Observa-se, ainda, a discriminação da mulher em nível simbólico: atrelam-se significados pejorativos e desqualificadores ao feminino; justifica-se a violência contra mulheres segundo motivações desligadas da soberba e mandonismo dos homens; hipersexualiza-se e banaliza-se o corpo feminino como mercadoria barata; reafirmam-se para mulheres papéis sociais distintos dos homens,

2 Pesquisa realizada com apoio financeiro da CAPES. Contemplada com menção honrosa no Prêmio Teses Destaque USP/Grande área de Ciências Humanas, de 2020.

opressivos e naturalizados; tudo o que parece orientar a apresentação midiática das mulheres. A mulher, assim como o negro, foi historicamente atingida pela construção de valores e representações marcados pela violência simbólica e por um conjunto de exclusões. Esses discursos, crenças e representações desmoralizadoras têm impactos destruidores sobre a autoestima e a identidade feminina (WHITAKER, 1988; BLAY, 2001; SAFFIOTI, 2013; 2015; AFONSO, 2019).

No campo da Psicologia Social e da dimensão subjetiva das relações de exploração e opressão, Gonçalves Filho (1998) acentua o impedimento político e a reificação de pessoa como constituintes da humilhação social. A desigualdade nas relações sociais de gênero faz com que as mulheres vivenciem esses dois fenômenos: o impedimento político, pois, historicamente subordinadas, sofrem continuamente interdições de ação e de palavra; e a reificação, uma vez que são frequentemente tratadas como coisas quando reduzidas a corpos disponíveis, expostos ao abuso. Desta forma, pode-se falar nesta modalidade de sofrimento que é político, ancestral, compartilhado por pessoas de um grupo longamente subordinado, um sofrimento também psicológico, pois afinal atinge e constrange o corpo e o psiquismo: a humilhação social.

O contexto da pandemia acentua e escancara muitas das desigualdades de gênero. Dados de pesquisas de instituições, como a OXFAM e a Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres, trazem informações como: o expressivo aumento dos índices de violência doméstica e feminicídio, uma vez que, com a necessária medida de isolamento social , muitas mulheres encontram-se confinadas com seus agressores e com menos rede de apoio; maior sobrecarga de trabalho e vulnerabilização, uma vez que elas representam cerca de 70% dos trabalhadores da saúde na linha de frente; imensa maioria em trabalhos informais e precarizados, como entre cuidadores de idosos e empregadas domésticas. No Brasil, é importante lembrar ainda que as mulheres negras constituem a base da pirâmide social, representando a maioria das pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. São elas, portanto, as mais afetadas também pela crise econômica que acompanha a pandemia (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2020).

A despeito de toda esta situação de desigualdades, as mulheres, assim como os negros e os trabalhadores não são sujeitos passivos, especialmente junto de seus iguais, como quando organizados em movimentos sociais (JOVCHELOVITCH, 1988; AFONSO; SCOPINHO, 2015; AFONSO; GALLO, 2019). Neste artigo, buscamos trazer notas prévias de reflexão sobre as narrativas e as práticas de enfrentamento aos impactos psicossociais da pandemia em mulheres – em sua maioria negras – da classe trabalhadora organizadas na MMM. Buscamos observar as práticas preventivas e dinâmicas interpessoais mobilizadas neste contexto, a partir da perspectiva deste movimento social que articula a luta pelo fim da dominação-exploração[3] das mulheres com a luta antirracista e anticapitalista.

REFERENCIAL TEÓRICO E MÉTODO

A pesquisa baseia-se nos pressupostos do método qualitativo em Psicologia Social. Esta é uma área "de fronteira", cujos referenciais teóricos e metodológicos, frequentemente, aproximam-se mais de outras ciências humanas e sociais do que de perspectivas tradicionais, experimentais e individualizantes da própria Psicologia.

3 Conceito empregado como em Saffioti (2015), que considera a dominação política e a exploração econômica das mulheres como duas faces do mesmo fenômeno.

A pesquisadora realizou observação participante, análise de textos e documentos produzidos pela MMM e entrevistas semi-estruturadas. As depoentes foram mulheres que participam da MMM na cidade de São Paulo, por duas razões: a primeira é que esta cidade é o epicentro da pandemia no Brasil; e a segunda é que é uma cidade onde o movimento social em questão encontra-se mais fortalecido e atuante (AFONSO, 2019) . Foi realizada triangulação de informação dessas diferentes fontes e análise de conteúdo (MINAYO, 2010)

Do aporte da Psicologia Social e Comunitária são utilizados conceitos como os de humilhação social (GONÇALVES FILHO, 1998), e comunidade – como perspectiva de resistência à humilhação social e de horizonte ético-político de transformação social (SVARTMAN; GALEÃO-SILVA, 2016). Dos estudos feministas, utilizaremos a noção de feminismo popular, consubstancialidade e interseccionalidade (HIRATA, 2014; DAVIS, 2016) das relações entre gênero, raça e classe, e as reflexões sobre o trabalho de cuidado (HIRATA, 2010; MOLINIER, 2008; 2014; 2018a).

No que tange aos conceitos utilizados a partir dos estudos feministas e das vivências e contatos já realizados em campo de pesquisa com este expressivo movimento social feminista, compartilho aqui algumas considerações iniciais: a noção de feminismo popular utilizada é a que parece estar sendo construída na práxis pela Marcha Mundial das Mulheres, uma vez que tem sido encontrada na pesquisa de campo, especialmente em documentos produzidos pela MMM.

Nesse sentido, apresenta-se como um feminismo que se desenvolve junto aos movimentos sociais e populares, integrando as mulheres da classe trabalhadora em um projeto político de transformação social (MORENO; GODINHO; FARIA, 2020). Busca-se, assim, construir um feminismo anti-imperialista, anticapitalista, antipatriarcal e antirracista que parte dos acúmulos dos movimentos de mulheres, movimento negro, movimento camponês, movimento ecologista, sindicatos e partidos políticos de esquerda (CAPIRE, 2021).

Em relação às noções de consubstancialidade e interseccionalidade, estas são mobilizadas na medida em que dialogam com a complexidade e pluralidade das pautas e reivindicações deste feminismo construído pela MMM. Dialogam, também, com o perfil de mulheres que compõem este movimento social: trabalhadoras, negras e brancas.

Utiliza-se, de modo mais central, o conceito de consubstancialidade, pois se percebe na pesquisa de campo as relações sociais de gênero, raça e classe como fundamentalmente estruturais e estruturantes nas vidas dessas mulheres. O que está em jogo na escolha desta ferramenta analítica é a importância de olhar para a realidade social em sua complexidade, de maneira não fragmentada e levando em conta as dimensões materiais da dominação (KERGOAT, 2012). Essa ferramenta reflete ainda a dimensão da importância da articulação entre lutas gerais e específicas e de transformações estruturais.

O conceito de interseccionalidade pode também ser mobilizado como em Helena Hirata (2014, p. 74), quando a autora ressalta que

> A interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e portanto como um instrumento de luta política. É nesse sentido que Patricia Hill Collins (2014) considera a interseccionalidade ao mesmo tempo um "projeto de conhecimento" e uma arma política. Ela diz respeito às "condições sociais de produção de conhecimentos" e à questão da justiça social (Idem, ibidem). Essa ideia é concretizada por Danièle Kergoat (2012, p. 20) quando afirma a "necessidade de pensar conjuntamente as dominações" a fim de, justamente, não contribuir para sua reprodução.

Essas ferramentas analíticas dialogam ainda com o trabalho de pesquisa na medida em que as mulheres enfrentam de modo singular e intensificado os impactos da pandemia pelo lugar que ocupam nas relações de classe e de raça. A posição nas relações de trabalho determina, por exemplo, se puderam/podem ou não fazer o isolamento social. As relações sociais de raça indicam quais grupos estão mais vulneráveis ao adoecimento e morte (SANTOS *et al.*, 2020).

A dimensão do cuidado é compreendida a partir de uma ética feminista, que luta pelo fim da opressão sofrida pelas mulheres e outros grupos historicamente oprimidos, buscando transformações políticas e sociais e denunciando a injustiça das relações de exploração (ZOBOLI, 2004; MOLINIER, 2014). A partir da articulação entre esses conceitos e os dados de pesquisa, temos desenvolvido a categoria psicossocial que, inspirada nas investigações e reflexões de Pascale Molinier com mulheres sindicalistas na Colômbia, traduzimos como do cuidar-nos entre nós (MOLINIER, 2018b; AFONSO, 2019). Trata-se de uma dimensão afetiva da relação entre as mulheres no âmbito da luta política, em sindicatos ou movimentos sociais. Este conceito reflete uma dimensão ética-política do cuidado nas relações interpessoais estabelecidas no seio de um feminismo popular e comunitário.

Nesse sentido, buscaremos investigar também ações de autocuidado promovidas por mulheres em outros movimentos sociais no Brasil, tal como as apontadas pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), que promovem metodologias e ferramentas para o autocuidado, o cuidado entre mulheres ativistas e a proteção de defensoras de direitos humanos (CFEMEA, 2020). No atual contexto de pandemia, crise econômica, empobrecimento e intensificação da sobrecarga de trabalho das mulheres, acreditamos que iniciativas como estas podem ser especialmente relevantes, tanto no sentido de resistência política como no de luta pela manutenção da vida e da saúde.

RESULTADOS PRELIMINARES E CONSIDERAÇÕES BREVES

Apresentaremos, de forma muito breve, importantes respostas travadas pelas mulheres da MMM aos impactos psicossociais da pandemia. Buscando articular ações de luta e solidariedade, elas têm buscado se apoiar mutuamente na apropriação de ferramentas online. Através dessas tecnologias, houve iniciativas como criação de *site*s e ferramentas online, campanhas de arrecadação financeira e fortalecimento de iniciativas de economia solidária; reuniões e ações políticas de mobilização adaptadas ao contexto online. Entre os atos e manifestações políticas, há desde lutas específicas das mulheres, como o combate à violência de gênero e as pautas históricas dos 8 de março; até a união em reivindicações concernentes à população brasileira, especialmente à classe trabalhadora, como a implementação e ampliação do auxílio emergencial, e vacina para todas as brasileiras e brasileiros (MMM, 2021).

Entre as mulheres que não são do grupo de risco, há ainda articulação de ações de solidariedade, como distribuição de cestas básicas nas periferias e estímulo a iniciativas de capacitação e geração de renda junto a mulheres em situação de extrema vulnerabilidade social, prostituição e/ou violência doméstica. Observaram-se ainda ações de afeto e apoio mútuo sem muito planejamento prévio, como cerimônias virtuais de acolhimento mútuo e homenagem a uma companheira militante que faleceu e, em decorrência da pandemia, não pôde ter uma cerimônia apropriada.

Tudo isso se entrelaça à noção de comunidade como enfrentamento da humilhação social e como dimensão utópica de sociedade: uma sociedade em que a vida, a solidariedade, a cooperação, o cuidado e apoio mútuos valem mais do que a lógica econômica do lucro a qualquer custo. Nas ações "práticas" de cuidado no dia a dia, as mulheres da MMM fortalecem a si mesmas, e fortalecem umas às outras. Ao mesmo tempo, inventam novas formas de relação intersubjetivas pautadas por um horizonte de transformação social e por práticas ética-políticas de afeto e apoio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Mariana Luciano; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Mulheres camponesas: identidades que resistem. **Revista de Estudos Universitários**, Sorocaba/SP: Uniso, vol. 41, n. 2, p. 247-264, 2015.

AFONSO, Mariana Luciano. **Segura sua mão na minha, para que façamos juntas o que eu não posso fazer sozinha**: memórias de mulheres que participam de movimento social feminista. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

_____; GALLO, Jaci. Mulheres da Luz: Nota de intervenção psicossocial com mulheres negras em situação de vulnerabilidade, prostituição e exclusão social. *In:* CRP SP. (Org.). **Prêmio Jonathas Salathiel**. São Paulo, SP: CRP SP, 2019, p. 134-148.

BLAY, Eva Alterman Um caminho ainda em construção: a igualdade de oportunidades para as mulheres**. Revista da USP**, São Paulo: USP, n. 49, p. 82-97, 2001.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular**. Leituras de operárias. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

CAPIRE. **8 de março**: rebeldia e força das mulheres para mudar o mundo. 2021. Disponível em: https://capiremovol.org/analises/8-de-marco/. Acesso em: 10 mar. 2021.

CFEMEA. **Cartilha rodas virtuais de autocuidado e cuidado entre ativistas**. 2020. Disponível em: https://www.cfemea.org.br/index.php/publicacoes/4856-cartilha-rodas-virtuais-de-autocuidado-e-cuidado-entre-ativistas. Acesso em: 4 mai. 2021.

DAVIS, Angela**. Mulheres, raça e classe**. São Paulo, SP: Boitempo. 2016 [1981].

GONÇALVES FILHO, José Moura. Humilhação Social – Um problema político em Psicologia. **Revista Psicologia USP**, São Paulo/SP: USP, vol. 9, n. 2, p.11-67, 1998.

HIRATA, Helena. Teorias e práticas do Care: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. *In:* FARIA, Nalu; MORENO, Renata. (orgs.) **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo, SP: SOF, 2010, p. 42-56.

_____. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais, **Tempo Social**, São Paulo/SP: USP, vol. 26, n. 1, p. 61-74, 2014.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Re(des)cobrindo o outro – Para um entendimento da alteridade na Teoria das Representações Sociais. *In:* ARRUDA, A. (Org.) **Representando a alteridade**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1998, p. 69-82.

KERGOAT, Danièle. **Se issen, issent-elles…** Paris, FR: La Dispute (col. Le Genre du Monde), 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12ª ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 2010.

MMM. **8 de março de 2021**: mesmo com a pandemia, as mulheres seguem organizadas e mobilizadas por auxílio emergencial, vacina e fora Bolsonaro!. 2021. Disponível em: http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/8-marco-2021-mulheres-organizadas-fora-bolsonaro-vacina-auxilio/. Acesso em: 9 mar. 2021.

MOLINIER, Pascale. A dimensão do cuidar no trabalho hospitalar: abordagem psicodinâmica do trabalho de enfermagem e dos serviços de manutenção, **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo/SP, vol. 33, n. 118, p. 06-16, 2008.

_____. Cuidado, interseccionalidade e feminismo. **Tempo Social**, São Paulo/SP: USP, vol. 26, n. 1, p. 17-33, 2014.

_____. **Le care monde** – trois essais de psychologie sociale. Lyon, ENS Éditions. 2018ª.

_____. **Cuidarse entre sí: el autocuidado como experiencia terapéutica y politica**. In: Conferência proferida no workshop Trabalho, cuidado e políticas públicas: Um olhar sobre a América Latina. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018b.

MORENO, Renata Faleiros; GODINHO, Tatau; FARIA, Nalu. Trabalho como produção do viver: consequências políticas para o feminismo. **Política & trabalho -** Revista de Ciências Sociais, João Pessoa/PB: UFPB, n. 53, p. 116-130, 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Mulheres no centro da luta contra a crise Covid-19**. Disponível em: https://nacoesunidas.org/?post_type=post&s=Mulheres+no+centro+da+luta+contra+a+crise+Covid-19. Acesso em: 28 mai. 2020.

SANTOS, Hebert Luan Pereira Campos dos et al. Necropolítica e reflexões acerca da população negra no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro/RJ: ABRASCO, vol. 25, supl. 2, p. 4211-4224, 2020.

SVARTMAN, Bernardo Parodi.; GALEÃO-SILVA, Luis Guilherme. Comunidade e resistência à humilhação social: desafios para a psicologia social comunitária. **Revista Colombiana de Psicología**, vol. 25, n. 2, p. 331-349, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes** – mitos e realidade. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2013.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo, SP: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

WHITAKER, Dulce. **Mulher & homem** – o mito da desigualdade. São Paulo, SP: Editora Moderna, 1988.

ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone. A redescoberta da ética do cuidado:o foco e a ênfase nas relações. **Rev Esc Enferm USP**, São Paulo/SP: USP, vol. 38, n. 1, p.21-7, 2004.

O trabalho recebeu apoio financeiro da CAPES.

DESAFIANDO AS FRONTEIRAS ENTRE SINDICATOS E MOVIMENTOS SOCIAIS EM MEIO À PANDEMIA: CAMPANHAS DE COALIZÃO EM DEFESA DO SUS NA CIDADE DE SÃO PAULO EM 2020[1]

Recebido em 3/02/2021, aprovado em 12/03/2021
10.30612/mvt.v8i14.15029
Alexandre Espreafico Guelerman Ramos[2]

RESUMO: De que modo a profunda crise sócio-reprodutiva da pandemia de COVID-19 impactou as estratégias sindicais em cada contexto político-institucional? Neste trabalho, contribuímos a essa questão analisando as estratégias de coalizão entre sindicatos de saúde e movimentos sociais na cidade de São Paulo, mediante sete entrevistas semi-dirigidas realizadas com dirigentes do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo (Sindsep) e lideranças de movimentos populares de saúde (atuantes também em conselhos gestores). Em São Paulo, os impactos da pandemia devem ser entendidos em conexão com uma gestão municipal (2017-2020) pouco permeável à sociedade civil e com políticas de precarização do sistema de saúde, incluindo desvalorização dos servidores públicos e terceirização das unidades de saúde (com efeitos não apenas sobre a qualidade dos serviços, mas também sobre a organização sindical). Em reação a esse contexto, sindicatos e movimentos sociais de saúde já vinham recorrendo a campanhas em coalizão antes mesmo da pandemia e, com o advento desta, buscaram mobilizar a comoção social e obtiveram êxito a nível local, apesar de importantes derrotas a nível do município. As campanhas analisadas apresentam distintos graus de "profundidade" e resultados, mas entre seus elementos importantes incluem-se, em geral: a realização de pequenos protestos e "atos relâmpago"; a combinação de comunicação através de redes sociais com a busca por chamar a atenção de veículos de imprensa; o apoio de parlamentares e de outros movimentos sociais dos bairros (em alguns casos mesmo de associações sem grande trajetória reivindicativa prévia); e apelos ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Município.

Palavras-chave: Sindicalismo. Coalizões. Movimento de Saúde. Pandemia. Terceirização.

1 Esse trabalho apresenta parte dos resultados da pesquisa "Estratégias de Coalizão em São Paulo: Perspectivas Para uma Renovação Territorial do Sindicalismo", conduzida entre fevereiro e dezembro de 2020 com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sob orientação do Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto (Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo - USP). Número do processo: 2019/22049-8.

2 Graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (2017-2020). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (2021-…). E-mail: alexandre_egramos@usp.br.

[CHALLENGING THE BORDERS BETWEEN LABOR UNIONS AND SOCIAL MOVEMENTS AMIDST THE PANDEMIC: CAMPAIGNS IN COALITION IN DEFENSE OF THE UNIVERSAL HEALTHCARE SYSTEM IN SÃO PAULO IN 2020]

ABSTRACT: How has the deep socio-reproductive crisis of the COVID-19 pandemic impacted trade union strategies in each political institutional-context? In this article, we contribute to this question focusing on the coalition-building strategies between trade unions and social movements in the healthcare movement in São Paulo. Our empirical data draws mainly from seven semi-directed interviews conducted with leaders from community healthcare movements (acting also in healthcare councils) and officers from the Union of Municipal Public Sector Workers of São Paulo (Sindsep). The pandemic crisis in São Paulo was combined with a municipal administration (2017-2020) barely permeable to civil society and with systematic politics of precarization of the healthcare system, including attacks on public-sector workers and subcontracting of healthcare units (with effects both on the quality of the service and on the trade union organisation). In reaction to these characteristics of the municipal administration, trade unions and pro-healthcare social movements had been conducting campaigns in coalition before the pandemic, and after it they tried to mobilize a social commotion by the health crisis, managing to achieve favorable results in some neighborhoods, despite important losses at the municipal level. The campaigns we studied offer distinct results and "deepness", but it can be emphasized as general important elements within them: the conduction of quick protests and performances, the communication through both social media platforms and conventional press, the support of city councilors and other neighborhood social movements (in some cases, even some without great previous claiming actuation), and appeals to the Public Ministry and the Tribunal of Municipal Budget.

Keywords: Unionism. Coalitions. Healthcare Movement. Pandemic. Subcontracting.

[DESAFIANDO LAS FRONTERAS ENTRE SINDICATOS Y MOVIMIENTOS SOCIALES EN MEDIO DE UNA PANDEMIA: CAMPAÑAS DE COALICION EN DEFESA DEL SUS EN LA CIUDAD DE SÃO PAULO]

RESUMEN: ¿Cómo ha impactado la profunda crisis socio-reproductiva de la pandemia COVID-19 las estrategias sindicales en cada contexto político-institucional? En este trabajo contribuimos a este tema analizando las estrategias de coalición entre los sindicatos de salud y los movimientos sociales en la ciudad de São Paulo, a través de siete entrevistas semidirigidas realizadas a líderes del Sindicato de Servidores Municipales de São Paulo (Sindsep) y líderes de los movimientos populares de salud (también activos en consejos de gestión de las unidades de salud). En São Paulo, los impactos de la pandemia deben entenderse en relación con una gestión municipal (2017-2020) que no es permeable a la sociedad civil y con políticas de precarización en el sistema de salud, incluida la devaluación de los servidores públicos y la subcontratación de unidades de salud (con efectos no solo en la calidad de los servicios, sino también en la organización sindical). Ante este contexto, los sindicatos y movimientos sociales de salud ya recurrían a campañas de coalición mismo antes de la pandemia, y con el advenimiento de la pandemia buscaran movilizar la conmoción social, obteniendo victorias a nivel local a pesar de importantes derrotas en el municipio. Las campañas analizadas presentan distintos grados de "profundidad" y resultados, pero entre sus elementos importantes se incluyen, en general: la realización de pequeñas protestas y "actos relámpago"; la combinación de

la comunicación a través de las redes sociales y la búsqueda para llamar la atención de la prensa; el apoyo de parlamentarios y otros movimientos sociales de los barrios (en algunos casos incluso de asociaciones sin una gran trayectoria reivindicativa previa); y recursos ante el Ministerio Público y el Tribunal de Cuentas Municipal.

Palavras Clave: Unionismo. Coaliciones. Movimiento de Salud. Pandemia. Tercerización.

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

A pandemia gerou uma crise de proporções extraordinárias na estrutura econômica e social. Os gestores de políticas públicas se viram perante desafios até então inéditos, no que se refere à adequação dos serviços públicos e das políticas de proteção social, tema que abre importante campo de reflexão acadêmica; igualmente, atenção tem sido despendida acerca das estratégias empresariais de adaptação a esse período e dos efeitos macroeconômicos do vírus. Mas outro tema de grande importância diz respeito aos impactos da crise sanitária na dinâmica da sociedade civil: como o isolamento social abalou os procedimentos tradicionais de comunicação, organização e mobilização dos sindicatos e movimentos sociais? Como a pandemia impactou as estratégias das lideranças organizacionais desses movimentos? Quais novas pautas foram, em cada movimento, acentuadas com a crise sanitária e social?

Trata-se de um amplo campo de investigação que excede em muito o escopo desse artigo. No entanto, certamente são questões que se insinuaram a todos os pesquisadores que se dedicaram, no atípico ano de 2020, a estudos empíricos acerca de sindicatos e movimentos sociais. Em nosso caso, conduzimos entre fevereiro e dezembro de 2020 uma pesquisa de Iniciação Científica, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), acerca de estratégias de coalizão entre sindicatos e movimentos sociais urbanos na cidade de São Paulo, na qual o tema da pandemia não figurava no projeto original, mas perpassou os resultados obtidos. Nosso objetivo principal nessa pesquisa era avaliar, a partir de um conjunto de casos empíricos concentrados no movimento de saúde e no movimento de mobilidade urbana, quais variáveis poderiam explicar a diversidade de investimento em estratégias de coalizão, tipos de recursos despendidos nessas campanhas e resultados e avaliações de dirigentes sindicais e de movimentos sociais.

Nesse artigo, gostaríamos de discutir especificamente os nossos estudos de caso referentes ao movimento de saúde, entendido como aquele formado por movimentos populares de saúde dos distritos da cidade e sindicatos com representação entre trabalhadores do setor. Discutiremos, sobretudo, os efeitos da pandemia nas características das campanhas analisadas. Esses efeitos, por sua vez, só podem ser explicados mediante uma contextualização acerca do projeto político da gestão municipal tucana de 2016-2020, de baixa permeabilidade à sociedade civil, intensa subcontratação das unidades de saúde, desvalorização do quadro de servidores e precarização do sistema de saúde. Além disso, é necessária uma prévia contextualização acerca dos sindicatos de saúde atuantes na cidade e a forma como suas estruturas têm sido impactadas pelas transformações na administração da rede de atendimento básico e hospitalar, bem como dos movimentos de saúde atuantes na cidade e sua relação com a legislação de participação popular no município. Por fim, para analisar os efeitos da pandemia sobre as campanhas é necessário enfatizar também a *agência* dos referidos movimentos, isto é, os recursos e repertórios de ação que esses sindicatos e movimentos sociais buscaram mobilizar nas referidas campanhas, valendo-se de tradições de associativismo locais e apelando à maior comoção social gerada pela pandemia.

Abordando estratégias de coalizão entre sindicatos e movimentos sociais em um contexto de crise de reprodução social, esse trabalho se relaciona diretamente ao tema deste Dossiê. Desafiando as fronteiras entre os locais de trabalho e as comunidades nas quais eles se inserem espacial e funcionalmente, essas coalizões apresentam grande potencial de enfrentamento à lógica ao mesmo tempo exploradora e espoliadora do neoliberalismo (BRAGA, 2017). Tal potencial é particularmente acentuado para o sindicalismo de serviços públicos e particularmente importante em um contexto de aguda crise econômica e sanitária.

Além dessa seção introdutória, esse texto tem quatro seções. Na primeira destas, introduziremos discussões teóricas relevantes, referentes à literatura sobre revitalização sindical e estratégias de coalizão. Em seguida, sumarizaremos brevemente a metodologia de que se valeu este trabalho e as posições ocupadas pelos entrevistados. Procederemos então para a contextualização, apresentação e discussão dos casos estudados. O texto se encerra com uma breve seção de conclusão.

LUTAS EM COALIZÃO: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O último quartel do século XX assistiu a um largo conjunto de transformações macrossociais que geraram extenso debate quanto a suas implicações para o movimento sindical. Se, como observa Silver (2005 [2003]), é difícil postular uma *unívoca, homogênea e inevitável* crise global do sindicalismo, não há como negar que desde meados da década de 1970 houve uma deterioração profunda do sindicalismo no Norte Global e muitos dos elementos que acompanharam seu declínio nessa região do mundo se fizeram presentes também no Sul, impactando também as formas – muito menos consolidadas – de associativismo trabalhista nesse hemisfério. O aumento da desigualdade social e a informalização do trabalho foram, nesse sentido, tendências notáveis no Norte e também no Sul globais, à medida que mesmo os "compromissos de classe" desenvolvimentistas do Sul, mais precários que os do Norte, também colapsaram (BREMAN, HARRIS, LEE e LINDEN, 2019). Entre as reestruturações econômicas que colocam desafios perante a atuação sindical, Silver (2005 [2003]) elenca as soluções "espaciais" (deslocamento do capital para novas regiões), "de produto" (expansão para novos ramos de produtos), "tecnológica" (introdução de tecnologias poupadoras de trabalho, toyotismo, subcontratação) e "financeira" (deslocamento do setor produtivo para ganhos puramente rentistas) encontradas pelo capital para fazer frente a processos de agitação trabalhista, aliadas aos processos diretamente políticos de cooptação e repressão.

Nesse contexto, muitos autores se voltaram a estudar teórica e empiricamente um conjunto de estratégias de que sindicatos podiam se valer para reverter a correlação de forças desfavorável, no que se conformou uma abordagem em torno das "estratégias de revitalização sindical" (IBSEN e TAPIA, 2017). Segundo Frege e Kelly (2003), pioneiros desse modelo, seis estratégias de revitalização sindical estariam se destacando no âmbito do sindicalismo europeu: i) estratégias de *organizing* (campanhas massivas de recrutamento nos locais de trabalho não-organizados); ii) estratégias de *reestruturação organizacional* (fusões, reorganizações do funcionamento interno); iii) estratégias de *construção de coalizões* com outros movimentos sociais; iv) estratégias de *parceria social* com Estado e empregadores; v) estratégias de *ação política* (lançando candidatos, apoiando políticos e partidos, fazendo protestos políticos); e vi) estratégias de *conexões internacionais*.

No ano seguinte à publicação deste artigo, ele passou a integrar a coletânea *Varieties of Unionism: Strategies for Union Revitalization in a Globalizing Economy*, editada pelos dois autores, contando com contribuições de diversos outros estudiosos empregando e aprofundando essa abordagem teórica. Gostaríamos de enfatizar, nesse sentido, o artigo de Frege, Heery e Turner (2004), que trata especificamente das estratégias de coalizão. Segundo esses autores, as estratégias de coalizão podem

ser meramente métodos secundários para os sindicatos perseguirem seus objetivos "clássicos" de regulação das relações de trabalho, ou podem ser entendidos como métodos voltados para uma função social mais ampla do sindicalismo. A definição mais geral dessas estratégias seria "atividades conjuntas discretas, intermitentes ou contínuas em busca de objetivos comuns entre sindicatos e outras instituições não-trabalhistas da sociedade civil, incluindo organizações atuantes em torno de comunidade, fé, identidade, *advocacy*, bem-estar" (FREGE, HEERY e TURNER, 2004, p. 138, tradução própria). Essa definição ressalta a cooperação formal entre organizações, e afirma que os recursos de poder que sindicatos podem acessar a partir dessas formas "atípicas" de cooperação são: acesso a recursos materiais e financeiros, possibilidade de acessar setores sociais (ex.: étnicos) que o sindicato deseja organizar, ganho de expertise, ganho de legitimidade junto a determinados setores sociais e produção de mobilizações de apoio a suas pautas.

Esses autores avançam ainda a uma tipologia dessas coalizões, essenciais para explicar as características e desenrolar dessas coalizões. Segundo Frege, Heery e Turner (2004) as coalizões entre sindicatos e movimentos sociais podem se diferenciar em função de duração, identidade, objetivos, métodos (em que podem ser mais voltadas para a "influência" dos atores governamentais ou mais voltadas para o protesto político) e graus de sucesso. Além disso, eles propõem uma tipologia das coalizões em função de quais são os interesses que predominam nelas, e das consequências disto para a forma como são tomadas as deliberações. Nas "coalizões de vanguarda", movimentos sociais coligam-se aos sindicatos a partir de solidariedade incondicional à causa destes últimos, raramente havendo, portanto, partilha de prerrogativas de deliberação. Outras são "coalizões de causa comum", produzidas por alinhamentos de interesse entre organizações provenientes de distintos âmbitos; estas frequentemente envolvem a formação de *umbrella organizations*, por exemplo, frentes de atuação. Esse tipo de coalizão pode se enfraquecer ou se fortalecer em função dos impactos de forças externas sobre o alinhamento de interesses (prejudicando esse alinhamento ou reforçando-o). Por fim, a terceira possibilidade é de "coalizões integrativas", em que sindicatos oferecem apoio incondicional à causa de outros movimentos sociais, visando fortalecer o apoio de determinado setor social ou ganhar o apoio de suas próprias bases que apoiam os referidos movimentos. Geralmente os sindicatos se envolvem mais nesse tipo de coalizão na medida inversa do grau de recursos que terão de despender nela e, por isso, muitas vezes se envolvem mais nesse tipo de coalizão a nível nacional (onde o compromisso é mais "frouxo") do que local (FREGE, HEERY e TURNER, 2004).

Outra proposta de tipologia é apresentada por Tattersall (2013), em função da *profundidade* da aliança. A autora argumenta que podem haver "coalizões *ad hoc*" (coalizões episódicas, frutos de pedidos de assistência por uma das partes para uma determinada iniciativa). "Coalizões de apoio" seriam também de curto prazo, mas "estruturadas": "transformam a coalizão ad hoc 'temporária' em um espaço formal de reunião como locus para planejamento de eventos e campanhas" (TATTERSALL, 2013, p. 100). "Coalizões de apoio mútuo" seriam variações do caso anterior, em que há uma comunhão de interesses diretos entre as organizações e por isso elas seriam de um nível de estruturação e engajamento mais profundo. Por fim, o último nível seria o das "coalizões profundas"*:* para além da amplitude de organizações e causas envolvidas, as coalizões "profundas" se caracterizam por uma estrutura organizativa mais complexa e composta por uma variedade de escalas, de modo a produzir um engajamento de base mais intenso. Segundo a autora, ainda, essas coalizões envolvem uma mudança na organização interna dos sindicatos de modo a valorizar a participação, a democracia interna e o engajamento (TATTERSALL, 2013). Tattersall (2006) denomina esse conjunto de estratégias *community unionism*, por envolver uma aproximação dos sindicatos quanto a comunidades externas aos locais de trabalho, compreendidas por três acepções do termo "comunidade": enquanto grupo pautado por interesses/identidades comuns; enquanto *local*; e enquanto *organizações presentes nas comunidades*.

Claramente, embora as coalizões sejam fontes de recursos importantes, nem todas as coalizões são duráveis ou apresentam sucesso. Certamente uma série de variáveis exógenas

podem influenciar nas possibilidades de sucesso de estratégias de coalizão. Ao mesmo tempo, muitas das dificuldades dessa estratégia no médio e longo prazo podem ser explicadas se recorrendo à tipologia de Tattersall (2013), no sentido de que muitas vezes os sindicatos não se dispõem a construir coalizões senão a nível "superficial". Segundo McAlevey (2016), por exemplo, mesmo muitos dos sindicatos que recorriam internamente a métodos de *organizing* profundos e procuravam outras organizações para fazer coalizões, muitas vezes apenas se associavam de forma superficial a organizações pouco enraizadas, ou seja, não aplicavam nessas coalizões a mesma concepção de *organizing* profundo que aplicavam "para dentro". Segundo Tattersall (2006), ainda, a eficácia de estratégias de coalizão não deve ser avaliada apenas com base em resultados específicos de curto prazo, mas em seus efeitos de longo prazo em termos de produção de politização e aprofundamento das relações de confiança e interdependência entre as organizações sindicais e as organizações da comunidade.

Nos marcos dessas discussões teóricas e conceituais, refletiremos acerca da dinâmica de coalizões sindicais construídas no contexto da pandemia e de um governo municipal pouco permeável às demandas da sociedade civil (gestões do PSDB de João Dória, 2017- 2018, e Bruno Covas, 2018-2020). Na conclusão, sinalizaremos também para algumas perspectivas mais gerais.

METODOLOGIA

Esse trabalho se utilizou de dois recursos metodológicos: a entrevista semi-dirigida e, subsidiariamente, análise de mídias digitais (redes sociais e publicações na mídia sindical ou convencional). A respeito do primeiro, foram conduzidas sete entrevistas semi-dirigidas: três com dirigentes sindicais do Sindsep (uma jovem dirigente de base da região do Campo Limpo, o diretor de Política Intersindical e Solidariedade do sindicato e a responsável pela pasta de saúde do sindicato) e quatro com lideranças do movimento popular de saúde das seguintes regiões: Butantã/Rio Pequeno, Brasilândia/Freguesia do Ó, e adjacências da Estrada do M'boi Mirim (Campo Limpo, Jardim São Luís, Jardim Ângela). Essas entrevistas foram realizadas entre 21/08/2020 e 04/01/2021.

A opção pelo método da entrevista semi-dirigida se relaciona ao fato desta possibilitar uma estruturação da entrevista a partir de alguns eixos derivados do problema de pesquisa, mas deixando também aberta a possibilidade de renovar essas problemáticas e a própria forma de interlocução a partir dos elementos trazidos pelo interlocutor de pesquisa; nos termos de Bourdieu (1993 [2001], p. 695) esse método possibilita uma "postura de escuta

ativa e metódica", oposta tanto ao "dirigismo do questionário" quanto à "pura não intervenção" da entrevista não dirigida. Já a análise de mídias digitais se relacionou sobretudo à busca por precisar determinados detalhes que eventualmente não fossem recordados pelos entrevistados, como datas, bem como para complementar as informações apresentadas ao longo da entrevista.

CONTEXTUALIZAÇÃO, APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

1. PARTICIPAÇÃO POPULAR NO SISTEMA PÚBLICO MUNICIPAL DE SAÚDE

O sistema público de saúde municipal em São Paulo, instituído em conformidade com as orientações participativas estruturantes da Constituição Federal de 1988 (CF88), compreende uma importante rede de participação e deliberação popular na gestão das políticas públicas de saúde. As primeiras experiências participativas no município foram, nesse sentido, estabelecidas na gestão petista de Luiza Erundina (1989-1993); após um forte refluxo nas gestões de Paulo Maluf e Celso

Pitta, institutos participativos voltaram a ser instituídos, no caso da saúde, ao final da década de 1990, e ainda assim por indução de legislação federal (COELHO, 2020). Em 1999, na gestão de Celso Pitta (PPB, 1997-2000), o Decreto Nº 38.576 regulamentou a instituição do Conselho Municipal de Saúde, com importante participação de membros de entidades sindicais e movimentos populares de saúde das regiões do município.

Em 2002, por iniciativa da gestão petista de Marta Suplicy (2001-2004), foram instituídos por sua vez pela Lei Municipal Nº 13.325 Conselhos Gestores de Unidades de Saúde nas unidades vinculadas ao SUS, tanto de administração direta quanto indireta, com 50% de representantes de usuários, 25% de representantes dos trabalhadores da saúde e 25% de representantes da direção da unidade respectiva. Como instância intermediária entre o Conselho Municipal de Saúde e os Conselhos Gestores de Unidades de Saúde, foram instituídos por decreto os Conselhos Gestores Distritais de Saúde, incorporados depois às Coordenadorias de Saúde das Subprefeituras na Lei Municipal Nº 13.716.

Dispondo os conselhos de saúde, nos termos desta última lei, de "caráter permanente e deliberativo, destinados ao planejamento, avaliação, fiscalização e controle da execução das políticas públicas e das ações de saúde, em sua área de abrangência", esses conselhos se destacaram como importantes âmbitos de elo entre a gestão das políticas públicas e a sociedade civil organizada. A ação estratégica de movimentos populares frequentemente se orienta à capacidade de eleger, influenciar e pressionar conselheiros e gestores desses equipamentos de saúde. Ao mesmo tempo, como também documentado em nossas entrevistas tanto por lideranças do movimento popular de saúde quanto por dirigentes sindicais da área de saúde, esses conselheiros são em muitas localidades eleitos ou cooptados por máquinas políticas clientelistas locais ligadas à subprefeitura ou por Organizações Sociais de Saúde (OSSs), tendendo assim a se tornar extensões das subprefeituras ou das OSSs e sem dispor de real função de mobilização e fomento à participação popular.

Além disso, as prerrogativas deliberativas dessa rede de institutos participativos se encontram subordinadas a definições mais gerais acerca de orçamento, regime de administração das unidades e carreiras dos servidores públicos, que são definidos pela prefeitura e pela Câmara dos Vereadores. Como exemplificaremos mais adiante, as gestões municipais tucanas de João Dória (2017-2018) e Bruno Covas (2018-2020) se caracterizaram a esse respeito por baixa permeabilidade às demandas de sindicatos e movimentos sociais, com medidas prejudiciais à carreira, condições de trabalho e remuneração de servidores públicos, e com uma intensificação de processos de subcontratação. Além disso, foi uma gestão que reduziu a proporção da aplicação de impostos e transferências em ações e serviços de saúde, e levou a significativo aumento do tempo de espera para exames de especialidades (GOMES, 2020).

2. O MOVIMENTO SINDICAL DE SAÚDE EM SÃO PAULO

No que se refere ao movimento sindical de saúde, há uma divisão entre a rede de contratação direta, por um lado, e a rede terceirizada, por outro. Nesta última, de trabalhadores celetistas, há uma divisão de sindicatos por função, correspondendo às mesmas representações dos trabalhadores da iniciativa privada: o Sindicato dos Médicos de São Paulo (SIMESP), filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT); o Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo (SEESP), também filiado à CUT; o Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem e dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de São Paulo (SinSaudeSP), filiado à Força Sindical; etc. Já no que se refere aos trabalhadores de contratação direta há, como se sabe, disputas de circunscrição, dada a não extensão das regras sindicais celetistas para esse setor, mas o Sindicato dos Servidores

Municipais (Sindsep), ligado à CUT, é um dos mais importantes nessa representação, embora também atue em outros setores, sobretudo o educacional. O SIMESP e o SEESP também têm algumas representações entre médicos do setor público, embora suas convenções coletivas abarquem apenas os médicos do setor privado. Os servidores públicos da saúde não dispõem de mecanismos de convenção coletiva aos moldes da iniciativa privada, mas a Secretaria Municipal de Saúde dispõe de uma Mesa Permanente de Negociação com presença de todos os sindicatos com representação entre os servidores públicos.

A terceirização das unidades de saúde do município, já muito avançada na rede básica e avançando na rede hospitalar, desorganiza a atuação sindical em dois sentidos: primeiro, por desarticular a circunscrição tradicional de representação dos sindicatos de servidores públicos, fragmentando os trabalhadores entre vários sindicatos celetistas (no caso do Sindsep, isso tem se refletido em crescentes discussões de começar a representar, informalmente, trabalhadores das OSSs); em segundo lugar, por, afastando a estabilidade empregatícia, aumentar os riscos envolvidos na agitação trabalhista desse setor, e também na manutenção de uma postura independente por parte do segmento trabalhador nos conselhos gestores de unidades de saúde. A luta contra processos de terceirização é uma importante pauta do sindicalismo de servidores públicos de saúde, para a qual, como discutiremos, o apoio comunitário possui grande importância.

3. LUTAS EM COALIZÃO NA SAÚDE: DESCRIÇÃO DOS CASOS ESTUDADOS

Entrevistamos três lideranças do Sindsep: uma dirigente de base da região do Campo Limpo; a responsável pela pasta de saúde do sindicato; e o Secretário de Política Intersindical e Solidariedade do sindicato. Este último afirmou que as redes de alianças e colaboração do sindicato compreendem principalmente: em primeiro lugar, a federação, confederação e central sindical a que se associam; em segundo lugar, outros sindicatos de servidores públicos, aos quais se juntam em determinadas lutas comuns da categoria; e, por fim, movimentos populares de saúde, no que declara que os principais "elos" com a população são as participações de dirigentes do sindicato em conselhos de saúde. Ao mesmo tempo, de forma mais vaga e indefinida menciona a existência de contatos com lideranças de movimentos de moradia e associações de moradores.

O mesmo dirigente mencionou as seguintes lutas recentes como as principais do sindicato, especialmente no âmbito da saúde: em 2018 e 2019, a greve e as manifestações contra o "SampaPrev" (reforma da previdência dos servidores municipais que começou a

tramitar em dezembro de 2017 e foi aprovada em dezembro de 2018, aumentando a contribuição de seguridade social desses servidores); em abril de 2019, a campanha com paralisação parcial dos trabalhadores do Sistema de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) contra a Portaria 190 da prefeitura que fechou e realocou de forma improvisada bases de atendimento do SAMU; campanha de assistentes de gestão de políticas públicas, agentes de apoio, e assistentes de suporte técnico das autarquias em defesa da valorização da carreira, que chegou a contar com uma greve em novembro de 2019; e, sobretudo no período da pandemia, campanhas contra terceirizações da administração de unidades de saúde (processo intensificado após a aprovação, em meados de 2020, da PL 749, que extinguiu as autarquias municipais, inclusive a Autarquia Hospitalar Municipal), bem como as mobilizações de servidores pela disponibilização adequada de equipamentos de proteção individual (EPIs) e contra a remoção de centenas de trabalhadores da Covisa em agosto de 2020 (Coordenadoria de Vigilância em Saúde).

A luta contra o "SampaPrev", que chegou a contar, segundo seus organizadores, com uma manifestação de mais de 100.000 pessoas em frente à Câmara dos Vereadores em março de 2018, uma

greve de 33 dias após a aprovação no começo de 2019 e atos em frente a gabinetes de vereadores, é um exemplo de uma luta costurada em grande unidade entre diversos setores do sindicalismo de servidores públicos, e que contou com a adesão de diversos militantes partidários e de movimentos sociais. Foi uma luta com importante reverberação na cidade e que, embora não tenha conseguido impedir a aprovação do projeto, conseguiu atrasar seu trâmite e, ao final, levou à instauração de uma mesa de negociações com a prefeitura que obteve algumas concessões mínimas[3].

De qualquer modo, em um contexto de governos (municipal, estadual e federal) fortemente hostis aos sindicatos e movimentos sociais, com projeto neoliberal e de austeridade, as lideranças reconhecem um vetor recente de aproximação entre os sindicatos e movimentos, nos quais a campanha contra o "Sampaprev" foi um momento importante. Por outro lado, persistem dificuldades e eventuais desencontros nas campanhas entre movimento sindical e movimento popular. A greve dos trabalhadores do SAMU, em abril de 2019, é um exemplo de uma campanha derrotada em que, segundo um militante do movimento popular de saúde da região do Campo Limpo entrevistado, houve pouca disposição do Sindsep em incorporar o movimento popular de saúde:

> A SAMU por exemplo: acabaram com as bases da SAMU [...] quando o funcionalismo público, ele não procura o apoio da população, às vezes, lutando sozinho... às vezes não: toda vez... eles vão pra derrota... [...] era pra ter sido uma coisa que tinha sido revertida, o fechamento das bases da SAMU [...] só que a organização deles lá, se levantou uma organização, eu lembro que eu participei de uma plenária [...] eu tinha me colocado à disposição pra poder fazer a discussão junto com a população pra gente lutar com eles... sabe, eles não deram muita bola... aí quando a água bateu no pescoço mesmo que eles vieram, era coisa de 48 horas, 96 horas, pra eles fecharem as bases, aí não deu pra reverter... mas é isso que eu to falando, tem que ter apoio da população... (Dirigente do Movimento Popular de Saúde do Campo Limpo, membro do conselho gestor do Hospital do Campo Limpo, 30/09/2020).

Segundo esse mesmo entrevistado, houve também outras ocasiões em que os sindicatos de saúde mostraram pouca disposição na colaboração com o movimento popular de saúde. Entre meados de 2017 e o começo de 2018, na tentativa da então recém empossada gestão João Dória em extinguir as unidades da Assistência Médica Ambulatorial (AMA) da cidade, houve extensa campanha organizada pelos movimentos populares de saúde contra essa medida, difundindo-se a partir de alguns conselhos gestores, fazendo importantes atos locais a partir da articulação com associações de moradores e lideranças religiosas progressistas, organizando comissões locais de

3 "O governo assumiu o compromisso de não instituição de contribuição previdenciária dos servidores, acima da estabelecida na lei, de 14%. Isso é relevante porque, na proposta do Bolsonaro, esse valor pode ser de até 22%, de acordo com indicação dos estados e municípios.
Em outro ponto, o acordo prevê que não haverá migração dos servidores e servidoras que ingressaram na carreira até a edição da Lei 17.020 para o regime complementar. O regime segue vinculado ao Instituto de Previdência Municipal (Iprem). Já os novos servidores não serão obrigados a entrar no regime complementar do Sampaprev. Seguem vinculados ao Iprem até o teto de R$ 5.845, com desconto de 14%. Para quem ultrapassar esse teto, é possível optar pelo regime complementar. A prefeitura ainda garantiu o pagamento das aposentadorias e pensões, mesmo em caso de problemas na previdência, com o caixa do tesouro municipal.
Sobre os dias de greve, a prefeitura aceitou o pagamento dos dias descontados mediante reposição das horas. Tal pagamento será efetuado em até sete dias com crédito em conta, e não por folha suplementar.
Também ficou acordado um "abono emergencial" para servidores ativos em R$ 200 no nível básico, o do agente de apoio, que ganha R$ 1.182, e R$ 300 para o agente de políticas públicas, que recebe R$ 1.382,50. Também instala a mesa negocial para carreiras, a partir de abril, para negociação salarial com as carreiras diversas" (ARCARY, 2019, online).

acompanhamento junto com parlamentares progressistas e obtendo, a partir de ação do Ministério Público, uma reabertura das unidades de AMAs. No entanto, segundo o líder entrevistado do movimento popular de saúde do Campo Limpo e Jardim São Luís, houve pouca colaboração de sindicatos na campanha: sendo todos esses equipamentos de gestão terceirizada, o Sindsep pouco interviu no processo, enquanto os vários sindicatos das respectivas categorias celetistas também não priorizaram estrategicamente construir essas mobilizações junto aos usuários (embora o SIMESP tenha participado de audiências junto ao Ministério Público e contribuído com o levantamento de denúncias de médicos).

Inversamente, também o dirigente do Sindsep constatou as dificuldades de engajamento do movimento popular em determinadas pautas, como a campanha contra o desmantelamento da Covisa em agosto de 2020:

> No desmantelamento da Covisa, a gente não conseguiu ter os movimentos sociais... você tem lideranças que vão lá trazer o apoio, mas cê não tem um movimento [...] *a relação da Covisa com a população não é direta*, a Covisa é uma vigilância em saúde [...] a gente teve três atos lá, teve representação de movimentos sociais, sim, parlamentares, assim por diante, dando o apoio contrário a esse desmonte, mas não é a mesma coisa... (Dirigente do Sindsep, 03/09/2020).

Outra derrota política do sindicato se refere à luta contra o PL 749, que tramitou em regime de urgência ao longo do primeiro semestre de 2020, foi sancionado em julho de 2020, e regulamentado em agosto. Esse projeto, que extinguiu diversas autarquias e fundações, afetou o setor de saúde principalmente pela extinção da Autarquia Hospitalar Municipal (AHM), que, entre outras funções, administrava onze unidades hospitalares no município, e que passou a ter todas suas funções delegadas à Secretaria da Saúde - segundo o sindicato, a medida deve desorganizar a administração do setor e tem a intenção de acelerar um processo de terceirização das unidades de saúde. Não obstante, o sindicato não foi capaz de organizar mais do que atos simbólicos e uma campanha nas redes sociais e não conseguiu ter grande apoio de movimentos sociais, ainda que o Conselho Municipal de Saúde tenha se posicionado contra a extinção da AHM.

Mas no contexto da pandemia também há casos de campanhas bem-sucedidas através das quais o sindicato sensibilizou a população. Uma luta que se deu paralelamente em diversos hospitais é aquela em defesa da disponibilização adequada de EPIs, na qual a busca, por parte do sindicato e dos ativistas do movimento popular de saúde, pela comoção da população e dos grandes veículos midiáticos com a situação de risco e com as mortes de trabalhadores da "linha de frente" foi fundamental para obter resultados – sobretudo em ano eleitoral. O sindicato conta que além de intensa campanha nas redes sociais e "atos relâmpagos" para denunciar a falta de materiais, o sindicato conseguiu que representantes da grande mídia entrassem nos hospitais para filmar a falta de materiais, o que teve grande impacto. Além disso, a dirigente da pasta de saúde do sindicato exemplifica um criativo repertório utilizado para chamar a atenção da população e comovê-la perante a falta de EPIs:

> Logo no início da pandemia nós orientamos os trabalhadores a uma ação que foi muito importante e muito efetiva. Não tinha máscara e tá lá o paciente pra ser atendido. O trabalhador perguntava pra gente: "o que a gente faz? A gente atende sem máscara?". Não! A gente não atende sem máscara, e a gente também não deixa de atender o paciente. A gente pega um lençol e rasga e faz a máscara do lençol. [...] Você pega o recurso que tá ali, utiliza ele pra não deixar esse paciente sem

> assistência. [...] se você tá num corredor que tem muito paciente, você faz isso e dá um grito: "nós estamos rasgando o lençol para fazer máscara, porque nós estamos sem máscara, e nós precisamos atender você". Então isso fazia com que tinha uma adesão, né, dos pacientes, ali, dos familiares [...] isso teve uma repercussão muito grande, fizemos muito vídeo... (Dirigente do Sindsep, 04/01/2021).

Outra campanha com destaque, conduzida em coalizão com o movimento popular, foi a luta em agosto contra a proposta de terceirização do Hospital do Campo Limpo, a primeira proposta de terceirização apresentada pela prefeitura após a aprovação da extinção da Autarquia Hospitalar Municipal (AHM). Esse hospital, então unidade da AHM, já vinha passando por acentuado processo de "sucateamento", e já vinha se conformando um movimento em sua defesa. Em outubro de 2019, segundo me contou uma liderança do movimento popular de saúde da região, o movimento de usuários, sem articulação com sindicatos, organizou uma importante manifestação contra a precarização do hospital; em novembro, novas iniciativas foram feitas, e o Sindsep se incorporou, trazendo também a pauta da defesa da valorização das carreiras dos assistentes de gestão de políticas públicas e agentes de apoio, que estavam, nesse mesmo período, em greve.

Em agosto de 2020, logo após a aprovação do PL 749, o tema ganhou nova centralidade quando os funcionários do hospital receberam a notícia (às pressas e sem o cumprimento dos devidos ritos legais) da terceirização do Hospital do Campo Limpo para a

Organização Social (OS) Hospital Israelita Albert Einstein, a mesma que já administrava a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) anexa ao hospital. A OS assumiria a maior parte do quadro de funcionários e a gestão dos setores hospitalares mais lucrativos.

Em íntima articulação com o movimento de usuários e o conselho gestor, o sindicato entrou com uma ação no Tribunal de Contas do Município (TCM) e no Ministério Público (MP), organizou plenárias e, junto ao movimento popular, organizou atos visando alertar a população e pressionar as instâncias institucionais. O sindicato incentivou também trabalhadores e pacientes a gravarem vídeos que foram divulgados nas redes sociais.

A prefeitura e a OS seguiram tentando impor o processo "a toque de caixa", e mesmo contra uma resistência inicial dos servidores em passar a gestão do hospital para a equipe da OS, esta conseguiu assumir praticamente todos os setores do hospital, com exceção do almoxarifado e da farmácia. No entanto, os servidores e a população seguiram organizando atos em frente ao pronto socorro e conseguiram, com parecer favorável ao movimento pelo Conselho Gestor da Unidade, pelo Conselho Municipal de Saúde e pelo TCM, reverter a terceirização. A OS abandonou o hospital, segundo a dirigente do Sindsep entrevistada, em situação de grande desorganização e irresponsabilidade com os pacientes.

Os entrevistados contam que, junto com a proposta de terceirização, a prefeitura disponibilizara para a OS recursos para reformas da fachada e de outros equipamentos do hospital, em uma ofensiva para associar a terceirização à melhoria do serviço prestado. Sendo a OS em questão a mesma que administra o famoso hospital particular Albert Einstein no Morumbi, que atende a elite paulistana, a associação entre terceirização e piora no serviço não era natural para a população; mas, para realizar esse convencimento, os líderes do movimento popular ressaltaram o fato de que a UPA anexa ao hospital já era gerida pela OS, e que esta tinha um atendimento muito pior do que o do resto do hospital. Além disso, durante o breve período de implementação da gestão terceirizada no hospital, foram apurados muitos casos de maus tratamentos aos pacientes – segundo a dirigente entrevistada, o Einstein estaria provavelmente contratando os residentes de sua escola de medicina

para fazer o atendimento, sem o acompanhamento necessário de trabalhadores mais experientes. Por fim, os líderes do movimento argumentavam também que as unidades da rede hospitalar de administração terceirizada eram, em geral, hospitais de "porta fechada", ao contrário daquelas de administração direta, como a do Campo Limpo.

Lideranças religiosas progressistas, o "Ponto de Cultura Casa dos Meninos" no Jardim São Luís, a Associação Nova União do Promorar, a Associação da Vila Prel, militantes partidários, lideranças parlamentares e movimentos como o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST, que tem ocupações importantes na Zona Sul da cidade) foram importantes colaboradores militantes nesse movimento. O SIMESP também participou desse processo.

Por outro lado, o movimento contra a terceirização enfrentou oposição ativa de outros setores da sociedade civil na região, a exemplo do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde, descrito por um entrevistado do movimento popular de saúde como um sindicato "pelego" e cujo dirigente depois se lançou como candidato. No mesmo sentido, outras associações de moradores da região são ligadas a vereadores da base da prefeitura, constituindo importantes máquinas políticas clientelistas locais e que obviamente não apoiaram a mobilização contra a terceirização – ainda que uma dirigente sindical entrevistada conte que, em um evento local com a participação do prefeito e um influente vereador governista, o sindicato tenha ido fazer uma agitação da defesa do hospital e tenha conseguido angariar apoio entre moradores que assistiam ao evento.

A vitória contra o processo de terceirização do Hospital do Campo Limpo expressa que, embora os movimentos sindicais e populares não tenham sido capazes de organizar uma grande campanha municipal contra a PL 749 ou contra o "desmonte" da Covisa, houve casos de resistências locais bem-sucedidas à terceirização. Os entrevistados mostravam-se conscientes de que essa vitória não significava uma reversão total da estratégia de terceirização da prefeitura, mas essa campanha foi descrita, pelos entrevistados, como uma luta muito importante e um "fôlego" em um contexto de muitas derrotas.

Por outro lado, reconhecem que a aliança entre os usuários e o sindicato, tão importante para essa vitória, não se repete em outras regiões da cidade:

> Ali tem uma ligação viva, né, é constante... isso a gente tem dificuldade em outros hospitais... e o que ta acontecendo no Campo Limpo aconteceu nos outros, mas aí você tem uma dificuldade tanto de sindical, do trabalhador, quanto na ligação com o movimento... que nem: se você quiser depois acompanhar, semana que vem (...) a gente vai fazer no Hospital XXIII, ali na Mooca, no Tide Setúbal [em São Miguel Paulista], manifestações contrárias a essas terceirizações... mas não é o mesmo patamar que ocorreu no Campo Limpo... então pra nós hoje o Campo Limpo é um exemplo, de juntar o movimento social, popular, com o movimento sindical, que é a luta dos trabalhadores da unidade, que deu positivo (Dirigente do Sindsep, 03/09/2020).

Travamos conhecimento também com outros movimentos locais na cidade, em nossa entrevista com ativistas da Zona Norte e da Zona Oeste da cidade, que organizaram campanhas importantes durante a pandemia. Na região da Brasilândia, uma das mais duramente atingidas nos primeiros meses da pandemia, a frente Brasilândia Pede Socorro (que teve como principal impulsionador o Diretório Zonal do PT da região) organizou iniciativas pela abertura integral do Hospital Municipal da Brasilândia, há muitos anos paralisado por obras e de inauguração apenas parcial recente, bem como organizou atos pela abertura de novas UBSs em regiões há muito desatendidas do distrito, como no Jardim Damasceno. Nesses movimentos, houve também adesão de sindicatos (sobretudo

apoio de estrutura material e apoio de dirigentes), mas o ativista local que entrevistei destacou, sobretudo, a adesão de uma ampla rede de organizações da Brasilândia que articulava, desde o começo da pandemia, ações de assistência social na região (Rede Brasilândia Solidária), mas que não tinha grande histórico de atuação reivindicativa até então. Essa aproximação ajudou a dar peso para a campanha pela reabertura do Hospital da Brasilândia.

Ativistas da Frente Brasilândia Pede Socorro também compuseram, junto a militantes do movimento popular de saúde da Zona Oeste, sindicatos de saúde, militantes partidários, e também organizações como a rede de comunicação Observatório Vila Leopoldina, uma campanha pela reabertura integral do Hospital Sorocabana (na Lapa), pauta histórica e que, no contexto da pandemia, viu condições para sua efetivação. Esse hospital, que seria importante para o atendimento da população da região Noroeste, também há muito tempo funciona em nível muito aquém de sua capacidade, sob pretexto de um imbróglio judicial entre estado e município.

Tanto no caso do Sorocabana quanto do Hospital da Brasilândia, a prefeitura foi alvo de críticas por direcionar muitas verbas à abertura de hospitais de campanha enquanto uma série de equipamentos públicos permanentes eram sub-utilizados. A partir de julho, esses movimentos conseguiram que a prefeitura não renovasse os contratos com as empresas dos hospitais de campanha e, em vez disso, abrisse novos leitos nos referidos hospitais municipais subutilizados. No caso do Sorocabana, houve intercessão pela abertura do Hospital não apenas por vereadores ligados à esquerda. No entanto, mais recentemente, com a solução judicial do imbróglio quanto ao nível administrativo do hospital, um vereador do PTB envolvido nessa pauta aventa positivamente a possibilidade da reforma do hospital ser conduzida em Parceria Público-Privada – nesse último caso, o hospital seria administrado por uma Organização Social[4], contra a proposta dos sindicatos.

4. LUTAS EM COALIZÃO NA SAÚDE: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No setor de serviços públicos, incluindo os serviços de saúde, existem importantes particularidades favoráveis ao desenvolvimento de coalizões. Os trabalhadores de serviços públicos, como os da saúde, são inerentemente enredados na vida comunitária, espacial e funcionalmente. A qualidade de suas condições de trabalho é, em muitos âmbitos, diretamente proporcional à qualidade do serviço que prestam. Não é de se espantar, portanto, que seja maior a ocorrência de casos de *mútuo interesse* entre movimento popular e movimento sindical nessas categorias, como argumenta Tattersall (2006).

Não obstante, gostaríamos de ressaltar que não se deve considerar que a relação direta dos trabalhadores de serviços públicos com a população implique em uma relação *automática* com seus movimentos. Medidas como a terceirização do Hospital do Campo Limpo, ou a subutilização dos hospitais Sorocabana e da Brasilândia, ou a falta UBSs, ou o fechamento de bases do SAMU, ou o fechamento de AMAs, ou o fechamento da Covisa, etc., não apenas impactam de forma diferenciada o segmento usuário e o segmento trabalhador, como os "interesses" não podem ser considerados como dados espontânea e inequivocamente, como se existissem sistemas dados de classificação e uma única racionalidade abstrata. A percepção dos "interesses" é ativa e processualmente construída ao longo das lutas sociais e mobilizações. A atuação conjunta e profunda entre trabalhadores e a população, por exemplo, pode ajudar a gerar um conjunto de classificações e discursos partilhados, e disposições políticas análogas.

4 Ver entrevista do vereador Paulo Frange (PTB) para o Observatório Leopoldina (2020)

O tema da terceirização é um bom exemplo a esse respeito: a perspectiva de que a terceirização gera piora no serviço certamente não é automática na população usuária. Mas a existência de tradições de luta conjuntas pode ajudar a difundir, do movimento sindical para o movimento popular, as percepções de que as terceirizadas têm interesse apenas em lucrar com os contratos, portanto apenas diminuir os custos do serviço; de que podem coagir os funcionários a não denunciarem más condições de serviço, na medida em que não há estabilidade empregatícia; etc.

As tradições locais de luta que geram essas disposições políticas partilhadas se expressam nos territórios. Assim, vimos como os dirigentes do Sindsep se referiam com preocupação às perspectivas de luta contra a terceirização em outras regiões da cidade: porque ao contrário do Campo Limpo, essas regiões não dispõem de um forte movimento popular de saúde ligado ao movimento sindical, conselhos gestores progressistas, etc. Constituem-se assim *tradições territorializadas de luta*. A ideia de que há, nas diversas escalas espaciais que se examine, determinadas tradições de luta, sedimentada nas estruturas organizativas de sindicatos e movimentos sociais, nas relações mútuas entre eles e nos discursos que partilham (ou não partilham), é discutida com mais detalhes por Nowak (2019). Nossa pesquisa nos sugere que essas tradições podem ser encontradas inclusive "abaixo" do nível "municipal", a partir das trajetórias singulares de lutas dos bairros.

Para cada território da cidade, seria interessante tarefa mapear a formação das tradições locais de luta. No caso do Campo Limpo, por exemplo, a coordenadora de base da região, que entrevistamos, apresenta que, quando assumiu essa tarefa no sindicato, já na segunda metade da década de 2010, sua antecessora já havia, há décadas, lutado para construir um movimento sindical articulado com movimentos sociais na região; além de militante sindical, essa dirigente fora do movimento eclesial de base da região. Esse "coenvolvimento" de um mesmo ativista em diversos movimentos distintos parece ser um importante vetor de fortalecimento dos movimentos e de integração entre eles, e foi um tópico que apareceu, além desse, em outros momentos da pesquisa.

Se certamente uma tradição espacial específica de luta não pode ser atribuída à trajetória de uma única pessoa, por outro lado as trajetórias individuais de ativismo expressam as relações (histórico-geograficamente específicas) estabelecidas entre, nos termos de Mathieu (2019), o "campo sindical" e o "espaço dos movimentos sociais". Ao mesmo tempo, embora a conformação de tradições espaciais de luta tenha um efeito sobre as possibilidades de lutas futuras nesses territórios (ou seja, há um tipo de *path-dependency*), há sempre a possibilidade de aproveitar determinadas oportunidades políticas para criar novas relações e alterar configurações tradicionais - é o caso da forma como o movimento de saúde da Brasilândia conseguiu incorporar movimentos sem grande tradição reivindicativa prévia em suas mobilizações em defesa da reabertura integral do hospital na região.

De qualquer modo, em geral, mesmo no interior do movimento de saúde e em se tratando de sindicatos cutistas (tradicionalmente críticos, portanto, a um estreito corporativismo sindical) segue havendo grandes desafios no que tange às coalizões. A maioria das coalizões é *ad hoc*, com sindicatos dando apoio estrutural ou recebendo apoio militante dos movimentos. Mesmo em casos em que há impacto direto às comunidades, muitas vezes os sindicatos mostraram pouca disposição em incorporar o movimento popular aos espaços deliberativos, o que reduz a capacidade de engajamento destes. Um dirigente entrevistado afirmou que, em geral, a diretoria do sindicato determinava iniciativas e cabia aos diretores de base em cada caso avaliar se seria possível ampliar essas iniciativas com o apoio de movimentos locais, ou então apenas se somava "em apoio", geralmente de estrutura, a iniciativas convocadas independentemente pelo movimento popular; embora no caso do Campo Limpo, excepcionalmente, as deliberações tenham sido conduzidas conjuntamente, através das reuniões do conselho gestor e de outras plenárias envolvendo tanto trabalhadores quanto usuários.

Mas mesmo em importantes coalizões *de apoio mútuo* – segundo tipologia de Tattersall 2006; 2013) –, com importante capacidade de mobilização e eventualmente de sucesso, como no caso do Hospital do Campo Limpo, segue havendo desafios do ponto de vista da continuidade e organicidade dessas coalizões. Por exemplo: muitos dos fóruns permanentes do movimento popular, fundamentais para circular pautas, *expertises* e experiências de ativismo não contam com participação orgânica de sindicatos. É o caso, mencionado por um dos entrevistados, do "Fórum do Fundão" da M'boi Mirim, que congrega diversos movimentos (de moradia e regularização fundiária, de saúde, de cultura, de meio ambiente, educação, de esporte) que atuavam na região, de modo que, mesmo mantendo cada um suas próprias "especialidades", pudessem se apoiar mutuamente e potencializar as lutas locais. Tal frente de atuação conseguiu diversos avanços sociais na comunidade referida.

Um dos dirigentes entrevistados mencionou que uma atuação excessivamente orientada para os movimentos sociais poderia ter como resultado insatisfações na base, que possui tendências corporativistas e que, portanto, é necessário equilibrar a orientação societal mais ampla com as pautas específicas. Ao mesmo tempo, os dirigentes entrevistados caracterizam a existência de uma tendência de aproximação entre sindicatos e movimentos na atual conjuntura. Em parte, reconhecem essa tendência como relacionada ao esvaziamento dos espaços institucionais participativos, que permitiam que cada movimento pudesse apresentar e viabilizar, separadamente, suas demandas perante as autoridades. Segundo os entrevistados, antes da atual gestão, ainda que ocorressem mobilizações, havia maior equilíbrio entre a *mobilização,* por um lado, e *advocacy* em espaços institucionais, por outro. Um dos dirigentes do Sindsep entrevistados ressalta, por exemplo, que embora o governo Haddad (2013-2016, PT) tivesse também avançado na terceirização de muitas unidades de saúde, ele mais facilmente se dispunha a recuar em casos em que o movimento de saúde local se expressasse e mobilizasse contrariamente, ainda que não fossem mobilizações necessariamente "de massas".

Frente à atual intransigência do Poder Executivo, cada vez mais ganha prioridade no repertório de estratégias institucionais dos sindicatos e movimentos sociais de saúde também o apoio de parlamentares progressistas e mesmo recursos a agências jurídicas como o MP e o TCM, o que já se exprime em alguns dos casos mencionados. Mas a possibilidade desses recursos funcionarem se relaciona também à possibilidade do movimento com eficácia chamar a atenção da população e das autoridades locais à situação que se denuncia, de modo que formas de mobilização devem ganhar importância, em particular campanhas em coalizão. Essas mudanças estratégicas podem ser descritas, nos termos de Milkman (2015), como um ganho de importância do *outside game* com relação ao *inside game* (duas das facetas essenciais e distintivas da atuação dos sindicatos enquanto *players* estabelecidos), devido a uma crise de espaços institucionais de participação do sindicalismo.

Em um contexto de pandemia e isolamento social, os dirigentes entrevistados ressaltam que os atos convocados não tinham como principal objetivo se massificar, mas conseguir chamar a atenção e conversar com a população em um contexto em que enorme parcela desta não teve condições necessárias para cumprir o isolamento social. A dirigente da pasta de saúde do Sindsep define esses atos como "relâmpagos" e descreve um cuidado permanente por parte de todos os trabalhadores envolvidos nesses atos em deixar claro à população que não se tratava de greves ou transtornos com fins corporativistas e que os trabalhadores *querem* atender a população adequadamente.

A pandemia impactou também outros repertórios de ação coletiva. Segundo ativistas com quem conversei, o movimento deixou, nos primeiros meses de pandemia, de usar cartas abertas e panfletos. Pude ver, nas redes sociais, novos repertórios criativos usados para abordar a população em alguns momentos, como a distribuição de máscaras. A atuação nas redes sociais teve também grande importância, por exemplo, via divulgações das iniciativas em grupos de bairro no Facebook, ou a

divulgação de vídeos de trabalhadores e usuários acerca do hospital que tiveram boa repercussão nas redes sociais na campanha do Hospital do Campo Limpo e outras campanhas pela disponibilização de EPIs.

A respeito da persistente política de terceirização da rede hospitalar pela gestão municipal, é importante observar uma atualização quanto ao caso do Hospital do Campo Limpo. Em janeiro de 2021, ainda em meio à pandemia, a prefeitura anunciou a demissão de dezenas de trabalhadores desse hospital que haviam anos antes sido contratados em regime de emergência e cujos contratos há muito tempo haviam expirado. A dirigente do Sindsep com quem voltamos a conversar após o ocorrido argumentou que o sindicato não teria condições de lutar pelo emprego desses trabalhadores, devido à situação de irregularidade dos contratos, mas buscaria garantir que eles tivessem acesso a todos seus direitos de seguridade. Frente a essa situação: a demanda do sindicato, para além de uma reposição rápida da força de trabalho de modo a evitar a sobrecarga dos funcionários e a piora do serviço, é a substituição desses trabalhadores por concursados; mas a dirigente afirma que "temos consciência de que a conjuntura não favorece concurso". A proposta da prefeitura, segundo caracteriza o sindicato, é a substituição desses funcionários por trabalhadores terceirizados, em um novo convênio com a Organização Social Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" (CEJAM), que já é responsável pela contratação de uma parte dos funcionários auxiliares do hospital. Isso pode confirmar a hipótese, já aventada pela dirigente em entrevista realizada em setembro/2020, que frente ao revés na tentativa de terceirização da gestão do hospital a Prefeitura tentaria avançar com a terceirização de forma gradual, subcontratando os funcionários de determinadas alas hospitalares, etc. Essa realidade ressalta o caráter "parcial" das vitórias do movimento de saúde em um contexto hostil à ação coletiva.

CONCLUSÃO

Para analisar as estratégias de coalizão do movimento de saúde, foi necessário analisar brevemente o contexto político-institucional em que a crise pandêmica impactou o sistema de saúde da cidade de São Paulo. Embora dispondo de uma importante rede de espaços institucionais de participação, o movimento sindical de saúde e os movimentos populares de saúde dos distritos da cidade se encontram perante uma gestão municipal pouco permeável à sociedade civil e com projetos sistemáticos de subcontratação de unidades de saúde e desvalorização do quadro de servidores. Na pandemia, esses projetos não foram alterados: para além da extinção da Autarquia Hospitalar Municipal e tentativa de terceirização do Hospital do Campo Limpo, houve o processo de "desmonte" da Covisa e sindicatos relataram insuficiência no fornecimento de EPIs.

Esses projetos, que se expressaram com particular agudeza na pandemia, já vinham sendo aplicados há alguns anos e impactam não apenas a qualidade do serviço e das condições de trabalho, mas também a organização sindical, sobretudo reduzindo a circunscrição oficial de sindicatos de servidores públicos e aumentando a vulnerabilidade dos trabalhadores desse setor a demissões e à coerção patronal. Para fazer frente a esses processos, sindicatos como o Sindsep já vinham recorrendo a estratégias de coalizão, mesmo que frequentemente com limites no que se refere à profundidade e permanência dessas coalizões. No contexto pandêmico, essas campanhas em coalizão puderam se aproveitar também da maior comoção social-midiática para aumentar sua adesão e reverberação, o que pode ser descrito como o uso estratégico de "oportunidades políticas" para a mobilização (MCADAM, TARROW, TILLY, 2001). Trata-se, em primeiro lugar, de comoções entre os próprios trabalhadores, que em muitos casos impeliu-os à mobilização, como o falecimento de colegas por Covid-19. Além disso, trata-se da comoção da população em geral, à qual apelaram os movimentos

para avançar em demandas históricas dos movimentos populares de saúde dos territórios, como pela reabertura integral dos hospitais Sorocabana e da Brasilândia, ou na luta contra a terceirização do Hospital do Campo Limpo, ou nas campanhas pela disponibilização de EPIs, que obtiveram alguns resultados favoráveis. Essa "mobilização da comoção" deve ter se beneficiado ainda da proximidade do ano eleitoral para mais eficazmente sensibilizar atores institucionais. Além disso, ao contrário das remoções da Covisa e do PL 749, que exigiam um grande enfrentamento de abrangência municipal, essas iniciativas territoriais puderam se valer de determinadas tradições locais de luta como a da região do Campo Limpo, ou se ampliar pela incorporação de frentes locais sem grande trajetória reivindicativa prévia, como a Rede Brasilândia Solidária, em um bairro de forte comoção por ser então um dos mais atingidos pela pandemia.

Apelos ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Município foram importantes, tal como o apoio de alguns parlamentares e de movimentos sociais não diretamente ligados à pauta da saúde (movimentos de moradia, associações de moradores, etc.). Em todos os casos, ainda, chamar a atenção da grande mídia foi fundamental para os resultados alcançados, e um elemento consciente das estratégias adotadas. Importante, ainda, foram o compartilhamento de conteúdos nas redes sociais e a realização de pequenos protestos, "atos-relâmpago" e outras performances. Essas estratégias e repertórios reforçam o fato de que a ação sindical não se restringe necessariamente a greves (sobretudo em um contexto pandêmico em que, ademais, qualquer tentativa de greve do setor de saúde geraria imenso desgaste com a opinião pública), podendo aproximar-se em alguns casos dos repertórios de ação tipicamente associados aos movimentos sociais (TILLY, 2010).

Entre os casos analisados durante a pandemia, importa ressaltar que há aqueles envolvendo pautas "defensivas" (como contra a terceirização do Hospital do Campo Limpo), casos envolvendo pautas "propositivas" (como a luta pela abertura integral de hospitais) e casos ao mesmo tempo defensivos e propositivos (como a luta pelo oferecimento de mais equipamentos de proteção individual). Em todo caso, não podem ser analisados em separado do contexto de políticas públicas de saúde da atual gestão municipal.

Por fim, gostaríamos de mencionar duas linhas de pesquisa que podem trazer úteis complementos aos resultados aqui expostos: primeiramente, a comparação entre as formas de mobilização e organização dos servidores das unidades de administração direta, como os representados pelo Sindsep, com aquela dos trabalhadores de unidades de saúde subcontratadas, mais vulneráveis. Em segundo lugar, a comparação das mobilizações de servidores de saúde com trabalhadores de outros ramos do serviço público também duramente impactados pela pandemia, como o setor educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCARY, Gabriel. Greve dos Servidores em São Paulo Chega ao Fim Com Acordo e Assembleia Dividida, **Rede Brasil Atual**. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2019/03/greve-dos-servidores-em-sao-paulo-chega-ao-fim-com-acordo-e-assembleia-dividida/>/. Publicado em: 8 mar. 2019. Acesso em: 13 mar. 2021)

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado:** trabalho e neoliberalismo no Sul Global. São Paulo/SP: Boitempo Editorial, 2017.

BREMAN, Jan; HARRIS, Kevan; LEE, Ching Kwan; LINDEN, Marcel van der. The Social Question All Over Again. *In*: BREMAN, Jan; HARRIS, Kevan; LEE, Ching Kwan; LINDEN, Marcel van der. **The Social Question in the Twenty-First Century**, California University Press, 2019, pp. 1-22.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. *In:* BOURDIEU, Pierre (org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, pp. 693-732, 2001 [1993].

COELHO, Rony. A participação institucional em São Paulo: Trajetória e a experiência no governo Haddad (PT, 2013-16). **Revista Brasileira de Ciência Política**, *[s.l.],* n. 31, p. 257-300, 2020.

FREGE, Carola; HEERY, Edmund; TURNER, Lowell. The New Solidarity? Trade Union Coalition-Building in Five Countries. *In*: FREGE, Carola; KELLY, John (eds.). **Varieties of Unionism:** Strategies for Union Revitalization in a Globalizing Economy. Oxford: Oxford University Press. 2004.

FREGE, Carola; KELLY, John. Union Revitalization Strategies in Comparative Perspective. **European Journal of Industrial Relations,** *[s.l.],* vol. 9, n. 1, p. 7-24, 2003.

GOMES, Rodrigo. "Saúde em SP não melhora com Covas, que cortou verba e desmontou serviços públicos". **Rede Brasil Atual**. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/10/balanco-governo-covas-saude/. Publicado em: 27 out. 2020. Acesso em: 13 mar. 2021.

IBSEN, Christian Lyhne; TAPIA, Maite. Trade union revitalisation: Where are we now? Where to next? **Journal of Industrial Relations**, *[s.l.],* vol. 59, n. 2, p. 170-191, 2017.

MATHIEU, Lilian. The space of social movements. **Social movement studies**, *[s.l.],* vol. 20,n. 2, p. 1-15, 2019.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MCALEVEY, Jane. **No Shortcuts**: Organizing for Power in the New Gilded Age. Oxford: Oxford University Press, 2016.

MILKMAN, Ruth. The Double Game of Unions and the Labor Movement. *In*: DUYVENDAK, Jan Willem; JASPER, James M. **Players and arenas:** The interactive dynamics of protest. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2015.

NOWAK, Jorg. **Mass Strikes and Social Movements in Brazil and India**: Popular Mobilization in the Long Depression. London: Palgrave Macmillan. 2019.

OBSERVATÓRIO LEOPOLDINA. **Podcast – Obs**. Disponível em: <https://soundcloud.com/user-632735597-165569564/podcast-obs-27nov2020?fbclid=IwAR1RlGQFq-Sv1yge4lWjnTGy-FWx8rvIO6HnFZ67Dzjoa0kkNhBQyQB7qvTc>. Publicado em: 27 nov. 2020. Acesso em: 13 mar. 2021.

TATTERSALL, Amanda. Bringing the community in: possibilities for public sector union success through community unionism. **International Journal of Human Resources Development and Management**, *[s.l.],* vol. 6, n. 2-4, p. 186-199, 2006.

_____. There Is Power in Coalition: A framework for assessing how and when union-community coalitions are effective and enhance union power. **Labour & Industry**, *[s.l.],* vol. 16, n. 2, p. 97-112, 2013.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. Brasília: **Revista Brasileira de Ciência Política**, *[s.l.],* n. 3, p. 133-160, 2010.

AS ILUSÕES DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO SÉCULO XXI DE SÃO PAULO A BUENOS AIRES: UMA HOMENAGEM AO PROFESSOR FLÁVIO VILLAÇA[1]

Recebido em 29/01/2021, aprovado em 22/03/2021
10.30612/mvt.v8i14.15030
Guilherme Giuliano Nicolau[2]
Ivan Augusto Alves Pereira[3]
Claudia Fabiana Guebel[4]

RESUMO: Neste artigo, objetivamos uma análise comparativa sobre participação popular em metrópoles latino-americanas. Especificamente, comparamos a participação popular em audiências públicas nas cidades de São Paulo, em 2014, e Buenos Aires, em 2018. Metodologicamente, através da observação participante, acompanhamos audiências públicas relativas aos códigos urbanísticos das duas cidades, nos anos indicados, para estabelecer diferenças e similaridades entre as duas experiências e realizamos levantamentos históricos de ambas cidades em relação ao tema. Concluímos que, a despeito dos avanços em termos normativos com relação à cidadania, as condições históricas para seu exercício são desfavoráveis tanto em lugares de participação mais avançada como em Buenos Aires ou mesmo nos avanços recentes em São Paulo.

Palavras-chave: Participação popular. Metrópoles latino-americanas. Audiências públicas. Urbanismo.

THE ILLUSIONS OF POPULAR PARTICIPATION IN THE 21ST CENTURY FROM SÃO PAULO TO BUENOS AIRES: A TRIBUTE TO PROFESSOR FLÁVIO VILLAÇA

ABSTRACT: In this article, we present a comparative analysis of popular participation in Latin American metropolises. Specifically, we compare popular participation in public hearings in the cities of São Paulo, in 2014, and Buenos Aires, in 2018. Methodologically, through participant observation, we follow public hearings related to the urban codes of the two cities, in the indicated years, to establish differences and similarities between the two experiences and we carried out historical surveys of both cities in relation to the theme. We conclude that, despite advances in normative terms regarding citizenship, the historical conditions for its exercise are unfavorable both in places of more advanced participation such as Buenos Aires or even in recent advances in São Paulo.

1 Flávio Villaça foi professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e trabalhou por 15 anos na Secretaria Municipal de Planejamento da Cidade de São Paulo. Urbanista materialista e crítico tinha seu trabalho reconhecido pelos seus pares. Faleceu aos 91 anos, em 29 de março de 2021. Ver mais em ArchDaily (2021).

2 Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. Contato:ggnicolau@usp.br
3 Arquitetura, Universidade Belas Artes (SP). Contato: ivanalves@gmail.com
4 Facultad de Filosofia y Letras – Universidade de Buenos Aires (UBA). Contato: claudiaguebel@yahoo.com

Keywords: Popular participation. Latin American metropolises. Public Hearings. Urbanism.

LAS ILUSIONES DE LA PARTICIPACIÓN POPULAR EN EL SIGLO XXI DE SÃO PAULO A BUENOS AIRES: UN HOMENAJE AL PROFESOR FLÁVIO VILLAÇA

RESUMEN: En este artículo, apuntamos a un análisis comparativo de la participación popular en las metrópolis latinoamericanas. Específicamente, comparamos la participación popular en audiencias públicas en las ciudades de São Paulo, en 2014, y Buenos Aires, en 2018. Metodológicamente, a través de la observación participante, seguimos las audiencias públicas relacionadas con los códigos urbanos de las dos ciudades, en los años indicados, para establecer diferencias y similitudes entre las dos experiencias y realizamos relevamientos históricos de ambas ciudades en relación al tema. Concluimos que, a pesar de los avances normativos en materia de ciudadanía, las condiciones históricas para su ejercicio son desfavorables tanto en lugares de participación más avanzada como Buenos Aires o incluso en avances recientes en São Paulo.

Palabras-clave: Participación popular. Metrópolis latinoamericanas. Audiencias públicas. Urbanismo.

INTRODUÇÃO

Na intersecção entre mundos do trabalho e movimentos sociais, uma temática que tem sido particularmente relevante é o direito à cidade e, por extensão, a relação entre trabalhadores(as) e os governos municipais. Desta forma, analisar como são estabelecidos os códigos urbanísticos das cidades em sua relação com os movimentos sociais, é particularmente relevante para pensar o trabalho. Ora, se um(a) trabalhador(a) deve se locomover longas distâncias para chegar em seu local de trabalho, então sua saúde, bem-estar, remuneração e etc. devem estar ligados ao acesso ao transporte público de qualidade. Embora essa discussão extrapole questões relacionadas estritamente ao comumente debatido na Sociologia do Trabalho (remuneração, jornada, previdência e etc.), é fundamental para repensar as fronteiras entre trabalho e cidade, renda e casa, público e privado.

Esse debate é relativamente novo no campo da Sociologia. Em primeiro lugar, no campo dos debates dos novos movimentos sociais pós Maio de 68 (ver, por exemplo, as produções de Touraine), prevaleceu certa ideia de equivalência entre trabalho e outras categorias sociológicas supostamente fundamentais, como ecologia. Decretou-se, inclusive, "o fim do trabalho" ou "adeus ao proletariado" (GORZ, 1982). Em segundo lugar, os debates acerca das "outras categorias", como raça e gênero, frequentemente apaga a centralidade do trabalho, ou mesmo da classe. Por fim, ter como referência Maio de 68 no campo da Sociologia nos convida a pensar formas eurocentradas de movimentos sociais. Ao unir movimentos sociais e trabalho nos debates sobre planejamento urbanístico e relações municipais, buscamos minimamente questionar essas premissas.

Nosso trabalho tem como objetivo estabelecer uma comparação da participação popular em duas grandes cidades da América Latina: São Paulo (2014) e Buenos Aires (2018). Nossas observações têm origem em pesquisa de campo que acompanhou as audiências públicas realizadas para aprovação de seus respectivos códigos urbanísticos na última década.

Cabe-nos descrever a divisão de nossa pesquisa. Partimos por delimitar nosso marco teórico sobre o que entendemos por participação política, a partir de trabalhos recentes que buscam entender o que se convencionou chamar "novíssimos movimentos sociais" que, apesar de ensaiado anteriormente, veio a confirmar-se com mais proeminência a partir dos anos 1990 em contraposição às reformas

neoliberais. Em seguida, aplicaremos esse entendimento primeiramente à cidade de São Paulo e, em seguida, à cidade de Buenos Aires para então realizar comparações entre as duas experiências por aproximações e distanciamentos. Para isso nos utilizamos da "observação participativa", já que em Buenos Aires estivemos presencialmente nas audiências e nas articulações dos movimentos sociais sobre as questões da cidade, junto à Universidade de Buenos Aires e ao *Observatorio del Derecho a la Ciudad*; no caso de São Paulo, também estivemos presentes nas ações dos movimentos sociais pelo Direito à Cidade, principalmente os movimentos autonomistas ligados ao Comitê Contra a Copa, mas também como urbanista e funcionário da Prefeitura durante as audiências públicas do Plano Diretor da gestão Fernando Haddad. Por fim, tecemos nossas considerações finais.

TEORIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Desde o surgimento do Estado Democrático de Direito, um novo entendimento passa a operar entre povo e poder, através de mecanismos de representação que estabelecem a relação entre sociedade civil e Estado. É nessa operação entre poder constituído e poder constituinte, que descreveremos a periodização dos movimentos sociais. Richard Day (2006) separa a prática dos movimentos sociais em três momentos.

Primeiramente, temos os Velhos Movimentos Sociais, característicos dos movimentos do século XIX até meados do século XX. Ele opera o antagonismo de classes para conquista da hegemonia, ou seja, conquista do Estado, como instrumento coercitivo que garanta a universalização das demandas frente aqueles que não consentem. Isso significa que somente funciona através de formas hierarquizadas (DAY, 2006, p. 718), um grupo dominante que alcança a hegemonia na sociedade civil, conquistando o aparato coercitivo do Estado que tem primazia sobre processos consensuais: "Nenhuma hegemonia sem poder estatal; nenhum poder de estado sem hegemonia" (DAY, 2006, p. 721).

Em seguida, temos os Novos Movimentos Sociais, característico dos movimentos sociais dos anos 1960 a 1980. Eles também operam por antagonismo e por disputa por hegemonia, mas é mais difuso por cada movimento demandando algo específico dentro uma miríade de opressões (racismo, machismo, homofobia, colonialismo e etc.) que não são reduzidas à classe. As atenções transitaram para as políticas da vida cotidiana e transformação individual (DAY, 2006). Esse novo tipo de movimento é reformista: demanda e pressiona para que o sistema liberal incorpore demandas específicas à sua agenda é de protesto e reforma. É nesse momento que se incorporam mecanismos de participação como de audiência pública[5]: incorporam-se as demandas da sociedade civil, *mas sem a participação administrativa em sua execução*. A orientação ainda é para o Estado, mas agora limitada aos grupos e suas demandas, mais que um grupo dominante com programa universalizante. Essa política do reconhecimento entra em uma razão circular que, ao mesmo tempo que demanda, reconhece o mesmo poder que oprime:

5 Mecanismos de participação direta eram conhecidos na Inglaterra desde o séc. XVI, apesar de raramente serem empregados. É conhecido como parte da organização de uma comunidade com o povoamento nos Estados Unidos (EUA), na Nova Inglaterra, através dos chamados 'Town Meetings'; havia diversos outros mecanismos expressos de participação política de diferentes qualidades. Porém, a audiência pública em seu formato moderno é conhecida por ter sido utilizada para o caso dos anarquistas de Chicago condenados na década de 1920, com Roosevelt. De qualquer forma, passou a ser mais recorrente no pós-guerra, em casos que se tornaram emblemáticos como no período do Mccartismo de perseguição aos comunistas e também na política de "tolerância zero" do prefeito de Nova Iorque, tendo como um de seus alvos a "máfia" italiana. De qualquer forma, lembramos que foi também em grande medida utilizada pelo movimento dos direitos civis, nos anos 1960 em diante. Tais mecanismos de participação foram ainda mais ampliados a partir da década de 1990, quando também passaram a ser incorporados em diversas cidades do mundo, como São Paulo e Nova Déli. Para mais, buscar o trabalho de Williamson e Fung (2004; 2005).

> Os NSMs se afastaram da política de coerção / consentimento de Lenin e Gramsci, para um território de hegemonia pelo que parece ser puro consentimento, ou seja, para o território da reforma liberal. Em vez de buscar o poder do Estado, os grupos subordinados começaram a se concentrar mais em persuadir uma formação hegemônica existente a alterar o funcionamento de certas instituições, ou infiltrar essas instituições com um conjunto diferente de valores e, assim, construir uma contra-hegemonia (DAY, 2006, p. 727).

Por fim, temos os Novíssimos Movimentos Sociais, característico do movimento anti-globalização, dos anos 1990, como também dos movimentos que surgiram após a crise de 2008-2013. Eles são difusos como os Novos Movimentos Sociais, mas não buscam o reconhecimento ou a hegemonia via Estado; são uma constelação de singularidades (multidão) que agem em três níveis: resistência, insurreição e poder constituinte. Resumindo, agem pela ação direta para a constituição de "comunidades por vir" (política prefigurativa), estabelecendo uma negação da hegemonia, ou mesmo uma contra-hegemonia, constituindo um *dual-power*. Ou seja, constroem comunidades autônomas e em resistência, que operam – internamente como entre as lutas amigas – por outras normas que são a da afinidade, para ensaiar e constituir experiências que passam por fora do poder constituído. Eles buscam menos a irradiação no sistema de Estados e corporações e focam nas possibilidades oferecidas pelo deslocamento e substituição desse sistema (DAY, 2006, p. 719).

Há um nó antagônico que unem a multiplicidade dos coletivos sociais contra o neoliberalismo:

> O que todos esses eventos têm em comum é sua oposição à agenda do capital globalizante e à ideologia neoliberal associada a ele, que traz privatizações, desregulamentação e desemprego ao Norte global, e programas de ajuste estrutural e maior empobrecimento ao Sul global. Essa oposição veio de todas as classes, grupos de identidade e causas, de todas as partes do mundo, e revigorou tanto entre ativistas quanto acadêmicos que veem nela um retorno do espírito contracultural dos anos 1960 (DAY, 2006, p. 728).

Também há outro nó, contra a militarização e o controle:

> É precisamente contra este sistema internacional de controle que lutamos, em nome de uma globalização genuína.
>
> [...] Essas conexões - e as ligações mais amplas entre as políticas neoliberais e os mecanismos de coerção do Estado (polícia, prisões, militarismo) - desempenharam um papel cada vez mais saliente em nossas análises, à medida que enfrentamos níveis crescentes de repressão do Estado (GRAEBER, 2002, *online*).

Paolo Gerbaudo (2017) ainda diferencia o movimento anti-globalização dos movimentos que surgiram entre 2011-2016, como uma possível quarta geração. São semelhantes em essência (ação direta, formas de organização, uso da internet, política prefigurativa), com a exceção que agora são territorializados. É uma resposta ao advento do neoliberalismo e ao desmonte do Estado de Bem-Estar, quando os bens públicos terceirizados passam a ser gerenciado diretamente pelos interesses econômicos via terceirização. O chamado "populismo assembleário" ou "comuneiro" surge em resposta a esse processo, como um poder constituinte organizado para trazer novamente as questões de interesse público para a sociedade civil de forma territorializada, agora dentro da estrutura social difusa em voga.

> No positivo, "a máscara" expressa fé no poder democrático de indivíduos "autônomos" e coletivos auto-organizados, como visto em uma série de práticas de movimento, desde o ethos de autogestão dos ocupantes de 68 até o governo autônomo dos zapatistas no México; o uso de tomadas de decisão baseadas em consenso por ativistas antiglobalização em seus movimentos de ação direta; e as novas práticas de colaboração *online* no movimento do software livre e em coletivos de hackers [...] A bandeira evoca algo totalmente diferente; estritamente falando, as bandeiras denotam controle sobre uma comunidade política, pelo menos parcialmente definida territorialmente (GERBAUDO, 2017, p. 4).

Os novíssimos movimentos sociais clamam por uma democracia que seja de baixo para cima, ocupando praças e transformando-as em ágoras, espaços onde a participação progressivamente constituem um poder dos de baixo (GERBAUDO, 2017): "[...] Acampamentos de anarquistas protestando eram vistos como comunas autogeridas, prefigurando um mundo sem estado e governo" (GERBAUDO, 2017, p. 18).

Isso é o que chamam de *prefigurative politics*, ou seja, espaços políticos e decisórios autônomos que ensaiam tipos de participação direta e que crescem na medida que o sistema representativo entra em crise. Em seu léxico estão a decisão por consenso, horizontalidade, anti-autoridade (autonomia) e espaços não-hierárquicos (não-representação). Estes espaços são caracterizados por uma multiplicidade de "visões de mundo", identidades e opiniões: uma "multidão" polissêmica que faz política e difere ou mesmo se opõe à univocidade da lei e da soberania. Os movimentos sociais contemporâneos não reproduzem as organizações tradicionais e, acima de tudo, não são sectários. Seguem outra lógica de organização, decisão e ética, prefigurando a sociedade futura:

> [...] este é um movimento sobre reinventar a democracia. Não se opõe à organização. Trata-se de criar novas formas de organização. Não falta ideologia. Essas novas formas de organização são sua ideologia. Trata-se de criar e implementar redes horizontais em vez de estruturas de cima para baixo como estados, partidos ou corporações; redes baseadas em princípios de democracia de consenso descentralizada e não hierárquica. Em última análise, aspira a ser muito mais do que isso, porque, em última análise, aspira a reinventar a vida quotidiana como um todo. Mas, ao contrário de muitas outras formas de radicalismo, ele primeiro se organizou na esfera política - principalmente porque este era um território que as potências constituídas (que mudaram toda a sua artilharia pesada para a econômica) abandonaram em grande parte (GRAEBER, 2002, *online*).

Não existe um consenso sobre a divisão de momentos e vertentes dos movimentos sociais. Mas entre todas as concepções diz-se sobre movimentos sociais contemporâneos que optam pela ação direta e por uma política prefigurativa, por vezes um *dual power*, ou seja, organização e resistência de comunidades autônomas em suas próprias regras vivíveis que são alternativas às políticas institucionais vigentes – ou por vezes intercalada com elas.

PARTICIPAÇÃO POPULAR EM SÃO PAULO (2014)

São Paulo é um município com grande crescimento na virada do século XIX para o Século XX:

> Em 1874, a cidade de São Paulo tinha uma população de apenas 25.253 habitantes; em 1886, esse número ascendia a 44 033. O Censo de 1900 acusou uma população cinco vezes superior, de 239 820 habitantes, número que dobraria vinte anos depois para 579 033 (SEGAWA, 2004, p. 15).

Até então, somente o pequeno triângulo central era ocupado. O café, a ferrovia São Paulo Railway e a chegada de imigrantes são considerados os grandes responsáveis por esse crescimento acelerado da cidade (SEGAWA, 2004) que tem continuidade nas primeiras décadas. Em 1927, a Light já possuía um plano de construção, plano esse rejeitado pelo município (LAGONEGRO, 2004). Posteriormente, surge o plano de avenidas de Prestes Maia que acaba ocupando o leito dos rios com avenidas. O rápido crescimento era acompanhado de projetos urbanos modernistas e rodoviaristas. Nos anos de 1940, inicia-se um projeto de expansão urbana, processo facilitado com a troca da matriz ferroviária pela opção rodoviária (LAGONEGRO, 2004). O processo de constante projetos e obras rodoviárias contínua ao longo da ditadura militar, sendo o elevado Costa e Silva (atual João Goulart) símbolo máximo deste processo. No final dos anos 1970, São Paulo constrói sua primeira linha de metrô. Todos os processos até agora citados não contam com participação popular. Com o fim da ditadura militar, começa uma crescente ascensão dos movimentos populares e ascende a participação popular nas questões urbanas, algo que ganha muita força a partir da eleição de Luiza Erundina para a prefeitura municipal (SILVA, 2017). A gestão contou com inúmeros debates contando com movimentos sociais, principalmente nas pastas de habitação e transporte, obteve como destaque para os mutirões habitacionais. Também existiram importantes debates na questão do transporte coletivo gratuito e a criação de um plano diretor com extensa participação, plano esse que devido a conflitos de interesse nunca foi votado pela câmara dos vereadores (SILVA, 2017).

Com a criação do estatuto da cidade normatizam a necessidade de participação popular para as questões urbanas e a gestão de Marta Suplicy cria as subprefeituras, que serviriam para descentralizar a administração pública e facilitar o acesso da população as decisões que envolviam os seus respectivos território. Porém,

> Já no governo da prefeita Marta Suplicy, entre 2001 e 2004, finalmente se torna possível a efetivação da descentralização político-administrativa, através da implantação das Subprefeituras. No entanto, Grin (2015) afirma que o processo serviu para aumentar a política de coalizão e partilha de poder com os vereadores tanto do PT [Partido dos Trabalhadores] quanto dos demais partidos. Além disso, o processo acabou colocando em segundo plano questões importantes voltadas à democracia participativa e ao controle social, e também gerou grande rejeição entre as Secretarias Municipais que temiam a perda de poder para as Subprefeituras [...] As Subprefeituras, diferentemente das Administrações Regionais, teriam uma gestão local com maior capacidade de decisão e mais democrática, na medida que seriam apoiadas pelos Conselhos de Representantes eleitos no território de cada uma delas para fiscalizar e controlar as ações, o que não ocorreu naquela gestão. Além disso, ficou definido que era necessário aumentar a quantidade de Subprefeituras, com um limite de 500 mil habitantes, com o intuito de repartir melhor os recursos orçamentários. Dessa forma, 31 Subprefeituras foram definidas, a partir da Lei 13.999, de 1º de Agosto de 2002, no entanto, sem muito consenso tanto sobre a divisão territorial quanto sobre ao modelo de descentralização (LUZ; BASTOS, 2017, *online*).

Do ponto de vista do planejamento urbano, a gestão de Marta Suplicy foi importante para a criação e aprovação de um novo plano diretor e uma nova lei de zoneamento, com debates divididos por subprefeituras, cada uma com o seu respectivo plano. Porém, Jorge Wilheim, responsável técnico pelo marco legal da gestão, defende, posteriormente, em entrevista:

> Jorge Wilheim lamenta, porém, que a estrutura jurídica brasileira seja perniciosa ao permitir que uma lei discutida e aprovada pelas câmaras legislativas tenham de ser posteriormente regulamentadas pelo Executivo, por meio de decreto. "Se algum prefeito não quer fazer com que uma lei vingue, ele simplesmente deixa de regulamentá-la e a lei vira letra morta", critica. "Houve mais ou menos 30 artigos do PDE que até hoje não saíram do papel por simples falta de regulamentação da prefeitura (BREDA, 2012, *online*).

Posteriormente, a gestão de Gilberto Kassab apresentou uma proposta de projeto urbano para a região do bairro da Luz – projeto Nova Luz –, que não contou com participação da população, ainda que tal envolvimento seja obrigatório por lei. A repercussão dada à repressão policial na região para colocar o plano a força chamou atenção para a questão junto a inúmeros protestos contestando a falta da participação popular na elaboração do projeto, o que acabou adiando o começo das obras. Na gestão Gilberto Kassab, uma nova proposta de plano diretor foi apresentada, porém o projeto também foi arquivado a partir de decisão do judiciário:

> [...] liminar, concedida em 22 de maio pelo juiz Valentino de Andrade, suspendeu as audiências públicas agendadas em cima da hora pela prefeitura para garantir a aprovação do Plano Diretor. Segundo o promotor de Justiça Marcelo Ferreira de Souza Netto, tais audiências foram marcadas em prazos curtos demais "para a comunidade obter, conhecer, estudar, analisar e refletir as propostas de revisão (CARTA MAIOR, 2007, *online*).

Somente na gestão de Fernando Haddad o marco legal urbanístico da cidade teve uma revisão. Partindo do princípio que a legislação então vigente (um plano para cada bairro) criava desconexões no tecido urbano: efeito chamado de "colcha de retalhos", a iniciativa dividiu a área da cidade em diferentes zonas de acordo com a ocupação e infraestrutura de cada área. Ao mesmo tempo, criou eixos com base no transporte coletivo.

Audiências públicas foram realizadas em todas as subprefeituras, mas ao contrário do processo anterior onde o projeto era claramente voltado para as subprefeituras, criando debates sobre questões pontuais de cada subprefeitura, desta vez isso não foi possível: não foram criados planos para cada subprefeitura em que a população podia atuar sugerindo criação de intervenções na escala do bairro, tal como parques, obras viárias pontuais, entre outros casos.

Embora tenha gerado um grande impacto de mídia e presença em audiências, não existiu um processo que de fato encaminhou uma construção em conjunto para o planejamento. Cada subprefeitura recebeu duas audiências: uma primeira, de apresentação, e algumas semanas depois, após a população poder encaminhar propostas via internet (entre outros meios) existiu uma audiência de retorno em cada subprefeitura.

1. EXISTE DESCENTRALIZAÇÃO DE GESTÃO PARA UM GOVERNO POPULAR EM SÃO PAULO?

As duas últimas décadas contaram com reformulações do marco legal urbanístico do Município de São Paulo que prevê participação popular. Foram criados um novo Plano Diretor Estratégico, uma nova Lei de Uso e Ocupação de Solo, um novo Código de Obras e Edificação. O Plano Diretor afirma a necessidade legal de discussão nos fóruns públicos (audiências públicas, conselhos participativos distribuídos nas subprefeituras) para legitimar as reformas, ou seja, uma reforma

pode ser embargada se não passou pelos fóruns previstos em lei. As eleições municipais de 2020 já demonstraram a preocupação em revisar novamente o marco legal. Enquanto o Partido dos Trabalhadores (PT) defende que deve-se ancorar em intensa participação popular para transformar a cidade de São Paulo em um "espaço mais humano", a coalizão Partido da Social Democracia Brasileira e Democratas (PSDB/DEM) argumenta que ela dificulta a atuação do mercado e construção imobiliária. Se para os últimos poderíamos alegar espanto que o debate não se pauta na qualidade da produção do espaço e sim na produção imobiliária, ou seja, o território olhado sob a perspectiva de mercadoria e não na qualidade do território para os cidadãos, para os primeiros, o marco legal representa uma grande ferramenta de expressão da vontade popular em busca da melhor qualidade territorial.

A questão a ser respondida é quem de fato produz a elaboração do marco urbanístico municipal. Trata-se de uma legislação, como todas, com cunho político muito maior do que o cunho técnico. Vale a pergunta: é nas audiências que os portadores de grande capital financeiro e imobiliário expressam suas vontades para os representantes da municipalidade?

Flávio Villaça, professor aposentado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), escreveu um conhecido trabalho chamado *As Ilusões do Plano Diretor* (2005). Villaça acompanhou as audiências públicas para o plano diretor que eram necessárias para a aprovação da lei. Chegou a algumas conclusões. A abissal desigualdade social regional no Brasil leva a uma desigualdade de participação. Os bairros de maior renda contaram com maior participação, enquanto os de menor renda contaram com pouca participação. De qualquer forma, os empresarias dos negócios locais pouco compareceram e houve total ausência dos empregados do bairro (VILLAÇA, 2005, p. 65). Apesar do quórum ter sido sempre muito reduzido, as organizações populares que compareceram eram nos bairros já mais estruturados e essas organizações eram compostas principalmente pela classe média e média-alta, mais politizadas, que tiveram conhecimento prévio das audiências e que eram capazes de participar (VILLAÇA, 2005, p. 64). De qualquer forma, a participação popular foi dificultada mesmo para a pequena burguesia e classe média, sendo que as principais propostas de modificação do zoneamento "diziam respeito aos territórios e interesses das elites paulistanas" (VILLAÇA, 2005, p. 48). Essas elites não participam dos fóruns e fazem sua política muitas vezes por outros canais que possuem acesso, às vezes diretamente com o poder político que tem acesso, através do lobby, ou mesmo pelos canais de comunicação:

> É essa ilusão que a recente ênfase em Plano Diretor Participativo – querendo ou não – procura inculcar na opinião pública. O que raramente aparece é que os grupos e classes sociais têm não só poderes político e econômico muito diferentes, mas também diferentes métodos de atuação, diferentes canais de acesso ao poder e, principalmente – algo que se procura sempre esconder – diferentes interesses. [...] Assim, os debates públicos seriam apenas a ponta de um iceberg, ou seja, aquilo que não aparece é muito maior do que a parte que aparece. [...] Na verdade uma substancial parcela dessa atuação se manifestou (como acontece com quase toda lei) através de pressões, principalmente as exercidas sobre os vereadores, e não em debates públicos (VILLAÇA, 2005, p. 50-51, *online*).

Não encontraremos então os principais agentes do processo nos conselhos participativos ou nas audiências. Não encontraremos nos conselhos de segurança ou nos conselhos participativos das subprefeituras, mas os seus interesses estão lá atuando, já que a definição desses espaços – começando pela indicação dos subprefeitos – passam por uma rede de poder que essas elites se fazem

presentes. Existe uma zona cinzenta entre as principais famílias da elite paulistana, os clubes da cidade, as instituições religiosas e os partidos políticos.

Em outra pesquisa de campo analisamos a região Brás-Mooca-Belém[6]. Se tomamos essa região como exemplo veremos a influência de famílias como a Comolatti com diversos empreendimentos na região, ou a atuação de subprefeitos oriundos de famílias das elites locais ou que são também quadros importantes de partidos políticos – ali, no caso,as ligações são com o PSDB. Todos esses atores se encontram em espaços sociais próprios, como o Circolo Italiano, Clube Paulistano, Rotary Club, Clube Parque da Mooca e, principalmente, Clube Atlético Juventus. Ou nos seus templos, sendo ali na Mooca a maioria católica. Ou às vezes os subprefeitos já passaram por empresas de economia mista ou cargos de confiança, como a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)[7], ou possuem relações com OSs que prestam serviços de zeladoria urbana para a prefeitura. A atuação destes atores geralmente não se dá dentro dos conselhos participativos da cidade, mas como ficou evidente, os seus interesses estão sendo pautados em alguns conselhos, como por exemplo os Conselhos de Segurança (CONSEGs), uma das principais demandas do bairro.

A participação popular nas audiências públicas ou nos conselhos participativos não são intensivas na Cidade de São Paulo como é na cidade de Buenos Aires e na sociedade argentina, muito mais orgânica. A participação popular em São Paulo é um processo recente e que avançou principalmente com as poucas gestões do Partido dos Trabalhadores. De qualquer forma, sofre com todas as advertências que o Prof. Villaça sugere. Vale lembrar que mesmo os Conselhos Participativos das Subprefeituras é algo bastante recente e que não consegue manter atividade regular com as trocas de gestões. Diferente da Argentina, onde a administração das Comunas da Cidade é direta através de um Conselho eleito com diversas competências executivas e orçamentárias, em São Paulo o subprefeito é indicação do Prefeito da cidade, dificultando a continuidade dos trabalhos. Tivemos mesmo dificuldade em conseguir atas de reuniões das subprefeituras, já que a Subprefeitura passa essa responsabilidade aos Conselhos Participativos que ainda não estão suficientemente organizados, ao mesmo tempo que quando muda de gestão se torna mais difícil ter acesso aos documentos da gestão anterior.

Observaremos a seguir o caso argentino.

PARTICIPAÇÃO POPULAR EM BUENOS AIRES (2018)

Entendemos que, após a democratização, a cidade de Buenos Aires (igualmente como em outros espaços da América do Sul) passou por um rearranjo tardio do segundo ciclo de participação (ex: audiências públicas), mas rapidamente avança para o terceiro (gestão compartilhada). É apenas em 1996 que Buenos Aires consolida sua autonomia administrativa, quando determina os mecanismos de *participación ciudadana*.

1. ALGUNS ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A política argentina como foi definida no século XX – nos governos de Yrigoyen e Perón – é um caso *sui generis*, mesmo entre seus irmãos e vizinhos. É possível que tenha contribuído para isso

6 Pesquisa de doutorado de Guilherme Giuliano Nicolau, ainda a ser publicada.

7 Dos atores que comentamos aqui, Fábio Lepique e Criscuolo foram da Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS). O atual subprefeito da Mooca, Guilherme Britto, também foi diretor da CPOS.

a sua histórica específica de acumulação primitiva, ou seja, como foi conquistada a propriedade privada junto a sua questão de terras (diferente entre a colonização portuguesa e a espanhola), o elevado desenvolvimento econômico e industrial do período comparado a seus vizinhos mais próximos como o Brasil, a concentração populacional reduzida à província de Buenos Aires (mais especificamente a cidade de Buenos Aires), e por fim, uma população consideravelmente menor que de países vizinhos como o Brasil.

2. UMA EXPERIÊNCIA ASSEMBLEARIA, UM RESULTADO COMUNERO

A Constituição de Buenos Aires surge em 1996. Definiu-se a autonomia da Cidade e o cargo de prefeito eleito, bem como constituiu os seus mecanismos de participação popular, definiu audiências públicas e iniciativas populares como mecanismos de participação popular.

A política argentina já funcionava de maneira distinta e territorial, através das Unidades Básicas do Partido Justicialista (peronistas) e seus *punteros*mas de cima para baixo (como o é a política de seu tempo)[8]. Com a crise social e econômica de 2001, gerou-se um e o vazio político em termos de representação, preenchido e disputado nas ruas pela população que começou a compor os novos movimentos sociais do século XXI. Uma "zona cinzenta" opera dentro do espaço social em que diferentes forças e maneiras de se fazer política coexistem e disputam entre si, sejam as mais tradicionais ou as mais inovadoras.

Alguns movimentos e organizações que podemos destacar foram a dos *piqueteros* (o Movimiento de los Desocupados sendo o mais atuante no período), as *fábricas recuperadas*, as Asambleas de Barrio, também as manifestações conhecidas como *cacerolazos*. Nessa disputa política das pulsões das massas em um período de tensão social, esses espaços foram se adequando conforme a normalidade e um novo pacto social se estabeleciam com a capacidade de mobilização do kirchnerismo[9] .

Os *cacerolazos* (bater panela), ativos entre a classe média urbana para demonstrar insatisfação com a classe política durante o ano de 2001 porque haviam confiscado suas poupanças em dólares, foi mitigado conforme sua vida cotidiana e suas necessidades foram normalizadas e começaram a dar resposta às suas reivindicações. Os *piqueteros*, pertencentes aos setores populares, ficaram conhecidos por fechar vias e usarem táticas de confronto com as forças policiais, sendo duramente reprimidos; algumas dessas organizações fizeram parte de programas de Cooperativas de Vivienda (autogestão e autoconstrução de habitat, semelhante ao que conhecemos como mutirões de habitação no Brasil), houveram cisões entre outros que optaram por seguir pela via parlamentar e os que permaneceram nas ruas, e entre a radicalização nas províncias (periferia) e assentamento da cidade. As *fábricas recuperadas*, que estabeleceram estratégias de autogestão entre trabalhadores que tomaram controle de fábricas que foram à falência e abandonada por seus proprietários, foi incorporada a programas de economia solidária e organizadas em federações, participando de programas internacionais, mas também muitas chegaram à exaustão.

As Asambleas de Barrio foram uma experiência única na história argentina, com diversas novidades de mobilização típicas de nossos tempos e que abrangeu diferentes classes sociais. Diz-se, por exemplo, que mesmo entre a classe média de Palermo não havia capacidade de adquirir bens para alimentar suas famílias quando passaram a trocar bens e alimentos e praticar a solidariedade

8 Também havia organizações territoriais de outros partidos políticos, como a Unión Cívica Radical.

9 Muitos tornaram-se, também, dependentes do novo ciclo político. Uma vez que Macri foi eleito, suas atividades foram reprimidas e cortaram recursos. A Organización Barrial Tupac Amaro, por exemplo, que possuía fábricas têxteis e construiu bairros populares junto a cooperativas de habitação, teve seus programas interrompidos e uma de suas lideranças, Milagro Sala da Província de Jujuy, foi perseguida politicamente e encarcerada, assim como outros líderes dessa organização.

ou, em muitos casos, tinham que ir a *comedores populares* dos quais também estavam ativos nas assembleias. A generalização da crise econômica junto com o vazio político estabelecido pela crise de representação (*que se vayan todos*) exigiu inovação política das bases sociais que estabeleceu o cotidiano nesse período em uma sociedade que já estava habituada às políticas *barriais* – antes centralista no organicismo peronista – que fez um exercício de inverter a ordem e trazer as decisões para baixo; sem dúvida, também favoreceu a subjetividade urbanística do planalto bonaerense que possui bairros bem definidos, com vida e identidade própria.

As Assembleias lograram algum tipo de autonomia territorial de baixo para cima, mas perderam sua força com o tempo; no entanto, esse acúmulo contribuiu para, em 2005, serem aprovadas duas leis incorporadas à Constituição de Buenos Aires: de Mandato Revogável(20% do eleitorado para revogar um mandato); Lei de Comunas[10]. Atentaremo-nos no próximo ponto, como constituiu-se a Lei de Comunas (durante o mandato de Ibarra) e como foi sua participação posterior no processo de aprovação do novo código urbanístico sob a gestão Macri/Larreta.

É necessário observar antes que, como típico da organicidade da política argentina, essas são zonas bastante cinzentas disputadas por diversas posições políticas e estratos sociais ou mesmo ofícios, verticais ou horizontais, à esquerda ou à direita, centrais ou periféricas, radicais ou moderadas. Não, é claro, sem contradições a confrontarem-se. Frequentemente encontrar-se-ão os mesmos coletivos e indivíduos circulando entre os mesmos espaços[11].

3. O MOVIMENTO COMUNERO

Uma vez aprovada a Lei de Comunas, em 2005 (Ley 1777), a partir de manifestação espontânea dos bairros e com participação ativa dos vizinhos no processo, o novo governo da cidade comandado por Macri, em 2008, não reconhecia as autoridades comunais. Entendem como seu objetivo:

> A integração da Cidade de Buenos Aires em Comunas participativas - nosso principal e único objetivo - tem o duplo propósito de criar governos de bairro e promover a tomada de decisões e o controle cidadão das ações governamentais em um espaço local visível, palpável e controlável no qual habitamos (MOVIMIENTO COMUNERO, 2019, *online*).

O novo governo da cidade, além de dificultar a realização das comunas (as primeiras eleições só foram ordenadas em 2008 e realizadas em 2011), tentou por impor outra administração ligada ao seu gabinete, o que levou os vizinhos dos diferentes bairros a criarem o *Espacio Intercomunal* e criar os *Consejos Comunales* de forma autoconvocada[12] (como previsto em lei). Pressionando o Legislativo para realizar as eleições desde as bases políticas do *Movimento Comunero,* foi a primeira grande derrota legislativa de Macri na capital.

10 É interessante notar que, tanto o mandato revogável e a divisão de comunas em uma cidade, foram ensaiadas na Comuna de Paris em 1871 – obviamente não queremos dizer tratar-se da mesma coisa, o que seria um anacronismo, mas apontamos para ordens que estão no imaginário político e popular já há algum tempo.

11 Ou frequentemente encontraremos cruzamento entre as práticas: na *Asamblea Tupac Amaru*, em Congreso, constituem um espaço de encontro e reunião para questões externas e do bairro, são liderados pelo ativismo de Milagro Sala De Jujuy, um nó que esteve por muito tempo ligado tanto aos *piqueteros* como a sindicatos como a CTA, e obtiveram bastante recursos durante os mandatos dos Kirchners.

12 Assim é comum fazer-se chamados em torno das Asambleas e Comunas, diz-se normalmente "vecinxs-autoconvocadxs".

Segundo a Ley 1777/05, o governo das comunas é constituído por um órgão colegiado de 7 membros, chamado *Junta Comunal*, eleito pelos cidadãos residentes da *Comuna*. Para ser candidato é necessário ser argentino ou naturalizado, no caso do último, ter exercido cidadania nos últimos dois anos. Os mandatos têm duração de 4 anos, podendo o candidato ser reeleito uma vez. Sua remuneração é correspondente a 60% dos deputados da cidade. A Junta Comunal pode convocar Audiências Públicas e Consulta Popular. Cada Junta Comunal possui um Consejo Consultivo Comunal, com participação de diversos setores da sociedade civil dentro do bairro, incluso os próprios residentes enquanto indivíduos, que autoconvocam reuniões regulares para deliberar em apoio à Junta Comunalas ações de seu mandato. Existe ainda o Consejo de Coordinación Intercomunal, onde as Juntas se encontram para discutir a cidade de maneira total.

Há, porém, uma forte pressão nas juntas comunais pela inserção macrista que busca ou a centralização ou o congelamento dessa estrutura de participação[13], que é por outro lado garantida pelo MovimientoComunero.

4. O NOVO CÓDIGO URBANÍSTICO E A PARTICIPAÇÃO DAS COMUNAS

O ano de 2018, em que fizemos campo, foi um momento de uma agressiva investida do governo Macri/Larreta na Cidade de Buenos Aires, enquanto aprovavam um novo código urbanístico e de edificação. Junto com a chamada para grandes eventos como o G20 e os Jogos Olímpicos da Juventude, vendia-se Buenos Aires como uma Cidade Global. Houve fortalecimento da segurança pública (com Patrícia Bullrich no Ministério de Segurança) e uma investida contra a "marginalidade", criminalizando a população mais jovem e pobre (*caso Chocobar*), os artistas de rua e a população em situação de rua. Mudanças cosméticas foram estabelecidas na cidade, diversas ordens de reintegração foram cumpridas, inúmeros espaços públicos (como o Centro Nacional de Alto RendimientoDeportivoem Nuñez) foram transferidos sem consulta à população (obrigatório por lei) e a cidade foi redesenhada em diferentes polos desconsiderando as populações vulneráveis nos bairros (ex: Casa Santa Cruz em Parque Patricios, o novo polo tecnológico).

Houve, também, grande mobilização popular com conquistas legislativas. Em Outubro aprovou-se a Ley 27.453 (Ley de los Barrios Populares) em que se reconheceu o direito a terra de 930.000 famílias em nível nacional, garantiu o direito a expropriação de terrenos onde estão registrados esses bairros, e suspendeu os *desalojos* por 4 anos. Avançou-se a construção de moradia popular para a população vulnerável em Playon de Chacarita e em Retiro para a Villa 31. As Comunas e Assembleias se organizaram de forma ativa nas questões urbanas e transformações da cidade.

Durante a votação do Novo Código Urbanístico, assistido por mecanismos digitais com participação de pesquisadores da Universidade de Buenos Aires e organizações da sociedade civil (Observatório del Derecho a La Ciudad), sindicatos e movimentos autônomos, os bairros conseguiram se organizar para apresentar cada problema local detalhado e as consequências do código. Fizeram-se frequentes e organizados, com cartazes e protestos durante as audiências, aparecendo a cada audiência referida os moradores do bairro que apresentavam em detalhes os problemas que colocavam o novo código em sua região. Enquanto, por exemplo, em uma audiência sobre o bairro

13 Um exemplo que observamos em campo: a Ley 3343 para urbanização da Villa 31 não foi feita de forma transparente, adquirindo um caráter de resistência popular da comunidade, que pressionou maior clareza nas audiências públicas que acompanhamos. O Macrismotambém inseriu-se na Villa 31, tornando-se um espaço de disputa. Há um intuito claro. Dentro da lei, há a previsão de participação popular e decisão a partir da comunidade, mas também prevê que, caso não obtenham consenso, é o governo da cidade que decide: uma vez estabelecido o antagonismo nesse espaço social, não é possível o consenso.

de Agronomía, os vizinhos - a maioria - alertavam para como os "espigões" iriam descaracterizar o bairro ("nos arredores da faculdade, encontram-se ainda cavalos e espaços verdes"), representantes macristas ligados ao Instituto di Tella (organismo universitário privado) apresentavam relatórios tratando de demonstrar com fundamentação técnico-científica a viabilidade de substituir os espaços verdes públicos por tetos verdes no topo dos edifícios privados, com a justificativa que poderiam amenizar os alagamentos.

O ativismo para conter o Novo Código Urbanístico logrou grandes reuniões entre diferentes Comunas e *vecinos*, utilizando-se massivamente das redes sociais para colocar-se em ação e fazer-se conhecer o que implicava as transformações que o código impunha para a cidade e para cada bairro. Isso veio a constituir-se como uma grande assembleia virtual (com encontros físicos regulares) denominada Asamblea Ciudadana. Um consenso estabelecido nessas assembleias seria que, pela lei de comunas, qualquer transformação em um bairro teria que passar por consulta às comunas, algo que não estaria acontecendo, sendo assim os *comuneros* alegavam ser uma manobra ilegal da gestão executiva da cidade.

E quais foram os resultados materiais, além do acúmulo organizacional dos movimentos sociais?

O Novo Código Urbanístico e de Edificação foi aprovado atropelando a participação das Comunas, como as intervenções e recomendações dos vizinhos nas audiências públicas. Nele definiu-se, por exemplo, que os apartamentos poderiam passar de um mínimo de 30 metros quadrados para 18 metros quadrados; sobe consideravelmente a altura permitida pelos edifícios (regularizando 'torres' que já haviam sido construídas em bairros como Villa Pueyrredon) e exige que sejam nivelados por cima (ou seja, todos os edifícios mais baixos devem se adequar aos mais altos); as exigências de materiais mudaram, e a espessura passou de 25cm para 5cm, permitindo o uso de material não-durável como compensado; permite avançar a frente dos edifícios diminuindo o espaço de circulação; diminui os retiros, espaços verdes e parques.

APROXIMAÇÕES, DISTANCIAMENTOS

Apesar da Argentina ter completado o ciclo assembleario bastante antes da chegada de Macri, o processo atropelado – sendo um sintoma dos tempos atuais, autocrático aqui e no mundo. A América do Sul dos anos 1990 a hoje costuma estar na vanguarda popular em sua forma política, mas com condições materiais e econômicas adversas (desindustrialização, crise fiscal e neoliberalismo).

O populismo argentino foi mais orgânico que o caso brasileiro, integrando-se ao do sindicalismo bastante ativo no país, mesmo de forma territorial. Em um período em que a classe trabalhadora (tanto na Argentina, como no Brasil) organizava-se em espaços sociais nas suas comunidades e bairros, com centros culturais, ateneos, grêmios, o peronismo fez sua inserção nos bairros e quarteirões através do que se denominou Unidades Básicas do Peronismo – que possibilitaram coletar as necessidades e demandas de cada região, dando resposta ao transferir recursos e bem-estar. Isso também serviu para garantir a sua base eleitoral entre o povo Começa a configurar-se aqui um personagem conhecido da política argentina que é o *puntero*[14]: um mediador, uma liderança local que, articulada com as classes políticas através das organizações políticas orgânicas, faz a ponte entre

14 Segundo Auyero (2007, p.204) outra denominação comum na mídia para os 'punteros' seria "dirigentes barriales peronistas".

a necessidade eleitoral de seus políticos aliados e as necessidades de sobrevivência da comunidade que representa. As ditaduras da Argentina fizeram um grande esforço para aniquilar o peronismo e sua organicidade, mas ele manteve-se vivo na sociedade permanecendo vivo na sociedade argentina, voltando de forma oficial e evidente no período de redemocratização, tendo sua maior popularidade com a vertente de centro-esquerda em torno do kirchnerismo.

O histórico do planejamento urbano no Município de São Paulo, como vimos, tem problemas em continuidade. A falta de uma atividade contínua de participação acaba dificultando a criação do hábito de participar ativamente dos processos e audiências. A falta de diálogo estabelecida recorrentemente pelo Estado também cria uma descrença nos processos participativos. A participação acaba acontecendo apenas quando determinados grupos lutam por alguma pauta específica e, uma vez atingido o objetivo, deixam de participar da rotina dos projetos urbanos do município.

A Argentina, que também passou por uma ditadura com caráter de supressão de participação popular, possui um histórico de organização popular a partir do Peronismo, que é mais presente no cotidiano da população, mas que também são ignorados diante da conjuntura política atual.

Para ambos os casos, parece-nos que o governo utiliza a seu favor o resguardo de "participação popular" para legitimar determinadas ações que vão de encontro ao seus interesses já que é obrigatório por lei, mas não levam em conta as audiências quando elas se mostram um grande impeditivo para a aprovação de seus projetos.

CONCLUSÕES

Este trabalho buscou correlacionar os temas trabalho, movimentos sociais, planejamento urbanístico e municípios. Partimos do pressuposto que as teorias de movimentos sociais, principalmente pós-Maio de 68, enquadraram essa correlação rebaixando trabalho enquanto categoria sociológica fundamental.

Com a finalidade de superar a falsa dicotomia trabalho x movimentos sociais nos projetos urbanísticos das cidades, propusemos realizar uma comparação entre duas cidades latino-americanas no que diz respeito ao acesso à cidade: São Paulo, para o ano de 2014, e Buenos Aires, para o ano de 2018. Nossa metodologia se focou na participação em audiências públicas de ambos municípios e levantamento histórico urbanístico das cidades.

Primeiramente, abordamos teorias de movimentos sociais que demonstram o apagamento da centralidade do Estado e do trabalho como forma de dissolução das desigualdades sociais até a "terceirização" de diminuição (não mais dissolução) dessas desigualdades para os municípios, com a finalidade de entender melhor nosso objeto. Em seguida, apresentamos a participação popular nas duas cidades em questão, pela linha do tempo dos planejamentos urbanísticos para então apresentar a participação em audiências públicas dessas cidades. Por fim, apresentamos aproximações e distanciamentos (a comparação) entre ambas experiências.

Nossos resultados demonstram que, a despeito de mudanças (ou "avanços") normativos institucionais relevantes no que diz respeito à então chamada cidadania (termo comum dentre os novíssimos movimentos sociais), o entrave a tal participação plena são justamente os problemas apresentados pelos "velhos" movimentos sociais, ou seja, a inserção da América Latina em problemas mais estruturais que dizem respeito às condições materiais de exercício pleno da chamada cidadania. Desta forma, entendemos que com o período de redemocratização nos países do Cone Sul, superou-se alguns atrasos normativos referentes à cidadania, mas em condições históricas bastante

desfavoráveis como o neoliberalismo (terceirização da gestão pública para empresas e igrejas) e a ascensão progressiva do autoritarismo (que deram mais proeminência aos Conselhos de Segurança do que os Conselhos Cidadãos).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCHDAILY BRASIL. **Flávio Villaça morre aos 91 anos em São Paulo.** Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/959353/flavio-villaca-morre-aos-91-anos-em-sao-paulo. Acesso em: 12 jun. 2021.

AUYERO, Javier. **La zona gris**: violenciacolectiva y política partidaria en la Argentina contemporánea. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2007.

BREDA, Tadeu. P: Plano Diretor teve participação social, mas esbarrou na falta de vontade política. **Rede Brasil Atual,** Cidades, 6 set. 2012. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/cidades/2012/09/plano-diretor-teve-participacao-social-mas-nao-foi-totalmente-implementado-por-falta-de-vontade-politica/. Acessoem: 1 jun. 2019.

DAY, Richard F. Day. From hegemony to affinity, **Cultural Studies**, *[s.l.],* vol. 18, n. 5, p. 716-748, 2004.

GERBAUDO, Paolo. **The Mask and the Flag**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

GRAEBER, David. The new anarchists. **New Left Review**, *[s.l.],* vol. 13, p. 61-73, 2002.
Disponível em: https://newleftreview.org/issues/ii13/articles/david-graeber-the-new-anarchists. Acesso em: 1 jun. 2020.

LAGONEGRO, Marco Aurélio. 2004. **Metrópole sem metrô**: transporte público, rodoviarismo e populismo em São Paulo (1955-1965). Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LUZ, Ana Paula Ferreira; BASTOS, Valéria Pereira. A gestão participativa na cidade de São Paulo: formulação da política urbana local. **Anais do XVII Enanpur**, São Paulo, 2017. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%2010/ST%2010.3/ST%2010.3-01.pdf. Acesso em: 1 jun. 2019.

MOVIMIENTO COMUNERO. **Quien Somos**. Disponível em: http://www.movimientocomunero.com.ar/quienes2.htm. Acesso em: 1 jun. 2019.

QUIROGA, Nicolás. **Las Unidades Básicas Durante el Primer Peronismo**. Cuatro Notas Sobre el Partido Peronista a Nivel Local. Buenos Aires: Mundo Nuevo, 2008.
SEGAWA, Hugo. **Prelúdio da Metrópole**. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editora, 2004.

SILVA, Milena. **A Gestão de Luiza Erundina (1989-1992): Participação Popular na Política de Transporte**. 2017. 208p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, São Carlos, 2017.

VILLAÇA, Flávio. **As Ilusões do Plano Diretor**. Disponível em: http://www.planosdiretores.com.br/downloads/ilusaopd.pdf. Acesso em: 1 jun. 2019.

WILLIAMSON, Abigail; FUNG, Archon. **Mapping Public Deliberation**. Disponível em: https://hewlett.org/wp-content/uploads/2016/08/MappingPublicDeliberation.pdf. Acesso em: 5 ago. 2018.

_____. **Public Deliberation**: Where We Are and Where We Can Go? Disponível em: http://www.fisherwilliamson.com/downloads/FungWilliamsonNCR04.pdf. Acesso em: 4 ago. 2018.

Essa pesquisa foi financiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (processo n° 141792/2016-7), Brasil, e do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina.

TRADUÇÃO

TRABALHO GLOBAL: UM NÃO TÃO *GRAN FINALE* E TALVEZ UM NOVO COMEÇO

10.30612/mvt.v8i14.15031
Marcel Van der Liden[1]

Movimentos tradicionais de trabalhadores se encontram em dificuldades em quase toda a parte.[2] Eles foram severamente fragilizados pelas transformações políticas e econômicas dos últimos quarenta anos. Seu núcleo é composto por três formas de organizações de movimento social: cooperativas, sindicatos e partidos de trabalhadores. Todos esses três tipos organizacionais estão em declínio, embora esse seja um desenvolvimento desigual com vastas diferenças entre países e regiões. Estamos atravessando um período transicional no qual antigas estruturas organizativas não parecem mais funcionar bem, enquanto novas estruturas ainda estão em suas etapas iniciais.

COOPERATIVAS DE CONSUMO

Desde os anos 1940 e 1950, as cooperativas de consumo, como todos os empreendimentos sob o capitalismo, foram crescentemente forçadas a concentrar capital, em decorrência da melhoria das instalações de transporte e de novas formas de varejo. Essa tendência se manifestou parcialmente no declínio do número de cooperativas e no crescimento da base de associados de cada unidade cooperativista (PESTOFF, 1991, p. 234; GURNEY, 1996 p. 242). Frequentemente, a média de idade dos membros aumentou, uma vez que membros mais velhos continuaram fiéis às suas cooperativas, enquanto membros mais novos não foram incorporados. Em geral, cooperativas de consumo foram condenadas por dificuldades que decorreram de seu papel pioneiro. Estabelecidas em uma era na qual pequenos comerciantes controlavam o varejo, elas estavam inicialmente em vantagem. Suas extensas operações eram mais economicamente racionais e produziam ganhos de escala. Em resposta, comerciantes se uniram e criaram redes varejistas, centrais de compras, lojas de autoatendimento, supermercados, shopping centers e coisas do tipo. Esses novos tipos de negócios utilizavam nomes de marcas, sistemas cumulativos de resgate de crédito, preços baixos e anúncios atraentes. Como resultado, a vantagem competitiva das cooperativas de consumo se deteriorou rapidamente. A base excedente (o excedente dividido pelas vendas) diminuiu, o que foi acompanhado pelos dividendos distribuídos aos membros e pelas oportunidades de inovação e investimento. Muitas cooperativas

1 Universidade de Amsterdam, Holanda. E-mail: mvl@iisg.nl
2 Este artigo é parcialmente baseado em uma nota de pesquisa escrita para o *International Panel on Social Progress* (www.ipsp.org). Beneficiei-me de sugestões feitas por Naila Kabeer, Ronaldo Munck e Peter Wagner. Alguns parágrafos foram reaproveitados de Van der Linden (2010, 2015).

de consumo enfrentaram dificuldades financeiras e se depararam com um sério dilema em seus esforços para evitar a falência. Suas escolhas limitadas incluíam a fusão com negócios capitalistas convencionais, tornar-se uma companhia de sociedade limitada ou tomar emprestado de bancos quantias consideráveis. Em cada caso, elas deixavam de ser cooperativas autônomas. Outra abordagem envolvia combater a competição crescente por meio da modernização e expansão operacional, aumentando a assim a distância social entre associados e administradores, bem como reduzindo ainda mais o envolvimento dos associados, minando a natureza cooperativista da organização.

SINDICATOS

Sindicatos de massa independentes se originaram no século XIX e existem hoje em grande parte do mundo – ainda que também existam importantes regiões em que eles possuem quase nenhuma influência. O exemplo mais marcante de uma economia capitalista de rápido crescimento sem sindicatos independentes é a República Popular da China (RPC). Ela abriga a maior organização de trabalhadores do mundo, a Federação Nacional dos Sindicatos da China (FNSCh), que possui mais de 280 milhões de membros. No entanto, não se trata de um sindicato independente, mas de uma correia de transmissão do Partido Comunista Chinês. A maioria dos numerosos conflitos trabalhistas na República Popular não ocorre com o apoio da FNSCh (BAI, 2012). Em países com organizações independentes de trabalhadores, a densidade sindical (a porcentagem da força de trabalho total associada aos sindicatos) tem em geral diminuído. A Tabela 1 apresenta as tendências em um conjunto de países com mais de 50 milhões de habitantes em 2010, para o período entre 1960 e 2013.

Tabela 1 - Densidade sindical em países selecionados, 1960 - 2013

País	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2013
Brasil	n.d.	n.d	20.8 (196)	26.7	28.3	26.5	16.6
RP China	n.d.	n.d.	(58.6)	(76.6)	(62.3) (1997)	(34.7)	(42.6)
França	19.6	21.7	18.3	10.0	8.0	7.9	7.7
Alemanha	34.7*	32.0*	34.9*	31.2	24.6	18.6	17.7 †
India	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	13.8 (2004)	10.2 (2009)	9.8 (2012)
Itália	24.7	37.0	49.6	38.8	34.8	36.0	36.9†
Japão	32.9	35.1	31.1	25.4	21.5	18.4	17.8
Malásia	n.d.	n.d.	n.d.	16.5	10.7	9.1	9.4
México					15.6†	14.4†	13.6†
Filipinas	n.d.	n.d.	27.0	29.7	27.1	8.7	8.5
Federação Russa		100.0 (1968)	100.0 (1979)	72.0	55.6 (1999)	30.7	27.8
África do Sul	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	39.1†	29.7†	n.d.
Coréia do Sul	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	11.4†	9.7†	n.d.
Turquia	10.8	25.9	42.1	24.0	12.4	7.0	6.5
Reino Unido	40.4	44.8	51.7	39.7	30.1	27.1	25.4†
Estados Unidos	n.d.	23.5 #	19.5 #	15.5 #	12.9† 12.8 #	11.4†	10.8†

* Alemanha = Alemanha Ocidental para 1960 a 1990. † Números da OCDE (stats.oecd.org). ‡ ILOSTAT (www.ilo.org/ilostat). # Jelle Visser, (2006: 38-49). Países incluídos foram aqueles que tinham uma população maior do que 50 milhões em 2010. Os seguintes países não foram incluídos devido à falta de dados: Argentina, Bangladesh, Colômbia, República Democrática do Congo, Egito, Etiópia, Indonésia, Irã, Myanmar, Nigéria, Paquistão, Tanzânia e Vietnã. Todas as porcentagens indicam o total de membros de sindicatos em relação aos assalariados empregados, a não ser que esses números não estejam disponíveis. Fonte adicional: ICTWSS Database, Amsterdams Instituut voor Arbeidsstudies (www.uva-aias.net/207), versão 4, abril de 2013.

Em escala global, a densidade sindical é praticamente insignificante. Os sindicatos independentes organizam apenas uma pequena porcentagem de sua base potencial em todo o mundo, e a maioria deles se encontra na região relativamente rica do Atlântico Norte. De longe, a organização guarda-chuva global mais importante é a Confederação Sindical Internacional (CSI), fundada em 2006 como uma fusão de duas organizações mais antigas, a secular e reformista Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL) e a cristã Confederação Mundial do

Trabalho (CMT). Em 2014, a CSI estimou que cerca de 200 milhões de trabalhadores pertenciam a sindicatos (excluindo os da China) e que 176 milhões deles estavam organizados na CSI[3]. A CSI também estima que o número total de trabalhadores é aproximadamente 2,9 bilhões (dos quais 1,2 bilhão estão na economia informal). Portanto, a densidade sindical global hoje não passa de 7 por cento! (ITUC, 2014, p. 8)

Um conjunto de fatores contribuiu para a fragilidade dos sindicatos. Em primeiro lugar, a composição da classe trabalhadora está mudando. Os sindicatos encontram dificuldades para organizar os empregados no setor financeiro ou de serviços. O rápido crescimento da economia informal é um fator adicional de complicação, uma vez que os trabalhadores são submetidos a contratos de curta duração, tendem a trocar de emprego com frequência e trabalham sob condições muitas vezes precárias. Outro fator importante é o que o economista do trabalho Richard Freeman (2010) chamou de "choque da oferta de trabalho", que se manifestou desde o início dos anos 1990. Com a entrada de trabalhadores chineses, indianos russos e outros na economia global, efetivamente houve uma duplicação do número de trabalhadores que produzem para os mercados internacionais nas últimas duas décadas.

> Um declínio na proporção global entre o capital e o trabalho desloca o equilíbrio de poder nos mercados na direção do capital, em detrimento dos salários pagos aos trabalhadores, à medida que mais trabalhadores competem para trabalhar com aquele capital. [...] Mesmo que se considere a alta taxa de poupança entre os ingressantes – o Banco Mundial estima que a China tem uma taxa de poupança de 40% do PIB –, levará cerca de 30 anos para que o mundo volte a atingir a proporção capital / trabalho existente entre os países que anteriormente constituíam a economia global. A existência do dobro de trabalhadores e aproximadamente a mesma quantidade de capital exerce grande pressão sobre os mercados de trabalho ao redor do mundo. Essa pressão afetará os trabalhadores dos países em desenvolvimento que tradicionalmente participaram da economia global, assim como os trabalhadores dos países avançados (FREEMAN, 2010, s.p.).

Em segundo lugar, ocorreram transformações econômicas significativas. O crescimento do investimento estrangeiro direto nos países centrais e na semiperiferia da economia mundial tem sido impressionante, e as corporações transnacionais e blocos comerciais multiestatais – a exemplo da União Europeia, o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio e o Mercosul – se multiplicaram, aumentando a terceirização e a realocação da produção. O Brasil, a Índia e principalmente a China são novos jogadores importantes que mudam as regras do jogo. Isso é acompanhado por novas instituições supranacionais, como a Organização Mundial do Comércio, estabelecida em 1995.

Em terceiro lugar, em muitos países tem ocorrido uma forte ofensiva neoliberal contra os sindicatos de estilo antigo e seu modus operandi: a prática dominante de negociação coletiva tem se tornado crescentemente descentralizada e os contratos individuais de trabalho se tonaram muito

3 Esse cálculo é provavelmente enganoso. Uma parte significativa, mas desconhecida, dos membros dos sindicatos é formada por aposentados. É provável, portanto, que o número de trabalhadores empregados ou empregáveis seja menor.

mais disseminados do que antes. Também houve ataques muito diretos aos sindicatos, notavelmente nos países que passaram por mudanças neoliberais de regime como os Estados Unidos e o Reino Unido. Sindicatos enfraquecidos se deparam com cada vez mais competição de estruturas alternativas que estão mais bem adaptadas ao novo estilo de relações de trabalho. No Brasil, na África do Sul, nas Filipinas e na Coréia do Sul, movimentos militantes de trabalhadores (sindicatos de movimento social) emergiram (SCIPES, 2014). Novas formas de sindicalismo de base por fora dos canais estabelecidos têm aparecido desde os anos 1970, com conexões internacionais ao nível do chão-de-fábrica "passando completamente ao largo dos secretariados, que são vistos como excessivamente submissos às burocracias de seus vários afiliados nacionais" (HEROD, 1997, p. 184). Um exemplo bem conhecido é a *Transnationals Information Exchange* (TIE), um centro no qual um número considerável de grupos de pesquisa e de ativistas trocam informações sobre corporações transnacionais. A ineficácia dos sindicatos de estilo antigo é sublinhada pela tendência crescente entre os secretariados sindicais internacionais (agora chamados de sindicatos globais) de recrutar membros diretamente na periferia. Podemos pensar, por exemplo, nas atividades da *Union Network International* (o sindicato global do setor de serviços), que passou a recrutar especialistas de Tecnologia da Informação na Índia diretamente, por fora dos sindicatos locais.

PARTIDOS DE TRABALHADORES

Partidos trabalhistas, social-democratas e comunistas são geralmente considerados representantes políticos da classe trabalhadora. Os partidos mais antigos, os partidos social-democratas e trabalhistas, não têm obtido bons resultados eleitorais. A tabela 2 indica que dos 15 partidos listados, 12 atingiram seu ápice entre 1940 e 1989; na Suíça isso aconteceu antes (anos 1930), enquanto em Portugal e no Brasil aconteceu depois (início do século XXI). Mais importante, porém, é que essa família de partidos enfrenta um problema fundamental de identidade. As políticas social-democratas e trabalhistas, desde os anos 1930 e 1940, têm se baseado em dois pilares: o social-keynesianismo e uma subcultura partidária "vermelha" específica com suas próprias associações esportivas, clubes de mulheres, organizações para amantes da natureza, cooperativas de consumo, jornais, grupos de teatro e assim por diante.

A reversão sociocultural e econômica derrubou os dois "pilares" do palco social-keynesiano, desde os anos 1960 e 1970, à medida que as redes partidárias subculturais – organizações de juventude, de mulheres, esportivas etc. – se desintegraram e que o social-keynesianismo se tornou menos viável devido a crises econômicas e à globalização. Muitos desafios tiveram de ser enfrentados mais ou menos simultaneamente. O centralismo tradicional teve que se ver com movimentos de base e o feminismo com a cultura androcêntrica convencional. Além disso, o movimento ambientalista teve que ser levado a sério sem que se abandonasse a busca pelo crescimento econômico (a condição para a redistribuição social em um contexto capitalista). A confusão generalizada resultou em um aumento enorme de eleitores vacilantes, envelhecimento e diminuição do número de membros, e o virtual desaparecimento de membros proletários ativos, enfraquecendo assim os laços sociais com os sindicatos.

Partidos comunistas são a segunda grande forma política. A maior parte deles surgiu ou cresceu significativamente em três ondas: de meados de 1918 a 1923, após a Revolução de Outubro; nos

anos 1930 como uma resposta à depressão econômica; e durante e imediatamente depois da Segunda Guerra Mundial. Alguns desses partidos ainda têm uma base bastante sólida, embora usualmente pequena, como os de Portugal, Espanha e Grécia. Todos esses partidos se desenvolveram sob ditaduras de direita e são caracterizados por sua intransigência. Similarmente, o influente Partido Comunista Sul-Africano (SACP) parece ainda exercer influência significativa sobre a política do Congresso Nacional Africano (ANC).

TABELA 2 - RESULTADO PARLAMENTAR MÉDIO DE PARTIDOS SOCIAL-DEMOCRATAS E TRABALHISTAS SELECIONADOS, 1920-2015

	1920-1929	1930-1939	1940-1949	1950-1959	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009	2010-2015
Austrália	45.2	32.4	46.5	46.3	45.1	45.4	47.0	40.8	39.2	35.7
Áustria	39.3	41.1	41.7	43.3	50.0	45.4	47.6*	37.3	33.7	26.8*
Bélgica	36.7	33.1	30.7	35.9	31.0	26.6	28.0	23.2	24.0	21.7
Brasil	-	-	-	-	-	-	-	12.1	16.8	15.4
Dinamarca	34.5	43.9	39.1	40.2	39.1	33.6	30.9	36.0	26.8	25.6
França	19.1	20.2	20.9	15.1	15.9	21.0	35.3	34.6	38.8	29.4*
Alemanha	29.3	21.2	29.2	30.3#	39.4#	44.2#	39.4#	36.9	31.9	25.7*
Itália	24.7*	-	[20.7]	13.5	13.8	9.7	12.9	7.9**	-	-
Holanda	22.0	21.7	27.0	30.7	25.8	28.6	31.0	26.5	21.2	24.8
Noruega	25.5	38.0	43.4	47.5	45.5	38.8	27.4	36.0	30.8	30.8*
Portugal	-	-	-	-	-	35.2	27.6	39.0	39.8	30.2
Espanha	-	23.1	-	-	-	30.4	44.1	38.2	40.2	25.4
Suécia	36.0	43.8	48.8	45.6	48.4	43.7	44.5	39.8	37.5	30.9
Suíça	25.5	27.5	27.4	26.5	25.1	24.1	20.7	20.9	21.4	18.7*
Reino Unido	37.7	34.4	49.7*	46.3	46.1	39.1	29.2	38.7	38.0	29.7

*Apenas uma eleição ** Partido dissolvido em novembro de 1994 # Números entre 1950 e 1990 se referem à Alemanha Ocidental.

No entanto, para a maior parte dos partidos comunistas, o ponto alto ocorreu na década de 1940; agora, muitos deles enfrentam tempos difíceis. Em um número significativo de países, esses partidos se dissolveram após declínio eleitoral, divisões ou falência financeira. Esse foi o caso na Grã-Bretanha (dissolvido em 1991), Itália (desmobilizado em 1991), Finlândia (falência em 1991) e Brasil (golpe interno e cisão em 1992). Outros partidos passaram por fusões, por exemplo no México (fundação do Partido Socialista Unificado em 1981), Dinamarca (formação da Aliança Vermelha e Verde em 1989) e Holanda (fundação do partido Esquerda Verde em 1989). Até mesmo o Partido Comunista da Índia-Marxista (CPI-M) em Bengala Ocidental, que recebeu a maioria dos votos em toda uma série de eleições dos anos 1970 até 2011, foi recentemente reduzido a um ator de menor importância (conquistando apenas dois de 42 assentos), em decorrência de suas violentas políticas neoliberais.

SINAIS DE RENOVAÇÃO

Em linhas gerais, o que foi apresentado anteriormente parece sugerir três coisas. Em escala global, as cooperativas de consumo ou não estão indo bem, ou se transformaram em empresas varejistas nas quais os membros não controlam democraticamente os negócios. Os sindicatos não são apenas uma força fraca, mas seu poder também está em declínio; em muitos países, os sindicatos perderam seus aliados naturais, os partidos de trabalhadores, seja porque esses partidos desapareceram, seja porque eles adotaram uma variedade do neoliberalismo. Como consequência, Organizações Não-Governamentais (ONGs) locais e internacionais tomaram parcialmente para si atividades que anteriormente eram responsabilidade do movimento sindical internacional, como a luta pela regulação e abolição do trabalho infantil. O declínio dos movimentos operários parece ser quase que completamente abrangente.

Nessas circunstâncias, quais são as perspectivas para os movimentos dos trabalhadores? No longo prazo, as coisas podem não ser tão desanimadoras quanto parecem hoje. Diversos fatores podem se transformar, o que possibilitaria um futuro mais otimista.

Em primeiro lugar, os conflitos de classe não diminuirão e trabalhadores por todo o mundo continuarão a sentir a sempre presente necessidade por organizações e formas de luta eficazes. Uma confirmação indireta dessa afirmação vem dos movimentos religiosos e nacionalistas que parcialmente ocupam o vazio social atualmente existente por meio do redirecionamento dos conflitos de classe. Eles oferecem a seus apoiadores formas elementares de seguridade social e redes de confiança, assim como autoestima e objetivos de vida claros. Muitas pessoas pobres são atraídas por esses movimentos, em todas as suas variedades – dos movimentos pentecostais da América Latina e da África Subsaariana ao salafismo no Norte da África, Oriente Médio e Ásia Central. A juventude precarizada nas cidades capitalistas industriais também parece às vezes ser atraída por grupos que oferecem uma nova certeza religiosa. O historiador Sabyasachi Bhattacharya (2016, p. 2) chama essa tendência de "vernacularização da política operária"; ela cria "solidariedade de pessoas com uma causa comum que pode ser social ou cultural, ou às vezes regressivamente religiosa; a solidariedade assim obtida pode ser e é utilizada para afirmar uma agenda que é paralela à agenda sindical ou a substitui". Um exemplo de direita claro é o movimento hindu-fascista Shiv Sena, que ganhou influência após a derrota da grande greve dos trabalhadores têxteis em Mumbai em 1980-1981. As mazelas sociais da casualização do trabalho, empobrecimento, aumento da criminalidade cotidiana e tráfico de pessoas tornaram os *Shiv Sainiks* populares rapidamente. Eles ofereceram aos pobres não apenas honra, status e autorrespeito, mas também cooperaram com "sindicatos" amarelos, que ofereciam alguma proteção (HEUZÉ-BRIGUANT, 1999).

Em segundo lugar, a força de trabalho global é maior do que nunca. Um estudo recente da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelou que no período 1980-2005 a força de trabalho no Oriente Médio e Norte da África havia crescido 149%. Na África Subsaariana, América Latina e Caribe, ela havia aproximadamente dobrado, no Leste e Sul da Ásia havia aumentado 73%, e no Sudeste Asiático 60% (KAPSOS, 2007). Ao mesmo tempo, enormes transformações estão ocorrendo dentro de diferentes regiões. Uma história de migração do campo para megacidades em expansão está em andamento. No ano 2000, o Escritório Nacional de Estatísticas da República Popular da China estimou que havia 113 milhões de trabalhadores migrantes rurais no país. Dez anos mais tarde, esse número havia mais do que dobrado, chegando a 240 milhões, incluindo 150 milhões trabalhando fora de suas áreas de origem. Desses 150 milhões, cerca de 72% estavam empregados nas indústrias manufatureira, de construção, alimentícia, do comércio varejista e atacadista, e da hospitalidade (CLB, 2012, p. 4). Na índia, a migração interna de trabalhadores explodiu

desde os anos 1990, e a taxa de migração temporária e sazonal foi mais alta em regiões pobres como Nagaland e Madya Pradesh (BHAGAT; MOHANTY, 2009).

Em terceiro lugar, essas transformações são frequentemente acompanhadas por uma intensificação nas lutas sociais. Na Indonésia, a *Konfederasi Serikat Pekerja* Indonesia (Confederação Sindical Indonésia) organizou uma greve nacional em 3 de outubro de 2012 e uma segunda – demandando 50% de aumento do salário-mínimo – em 31 de outubro e 1º de novembro de 2013. Essas não foram greves realmente gerais, mas ainda assim participaram centenas de milhares de trabalhadores, em particular na região de Jacarta. Na Índia, em 20 e 21 de fevereiro de 2013, mais de cem milhões de trabalhadores pelo país fizeram greve por uma lista de demandas que incluía um salário-mínimo indexado pela inflação, segurança alimentar universal e pagamento igual para trabalhos iguais. Na China, a escassez de mão-de-obra que começou a aparecer a partir de 2004 levou a um rápido crescimento dos protestos de trabalhadores, que "não apenas aumentaram em número, mas mudaram o foco de uma resposta reativa a violações de direitos trabalhistas na direção de demandas mais proativas por salários maiores e melhores condições de trabalho" (CLB, 2012, p. 5). A Academia Chinesa de Ciências Sociais relatou que houve mais de 60.000 dos chamados "incidentes de massa" (protestos populares feitos por trabalhadores assalariados e outros, como camponeses e o grupo quase religioso Falun Gong) em 2006, e mais de 80.000 em 2007. Desde então, estatísticas oficiais sobre "incidentes de massa" não foram mais publicadas, mas especialistas acreditam que nos últimos anos o número cresceu ainda mais (CLB, 2012, p. 9). Desde o início da crise econômica, mais de 30 greves nacionais ocorreram na Grécia, enquanto Espanha e Portugal testemunharam várias greves gerais. A dramática derrubada da ditadura de Mubarak no Egito em 2011 não poderia ter acontecido sem o forte apoio do movimento operário. Na África do Sul, greves massivas e frequentemente violentas se sucedem umas às outras com rapidez. Há, portanto, muita militância, mas isso não é acompanhado pela força das organizações operárias.

Em quarto lugar, durante a última década protestos sociais cresceram em todas as regiões do mundo:

> Apesar da falta de exatidão na medição, dados das últimas décadas apontam para um padrão relativamente claro de frequência crescente. Os grandes protestos se multiplicaram na segunda metade dos anos 1980 e no início dos 1990, coincidindo com o que é comumente chamado de terceira onda de democracia, mas então diminuíram significativamente ao longo dos 1990 e da primeira metade dos anos 2000. Os protestos começaram a acelerar novamente na segunda metade dos 2000 e chegaram a um ápice nos últimos cinco anos (i.e., 2011-2016) (CARROTHERS; YOUNGS, 2015, p. 5; ORTIZ et al., 2013; ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2013).

Em sua grande maioria, os eventos de protesto direcionam reclamações a seus próprios governos nacionais e demandam que esses governos desenvolvam políticas econômicas, sociais e ambientais que sirvam aos interesses da população e não apenas dos ricos e poderosos. As demandas apresentadas por aqueles que protestam são em geral variadas e as formas assumidas pelos protestos são heterogêneas. Os protestos se opõem a muitas coisas: a eliminação de subsídios para comidas e combustíveis; cortes de salários; aumentos de impostos sobre bens e serviços básicos; a degradação da seguridade social; a reforma dos sistemas de previdência e saúde; a flexibilização do trabalho; mas também poluição, guerra, estupros e influência corporativa. A falta de "democracia real" é uma questão recorrente. Protestos são mais frequentes em países de alta-renda, e se tornam violentos com

mais frequência em países de baixa-renda. A maior parte dos protestos não conquista um alívio em relação às queixas apresentadas, pelo menos no curto prazo (ORTIZ *et al.*, 2013, p. 34).

Em quinto lugar, há também sinais explícitos de uma renovação. Campanhas de organização de trabalhadores até então desorganizados em hospitais e no setor do cuidado em geral têm crescido nos últimos anos. O surgimento da Rede Internacional de Trabalhadoras Domésticas, desde 2009, e sua campanha que resultou na Convenção 189 da OIT sobre Trabalho Decente para Trabalhadores Domésticos (OIT, 2011) foi uma inspiração para muitos. A onda de greves de trabalhadores encarcerados nos Estados Unidos atual revela que novos segmentos da classe trabalhadora estão começando a se mobilizar. Em muitos países, os sindicatos estão tentando se abrir a trabalhadores "informais" e "ilegais". Bastante espetacular é a Nova Iniciativa Sindical da Índia (NTUI), fundada em 2006, que reconhece a importância tanto do trabalho remunerado quanto do trabalho não-remunerado das mulheres; ela tenta organizar não apenas o setor "formal", mas também trabalhadores temporários, casuais, domésticos, os autônomos e os pobres urbanos e rurais; tenta, ainda, reestruturar os quadros de negociação coletiva de acordo com essa atuação.

PERSPECTIVAS

Há um importante obstáculo à renovação dos movimentos operários, o que faz com que sucessos sejam difíceis de alcançar: durante as últimas quatro ou cinco décadas, os Estados nacionais perderam muito de sua soberania, mas essa perda de poder não foi compensada por autoridades supranacionais (ou mundiais). Vivemos em um período transicional em que muitos desafios não podem ser resolvidos por autoridades nacionais, mas também por autoridades supranacionais (se é que algum dia o serão).

> No mundo global contemporâneo, não há um equivalente ao Estado-nação ao nível mundial que possa implementar políticas fiscais e de bem-estar, controles antitruste, leis trabalhistas e ambientais orientadas pela regulação dos mercados e pela correção de falhas de mercado. Não há um judiciário mundial independente que possa controlar e sancionar comportamentos ilegais. Não há uma *polity* democrática ao nível mundial (MARTINELLI, 2005, p. 247).

Isso ajuda a explicar a atitude "negativa" de muitos movimentos sociais que dizem "não" a certos desenvolvimentos sem apresentar uma alternativa positiva, porque isso requereria uma autoridade mundial. Não obstante, a ação transacional focada em Estados é possível, mesmo sob condições essas condições adversas – seja por meio da pressão sobre governos nacionais para que coordenem políticas através de fronteiras, seja pelo exemplo de atividades locais que podem inspirar movimentos em outras partes do mundo.

Um novo movimento operário terá que encontrar uma abordagem internacionalista baseada na solidariedade transfronteiras, mesmo sob essas condições adversas. Parcialmente, ele pode encontrar suas fundações nos antigos movimentos operários, mas estes terão que se transformar consideravelmente. Os contornos do novo sindicalismo internacional continuam a ser vagos, mas diversas condições mínimas já estão aparentes de forma clara. Elas incluem o seguinte:

> O grupo-alvo deve ser demarcado novamente. A primeira fase da demarcação das classes trabalhadoras no século XIX foi extremamente estreita e eurocêntrica, e precisa ser revista e expandida. Um número considerável de sindicatos na periferia

> e na semiperiferia abandonaram a antiga demarcação, recrutando todos os tipos de trabalhadores subalternos.
>
> Não deve haver dúvida de que o grupo-alvo redefinido não será mais dominado por homens brancos da região do Norte Atlântico, mas por mulheres e pessoas de cor, muitas em formas de emprego autônomo, empregos precários e servidão por dívida.
>
> A estrutura dual do movimento sindical internacional – cooperação das confederações nacionais na CSI em conjunto com as Federações Sindicais Globais – é uma problemática relíquia do passado e provavelmente será descartada. Provavelmente, a melhor opção seria uma nova estrutura unitária que facilite a inclusão de "novos" grupos-alvo nos sindicatos globais. Os sindicatos precisarão transformar drasticamente seus sistemas operacionais para ajudar esses "novos" trabalhadores a defender seus interesses de forma eficaz. Isso também implica o fim da centralidade das estratégias de negociação coletiva.
>
> A abordagem de certa forma autocrática que prevalece hoje no movimento sindical internacional deve ser substituída por uma abordagem democrática, e pela maior participação de trabalhadores da base. As possibilidades oferecidas pela internet podem ser uma contribuição positiva para uma estrutura renovada como essa.
>
> Muito embora o lobbying em relação a governos e organizações transnacionais tenha sido até hoje a atividade principal do movimento sindical internacional (com a exceção notável da campanha anti-apartheid dos anos 1980), e ainda que esforços sejam feitos para cultivar a boa-vontade dos Estados, uma ação efetiva exige muito mais esforço em medidas ativas, como boicotes, greves e coisas desse tipo, o que, por sua vez, demanda um fortalecimento substantivo das estruturas internas.

A questão é se o movimento sindical internacional existente está à altura desses desafios. É provável que a formação de novos movimentos seja um processo difícil, atravessado por experiências de fracasso e momentos de crise aguda. Estruturas organizacionais e padrões de comportamento que existem há mais de um século não são facilmente transformados. Além disso, é altamente improvável que novas estruturas e padrões sejam conformados por reformas a partir de cima, por meio de lideranças centralizadas. Se há algo que a história nos ensinou, é que as estruturas sindicais quase nunca se desenvolvem suavemente com base em uma engenharia passo a passo. Elas são geralmente o resultado de conflitos e experimentos arriscados. A pressão a partir de baixo (por meio de redes competitivas e modelos alternativos de ação) será um fator muito importante para determinar esse resultado.

REFERÊNCIAS

BAI, Ruixue. The Role of the All China Federation of Trade Unions: Implications for Workers Today. *In*: BAI, Ruixue; JETIN, Bruno; ROUSSET, Pierre (org.) **China's Rise:** Strength and Fragility. London: Merlin, 2012.

BHAGHAT, R.B.; MOHANTY, S. Emerging Pattern of Urbanization and the Contribution of Migration in Urban Growth in India. **Asian Population Studies**, *[s.l.]*, vol. 5 n. 1, p. 5-20, 2009.

CAROTHERS, Thomas; YOUNGS, Richard. **The Complexities of Global Protests.** Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace, 2015.

CHINA LABOUR BULLETIN (CLB). **A Decade of Change:** The Workers' Movement in China 2000–2010. CLB Research Report, March. Hong Kong: CLB, 2012.

CHINA LABOUR BULLETIN (CLB). **Searching for the Union.** The Workers' Movement in China 2011–13. CLB Research Report, February. Hong Kong: CLB, 2014.

ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. **Rebels without a Cause:** What the Upsurge in Protest Movements Means for Global Politics, 2013. Disponível em: http://www.eiu.com/ProtestUpsurge. Acesso em: 29 jun. 2021.

FREEMAN, Richard. **What Really Ails Europe (and America):** The Doubling of the Global Labor Force. The Globalist, 5 March, 2010.

GURNEY, Peter. **Co-operative Culture and the Politics of Consumption in England, 1870–1930.** Manchester and New York: Manchester University Press, 1996.

HEUZÉ-BRIGUANT, Gérard. Populism and the Workers Movement: Shiv Sena and Labour in Mumbai. **Journal of South Asian Studies**, *[s.l.]*, vol. 22 n. 2, p. 119-148, 1999.

HEROD, Andrew. Labor as an Agent of Globalization and as a Global Agent. *In*: COX, Kevin R. (Org.) **Spaces of Globalization:** Reasserting the Power of the Local. New York: The Guilford Press, 1997.

OIT - INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **Convention 189 on Decent Work for Domestic Workers.** Geneva: ILO, 2011.

INTERNATIONAL TRADE UNION CONFEDERATION (ITUC). **Building Workers' Power:** Congress Statement. Berlin: ITUC, 2014.

KAPSOS, Steven. **World and Regional Trends in Labour Force Participation:** Methodologies and Key Results. Geneva: ILO, 2007.

MARTINELLI, Alberto. From World System to World Society? **Journal of World-Systems Research**, *[s.l.]*, vol. 11 n. 2, p. 241-260, 2005.

ORTIZ, Isabel; BURKE, Sara; MOHAMED, Berrada; CORTÉS, Hernán. **World Protests 2006–2013.** New York: Initiative for Dialogue Policy and Friedrich-Ebert-Stiftung, 2013.

PESTOFF, Victor A. **Between Markets and Politics:** Co-operatives in Sweden. Frankfurt/Main: Campus, and Boulder, Col.: Westview, 1991.

SCIPES, Kim. Building Global Labor Solidarity Today: Learning from the KMU of the Philippines. **Class, Race and Corporate Power**, vol. 3 n.1, 2014. Disponível em: http://digitalcommons.fiu.edu/classracecorporatepower/vol3/iss1/4. Acesso em 29 jun. 2021.

VAN DER LINDEN, Marcel. **Workers of the World:** Essays toward a Global Labor History. Chicago: Haymarket, 2010.

VAN DER LINDEN, Marcel. The Crisis of the World's Old Labour Movements. *In*: BIELER, Andreas; ERNE, Roland; GOLDEN, Darragh; HELLE, Idar; KJEDSTADLI, Knut; MATOS, Tiago; STAN, Sabina. **Labour and Transnational Action in Times of Crisis.** London: Rowman and Littlefield, 2015.

VISSER, Jelle. Union Membership Statistics in 24 Countries. **Monthly Labour Review,** *[s.l.]*, p. 38-49, 2006.

Esse artigo foi originalmente publicado na Global Labour Journal. A reprodução do artigo neste dossiê foi autorizada tanto pelo autor, quanto pela revista. Referência completa: VAN DER LINDEN, Marcel. Global Labour: A Not-so-grand Finale and Perhaps a new Beginning. **Global Labour Journal**, *[s.l.],* vol. 7, n. 2, mai. 2016 (dossiê especial). Disponível em: https://mulpress.mcmaster.ca/globallabour/article/view/2941. Acesso em: 29 jun. 2021. Tradução de Ricardo Framil Filho e revisão de Katiuscia Moreno Galhera.

CC BY NC ND